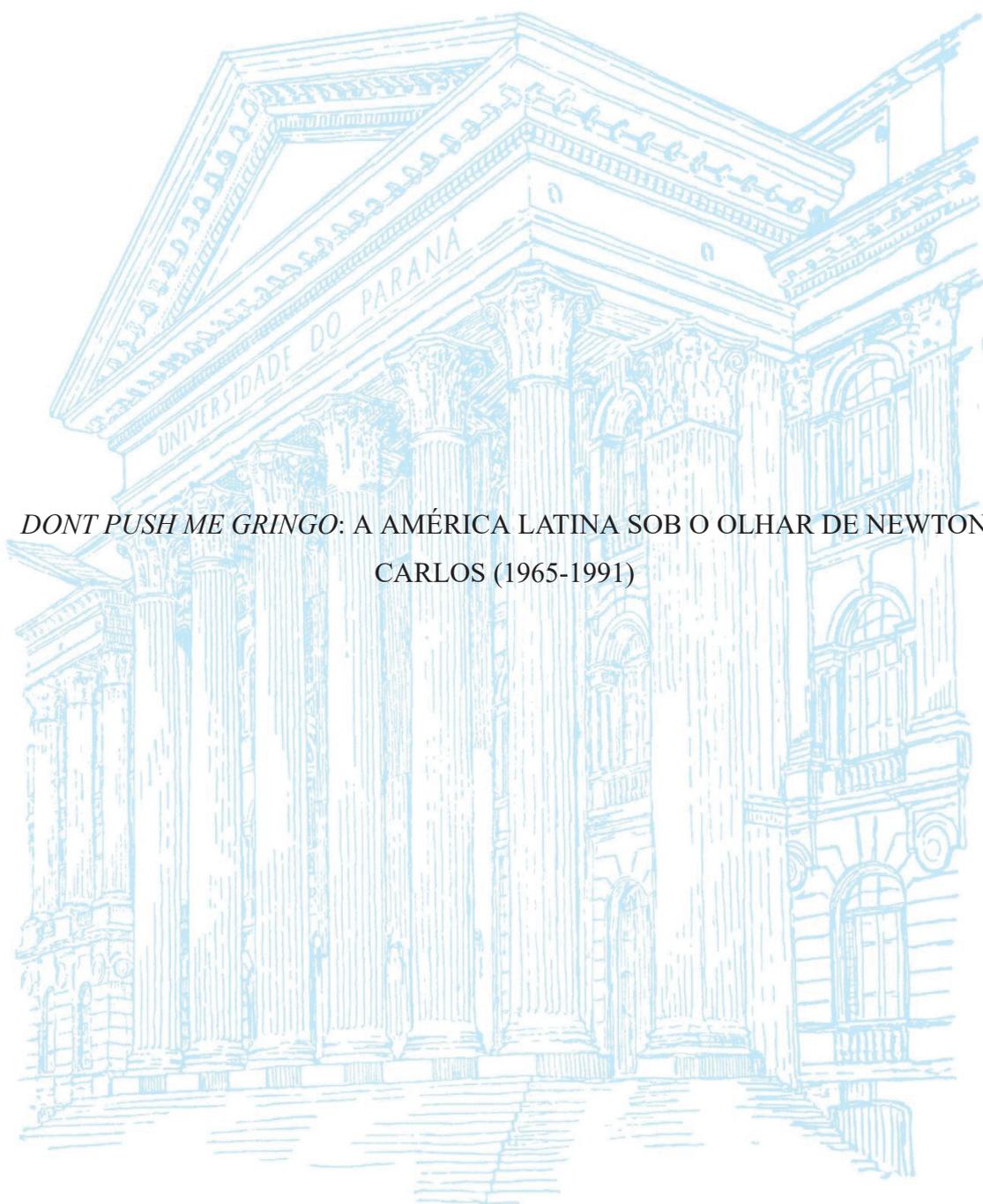


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAURÍCIO MIHOCKIY FERNANDEZ MARTINEZ



*DONT PUSH ME GRINGO: A AMÉRICA LATINA SOB O OLHAR DE NEWTON
CARLOS (1965-1991)*

CURITIBA

2023

MAURÍCIO MIHOCKIY FERNANDEZ MARTINEZ

*DON'T PUSH ME GRINGO: A AMÉRICA LATINA SOB O OLHAR DE NEWTON
CARLOS (1965-1991)*

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Martinez, Maurício Mihockiy Fernandez
Don't push me gringo : a América Latina sob o olhar de Newton
Carlos (1965-1991). / Maurício Mihockiy Fernandez Martinez. –
Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado
em História.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

1. Carlos, Newton, 1927-. 2. América Latina – Política e governo.
3. Imperialismo. I. Goncalves, Marcos, 1961-. II. Universidade
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em
História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MAURICIO MIHOCKIY FERNANDEZ MARTINEZ** intitulada: **Don't push me gringo: a América Latina sob o olhar de Newton Carlos (1965-1991)**., sob orientação do Prof. Dr. MARCOS GONÇALVES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

29/06/2023 20:30:12.0

MARCOS GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/06/2023 20:55:12.0

ANGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/06/2023 20:35:50.0

RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 295219

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 295219

*Dedico este trabalho a meu querido irmão,
que apesar de não estar mais entre nós, vive
sempre comigo em meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão. Talvez seja difícil encontrar algo tão belo com uma definição mais simples. No dicionário, temos apenas que é o “reconhecimento por um benefício recebido; agradecimento: dar provas de gratidão”. Essas poucas expressões nem ao menos se aproximam daquilo que sinto com relação a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estiveram ao meu lado — nos melhores ou piores momentos — nessa trajetória de um pouco mais de dois anos, no processo de escrita desta dissertação. Mas no momento em que sentei para escrever esse pequeno número de palavras, entendi o porquê da simplicidade de seu significado. Não é fácil expressar e demonstrar essa gratidão — senti-la é muito mais fácil, e tenho para mim que, pelas relações construídas, todos que aqui forem citados sabem da importância que possuem em minha vida. Mas é justamente por não ser fácil que farei o melhor possível para que cada um saiba de seu valor para mim — e espero, do fundo do coração, que isso seja o suficiente para que percebam que no fim de cada dia, vocês são, de fato, o meu benefício, e que sou grato por vocês serem meus pilares.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a aquele a quem esta dissertação é dedicada: meu irmão, Enrique. Você sempre foi meu maior apoiador, e graças a isso, não esmoreci no sonho de seguir por este caminho. Infelizmente, você não pode ver a realização deste projeto — mas saiba que foi sua inspiração que me trouxe até aqui. Não esqueço do seu riso fácil e suas palavras de ternura um dia sequer — e levo seu sorriso comigo como uma chama que me esquenta nos dias mais frios. Sei que onde você estiver, está feliz por mim. Em segundo lugar, agradeço àquela que é meu porto seguro, minha inspiração e meu pilar — minha mãe, Lubomira. Sem você, eu não seria nada, e é pelo seu exemplo que busco sempre ser a melhor versão de mim. Espero poder sempre te alegrar nessa nossa caminhada de superação.

Não posso deixar de mencionar o restante da minha pequena família. Alexandra, minha tia e madrinha, com seu bom humor característico e sempre com uma palavra de conforto quando necessário. Igor, um primo mais parecido com um irmão, que do seu jeito inconstante e peculiar, sempre deixa claro que estará por mim quando eu mais precisar. Cristiano, com seu jeito doce e extremamente confiável. E por fim, Juliano, o primo mais velho, o modelo de infância e quem me apresentou uma das minhas maiores paixões da vida: o Paraná Clube.

Reservo também um pequeno espaço para agradecer a meu pai, Jorge, e a minha família paterna, com minha avó María Delicia, minhas tias Ruth e Glória e meu tio Antonio — que apesar de distantes, sempre deixaram claro seu amor e carinho por mim.

Ademais, tenho a obrigação de expressar minha gratidão à família Pussieldi Moratelli. Em especial à Luísa, que sempre buscou me apoiar, confortar e incentivar, com carinho e deixando claro que sempre que eu precisar de um ombro para me apoiar, ela estará lá. Jamais esquecerei disso. A Dalvir, que no momento mais difícil da minha vida, não mediu esforços para me ajudar — fazendo tudo que estava a seu alcance — e tentando também fazer o inalcançável para me dar suporte. A Luciane, que me acolheu da maneira mais gentil possível, e que se tornou sinônimo de calma e reflexão para mim. E a Natália, que com seu jeito mais tímido, sempre deixou claro seu afeto e respeito.

Agora, é hora de agradecer aos amigos construídos ao longo da vida. E posso dizer, que felizmente, que foram muitos — e sabendo da raridade dessa condição, busco preservar e manter cada um deles, que na realidade, são parte obrigatória da minha felicidade. Começarei por aqueles que a mais tempo estão comigo. A João Vítor, que me aguenta todos os dias, com meu senso de humor peculiar, sendo um verdadeiro irmão. Gabriel Fantini, que por mais de quinze anos foi sempre um ponto de sensatez e tranquilidade. Rodrigo Berolatti, que apesar de dormir muito, é o ser humano mais prestativo que conheço. Lucas Batista, que com sua energia contagiante, é um ponto de alegria constante em minha vida. A Guilherme Luiz, que a todo fim de reuniões, saca seu celular para jogos de mímicas. Keoma Belusso, o mais novo e melhor papai do mundo. Raian Ragnini, o segundo maior admirador do Hasbullah, perdendo somente para mim. E a Bernardo Berolatti, pela sua preocupação em sempre demonstrar que está pronto para ajudar quem quer que seja. E é claro que, nesse momento da vida, é impossível não mencionar as parceiras desses meus amigos-irmãos. Elas fazem parte da minha vida também, e por isso, agradeço a Gabriele, Giuliana, Débora, Giovana, Raquel e Thaís, por fazerem desses homens pessoas melhores e mais felizes. Agradeço também a Amanda Marques, que apesar de tudo, continua sendo uma pessoa especial. E por último, a Heleninha, a mais nova integrante dessa família — uma nova vida, cheia de amor — e com muitos tios e tias para te mimar e proteger.

Outro grupo de amigos que preciso reconhecer aqui entraram em minha vida um pouco depois, mas não saíram nunca mais. Em 2010 nossos caminhos se cruzaram, e naquela época, jamais imaginei que estaríamos juntos até aqui. Mas nunca fiquei mais feliz por ter me enganado. Rennan, David, Guilherme e Gabriel — vocês são pessoas extraordinárias com quem divido conquistas, alegrias e tristezas — e mesmo tendo seguido rumos diferentes, nossa amizade nunca esmoreceu e a cada vez que nos encontramos, voltamos a ser aqueles adolescentes do Técnico em Gestão da UTFPR, turma M61. Agradeço a vocês por todo carinho e apoio, e que essa amizade se estenda por muitos e muitos anos.

Por fim, o último grupo a se formar merece receber meus agradecimentos. Esse vem se construindo desde 2015, e quase dez anos depois, são uma importante fonte de apoio e carinho. A Universidade Federal me proporcionou muitas coisas boas, e vocês, com certeza, são a melhor delas. Começo por Carolina Marchesin, pois nunca esquecerei do suporte nos momentos difíceis, e das risadas nos momentos de alegria. A seguir, agradeço a Lucas Engel. Não há palavras para descrever a importância de sua amizade para mim, e apesar de todos os problemas, me orgulho de poder te chamar de amigo. A Lauriane Rosa, de quem me aproximei muito nesse período do mestrado, e me mostrou como uma relação madura é construída pelo diálogo e pela troca. Matheus Glock, que mesmo seguindo um novo rumo, nunca deixou de se fazer presente. Aguinaldo, que mesmo longe e com seu perfil lacônico, jamais deixou de transparecer sua incrível capacidade de prestar os melhores conselhos e de oferecer o seu apoio. Também cito Mariana Fujikawa, a quem tenho enorme estima, por sua enorme capacidade de entendimento e tranquilidade. Por fim, a Laís e Mariana, a quem estimo muito e torço pelo sucesso de ambas, como sei que torcem por mim.

Devo considerar à imensa contribuição do Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes, pelas correções, críticas e sugestões, que enriqueceram de maneira inigualável este trabalho.

Agradeço também à CAPES, pelos anos de bolsa sem a qual seria impossível a realização deste trabalho e à UFPR por me acolher desde 2015.

Por fim, mas de maneira alguma menos importante, agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Marcos Gonçalves, pelos anos de orientação, pela estima prestada desde a graduação, pela correta, justa e atenta correção desta dissertação e por todo o apoio prestado nos momentos de dificuldade, que foram muitos no decorrer da pós-graduação. Nunca esquecerei do afeto recebido, e hoje posso falar que minha admiração ultrapassou o âmbito da relação orientador/orientado, passando para o respeito e estima, reconhecendo-o como um grande ser humano que é.

Essas poucas palavras são insuficientes para traduzir meu sentimento por cada um citado nesta seção de agradecimentos. Mas espero que quando leiam, sintam meu carinho por vocês, e saibam que sem vocês, nada disso seria possível.

Não tem sido a nossa história uma contínua experiência de mutilação e desintegração,
disfarçada de desenvolvimento?

Eduardo Galeano

A América não está em nenhuma encruzilhada. Ela está onde sempre esteve, buscando a
quadratura do círculo da filantropia e do império para sua própria satisfação.

Perry Anderson

RESUMO

Newton Carlos de Figueiredo (1927-2019) foi um jornalista brasileiro, especializado na cobertura internacional da política latino-americana. Países como Peru, Chile, Argentina, Uruguai e República Dominicana foram o foco de suas análises ao longo de mais de sete décadas de profissão. A partir do início da década de 1970, os Estados Unidos também passaram a ser alvo dos escritos de Newton Carlos, e a relação América Latina-Washington se tornou uma constante em sua produção. É a partir disso que esta dissertação encontra seu objeto: o imaginário anti-imperialista compartilhado por ele. Para compreender esse imaginário, duas foram as tipologias de fontes utilizadas: a primeira, as obras extra-redações escritas pelo jornalista entre 1965 e 1991; a segunda, artigos opinativos escritos para o periódico carioca independente *O Pasquim*, entre 1969 e 1990. Com isso, percebemos uma atuação abertamente crítica do jornalista, sendo as ações imperialistas dos EUA o principal norteador de sua obra em um período de Guerra Fria. Tendo, portanto, este objeto, algumas problemáticas precisaram ser trabalhadas e esclarecidas. Em um primeiro momento, definimos Newton Carlos como um intelectual latino-americano. Suas interpretações ultrapassaram o mero repasse de informações, e se ancoraram em diversos especialistas em política internacional do período. Além disso, sua atuação pública e a conexão com a intelectualidade boêmia d'*O Pasquim* se constituem como elementos centrais de sua atuação. Sua responsabilidade é algo que deve ser destacado, pois é notória a noção de seu papel como um formador de opiniões. Posteriormente, optamos por destacar os conceitos de imperialismo e anti-imperialismo. Isso porque para compreender o imaginário compartilhado pelo jornalista, é primeiro necessário entender o que ele coloca em causa. Definir uma prática como anti-imperialista exige, impreterivelmente, demonstrar o que é seu oposto, ou seja, o imperialismo. Portanto, o imperialismo focado foi o estadunidense, já que é contra ele que nosso objeto mira suas críticas. Já o anti-imperialismo foi trabalhado como um complicador de ideologias particulares — ou seja, presente em diversas doutrinas, se transformando e enriquecendo-se no decorrer do tempo. Essa rica tradição anti-imperialista foi trabalhada no âmbito latino-americano, traçando paralelos com as análises de Newton Carlos. Por fim, buscamos traçar o que o jornalista brasileiro entendia como práticas imperialistas dos EUA. Isso porque as simbologias utilizadas por ele formam, em nossa visão, um discurso de contra-legitimidade, que em última análise, colocam em causa um poder. Essas simbologias foram exploradas, e percebeu-se que a tentativa constante de legitimação das ações imperialistas por parte de Washington teve um caminho constante por pelo menos trinta anos: o anticomunismo. Seu discurso se pautou em construir uma narrativa que antagonizava com explicações simplórias para práticas imperialistas, desvelando as razões políticas, econômicas, militares e culturais por trás de um pretenso combate a um perigo vermelho.

Palavras-chave: Newton Carlos; Imperialismo; Anti-imperialismo; Imaginário; Contra-legitimidade.

ABSTRACT

Newton Carlos de Figueiredo (1927-2019) was a Brazilian journalist, specializing in international coverage of Latin American politics. Countries such as Peru, Chile, Argentina, Uruguay and the Dominican Republic were the focus of his analyzes over more than seven decades in the profession. From the beginning of the 1970s, the United States also became the target of Newton Carlos' writings, and the Latin America-Washington relationship became a constant in his production. It is from there that this dissertation finds its object: the anti-imperialist imaginary shared by him. To understand this imaginary, two types of fonts were used: the first, the extra-newsroom works written by the journalist between 1965 and 1991; the second, opinion articles written for the independent newspaper *O Pasquim*, between 1969 and 1990. With this, we perceive an openly critical performance by the journalist, with US imperialist actions being the main guide of his work in a period of the Cold War. Therefore, having this object, some issues needed to be worked on and clarified. First, we define Newton Carlos as a Latin American intellectual. His interpretations went beyond the mere transfer of information, and were anchored in several specialists in international politics of the period. In addition, his public performance and the connection with the bohemian intellectuality of *O Pasquim* are central elements of his performance. His responsibility is something that should be highlighted, as the notion of his role as an opinion maker is notorious. Subsequently, we chose to highlight the concepts of imperialism and anti-imperialism. It was necessary because to understand the imaginary shared by the journalist, it is first necessary to understand what he puts into question. Defining a practice as anti-imperialist requires, without fail, demonstrating what its opposite is, that is, imperialism. Therefore, the focused imperialism was the US, since it is against it that our object aims at its criticism. Anti-imperialism, on the other hand, was worked on as a complicator of particular ideologies — that is, present in various doctrines, transforming and enriching itself over time. This rich anti-imperialist tradition was worked on in the Latin American context, drawing parallels with Newton Carlos' analyses. Finally, we seek to outline what the Brazilian journalist understood as US imperialist practices. This is because the symbologies used by him form, in our view, a discourse of counter-legitimacy, which ultimately calls into question a power. These symbologies were explored, and it was noticed that Washington's constant attempt to legitimize imperialist actions had a constant path for at least thirty years: anticommunism. His speech was based on building a narrative that antagonized with simple explanations for imperialist practices, revealing the political, economic, military and cultural reasons behind an alleged fight against a Red Scare.

Keywords: Newton Carlos; Imperialism; Anti-imperialism; Imaginary; Counter-legitimacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 — NEWTON CARLOS DE FIGUEIREDO, EM SUA JUVENTUDE.....	17
FIGURA 2 — DOCUMENTO N° 684 DO SNI/1966.....	62

LISTA DE TABELAS

**TABELA 1 — DIVISÃO DE ASSUNTOS RELATIVOS AOS ARTIGOS DE NEWTON
CARLOS NO PASQUIM 52**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
<i>1.1 Objetivos e problemática: critérios de abordagem</i>	<i>16</i>
<i>1.2 As Fontes da Pesquisa.....</i>	<i>36</i>
2 O INTELLECTUAL NEWTON CARLOS.....	41
<i>2.1 Newton Carlos: um breve sobrevoo.....</i>	<i>41</i>
<i>2.2 Newton Carlos: um intelectual latino-americano.....</i>	<i>54</i>
<i>2.3 O engajamento com responsabilidade.....</i>	<i>68</i>
<i>2.4 Uma perspectiva futura: redes intelectuais.....</i>	<i>78</i>
3 IMPERIALISMO E ANTI-IMPERIALISMO.....	83
<i>3.1 O Imperialismo Clássico.....</i>	<i>83</i>
<i>3.2 Saindo da visão Clássica: Hobsbawm e Arendt.....</i>	<i>92</i>
<i>3.3 O Imperialismo Contemporâneo: os EUA no centro do debate.....</i>	<i>98</i>
<i>3.4 O Anti-Imperialismo.....</i>	<i>120</i>
4 A VISÃO COMBATIVA DE NEWTON CARLOS.....	138
<i>4.1 O anti-imperialismo como complicador.....</i>	<i>139</i>
<i>4.2 O Imaginário Social.....</i>	<i>142</i>
<i>4.3 Newton Carlos e o Imperialismo.....</i>	<i>146</i>
<i>4.4 Modernização e Estabilidade: as bases as quais Newton Carlos se interpõe.....</i>	<i>156</i>
<i>4.5 O Anticomunismo como fio-condutor: a Contra-Legitimidade na permanência do inimigo.</i>	<i>171</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
6 REFERÊNCIAS.....	194

1 INTRODUÇÃO

Quanto mais liberdade se concede aos negócios, mais cárceres precisam ser construídos para aqueles que padecem com os negócios. Nossos sistemas de inquisidores e verdugos não funcionam apenas para o mercado externo dominante, também proporcionam caudalosos mananciais de lucros que fluem dos empréstimos e dos investimentos estrangeiros nos mercados internos dominados. “Já se ouviu falar de concessões feitas pela América Latina para o capital estrangeiro, mas não de concessões feitas pelos Estados Unidos para o capital de outros países (...). É que nós não fazemos concessões”, advertia o presidente norte-americano Woodrow Wilson, por volta de 1913. Ele estava convicto: “Um país”, dizia, “é possuído e dominado pelo capital que nele foi investido”. E tinha razão. Pelo caminho perdemos até o direito de nos chamarmos americanos, embora os haitianos e os cubanos já estivessem inscritos na História, como novos povos, um século antes que os peregrinos do Mayflower se estabelecessem nas costas de Plymouth. Agora, para o mundo, América é tão só os Estados Unidos, e nós quando muito habitamos uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identidade. É a América Latina a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu, ou mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder¹.

Eduardo Galeano

Não se pode falar, atualmente, de um imaginário anti-imperialista latino-americano sem citar essa obra-prima do jornalista uruguaio. *Veias Abertas* talvez seja o escrito mais popular nesse sentido, denunciando as ações exploradoras do centro econômico mundial em relação à América Latina, e justamente por isso, iniciamos este trabalho referenciando-a. Nesse pequeno excerto, temos uma síntese complexa e robusta, englobando diversas problemáticas, com cada uma podendo ser aprofundada em estudos de diversas orientações teórico-metodológicas. O imaginário anti-imperialista, como já citado, é um deles. O simbolismo do sangramento da região, desse escoamento de riquezas para “centros distantes de poder”, inunda as interpretações de estudiosos latino-americanos desde os anos de 1970, mesmo que as denúncias desse fenômeno sejam muito anteriores ao livro, como as produções de José Martí (1853-1895)² e Manuel Ugarte (1875–1951)³ atestam. A ênfase na exploração

¹ GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021, pp. 17-18.

² José Martí foi um intelectual cubano, pioneiro em uma interpretação que colocava em questão a ameaça da soberania da América Latina em relação aos Estados Unidos. Sua obra mais famosa a respeito disso é *Nuestra América*, de 1891. Sua interpretação busca a consolidação de uma identidade única latino-americana, buscando se defender da ameaça anglo-saxã oriunda dos EUA. Somente assim, de forma cultural e histórica, o continente poderia resistir aos ataques imperialistas do país do norte. Para maior aprofundamento, ver: MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20190905100849/Nuestra_America_Jose_Marti.pdf>. Acesso: 01.set.2022.

³ Manuel Ugarte foi um intelectual argentino, que escreveu suas críticas anti-imperialistas principalmente no início do século XX. Foi uma voz praticamente única na Argentina do período, uma vez que as interpretações do imperialismo se voltavam mais a Inglaterra e eram realizadas por grupos católicos de ultradireita. Por isso, sua obra foi renegada em seu país, ao mesmo tempo em que adquiriu grande notoriedade no Caribe e no Chile. Pode-se dizer que sua interpretação sobre as relações entre América Latina e Estados Unidos está em uma sequência de quatro obras: *El Porvenir de la América Latina* (1910); *Mi Campaña Hispanoamericana* (1922); *El Destino de un Continente* (1923); *La Patria Grande* (1924).

econômica, interligada à simbologia presente na narrativa de Galeano, é outro aspecto presente no trecho. Além disso, a questão da dominação cultural se apresenta no que tange a definição do que é ser americano, e na interpretação desta dissertação, mais especificamente, do que significa ser latino-americano. Mas o que une essas diferentes temáticas é o anti-imperialismo. É a partir dele que essas críticas se conectam e realizam intercâmbios que sustentam uma visão que coloca em questão as práticas políticas não somente desse período, mas também nos dias de hoje. Portanto, em maior ou menor grau, elas aparecem nas páginas que se seguem, e partindo disso, é necessário especificar melhor os critérios de abordagem que guiam a pesquisa.

1.1 Objetivos e problemática: critérios de abordagem

Começamos esta introdução citando um jornalista, o uruguaio Eduardo Galeano. Sua obra, que coloca em questão as práticas políticas, econômicas e culturais em relação à América Latina não é o alvo e nem o objeto da dissertação, mas impressiona algumas das semelhanças como o foco real do trabalho. De fato, quando se fala de um jornalista que possui uma obra de teor anti-imperialista, logo pensamos nele.

Mas a personagem histórica aqui estudada é outra. Também jornalista e com obras interpretativas de teor denunciativo, o que elucida as coincidências acima citadas. A figura de destaque desta dissertação é Newton Carlos de Figueiredo (1927-2019), jornalista nascido em Macaé, com mais de setenta anos na prática jornalística. Em sua trajetória profissional, atuou em diversos jornais, como o *Correio Braziliense*, *O Pasquim* e *Correio da Manhã*. Mas o trabalho mais marcante nacionalmente foi na *Folha de S. Paulo*, onde escreveu por mais de trinta anos, se aposentando pelo veículo de comunicação. Além disso, foi correspondente internacional em diversos países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Chile e Peru. Escreveu também para o periódico italiano *Il Manifesto* e foi colaborador da inglesa *Latin America NewsLetter*. Em um primeiro momento, pode-se dizer que seu alvo de análise principal era a geopolítica internacional, com um foco indiscutível na política latino-americana. Não à toa, foi responsável pela primeira editoria internacional brasileira, no *Jornal do Brasil*, ainda no início dos anos de 1960.

Soma-se a essa extensa atuação e pioneirismo no jornalismo internacional a prática precursora no jornalismo televisivo no Brasil. Newton Carlos passou por diversos canais e programas televisivos no início desse sistema, como por exemplo, na *TV Excelsior*. Mas sua contribuição maior foi para a *Rede Bandeirantes*, local em que começou a acompanhar de maneira mais aproximada a política estadunidense, uma vez que cobriu todas as eleições

presidenciais dos Estados Unidos, de Richard Nixon até Barack Obama. Com isso, temos a aproximação dos dois pontos estruturantes e centrais das análises do jornalista: de um lado, a situação político-econômica da América Latina em geral, traçando interpretações sobre as condições de países como o Chile, a Argentina, o Peru, a República Dominicana, a Nicarágua, entre outros. Do outro, todas as articulações políticas traçadas por Washington em relação aos seus vizinhos, num claro projeto de dominação e hegemonia, na busca de uma segurança nacional em um período de Guerra Fria, espaço privilegiado de análise desta dissertação. É a partir dessas relações que Newton Carlos desenvolve suas críticas, notoriamente em oposição às ações dos Estados Unidos.



Figura 1. Newton Carlos de Figueiredo, em sua juventude. Acervo O Globo.

Essa pequena introdução é necessária para que possamos conhecer o jornalista aqui estudado, e conseqüentemente, entender o objeto desta pesquisa e quais os certames teóricos e metodológicos que a guiam. Tendo conhecido Newton Carlos ainda no processo de realização da minha conclusão de curso de graduação⁴. Sua atuação me chamou a atenção por ter um viés interpretativo, muito diferente das notícias importadas pelos jornais da época pelas grandes agências internacionais, como a *Agence France Presse* e a *United Press International*. Mais do que isso, sua postura altamente crítica e contestadora, aliada a um grande escopo cultural e intelectual me fez perceber que suas análises careciam de estudos e aprofundamentos. Por já ter adiantado que suas interpretações a respeito das relações entre a América Latina e Estados Unidos são muito críticas, podemos definir que o objeto da dissertação é definido pelo anti-imperialismo compartilhado pelo jornalista. Mais especificamente, pelo imaginário anti-imperialista que ele compartilha em suas obras, seja nos artigos de jornais, seja em suas obras intelectuais. Conseqüentemente, é preciso que se entendam algumas questões que surgem com isso, além de desdobramentos que o próprio objeto proporciona para sua compreensão. Portanto, faz parte dos objetivos da pesquisa

⁴ MARTINEZ, Maurício. *As Páginas que Esquecem*: o Massacre de Tlatelolco pela Folha de S. Paulo; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Abi - História) - Universidade Federal do Paraná.

demonstrar o que entendemos como anti-imperialismo (e também seu oposto, o imperialismo, já que é justamente da oposição do segundo que o primeiro toma forma); o que entendemos como o imaginário compartilhado por Newton Carlos e como ele se constitui; e por fim, quais as razões que me leva a afirmar que o jornalista pode ser entendido e classificado como um intelectual, categoria essa que trabalha com o capital simbólico que produz, precisamente, os imaginários. Essas três grandes questões, que se derivam do objeto do estudo, reúnem as características acima colocadas, que são fundamentais para o entendimento e o reconhecimento desse imaginário anti-imperialista.

Com isso, podemos trabalhar com exatidão a divisão de cada um dos três capítulos que constituem o total desta dissertação. Depois de apresentar de forma bastante concisa a atuação profissional de Newton Carlos e afirmar que sua atuação crítica se coloca em uma postura de enfrentamento em relação às ações dos Estados Unidos na porção latino-americana do continente no período de Guerra Fria, é preciso agora delimitar com clareza o entendimento de que ele, de fato, pode ser encarado de fato como um intelectual. E esse é, exatamente, o objetivo do primeiro capítulo. De forma aprofundada, discorreremos sobre a trajetória pessoal e profissional de Newton Carlos, trazendo análises, trabalhos, artigos, depoimentos e impressões de seus pares jornalistas e de outros intelectuais. Para justificar o entendimento do carioca como intelectual, dois autores tiveram grande importância, e suas reflexões ajudaram a agudizar o entendimento sobre o tema. São eles o sociólogo argentino Carlos Altamirano e o doutor em Comunicação, Fábio Henrique Pereira. Altamirano nos coloca que:

O conceito de intelectual, impreciso como o conjunto social que se busca definir com ele, tem, pois, um registro inelutavelmente político e condensa uma história que não é somente a de uma figura social, mas é também uma história das representações sobre o papel dos grupos cuja tarefa especial é a produção de bens simbólicos. Figura característica da MODERNIDADE, o intelectual se conecta ao mesmo tempo, por intermédio de uma tradição de uma genealogia, com aqueles que as sociedades pré-modernas encarnavam o poder cultural ou desafiavam a definição social da realidade em nome de uma verdade mais profunda⁵.

Temos aqui, muito bem sintetizados, alguns dos pontos principais expandidos no decorrer do primeiro capítulo. Primeiramente, é preciso estar claro que o conceito é inerentemente político. Isso porque, como o próprio Altamirano explica, ele está ligado à produção dos bens simbólicos, ou seja, ao capital cultural de uma sociedade. Essa produção é indiscutivelmente uma disputa, que busca consolidar e dar respostas às contradições de um grupo social, ou questionar as regras e costumes do e no interior desse grupo. Com isso,

⁵ ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Términos Críticos de Sociología de la Cultura**. Buenos Aires, Barcelona, México: Editora Paidós, 2002, pp. 148-149.

podemos analisar a trajetória de Newton Carlos como de fato uma trajetória intelectual, que questionava seu presente, principalmente no que tange a assuntos geopolíticos que envolviam os Estados Unidos e a América Latina no espaço temporal aqui delimitado, o da Guerra Fria, entre os anos de 1965 a 1991, limite esse que está mais bem explicado a seguir, no tópico sobre as fontes. Além disso, quando o sociólogo fala sobre uma “verdade mais profunda”, ele quer dizer que o intelectual tem a autoridade para construir ou questionar discursos que dão legitimidade a determinados modelos sociais. Mais especificamente, o relevante a se entender é que o intelectual faz parte de uma categoria socioprofissional, advinda da modernidade capitalista, como o próprio Altamirano colocou acima. O seu modo de produção é sem dúvida no campo artístico ou cultural, e de maneira extremamente importante, não realizam esse trabalho sozinhos. Por isso, é necessário perceber que eles estão ligados entre si por instituições, círculos, revistas, movimentos, que disputam no campo cultural a legitimidade para transmitir a visão do que eles entendem como verdadeiro na interpretação dos acontecimentos nos quais eles se debruçam⁶. A verdade é então essencial para a visão do intelectual aqui utilizada, além de, mais uma vez, estar no centro de disputas, evidenciando o teor político dessa conceituação.

Já Fábio Henrique Pereira nos fornece um conceito muito operativo, que dialoga de maneira profícua com os pensamentos de Altamirano. Esse conceito é o de **jornalista-intelectual**⁷. Essa definição busca delimitar a construção da identidade do jornalista no Brasil, principalmente no que concerne às transformações da profissão no século XX. E essa construção traz consigo a questão do intelectual. Conforme o próprio autor coloca, essa conceituação “define os indivíduos cuja reputação não se limita apenas ao sucesso alcançado a partir das carreiras convencionais do jornalismo (...). Ele remete a uma produção extra-redação: na literatura, na universidade, nos movimentos políticos e sociais”⁸. Já aqui, podemos encarar Newton Carlos inserido nessa ideia. Além de seu sucesso e pioneirismo no jornalismo brasileiro, sua produção extra-redação é justamente o que constitui uma das fontes primárias deste trabalho. Seus livros sobre as condições políticas na América Latina estão inseridos tanto na sua produção literária, como em sua atuação política, na denúncia ao imperialismo estadunidense.

⁶ ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina** – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Katz Conocimiento: Buenos Aires, 2008, pp. 14-15.

⁷ PEREIRA, Fábio Henrique. **Os Jornalistas-intelectuais no Brasil**: Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese, 469 p., Universidade Federal Fluminense, 2008.

⁸ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit. p. 16.

Mas isso não é o suficiente para defender o jornalista como intelectual. Portanto, Pereira usa a noção de dois autores: o sociólogo Pierre Bourdieu e o jornalista Denis Ruellan. No que concerne na utilização das ideias do primeiro, há emprego do conceito de campo, cuja definição resumida seria a de espaços sociais definidos por relações de desigualdades e por dinâmicas permanentes de disputas entre agentes, com o jornalismo estando enquadrado, simultaneamente, no campo político, econômico e intelectual⁹. Com isso, Newton Carlos estaria em um constante espaço de disputas, escrevendo suas opiniões e interpretações da realidade, encaradas como verdade para si e que devem ser passadas ao seu público. Já nas ideias de Ruellan, a perspectiva do interacionismo simbólico é operacionalizada. Com isso, Pereira rejeita um tipo ideal de profissão, fechado em si mesmo, que suprime os conflitos sociais dentro da própria área profissional, nesse caso, o jornalismo. Para ele, a identidade social do jornalista pode ser imprecisa, sem nitidez, marcada por heterogeneidades estruturais e conjunturais, que abrange na formação da própria identidade, a justificativa de considerar essa categoria profissional como de fato intelectuais. Com isso, não há limitação no que concerne a função do jornalista. Em tempos atuais, a imagem de neutralidade do profissional de comunicação como um mero reproduzidor de informações é potente, mas de forma alguma precisa¹⁰. Mas é possível reunir atributos que os permitem abordar a sociedade em geral, construindo simbologias para explicar ou questionar o mundo social em que vivem¹¹. Portanto, podemos encarar Newton Carlos nesse espaço de disputas, legitimado por sua profissão e análises, construindo narrativas que questionam a ordem vigente.

Portanto, metodologicamente, enquadraremos esse primeiro esforço da dissertação circunstanciado na História dos Intelectuais, encarando Newton Carlos como um intelectual latino-americano, isso porque, como diz Altamirano, é preciso redimensionar o papel do cânone que a vida cultural francesa vem desempenhando nessa área¹², não para desmerecê-la,

⁹ Ibidem, p. 22.

¹⁰ Como bem mostra Josenildo Luiz Guerra, “o jornalismo, sobretudo de influência norte-americana, se consolidou sobre o fundamento da objetividade [...]. A neutralidade era chamada em causa por jornalistas para indicar sua “pureza” diante dos fatos. Eles deveriam ficar imunes a quaisquer tipos de interesses – emotivos, financeiros, políticos, etc. – que orbitassem em torno do fato que estariam cobrindo”. É justamente nesse sentido em que falamos da potência da ideia de que o jornalismo seria um meio para a simples reprodução dos fatos, livres de interesses — algo que Newton Carlos se destaca por ser um notório opositor a esse tipo de prática.

Para aprofundamento, ver:

GUERRA, Josenildo Luiz. “Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo — da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética”. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXII, 1999, Sergipe, 1999, pp. 01-25.

¹¹ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit. p. 124.

¹² Quando Altamirano fala sobre isso, ele está se referindo ao Caso Dreyfuss, caso francês onde há o primeiro engajamento público em uma causa social, em 1894. Artistas, escritores e intelectuais se posicionaram publicamente a favor ou contra de um acontecimento específico, no final do XIX, sendo interpretado pelos franceses como o relato de origem dos intelectuais. Para aprofundamento, ver:

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006.

mas para entender o conceito em um contexto específico e diverso de experiências. Nesse sentido, um tratamento histórico pode ser dado à temática. Porém, trabalhar desta forma exige alguns cuidados. O principal deles é não confundir a História dos Intelectuais com a História Intelectual. Helenice Rodrigues da Silva nos auxilia com essa questão, uma vez que, mesmo que as áreas sejam similares e haja intercâmbios constantes e quase impossíveis de não ocorrerem, há diferenças definitivas entre elas. Portanto, nosso foco está na figura do intelectual Newton Carlos, buscando compreender a trajetória e atuação desse sujeito¹³. É através da forma de se colocar no mundo que entendemos como imprescindível para encarar o jornalista como intelectual, e é nesse sentido que os esforços do primeiro capítulo estão voltados.

É na construção da legitimidade do jornalista como intelectual que pensamos o capítulo. Como diz Marialva Barbosa, “há que se pensar numa dimensão histórica e perceber que a ação jornalística se dá num presente encharcado de um grau de consciência refletida sobre a história”¹⁴, e é exatamente isso que fazemos para enquadrar Newton Carlos neste conceito. Mas é com Altamirano que podemos concatenar os esforços do primeiro capítulo com o restante da dissertação, e de forma especial, com o terceiro. Como já dito, o intelectual trabalha, de maneira inequívoca, com o capital cultural, com a criação das simbologias. São os intelectuais que respondem às demandas de sentido de uma sociedade que se sabe histórica e precisa explicar a sua organização social¹⁵. A partir das ideias, as respostas e a inculcação de valores se faz presente nas sociedades modernas. Portanto, não há obras intelectuais, por mais que se entreguem a discursos demonstrativos (e no caso de Newton Carlos, isso é notório, já que como jornalista, pretende ser um relator da realidade do mundo) que escapem das significações imaginárias¹⁶. Ainda que a palavra seja enunciada a partir de uma posição de verdade, como já mencionado, nós não devemos olhar esses escritos apenas sob a ótica de análise do campo de ação, pois devemos levar em conta a dimensão simbólica da vida social e da ação histórica¹⁷. É a partir disso que a trajetória intelectual de Newton Carlos se conecta com o objeto principal desta dissertação, o imaginário anti-imperialista compartilhado por ele. Essa relação está aprofundada, como já mencionado, no terceiro capítulo.

¹³ SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual** – Entre Questionamentos e Perspectivas. São Paulo: Papirus Editora, 2002, pp. 12-13.

¹⁴ BARBOSA, Marialva. “O que a História pode legar aos Estudos de Jornalismo”. In: Revista **Contracampo**, n.12, 2005, pp. 56.

¹⁵ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 112.

¹⁶ ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um Programa de História Intelectual”. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 11.

¹⁷ *Ibidem*, p. 14.

Com a delimitação do jornalista como um intelectual, o capítulo parte para um novo caminho. Partindo dos escritos e ideias combativas de Newton Carlos, além de suas atuações públicas e reconhecimentos de seus pares, buscamos relacionar dois conceitos que à primeira vista parecem opostos — o de engajamento e o da responsabilidade. Para isso, alguns autores foram essenciais para a compreensão dessas noções. Para a primeira, o principal autor utilizado foi aquele que talvez seja a maior representação do que seria um intelectual engajado: o francês Jean-Paul Sartre¹⁸. Sua definição taxativa ao dizer que o intelectual é aquele que se “mete naquilo que não é da sua conta” pautou não somente sua produção, mas sua atuação pública (algo que é característica inerente ao engajamento sartreano). O que define, portanto, o engajamento, é a ação — e se furtar disso é se comportar como um falso intelectual. De forma resumida, essa é a maneira que se encarou o intelectual engajado, pelo menos até o fim dos anos de 1970. O estudioso italiano Enzo Traverso discorre que:

Há cerca de dez anos, uma foto da agência *France-Press* causou escândalo no mundo todo. Ela retrata o renomado professor de literatura da Universidade de Columbia de Nova York, Edward Said, atirando pedras contra um posto de controle israelense na fronteira com o Líbano. Foi tirada no verão de 2000. Esse gesto espontâneo de protesto nada tinha de heroico, mas representava uma postura. Você tem razão, o termo “intelectual” está banalizado. Todos o empregam a torto e a direito, e com frequência, ele assume sentidos diferentes. Não vou começar esta conversa enumerando as possíveis definições – que são múltiplas –, nem fazendo uma tipologia dos intelectuais. Voltaremos ao assunto mais adiante. Se mencionei a foto de Said atirando pedras – poderia ter evocado George Orwell com um fuzil pendurado no ombro durante a Guerra Civil Espanhola ou Marc Bloch na Resistência francesa – é porque, na história do século XX, a noção de intelectual é indissociável do engajamento político¹⁹.

Essa premissa permitiu traçar o nosso entendimento do que é um intelectual engajado, e como Newton Carlos pode ser definido dessa maneira. Além de dar ênfase à ação, ao modo de se colocar no mundo, aquilo que o autor chama de “postura”, Traverso se aproxima dos pensamentos de Altamirano sobre os intelectuais, mostrando que acima de tudo, a categorização sobre esse grupo é política e que, especialmente no século XX, participa da vida social e política de seus locais de produção. Conforme diz outro italiano, Norberto Bobbio, esse engajar-se demonstra, definitivamente, o encontro da cultura com a política, sendo o momento em que os intelectuais decidem ou não tomar posição sobre algo no espaço público²⁰.

Foi necessário levar isso em consideração para não recair em uma definição simplista do intelectual Newton Carlos. Apesar da figura sartreana, o combativo e “enxerido” que

¹⁸ SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

¹⁹ TRAVERSO, Enzo. **Onde foram parar os Intelectuais?** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020, p. 9.

²⁰ BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

contesta as verdades recebidas, abusando de sua autoridade legitimada por seu *status* para criticar a sociedade e seus poderes estabelecidos de fato representa apenas um tipo de atuação e que não leva em consideração aqueles intelectuais que se furtam ou estabelecem as simbologias que tem por função não o embate, mas definir as respostas aos conflitos de uma sociedade. É exatamente por isso que as reflexões do francês Jean-François Sirinelli também foram utilizadas, para mostrar a complexidade desse grupo social e como ele por si só, está em embates internos, e que não há, nesse sentido, contradições que dividam em intelectuais ou não-intelectuais entre os que contestam (caso de Newton Carlos) ou os que buscam traçar valores em uma atuação não pública²¹. A heterogeneidade é um dos traços inerentes dos intelectuais — e a escolha do jornalista aqui estudado em se opor aos discursos dos EUA não faz dele melhor ou pior — mas marca sua trajetória como um contestador. Como diz Edward Said, o intelectual vai e vem, dispondo do espaço em que se mantém erguido e responde a autoridade, já que submeter-se sem respostas a ela no mundo de hoje é uma das maiores ameaças para uma vida intelectual ativa e moral²².

No entanto, levando em consideração que o engajamento tem como premissa indiscutível a ação política, optamos por traçar a conexão com a questão da responsabilidade. Não que as ações de Newton Carlos não ofereçam um quadro ativo de contestações — suas produções para *O Pasquim* por mais de três décadas, suas obras extra-redações profundamente críticas e a assinaturas de manifestos durante a ditadura civil-militar e sua participação ativa na campanha da anistia mostram, sem sombra de dúvidas, seu engajamento. Porém, essas informações ainda podem ser consideradas preliminares e carecem de aprofundamento. Então, a partir das reflexões de Norberto Bobbio, a atuação intelectual do jornalista pode ser traçada — levando em consideração, principalmente, seus artigos para o periódico independente acima mencionado. Parece, em um primeiro momento, um contrassenso aliar a noção de engajamento com a responsabilidade. Mas o que o italiano nos traz não é uma contraposição, mas um modo mais cauteloso de analisar a atuação pública do intelectual. Reconhecendo a heterogeneidade do grupo, Bobbio explana que, nos momentos em que a atuação pública por parte dos intelectuais é exigida, eles necessitam entender no que, o porquê e quais as consequências de seus escritos e ações — ou seja, avança quando diz que o “engajamento não pode ser subordinação” a alguma causa, uma vez que, estando no

²¹ SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

²² SAID, Edward. op. cit. p. 124.

espaço público, espera-se exatamente a responsabilidade do intelectual²³. Trazer uma visão de mundo considerada como verdadeira ao seu público exige isso.

É nesse sentido, portanto, que encaramos Newton Carlos como um intelectual latino-americano engajado e com responsabilidade. Sua forma de se posicionar, colocando em questão a política externa estadunidense foi a maneira de não se furtar de suas responsabilidades como intelectual. Isso, é claro, acarretou consequências. Sua atuação trouxe questões na vida pessoal e profissional de Newton Carlos, que estão aprofundadas nessa primeira parte da dissertação. A perseguição da ditadura, a ligação dele (ou não) com o comunismo e a falta de reconhecimento por sua trajetória profissional agudizam as interpretações e justificam a visão trazida nesse trecho da pesquisa.

Por fim, o último tópico para essa parte do trabalho serviu para indicar futuros caminhos nos estudos sobre o intelectual Newton Carlos. E isso passa, necessariamente, por enquadrar o jornalista numa perspectiva de redes. Altamirano e Sirinelli fornecem o suporte teórico para a compreensão dessas redes, enquanto o chileno Eduardo Devés-Valdés nos municiona com uma metodologia que permite entender os principais laços afetivos, intelectuais e políticos da figura histórica estudada²⁴. Entretanto, como já dito, isso é apenas um apontamento para novas hipóteses de trabalho. A falta de fontes e de tempo para analisar mais de sete décadas como profissional do jornalismo permitiu apenas alguns levantamentos preliminares, de relações em sua maioria constituídas em seu trabalho. E é a partir disso também que nomes importantes começam a surgir — não no âmbito da colaboração, mas da contraposição. *Scholars* estadunidenses aparecem nas críticas de Newton Carlos, algo aprofundado no terceiro capítulo — mas que permite entender as relações de embate das ideias — mostrando a construção transnacional do conhecimento e as críticas do jornalista.

Como isso, podemos partir para o segundo capítulo. Não há dúvidas de que essa parte do trabalho é o que mais se estende sobre conceitos específicos, no caso, o imperialismo e o anti-imperialismo. Isso porque, para compreendermos como o imaginário anti-imperialista compartilhado por Newton Carlos é formulado, ou seja, quais são as simbologias utilizadas pelo jornalista para a construção de suas críticas, necessita-se, obrigatoriamente, entender aquilo que é posto em causa – o imperialismo –, e aquilo que visa combater e denunciar a opressão sofrida – o anti-imperialismo. É nesse sentido, portanto, que discorreremos sobre esses dois fenômenos.

²³ BOBBIO, Norberto. op. cit., pp. 100-101.

²⁴ DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes Intelectuales en América Latina* – Hacia la Constitución de una Comunidad Intelectual. Instituto de Estudios Avanzados: Universidad Santiago de Chile, 2007.

Em um primeiro momento, portanto, o objetivo foi explicar historicamente o fenômeno do imperialismo. Sendo um conceito amplo, podemos dizer que ele se modificou, tendo novas facetas na contemporaneidade. Entretanto, as bases das interpretações modernas se baseiam justamente nas concepções surgidas no início do século XX. É por isso que, em uma melhor divisão para a compreensão das ideias, decidiu-se separar os momentos de estudo sobre o tema: primeiramente, discorreu-se sobre o “imperialismo clássico”, algo que Rodrigo Quesada Monge denomina de “Imperialismo Histórico”²⁵. Entre uma extensa gama de autores que trataram do assunto, foi dada prioridade para dois: Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo. E isso não foi feito aleatoriamente ou por acreditar que outras obras não tenham seu devido valor. Foram escolhidos esses dois autores porque, em última análise, são eles que servem como bases das revisões e revitalizações teóricas dos estudos atuais sobre o imperialismo. Partindo dessa premissa, alguns pontos merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, as obras bases utilizadas para entender as interpretações dos dois autores são: *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917)²⁶, de Lênin, e *Acumulação do Capital* (1916)²⁷, de Luxemburgo. As duas reúnem as principais características do fenômeno na visão dos autores, que se distinguem teoricamente, mas que se complementam na explicação do imperialismo. Em segundo lugar, por se tratarem de análises que colocam o campo econômico em sua centralidade, alguns conceitos dessa área de estudo foram necessários para a explicação das teorias. E em terceiro lugar, não nos preocupamos em aprofundar as diferenças teóricas entre os dois marxistas – até hoje temos trabalhos que buscam afirmar a prevalência de um sobre o outro, mas esse não é o foco desta pesquisa. O que buscamos traçar e operacionalizar são as principais contribuições de cada um dos autores no que concerne à explanação sobre o imperialismo, e quais os pontos de cada uma das teorias que servem de base para as interpretações modernas do fenômeno.

Após isso, adentramos em outras duas explicações importantes sobre o assunto, mais atuais. São elas a do historiador britânico Eric Hobsbawm e da filósofa teuto-americana Hannah Arendt, esta, inclusive, saindo do cânone marxista para explicar o imperialismo, dando novos aportes para a temática. É inegável a quantidade de produção de Hobsbawm. Por isso, optamos por delimitar a análise aqui feita restrita em duas obras: *A Era dos Impérios*

²⁵ QUESADA MONGE, Rodrigo. **América Latina 1810-2010** – El Legado de los imperios. San José: EUNED, Editorial Universidad Estatal a Distancia, 2012.

²⁶ LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo** – Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Editora Centauro. 4ª Edição, 2008.

²⁷ LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital** – Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

(1875-1914)²⁸ (1987) e a *Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991*²⁹ (1994). A partir delas, tem-se o que consideramos o mais importante da análise do britânico, que traz muito das teorias clássicas, por ser um marxista-leninista. A fusão entre política e economia, a predominância do estado burguês, o colonialismo e a formação de monopólios são algumas das características traçadas por Hobsbawm, que entra em consonância com as visões de Lenin e Luxemburgo. Além disso, é o historiador que nos fornece a justificativa e apoio na tese de que é impossível separar a explicação do desenvolvimento do imperialismo das análises do desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras do britânico, “todas as tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos, embora frequentemente eruditos e às vezes argutos”³⁰.

Saindo das interpretações marxistas, buscou-se operacionalizar as principais reflexões de Hannah Arendt sobre o assunto³¹. Isso porque ela traz importantes contribuições sobre o imperialismo, e suas ideias estão muito presentes nas interpretações atuais sobre o assunto. Também não foi nosso foco explicar de forma pormenorizada todas as diferenças entre os pensamentos da filósofa e dos marxistas, mas sim, buscar elementos que se conectam ou que se somam, para entender como diferentes vieses teóricos conseguem mostrar as ações de dominação e violência do imperialismo. E é a violência justamente onde a interpretação arendtiana fornece os suportes desta pesquisa, além de ser esse justamente o eixo utilizado nos estudos atuais do tema. Sua tese de que a burguesia, que por sempre buscar a expansão infinita do capital, necessita, obrigatoriamente, da expansão infinita de poder, abre a possibilidade de pensar que é somente pela extremada violência que ocorre a acumulação do capital. Portanto, a força e o imperialismo estão interligados, sendo impossível separá-los.

Para finalizar esse primeiro desdobramento do capítulo, ou seja, a explicação sobre o imperialismo, passou-se a discorrer sobre as interpretações atuais sobre ele. Muitos foram os autores utilizados para isso, dos quais podemos citar o argentino Atilio Boron³², Rodrigo

²⁸ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 110.

³¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³² BORON, Atilio. *América Latina en la Geopolítica del Imperialismo*. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014.

Quesada Monge³³, Ellen Wood³⁴, David Harvey³⁵, Perry Anderson³⁶, entre outros. Obviamente, esses intelectuais possuem convergências e divergências, mas o ponto essencial para a dissertação foi precisamente dois aspectos que aparecem em todas as análises: que o centro do imperialismo atual é, de fato, os Estados Unidos, e que a América Latina assume um importante lugar estratégico na geopolítica global, por ser a maior reserva de insumos e matérias-primas do planeta. Em um primeiro momento, o objetivo foi reforçar que no momento histórico em que vivemos, o imperialismo continua sendo uma força atuante e que define as relações de poder mundiais. Por algum tempo, esse termo foi deixado de lado, como se as relações assimétricas entre centro e periferia fossem fruto de outros fatores que não da exploração predatória e violenta do centro imperial. Atílio Boron explica muito bem essa questão. Para ele, os responsáveis por esse momento são os ideólogos do neoliberalismo, que tentaram ocultar a faceta exploratória do imperialismo com o conceito de globalização. Esse conceito busca criar uma narrativa de interdependência entre todas as nações, mas esconde as assimetrias econômicas e políticas que definem as relações mundiais. A globalização seria, portanto, a nova faceta do imperialismo, mais violento e predatório do que jamais visto, na visão do argentino³⁷.

Partindo disso, e dos autores já mencionados, buscamos compreender como o novo momento do imperialismo tem os EUA como centro, e como a América Latina como um todo foi impactada no século XX, principalmente durante a Guerra Fria pelos mandos e desmandos de Washington. Além disso, buscamos traçar como esse novo momento histórico é específico, diferenciando-se das interpretações clássicas do fenômeno, mas não as descartando. Rodrigo Quesada Monge, por exemplo, se recusa a utilizar a expressão “atualização”³⁸ da temática, por considerar que as interpretações atuais revitalizam a área de estudo, pois os velhos problemas descritos em Lênin e Luxemburgo, por exemplo, ainda continuam operando hoje. Atílio Boron, no centro de sua interpretação, coloca pontos extremamente interessantes e limitantes no que tange a utilização das teses leninistas e luxemburgueanas, mas deixando claro que a exploração, a violência e dominação são os pontos de continuidade histórica entre o imperialismo do século XIX e o do século XXI. Além disso, alguns outros elementos em comum dessas diversas interpretações podem ser adiantados, como por exemplo, a grande

³³ QUESADA MONGE, Rodrigo. op.cit.

³⁴ WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

³⁵ HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

³⁶ ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

³⁷ BORON, Atílio. op. cit. pp. 37-41.

³⁸ A título de exemplo, autores como Marisa Silva Amaral, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, Cristiano Monteiro da Silva e Michel Husson utilizam essa expressão em algumas de suas produções.

importância do Estado-nação para as práticas imperialistas, a sobreposição dos interesses privados em relação ao público, a mais alta financeirização da economia, com o rentismo sendo a principal ferramenta de enriquecimento dos EUA e o mais alto investimento já visto no setor militar. Em resumo, como diz Luiz Alberto Moniz Bandeira, o militarismo é o cerne da expansão imperial norte-americana³⁹, e corroborando com isso, Perry Anderson nos coloca que “o poder norte-americano não se baseava simplesmente na força do exemplo – a riqueza e a liberdade que fizeram dos EUA um modelo a ser imitado e o líder na civilização do capital —, mas também, inseparavelmente, na força das armas”⁴⁰. É nesse sentido, portanto, que buscamos compreender o imperialismo atual.

Para deixar claro, é nessa parte do capítulo que há a maior confluência dos pensamentos e estudos sobre o imperialismo com a interpretação dos fenômenos geopolíticos dada nas obras de Newton Carlos. O esforço do capítulo foi o de tentar não fazer apenas uma transcrição e apropriação de ideias, mas o de mostrar os pontos de conexão entre a teoria, os livros e as reportagens de autoria do jornalista. O que ele põe em questão é justamente a atuação política predatória dos EUA, e como a utilização da força, materializada no militarismo, fez parte da construção política, econômica e cultural de toda região latino-americana no século XX. As obras utilizadas para isso serão mais bem exploradas quando falarmos das fontes de forma mais detida.

Após a explicação sobre o imperialismo, adentramos em seu oposto, ou seja, o anti-imperialismo. Entendê-lo é fundamental para que possamos concatenar os conceitos e operacionalizar o objeto desta dissertação, no caso, o imaginário anti-imperialista compartilhado por Newton Carlos. A própria utilização dos autores acima citados na explicação do imperialismo já ajuda a iniciar a compreensão desse conceito. Falando especificamente da América Latina, pode-se dizer que é desse local que surgem as principais reflexões que colocam em causa o imperialismo estadunidense. Como coloca Emiliano López, a nova lógica imperial dos EUA é uma combinação da força produtiva de sua economia, da sua capacidade de domínio militar e da sua capacidade hegemônica através da legitimidade que o discurso sobre sua democracia alcançou no decorrer do tempo⁴¹. Os estudos, críticas e denúncias que constituem o anti-imperialismo atual partem disso para colocar em questão o poder de Washington. É importante ter isso em mente, pois, assim como o imperialismo, há

³⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano** – da Guerra contra a Espanha à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.27.

⁴⁰ ANDERSON, Perry. op. cit. p. 107.

⁴¹ LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As Veias Do Sul Continuam Abertas** – Debates Sobre o Imperialismo do Nosso Tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 6.

modificações e revitalizações nesse conceito, precisando delimitá-lo com clareza no que concerne há alvo e temporalidade das críticas.

Portanto, definimos o que entendemos como anti-imperialismo partindo das reflexões de Andrés Kozel, Florencia Grossi e Delfina Moroni. Para eles, esse fenômeno se caracteriza por uma notória heterogeneidade doutrinária, conceitual, expressiva e instrumental⁴². Isso entra em consonância com o que Kristina Pinker e Julieta Rostica defendem em sua tese, de que o anti-imperialismo possui um ideário polissêmico, ambíguo e flexível, que ajuda a articular e explicar diversas experiências sociais na América Latina⁴³. Com isso, optamos por entender o anti-imperialismo como um elemento enriquecedor ou complicador de ideologias particulares⁴⁴. Entendê-lo somente como uma modalidade de resistência política e cultural não resolve todos os problemas que se desdobram dele. Entendê-lo como uma doutrina, um corpo ideológico fechado, não satisfaz as condições necessárias para compreendê-lo e limita a análise ao não reconhecer que distintos corpos sociais utilizaram-se de discursos e práticas anti-imperialistas no decorrer do tempo, como por exemplo, os nacionalistas católicos argentinos dos anos de 1930, de um lado, e o comunista brasileiro Octávio Brandão, de outro.

Portanto, entender esse conceito como um complicador de ideologias particulares⁴⁵ nos permite, em análise última, pensá-lo como um imaginário particular, e de forma ampliada, como uma das dimensões do imaginário social. As simbologias utilizadas na formação dos discursos e ações anti-imperialistas partem de diferentes posições, que o significam e

⁴² KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.). **El imaginário antiimperialista en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini; CLACSO, 2015, p. 11.

⁴³ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). **Confrontación de Imaginarios** – Los Antiimperialismos en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 15.

⁴⁴ KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.). op. cit, p. 13.

⁴⁵ Nesse sentido, quando falamos de “complicador de ideologias particulares”, partimos do ponto em que o anti-imperialismo está presente em diversas ideologias existentes, seja à direita, seja à esquerda do espectro político. Exatamente por isso, não pode ser encarado como uma doutrina, e abre-se espaço para compreender o anti-imperialismo enquanto uma construção simbólica. Ele é um elemento que dá força e sustentação às críticas feitas a elementos externos, que buscam a dominação econômica e subordinação cultural — nesse caso em específico, das ações estadunidenses em relação à América Latina. Isso também está mais bem discutido no terceiro capítulo deste trabalho. No que concerne ao entendimento sobre a ideologia, é notória a quantidade de interpretações que o termo detém no decorrer do tempo. Para efeitos de compreensão, tomamos em consideração as palavras de Marilena Chauí, que expõe que “a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade. [...] A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais, tornam-se ideias dominantes.” (pp. 84-85). A ideologia está em disputa, e resulta das práticas sociais, como diz a filósofa. Para maior aprofundamento, ver:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UNB: Brasília, 11^a. Ed., 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O Que é Ideologia?**. São Paulo: Brasiliense, 2^a Ed., 2008.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Editora Cortez, 7^a Ed., 2000.

ressignificam constantemente. Como afirma Pinker e Rostica, essa sensibilidade anti-imperialista deve ser entendida como uma variedade gigantesca de simbologias, com limites difusos na constituição de suas críticas⁴⁶. Logo, a partir dessa definição, conseguimos conectar o anti-imperialismo, conceito trabalhado no segundo capítulo, com a formação ou contestação do imaginário social, algo que é explorado no terceiro capítulo. Um último ponto a ser levantado já nesta introdução é que, ao se trabalhar com o anti-imperialismo, não podemos cair num maniqueísmo. A complexidade simbólica que coloca em questão as ações imperialistas dos Estados Unidos vai muito além de uma questão moral de bem contra o mal, e não se pode enxergar toda essa rica tradição nessa perspectiva que limita a análise.

Para isso, alguns autores dessa rica tradição anti-imperialista latino-americana foram trazidos. Essa utilização teve como objetivo mostrar pontos confluentes desses autores, ainda do início do século XX, com os pontos levantados por Newton Carlos em suas obras — assim como os pontos que diferenciam esses escritores clássicos entre si e entre o jornalista carioca. Cinco foram os autores trazidos, sendo eles o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó, o argentino Manuel Ugarte e os peruanos Víctor Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui.

Todos esses nomes possuem grandes contribuições ao anti-imperialismo latino-americano, mesmo que possuam diferentes vertentes, projetos e estratégias para a defesa dessa parte do continente. Martí como pioneiro em encarar os Estados Unidos como alvo a ser combatido tem uma virada interpretativa importantíssima no que concerne a raça. Rodó em seu idealismo arielista tem sua crítica potencializada pelos seus leitores, mas um alcance limitado justamente por dar ênfase total ao “espírito” que combate o monstro da ganância. Ugarte, tendo viajado e vivido muito tempo no centro do império, traz consigo as interpretações de Rodó e inicia as críticas de imperativo econômico mais bem estruturadas. O embate entre Haya de la Torre e Mariátegui extrapolou os limites do território peruano e influenciou diversos intelectuais latino-americanos, tendo como grandes inovações a utilização do marxismo em suas análises e o início de um projeto político-partidário anti-imperialista a partir do APRA, o que se tornou hegemônico desde então. Isso mostra a grande heterogeneidade do anti-imperialismo, ao mesmo tempo em que formou uma rica tradição da qual Newton Carlos com certeza se instruiu.

Um último ponto deste capítulo parte justamente dessa referida heterogeneidade — por mais que os projetos e aspirações se diferenciem, todos eles possuem um ponto em comum: a recusa a um anti-americanismo — entendido aqui em um sentido de negação

⁴⁶ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). op. cit. p. 19.

sumária e acrítica aos Estados Unidos. Nenhum dos autores recusam interações com o país do norte, e muitos deles sempre mostraram admiração pelo vizinho — mas emular a forma norte-americana está fora dos horizontes desses intelectuais. E isso é importante porque Newton Carlos segue essa tradição. Seu trabalho jornalístico, e também suas obras extra-redação, se recusam sumariamente a concluir que a solução para a América Latina é renegar a diplomacia e cortar as relações políticas com os EUA. Esse talvez seja o ponto mais claro de continuidade entre esses intelectuais que moldaram essa rica tradição anti-imperialista e o jornalista brasileiro. E é um ponto importante de reflexão para comprovar que esse binômio, imperialismo e anti-imperialismo, não é uma relação maniqueísta, uma disputa entre o bem e mal — mas que possui interações complexas que não podem ser reduzidas a isso.

O terceiro e último capítulo desta dissertação buscou concatenar dois conceitos principais: o imaginário social e o anti-imperialismo — logo, toda a construção da segunda parte do trabalho serve para introduzir melhor o segundo conceito e como ele se relaciona ao primeiro, dando forma ao objeto da pesquisa, o imaginário anti-imperialista compartilhado por Newton Carlos. Com o anti-imperialismo já delimitado, foi o imaginário que necessitou de uma atenção maior. Portanto, utilizamos principalmente as reflexões do historiador polonês Bronislaw Baczko para trabalharmos com essa noção. Para ele, foi a partir da década de 1960 que o imaginário começou a ganhar relevância nos debates, muito por conta do Maio Francês de 1968. Antes colocada em uma posição do quimérico e do espetacular, a imaginação agora é colocada no campo do simbólico, garantindo ao poder que domina os discursos um lugar estratégico na formulação de suas práticas⁴⁷. É por isso que exercer o poder com o domínio do imaginário é um meio de reforçar a dominação efetiva, se apropriando de símbolos que constituem a coesão de um grupo social.

Com isso, a conexão entre as ideias de Altamirano, expostas no primeiro capítulo, de que o intelectual tem como espaço privilegiado a arena cultural, com a criação e utilização de símbolos, com a noção de imaginário social exposta pelo polonês, é clara. Além disso, se os intelectuais disputam a legitimidade nessa arena, não seria diferente na questão do imaginário. Baczko aponta que o “imaginário é um lugar de expectativas e aspirações, mas também um lugar de lutas e conflitos”⁴⁸. Ademais, essas noções utilizadas e aprofundadas permitem dizer que os imaginários são pontos de referenciais simbólicos que uma coletividade produz,

⁴⁷ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, pp. 296-297.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 299.

formulando uma representação global e totalizante de um grupo, que dá respostas aos conflitos e divisões do mesmo⁴⁹. Portanto, nesta dissertação esse conceito é encarado como uma força reguladora da vida coletiva, que dá legitimidade e autoridade ao poder que domina as simbologias.

E é nessa questão da legitimidade que se abre possibilidades de analisar as obras intelectuais de Newton Carlos. É no centro do poder que a legitimidade se constitui, pois qualquer sociedade precisa inventá-la para que o poder se imponha, tanto como poderoso, quanto como legítimo. E a legitimidade é exatamente o espaço de luta e conflito. Portanto, assim como no primeiro capítulo discorremos sobre a categoria do intelectual engajado, que desafia o poder, aqui foi trabalhada a noção de contra-legitimidade de Baczko. Essa contra-legitimidade é, em poucas palavras, “um poder fundado em uma legitimidade diferente daquela que se relaciona a dominação estabelecida, é um elemento essencial do ato de pôr em causa a legitimidade do poder”⁵⁰. Logo, é nessa questão da construção de um discurso, utilizando simbologias de contestação, que o imaginário compartilhado por Newton Carlos pode ser visto como um imaginário anti-imperialista.

Essa construção de uma legitimidade diferente se constitui como uma denúncia das práticas imperialistas dos Estados Unidos, que tentou, durante a Guerra Fria, criar representações que justificassem suas ações geopolíticas em relação à América Latina. Portanto, esse embate de imaginários constitui a estrutura desse terceiro capítulo. Esse discurso de contra-legitimidade do jornalista se baseia em alguns pontos principais. Como afirma Baczko, ao mesmo tempo em que um imaginário é um esquema interpretativo, ele também é um sistema de valorização, buscando interiorizar práticas e ações nas comunidades que estão inseridos⁵¹. Por isso, ele não age sozinho, possuindo elementos estratégicos que garantem a dominação simbólica. A mídia de massas é um grande exemplo disso, como é possível verificar no trabalho de Luis Beltrán Ramiro e Elizabeth Cox Cardona⁵². Mas o foco aqui está em outro meio, o da produção acadêmica, e em menor grau, político. Isso porque, nas análises feitas por Newton Carlos, ele critica, com muita ênfase, duas teorias sociológicas que tiveram muito espaço durante a Guerra Fria: A Teoria da Modernização e a Teoria do Desenvolvimento. No campo político, a Aliança Para o Progresso, programa de Kennedy de ajuda ao continente, ganha os holofotes na construção do discurso de contra-legitimidade do

⁴⁹ BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 309.

⁵⁰ Ibidem, p. 310.

⁵¹ Ibidem, p. 311.

⁵² RAMIRO, Luis Beltrán; FOX, Elizabeth Cardona. **Comunicação Dominada**. Os Estados Unidos e os Meios de Comunicação da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

jornalista. Mas antes do aprofundamento desse embate de discursos, foi necessário trazer a visão do jornalista sobre o imperialismo estadunidense. Portanto, é nessa parte do trabalho em que ficam claras as posições críticas de Newton Carlos, elucidando como o jornalista tinha de fato, uma interpretação dos acontecimentos que o faziam crer que as ações dos Estados Unidos eram, sem dúvidas, imperialistas. Ter isso em mente é essencial para o trabalho, no que tange a metodologia e a ética da pesquisa. Afirmar que Newton Carlos apresenta uma produção anti-imperialista implica, obrigatoriamente, afirmar que ele encarava as práticas políticas dos Estados Unidos como imperialistas, em busca de hegemonia, utilizando-se da coerção quando as práticas políticas e os discursos falham. Simples críticas não constituem isso, e é graças a esse capítulo que se pode confirmar esse ponto de grande importância.

Voltando às duas teorias acima mencionadas, o importante a se considerar nesse momento é que as duas buscavam traçar um panorama das condições da América como um todo, buscando desenvolver economicamente as regiões latino-americanas para que não houvesse risco de países tão próximos a Washington seguissem o exemplo de Cuba e se aproximassem do socialismo. Para entender a simbologia utilizada nesse imaginário anti-imperialista compartilhado pelo jornalista, é preciso entender o que ele estava colocando em questão. E eram justamente as respostas traçadas por essas teorias. Chamando os estudiosos da Teoria da Modernização de *scholars* ou tecnocratas, Newton Carlos traçará embates discursivos que buscam deslegitimar essa argumentação. No caso da Teoria do Desenvolvimento, o alvo específico é um de seus maiores entusiastas, Robert McNamara, presidente do Banco Mundial em 1968, com profundos laços com a política estadunidense. No que concerne às críticas à Aliança Para o Progresso, elas se desdobram justamente das críticas dessas duas teorias, mostrando que o desenvolvimento pregado virou submissão econômica e a porta de entrada para as maiores multinacionais norte-americanas nos países da América Latina.

Para isso, três autores auxiliaram de forma decisiva na compreensão, tanto dos discursos estadunidenses, quanto das críticas de Newton Carlos. O primeiro deles é o cientista político norte-americano Lars Schoultz. O autor nos apresenta um estudo riquíssimo de longa-duração, mostrando que além de imperativos políticos e econômicos, todas as decisões tomadas pelos Estados Unidos em relação a América Latina vêm sendo pautadas por uma imensa carga de preconceito, o que ele chama de *mindset* negativo⁵³, desde o início do século XIX. A política interna e externa do país do norte assumiu posições imperiais quando a

⁵³ SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos** — Poder e Submissão. Uma História Política Norte-Americana em Relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

dominação comercial da região foi ameaçada — e foi legitimada pela modificação das ideias de excepcionalismo e autodeterminação. É nesse sentido que o *Manifest Destiny* e a Doutrina Monroe ganham potência assombrosa, se atualizando e revitalizando nos discursos políticos norte-americanos até hoje — e sempre imbuídos dessa carga de preconceito que contrapõe o “Eu glorificado” estadunidense e os latino-americanos, ávidos para serem liderados e dominados pelos Estados Unidos.

O segundo é João Feres Jr., com seu conceito de oposições assimétricas⁵⁴. Partindo disso, o estudioso nos coloca que a definição do que é ser latino-americano, ou o que seria a América Latina, saiu apenas do uso cotidiano estadunidense para invadir o campo acadêmico, principalmente com a Teoria da Modernização. Com isso, temos que os latinos são o oposto dos norte-americanos, com um rebaixamento explícito do Outro latino-americano e a glorificação do EU americano⁵⁵. Portanto, a oposição assimétrica seria “uma das formas semânticas que o desrespeito pode assumir quando articulado através da linguagem, e uma das mais radicais, pois o Eu vê no Outro somente reflexões invertidas de sua própria auto-imagem”⁵⁶. Isso é a construção do imaginário social, como pregado por Baczkó. A utilização simbólica para a construção de um discurso acadêmico, formando uma narrativa generalizante, genérica e simples, tanto na Teoria da Modernização, quanto na Teoria do Desenvolvimento se apoiam em oposições culturais, em um ambiente acadêmico atravessado por disputas, que permitem conectar as ideias de Altamirano, Baczkó, Feres Jr. e o próprio Newton Carlos. A construção discursiva do jornalista se utiliza de outros símbolos, que colocam em causa os preceitos desenvolvidos por esses *scholars* da Guerra Fria, e é isso que está aprofundado no terceiro capítulo.

A outra autora utilizada é Silvina María Romano. Seu estudo busca compreender como se deu a consolidação do capitalismo periférico nos países da América Latina, e como a iniciativa da Aliança Para o Progresso teve um papel fundamental nisso⁵⁷. Esse programa é importantíssimo para a compreensão das críticas de Newton Carlos, pois reúne elementos da modernização, do desenvolvimento e da estabilidade (principalmente, nessa última, na figura de Samuel Huntington). Conforme diz Sidnei Munhoz, “esses intelectuais ponderavam que era fundamental tomar a dianteira e demonstrar que era possível fazer, no século XX, no Sul do planeta o que havia sido feito ao Norte, no final do século XIX: promover de forma

⁵⁴ FERES JR, João. *A História do Conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 22.

⁵⁶ FERES JR., João. *op. cit.*, p. 22.

⁵⁷ ROMANO, Silvina María. *¿América para los Americanos? – Integración Regional, Dependencia y Militarización*. Ruth Casa Editorial, 2013.

simultânea o desenvolvimento econômico e a democracia política”⁵⁸. É nesse sentido que o programa de Kennedy ganha espaço, e Newton Carlos utiliza de diferentes elementos para denunciar que, ao contrário do discurso, a prática era de dominação e não de ajuda. Como diz Romano, a construção simbólica que justificava as ações dos EUA se pautava em um discurso de defesa e manutenção da democracia, mas na verdade, garantiu investimentos contra o comunismo, assegurando estabilidade econômica, política e social para o país do norte – e é justamente isso que as obras intelectuais do jornalista aqui estudado coloca em causa. Todos esses aspectos estão agudizados no decorrer da dissertação. Aprofundar com afinco as articulações semânticas, conceituais e simbólicas nas obras de Newton Carlos, permite um avanço no entendimento ou surgimento de novas questões referentes ao anti-imperialismo latino-americano.

Por fim, depois de analisados os pontos e simbologias principais às quais Newton Carlos se opôs, foi possível delimitar qual o principal pilar que sustentou os discursos estadunidenses no período da Guerra Fria, e conseqüentemente, o que Newton Carlos mira suas críticas. A partir das reportagens e das obras extra-redação, o ponto de continuidade do início dos anos de 1960 até o fim dos anos de 1980, a estrutura basilar que legitimou as ações norte-americanas foi o anticomunismo. Nos apoiando principalmente em João Roberto Martins Filho, buscamos entender como o jornalista brasileiro detectou essa permanência, e como em sua concepção, a chamada Doutrina da Guerra Revolucionária⁵⁹ de matriz francesa foi o sustentáculo intelectual, militar e econômico que dava às ingerências dos EUA na América Latina as justificativas necessárias para tais práticas. As análises do jornalista buscam então colocar em causa esse discurso, se ancorando em outras simbologias que tirassem desse maniqueísmo as práticas de ingerência. Com isso, podemos aprofundar as fontes utilizadas para a realização desta dissertação.

⁵⁸ MUNHOZ, Sidnei. “Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria”. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 452-469, fev. 2017, p. 463.

⁵⁹ Doutrina que prega que o “aspecto mais importante da guerra revolucionária é a psicologia do combate e da população, levando em conta os aspectos ideológicos da ação e do moral dos combatentes”. O anticomunismo é seu aspecto mais decisivo, uma vez que a construção do inimigo interno se dá justamente pela idealização do subversivo comunista.

Para aprofundamento, ver:

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de; MARIN, Richard. “Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972)”.

Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Rodrigo%20NABUCO%20DE%20ARA%20UJO%2031-08-07.pdf>>. Acesso: 20.jan.2023.

1.2 As Fontes da Pesquisa

Depois de termos passado pela problemática e as divisões temáticas da dissertação, precisamos aprofundar as fontes utilizadas que permitiram a realização do estudo. Como elucidada José d'Assunção Barros, são justamente essas fontes que permitem ao historiador “elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises e problematizar”⁶⁰ os seus objetos de estudo. Com isso, temos como principais fontes deste trabalho, dois grupos específicos e bem delimitados: o primeiro, são cinco livros de Newton Carlos, ou seja, sua produção extra-redação, oriundos principalmente de suas análises profissionais; o segundo, uma pequena amostra de seus artigos jornalísticos, escritos para o periódico alternativo *O Pasquim*, entre os anos de 1969 e 1990.

No que concerne aos livros, eles são: *São Domingos – a Guerra da América Latina* (1965); *Peru – O Novo Nacionalismo Latino-Americano* (1969); *Chile com Allende – Para onde Vai?* (1970); *América Latina: Dois Pontos* (1978) e *Camelot, Uma Guerra Americana* (1991). Quatro desses livros são narrativas construídas a partir do ofício jornalístico do autor, enquanto o livro de 1978 constitui um compilado de crônicas políticas a respeito dos acontecimentos na América Latina durante os anos de 1960 e 1970, escritas em sua maioria para o jornal *O Pasquim*. Como podemos analisar, em um espaço temporal de quase três décadas, Newton Carlos produziu suas análises e interpretações, sempre compartilhando uma opinião muito crítica em relação às práticas políticas dos Estados Unidos e suas relações com a América Latina. São nesses livros que ocorre a construção simbólica por parte do jornalista, na elaboração da já referida contra-legitimidade, denunciando o imperialismo estadunidense.

Seguindo os critérios de Barros, no decorrer do trabalho, buscamos centralizar a análise em dois aspectos dessas fontes: a posição e a intencionalidade. A posição da fonte tem relação com a distância ou proximidade da mesma em relação ao problema histórico – nesse caso, a análise por parte de Newton Carlos das ingerências dos EUA, a resistência dos países latinos e como isso se insere em um imaginário anti-imperialista. Não há classificação absoluta, mas podemos dizer que, majoritariamente, os livros são fontes diretas, escritas no decorrer dos acontecimentos, com o último livro apenas tendo um afastamento maior para a construção de sua argumentação. Já sobre a posição ideológica de Newton Carlos, seu discurso contestador permite dizer que o autor era um franco crítico às ações políticas tomadas pelos Estados Unidos. É sua construção combativa que deve ser analisada, passando

⁶⁰ BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019, p. 9. Versão PDF.

por locais pessoalmente, como nos casos da República Dominicana, ou estando mais afastado, como no caso de Camelot.

No que concerne a intencionalidade, grosso modo, as fontes, na concepção de Barros, podem ser divididas em voluntárias e involuntárias. Claramente, os livros aqui analisados estão inseridos na classificação de fontes voluntárias, e como diz o historiador, isso fica mais evidente em “fontes narrativas que constroem um discurso sobre o acontecimento”⁶¹. Em todos esses livros, Newton Carlos não apenas escreve, mas sua figura permeia toda a narrativa, com seus argumentos, explicações e interpretações dos fatos e documentos utilizados. Como mostra o próprio Barros:

A partir da década de 1980, as fontes autorais voltam a ocupar uma posição importante, já dominadas por técnicas como a Análise de Discursos, a avaliação de vocabulário, a contextualização sistemática, o rastreamento de posições ideológicas, a pesquisa sobre as intertextualidades de um discurso, a compreensão da recepção como instância que infere na própria produção desse discurso. O fato de uma fonte ser intencional, dessa maneira, não traz uma limitação para o historiador, mas até mesmo lhe oferece uma outra nuance de riqueza, desde que o pesquisador se posicione metodologicamente e recolque seus problemas históricos de uma forma tal que seu objetivo não se limite colher informações, mas sim analisá-las no interior de práticas, discursos e representações⁶².

Portanto, as interpretações do jornalista devem ser encaradas como um discurso que conta com representações de um imaginário combativo por parte do autor. Além disso, esse tom de denúncia é intencional – mas o imaginário compartilhado, esse imaginário anti-imperialista pode ser considerado como um aspecto involuntário dessa fonte. Seu repúdio às ações estadunidenses é a parte central dessa produção, mas essa contra-legitimidade, ou seja, um discurso contra uma ordem estabelecida, com simbolismos próprios e que ultrapassam o objetivo inicial e intrínseco dos livros é o que busco traçar nas páginas que se seguem.

Já para o segundo grupo de fontes, ou seja, os artigos de opinião de Newton Carlos, podemos dizer o mesmo em relação à posição e a intencionalidade, pontos trazidos por Barros. No entanto, por ser um uma tipologia diferente, é preciso trazer algumas considerações metodológicas. Dois são os principais autores que permitiram o manuseio e interpretação desses extratos: Tania Regina de Luca e Rodrigo Miquel Alsina. A historiadora nos fornece toda uma metodologia para o trato com periódicos, desde a separação de séries até o encarar o periódico como uma fonte construída pelo seu tempo, com propósitos

⁶¹ BARROS, José D’Assunção. op. cit. p. 19.

⁶² BARROS, José D’Assunção. op. cit. p. 20.

mercadológicos e políticos, e que por isso deve ser problematizado⁶³. Já Rodrigo Alsina nos permite entender que o discurso periódico é um discurso social inserido num sistema produtivo, que molda o pensar dos indivíduos⁶⁴. Newton Carlos não escapa dessa lógica, e seus escritos, por mais questionadores que sejam, são parte de uma indústria informativa. Fazendo parte da mídia, exemplo d'*O Pasquim*, o jornalista constrói uma realidade social publicamente relevante⁶⁵, já que é sua análise dos acontecimentos que dão sentido aos fatos sociais e políticos da América Latina. Entender como seu anti-imperialismo se constrói nesse discurso periódico é uma maneira de conseguir compreender também o quanto desse imaginário está presente em suas obras, e como isso foi encarado e legitimado no próprio público leitor.

Esses dois autores nos permitem compreender, portanto, que os artigos opinativos de Newton Carlos para o jornal alternativo se constituem como a interpretação que o intelectual considera como verdadeira. Como diz Carlos Henrique Ferreira Leite, “não se deve fazer da história da imprensa um campo isolado, mas estabelecer vínculos e conexões com a história social mais ampla”⁶⁶, ou seja, é necessário contextualizar o jornal do seu próprio meio, espaço e tempo de circulação. Não se pode achar que o periódico está isolado de seu tempo, e por isso mesmo, alguns nomes como Bruno Brasil, Bernardo Kucinski e Andréa Cristina de Barros Queiroz foram utilizados, a fim de apresentar o contexto de publicação, além de permitir explicar como e por quê as análises do jornalista ganham relevância nesse espaço.

Uma última explicação necessária especificamente sobre a utilização desses artigos se refere a sua triagem. Tendo escrito por mais de vinte anos para *O Pasquim*, Newton Carlos teve uma extensa produção. Mais de 400 artigos foram analisados, sendo, a partir de 1972, a relação entre América Latina e Estados Unidos o principal foco do jornalista. Além disso, assuntos como a escalada da violência global, a responsabilidade dos intelectuais e o papel da imprensa também constituíram temáticas abordadas por ele. Através de um cruzamento de palavras, foi possível entender como Newton Carlos abordava as relações imperialistas e entender quais foram seus principais apoiadores dentro da própria estrutura do periódico, já que nomes como Paulo Francis e Sérgio Augusto o citavam continuamente. Com essas análises, aliado aos exames das obras extra-redações, foi possível compreender o

⁶³ LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-154.

⁶⁴ RODRIGO ALSINA, Miquel. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1993, p. 9.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁶ LEITE, Carlos Henrique Ferreira. “História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento Histórico”. In: **SNH 2015 - XIV Encontro Regional de História – 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil**, 7-10 Outubro, Campo Mourão, p. 826.

aprofundamento das críticas do jornalista e sua visão profundamente crítica às ingerências dos EUA — assim como um refinamento de suas interpretações⁶⁷. Com essa explicação geral, alguns adendos devem ser feitos, explicitando o uso particular das fontes em cada capítulo.

Em todos eles, os artigos d'*O Pasquim* foram utilizados — ora para entender como Newton Carlos entendia o seu próprio papel como intelectual, ora para demonstrar a sua posição anti-imperialista. Já no caso das produções bibliográficas, no primeiro capítulo, além das obras já citadas, tivemos que buscar auxílio em outras documentações. Constitui-se como objetivo dessa parte do trabalho a defesa de Newton Carlos como um intelectual latino-americano. Para isso, tivemos que analisar a trajetória pessoal e profissional dessa figura histórica, o que foi feito a partir de várias fontes auxiliares. Em primeiro lugar, podemos citar as reportagens sobre seu falecimento, que trazem, de forma resumida, suas principais ações como jornalista, e permite uma abertura inicial para a compreensão de quem o considerava um intelectual, seja um par profissional ou alguém fora de sua área de atuação. Em segundo lugar, utilizamos uma entrevista dada ao Museu da Televisão Brasileira pelo próprio Newton Carlos, no ano de 1998. Optamos por utilizar esse testemunho, mesmo não sendo um trabalho de História Oral. Com ele, pudemos entender parcialmente a construção profissional do jornalista, e como suas experiências impactaram nos rumos e interpretações tomadas durante sua carreira. Por fim, muitos documentos disponíveis no Arquivo Nacional foram utilizados, para demonstrar que a atuação intelectual de Newton Carlos não passou despercebida pelos militares do regime, sendo perseguido e observado ao longo de toda a ditadura.

O segundo capítulo apresenta maior utilização das obras do jornalista. Entender que a figura histórica aqui estudada compartilha de um imaginário anti-imperialista implica, necessariamente, que ele acreditava que as ações dos EUA eram de fato imperialistas. No decorrer de toda a Guerra Fria, isso é citado e criticado por ele. No terceiro capítulo, a ênfase maior é dada ao livro *Camelot, Uma Guerra Americana*⁶⁸. É nele onde está concentrada a

⁶⁷ É possível analisar as menções cruzadas e o resumo dos artigos de Newton Carlos nos *links* a seguir:

Resumo dos artigos n'*O Pasquim*:

<<https://drive.google.com/file/d/1hhuwfmkbEOEuZu-CusvmzgfGxaEKhCvf/view?usp=sharing>>.

Citações a Newton Carlos n'*O Pasquim*:

<<https://drive.google.com/file/d/1b6mlAhLjHTvhtaKVQksJzNKR1-JtuFpK/view?usp=sharing>>.

Termo imperialismo n'*O Pasquim*:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k_y0wJHN8nIJRI99hyYzXhAtP0Reuvt3qgfGfxiJalc/edit?usp=sharing>.

⁶⁸ De forma resumida, segundo o CPDOC, o Projeto *Camelot* foi concebido em fins de 1963 por um grupo de oficiais do setor de pesquisas do Departamento de Defesa do Exército dos Estados Unidos que acreditavam que os EUA teriam a importante missão de promover o desenvolvimento de uma sociedade estável, procurando meios de evitar revoluções geradas por tensões sociais na América Latina. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-camelot>>. Acesso: 27.fev.2023.

maior densidade de análise de Newton Carlos, uma vez que a obra é uma extensa interpretação dos principais momentos geopolíticos entre EUA e América Latina durante a Guerra Fria. É nele onde as críticas às políticas norte-americanas estão mais acentuadas e organizadas, além de oferecer maior repertório simbólico, combativo, em busca de pôr em questão essas táticas de coerção e dominação — além de trazer aspectos importantes de uma luta latino-americana, muitas vezes esquecida em meio a essas relações assimétricas.

2 O INTELLECTUAL NEWTON CARLOS

2.1 *Newton Carlos: um breve sobrevo*

“Newton Carlos de Figueiredo, filho de Manuel Lopes de Figueiredo e Arinda P. de Figueiredo, 1911 – Rio de Janeiro/RJ. Jornalista”⁶⁹. É desta maneira que Newton Carlos é apresentado no documento do Serviço Nacional de Informação (SNI)⁷⁰, de setembro de 1979. Neste pequeno trecho, com erros notórios, como a data e cidade de nascimento, o que se aproveita é a profissão que consagrou a personagem histórica aqui estudada: jornalista, e notadamente, um pioneiro do jornalismo internacional. O porquê dele estar em um documento oficial da ditadura, sendo monitorado de forma constante, é algo que será explorado nesta dissertação. Inicialmente, entretanto, focaremos na figura do jornalista, apresentando sua trajetória profissional e como isso impactou nas análises sobre a política internacional, em sua longa carreira de mais de seis décadas. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em sua nota de falecimento, nos coloca que “morre Newton Carlos de Figueiredo, jornalista brasileiro que dedicou a vida à cobertura internacional”⁷¹, confirmando esse lado pioneiro e como isso impactou em sua vida profissional. Não é objetivo deste trabalho produzir uma biografia intelectual⁷², como descreve François Dosse, mas sim trazer elementos da vida e carreira de Newton Carlos que possam ser operacionalizados na compreensão do imaginário compartilhado por ele, e como isso influenciou na sua produção intelectual.

A partir deste horizonte traçado, muitos elementos se tornam essenciais para a dissertação, cumprindo não somente com esse objetivo central, mas também trazendo à tona uma figura importantíssima do jornalismo nacional, desconhecida no mundo acadêmico, já que há pouquíssimos trabalhos que o mencionam. O documento do SNI acima mencionado pode ser descartado como uma fonte fidedigna de informações sobre a vida de Newton Carlos – sua filiação parental e profissão estão corretas, mas somente isso. Ele nasceu em Macaé, no estado do Rio de Janeiro, em novembro de 1927. Em um

⁶⁹ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80007569/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007569_d0001de0001.pdf>. Acesso: 28.abril.2022.

⁷⁰ Segundo o CPDOC, foi o órgão da Presidência da República criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁷¹ Disponível em:

<<https://www.abraji.org.br/noticias/morre-newton-carlos-de-figueiredo-jornalista-brasileiro-que-dedicou-a-vida-a-cobertura-internacional>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁷² DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Editora USP, 2009.

testemunho concedido ao Museu da Televisão Brasileira em 1998, ele fornece um panorama sobre sua vida, montando sua própria perspectiva sobre sua vida⁷³.

Para o prosseguimento da dissertação, é necessário compreender criticamente esse testemunho como fonte. Como dito, essas fontes servem como meios de operacionalizar os fatos e acontecimentos da vida de Newton Carlos. Portanto, o resultado dessa operacionalização não é um trabalho de História Oral. O que busco traçar partindo desses relatos é a construção inteligível da trajetória do jornalista. De forma taxativa, trato o testemunho como algo dialógico e complexo, que fornece informações inéditas e importantes para a compreensão da produção intelectual de Newton Carlos, assim como as suas ações enquanto profissional do jornalismo. Por conseguinte, a análise dessa fonte específica será de acordo com os objetivos centrais traçados, ou seja, utilizada para fornecer informações que permitam entender como se deu a construção do imaginário anti-imperialista compartilhado por ele. Então, trazer aspectos de sua vida e trajetória profissional torna-se algo imperativo⁷⁴.

Como já mencionado, não existe um aprofundamento de estudos sobre ele, seja na área da Comunicação, seja na área da História, o que por si só é um fato inquietante. Muitas das informações referentes a ele estão disponíveis por notícias sobre seu falecimento, e mesmo elas corroboram a imagem de um jornalista reconhecido pela cobertura internacional. Na nota de falecimento do jornal *O Globo*, por exemplo, coloca-se que ele foi “classificado como um mestre por uma geração de profissionais que fizeram a história da imprensa brasileira, entre eles Janio de Freitas e Clóvis Rossi”⁷⁵. A própria *Folha de S. Paulo*, veículo de imprensa onde Newton Carlos foi colunista diário por mais de 25 anos, coloca que ele foi “pioneiro na cobertura internacional na imprensa brasileira, especialmente de notícias e análises sobre América Latina”⁷⁶. Essas esparsas notícias não aprofundam sobre a trajetória do jornalista, nem explicam tamanho *status* contrastando com as poucas informações sobre o noticiado. Justamente por isso, o testemunho concedido ao Museu da Televisão Brasileira ganha relevância.

Além disso, em uma pequena obra de Isabel Siqueira Travancas, que reúne

⁷³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-7LSUyguUY>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁷⁴ Para um maior aprofundamento sobre a perspectiva utilizada sobre a fonte tratada, ver: PORTELLI, Alessandro. “História Oral como Gênero”. In: **Projeto História**, São Paulo, jun.2001, pp. 99-136. ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁷⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-newton-carlos-pioneiro-da-cobertura-da-america-latina-do-columismo-internacional-no-brasil-23985041>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁷⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/morre-newton-carlos-pioneiro-do-jornalismo-internacional-aos-91.shtml>>. Acesso: 28.abril.2022.

informações de alguns jornalistas contemporâneos a Newton Carlos, uma explicação a tamanho desconhecimento sobre a trajetória do jornalista é traçada, mesmo que de forma sutil e inicial. Na visão da autora, “ser jornalista aos 62 anos, com quarenta de profissão, trabalhando em um veículo por muitos considerado de ‘categoria inferior’, são dados suficientes para destacar Newton Carlos com um profissional corajoso, que não aceitou os limites da idade e da tradição do jornalismo”⁷⁷. Aqui, dois fatos merecem ser considerados – o primeiro, é que além da redação, o jornalista foi também um pioneiro do jornalismo televisivo. O segundo, é que justamente por isso, a carreira dele foi ofuscada. Nas palavras de Travancas, para os jornalistas formados na segunda metade do século XX, “a televisão não é vista como o melhor veículo para o jornalista, e, portanto, o *status* dentro da profissão não estará ligado a ela”⁷⁸. Essa situação se deu principalmente no início do telejornalismo no Brasil, durante os anos 50 e 60 do século XX, período este justamente vivenciado por Newton Carlos. Como aponta Guilherme Jorge de Rezende, “a limitação de dar apenas notícias de ‘primeira página’ impedia, porém, a produção de um jornalismo crítico”⁷⁹, algo que era mal visto pelos profissionais da imprensa da época. Jaciara Novaes Mello também coloca que “a televisão perdia para o rádio na rapidez da notícia. Naquela época, os aparelhos de televisão eram raros (um luxo) e, por essa razão, as críticas feitas aos telejornais ficavam restritas a uma pequena parcela da população”⁸⁰. Como elucidado, esse é o começo de uma explicação para a falta de um interesse maior na figura de Newton Carlos.

Temos então alguns fatos já estabelecidos. Newton Carlos foi um pioneiro do jornalismo internacional no Brasil⁸¹; foi também um pioneiro do jornalismo televisivo brasileiro; há um reconhecimento importante de seus pares, que não se reflete em um interesse maior sobre suas obras, análises e pensamentos durante sua trajetória como jornalista – é nesse sentido que uma recuperação, mesmo que parcial e inacabada de seus feitos, se faz necessária para a compreensão de seus escritos.

No testemunho compartilhado com o Museu da Televisão Brasileira, o jornalista narra que em sua juventude, seu pai quis que ele seguisse na carreira de contador. Estudou

⁷⁷ TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Sammus Editorial, 1993, p. 71.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 72.

⁷⁹ REZENDE, Guilherme Jorge de. “Retrospectiva do telejornalismo brasileiro”. In: **Revista Comunicação e Sociedade**, n°31, 1999, p. 39.

⁸⁰ MELLO, Jaciara Novaes. “Telejornalismo no Brasil”. In: **Faculdade Santa Amélia SECAL**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009, p. 4.

⁸¹ Entendido aqui como uma das inúmeras variações do jornalismo – seu foco está em cobrir acontecimentos considerados relevantes que acontecem pelo mundo, levando uma população a entrar em contato com novas informações fora de seu país.

pouco tempo para esse ofício, mas optou pelo trabalho que o consagrou. Nos anos de 1940, não havia cursos superiores de jornalismo, o que fez Newton Carlos se autointitular como autodidata na profissão. Isso se confirma com Travancas, que o qualifica como um “autodidata por excelência”⁸². Seu primeiro emprego como jornalista foi no jornal *Correio da Manhã*, escrevendo pequenas colunas sobre variados assuntos. Katia Iracema Krause, que estudou a vida e a trajetória de Amaral Netto, repórter e deputado pró-ditadura civil-militar brasileira, em um pequeno trecho de seu trabalho, nos fornece a informação de que Newton Carlos “conheceu Carlos Lacerda e passou para a *Tribuna da Imprensa*”⁸³, tomando para si uma coluna única de turismo, além de iniciar efetivamente os trabalhos de repórter. Isso, conforme Travancas, ocorreu em 1947, quando ele tinha ainda 20 anos, iniciando seus passos no jornalismo, o que contrasta um pouco com as informações prestadas por ele, que coloca esse primeiro emprego regular apenas em 1950⁸⁴, já que o *Tribuna da Imprensa* só surgiu no final de 1949.

Esse ponto inicial da carreira de Newton Carlos ganha importância para entender a trajetória e suas escolhas profissionais posteriores. Sua definição de Lacerda é clara: era um panfletário, usando seu jornal como um instrumento de luta política⁸⁵. Essa visão vai na mesma direção da análise de alguns estudiosos da carreira de Carlos Lacerda, como de Marina Gusmão de Mendonça, que coloca que ele “se distinguiu não só pelo radicalismo como, também, pelo estilo virulento e ofensivo, os quais acabariam por constituir a marca de sua carreira”⁸⁶. Chamando Lacerda também de “demolidor”, Newton Carlos afirma que muito cedo começou a ter uma visão muito crítica dele como político. Duas dessas “demolições” tiveram participação ativa de Newton Carlos.

A primeira delas envolve Samuel Wainer, jornalista ativo nesse período e um dos principais inimigos de Lacerda nos debates políticos, além de dono do jornal *Última Hora*. Em seu testemunho, ele relata que em uma visita ao Ministério do Trabalho, descobriu que Wainer não era brasileiro, mas nascido na Bessarábia (regiões atuais da Moldávia e da Ucrânia). Isso era contra a legislação da época, que impedia estrangeiros de assumir qualquer cargo de direção ou de posse de empresas jornalísticas. Isso traz à tona aspectos inéditos desse fato. Mendonça, por exemplo, coloca que:

⁸² TRAVANCAS, Isabel Siqueira. op. cit., p. 71.

⁸³ KRAUSE, Katia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter* – 1968-1985. Universidade Federal Fluminense, Tese, 411f, 2016, p. 30.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-7LSUyguUY>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ MENDONÇA, Marina Gusmão de. “Imprensa e Política No Brasil: Carlos Lacerda e a Tentativa de Destruição da Última Hora”. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.31, 2008, pp. 1-2.

Todavia, existem indícios de que há muito Lacerda sabia da questão em torno da nacionalidade do proprietário da *Última Hora*. Na realidade, ele conhecia intimamente a família Wainer, de cuja residência fora assíduo frequentador na juventude. Dessa forma, ali ouvira, certa vez, uma indiscrição da mãe de Samuel que, durante um almoço, inadvertidamente revelara ter o filho nascido na Bessarábia. Lacerda, então, teria se aproveitado do fato para atingir seu desafeto⁸⁷.

Com esse aspecto revelado por Newton Carlos, as especulações dão lugar a uma narrativa de uma trajetória profissional, manifestando perspectivas inéditas, sendo um exemplo da “demolição” que Lacerda representava. Além disso, levando em consideração a inimizade dos dois proprietários, demorar em torno de quatro anos (a *Tribuna da Imprensa* foi aberta em 1949, e o fato com Wainer ocorreu em 1953) não combina com o estilo devastador e ácido do lacerdismo, dando credibilidade à versão do jornalista⁸⁸.

O segundo ponto envolve uma questão internacional – a questão da Carta Brandi, que tumultuou as eleições presidenciais de 1955. Segundo o CPDOC, o documento em questão foi uma:

Carta divulgada em setembro de 1955, endereçada a João Goulart, candidato a vice-presidente da República, e atribuída ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi. O documento aludia a supostas articulações de Goulart com o governo argentino, chefiado por Juan Domingo Perón, visando à deflagração no Brasil de um movimento armado de cunho sindicalista⁸⁹.

O termo sindicalista tem destaque, já que a principal crítica de Lacerda a João Goulart era que ele estava prestes a transformar o Brasil numa República Sindicalista. Newton Carlos diz que esse termo foi atribuído a ele, em seus anos de jornalismo sindical na *Tribuna da Imprensa*. Mas o mais importante a se considerar é que a carta foi utilizada com claros objetivos políticos, sendo revelada a menos de vinte dias do pleito. Em sua denúncia, feita pela televisão e posteriormente por seu jornal, Lacerda assegurou que “só trouxe esta carta ao conhecimento público quando me convenci da sua autenticidade”⁹⁰, algo contestado por Newton Carlos. Ele estava na Argentina nesse período, cobrindo a queda de Perón, e apurou a veracidade da assinatura do deputado Brandi. Segundo ele, a

⁸⁷ MENDONÇA, Marina Gusmão de. op. ci. pp. 16-17.

⁸⁸ É preciso também recordar que Wainer foi um protegido do getulismo, pelo menos até 1953. A abertura do jornal *A Última Hora* foi financiado por empréstimos ilegais do Banco do Brasil, além do periódico servir como um ponto de interlocução direta entre as ações do governo Vargas e o público. O rompimento se dá justamente nesse período, inclusive com abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a origem de Wainer e suas relações com o governo. Para mais informações, ver o verbete do CPDOC sobre o *Última Hora*.

Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Acesso: 10.jul.2022.

⁸⁹ Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-brandi>>. Acesso: 29.abril.2022.

⁹⁰ SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. “Uma missiva contra o peronismo tupiniquim - Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa* e a carta Brandi (1955)”. In: *Antíteses*, v. 10, n. 19, p.137-164, jan./jun. 2017, p. 147.

assinatura do verdadeiro político da província de Corrientes era muito diferente da que estava presente na carta. Comunicando isso a Lacerda, este lhe disse que as duas eram “perfeitamente iguais”⁹¹. Não à toa, mesmo nas vésperas das eleições, o documento continuou sendo usado para tentar desestabilizar a chapa Kubitschek-Jango.

A não revelação desses componentes mostra o caráter demolidor de Lacerda. Quanto à carta Brandi, uma investigação levou à prisão “Alberto Jorge de Mestre Cordero e de Fernando Francisco Malfussi, dois argentinos que viviam no Rio de Janeiro e que haviam passado o documento a Lacerda. Soube-se depois que ambos confessaram sua falsificação”⁹². Um ponto importante de se ter em mente é que desde os anos de 1970, Newton Carlos falava sobre isso. N’*O Pasquim*, em um artigo muito subjetivo, traz esses acontecimentos à tona. Na edição 272 do jornal, ele escreve narrando o processo investigativo que levou a sua descoberta:

Era preciso informar rapidamente a Carlos Lacerda para que ele evitasse mais informações em falso. “Brandi foi de fato ao Rio vender queijos”, avisei pelo telefone. Imaginem a reação? “Você não tinha nada que descobrir isto, os interessados que descobrissem, gritou Lacerda, irritado, na outra ponta do fio. É isso aí, Nilson. Ou “*that’s the press, baby*”. Não totalmente, ainda bem, mas em boa parte⁹³.

Nota-se, portanto, o quanto a trajetória do jornalista foi impactada e influenciada nesse período trabalhando para Lacerda. Segundo ele, mesmo sendo um momento de profundo aprendizado na área do jornalismo, e iniciando sua vida como repórter, sua passagem pela *Tribuna da Imprensa* pode ser considerada como uma “mancha quase negra” de sua carreira. Além disso, esse artigo já mostra uma crítica à sua própria área de atuação. Quando ele finaliza seu artigo de forma tão ácida, se elucida que a visão de Newton Carlos é de que o campo jornalístico é uma área de disputas e movidas por interesses – portanto, não foi à toa que depois desse episódio, saiu do jornal de Lacerda, unindo o desgosto com a prática da *Tribuna* com uma nova experiência profissional, que seria determinante para sua carreira.

Essa nova experiência foi um convite do Ministro do Trabalho Espanhol da Espanha Republicana exilado no México, segundo Newton Carlos⁹⁴, o que já revela um

⁹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-7LSUyguUY>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁹² SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. op. cit, p. 152.

⁹³ CARLOS, Newton. “A Minha Horta da Luzia”. In: **O Pasquim**, nº 272, 1974, p. 20. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9280>>. Acesso: 20.nov.2022.

⁹⁴ Aqui, talvez, as nomenclaturas possam ter sido confundidas ou alteradas. Segundo o historiador espanhol José A. Ferrer Benimelli, o governo Espanhol no Exílio, de 1951 a 1955 (tempo esse congruente com a narração de Newton Carlos, que se mudou para Bruxelas em 55) não possuía esse ministério. Seus quadros eram compostos por: Presidência e Fazenda; Estado; Justiça; Ação no Interior e no Exílio; Informação, Propaganda e Arquivos;

intenso contato internacional do jornalista, ainda em seus anos iniciais como profissional. Esse convite consistiu na ida do jornalista para Bruxelas, onde trabalhou na Confederação Internacional dos Sindicatos Livres⁹⁵. Segundo ele, foi nessa experiência que realmente tomou gosto pela política internacional, algo que se tornou sua marca registrada como jornalista internacional nos anos posteriores⁹⁶.

Após dois anos na Europa, sua volta ao Brasil se deu com o cargo de chefe de reportagem da *Revista Manchete* e da revista *Mundo Ilustrado*. Em 1960, seu pioneirismo como jornalista internacional se mostra na prática. Segundo o próprio jornalista, ele foi o criador e idealizador da editoria de jornalismo internacional do *Jornal do Brasil*, tendo a Guerra do Vietnã como catalisador, o que se confirma com os registros de sua nota póstuma na *Folha de S. Paulo*, que o coloca como “o primeiro editor internacional do *Jornal do Brasil*”⁹⁷. Em suas palavras, seu estilo de trabalho consistia em ultrapassar a mera informação do fato, mas passar aos leitores uma dimensão amplificada, para que se pudesse realmente entender os acontecimentos estrangeiros. Isso resultou na criação do Departamento de Pesquisas do jornal, algo inédito até então, que foi chefiado por Fernando Gabeira. Isso por si só é um feito que deve ser ressaltado. Não se pode esquecer que as notícias que chegavam sobre os acontecimentos mundiais eram reproduzidas pelos jornais através das lentes das agências internacionais. Segundo Raquel Salinas, que estudou as quatro maiores empresas de notícias (*Agence France-Press*, *United Press International*, *Reuters* e *Associated Press*) que monopolizavam até meados dos anos 1980, 90% das notícias transmitidas e escritas no periodismo ocidental, mostra que o repasse de informações era feito de forma homogênea e acrítica⁹⁸. Isso porque as táticas de mercado eram muito similares, com o controle editorial sendo petrificado para que as notícias entregues seguissem um padrão: pouca análise, com reportagens curtas, além do uso do *lead*⁹⁹, e uma suposta isenção por parte dos editores estrangeiros¹⁰⁰.

Assuntos Militares. Parece-nos que o mais provável é que o convite possa ter sido feito ou pelo então presidente, Félix Gordón Ordax, ou pelo ministro da Ação no Interior e no Exílio, Julio Just. Disponível em:

<<https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/23700/THIII~N33~P52-70.pdf;jsessionid=02A3CA0960BD18E455F17D463FCC20E9?sequence=3>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁹⁵ TRAVANCAS, Isabel Siqueira. op. cit., p. 72.

⁹⁶ Infelizmente, não há informações relativas a que contatos Newton Carlos possuía em relação ao Governo Espanhol no exílio. Essas questões são pertinentes e que necessitam ser mais bem exploradas, para aprofundar a compreensão da trajetória intelectual e profissional do jornalista.

⁹⁷ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/morre-newton-carlos-pioneiro-do-jornalismo-internacional-aos-91.shtml>>. Acesso: 28.abril.2022.

⁹⁸ SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo**. Quito: Editorial "The Quito Times", 1984, p. 33.

⁹⁹ Técnica jornalística que consiste no resumo dos fatos narrados logo no início do texto apresentado.

¹⁰⁰ SALINAS, Raquel. op.cit, p. 70.

Nesse sentido, como colocam Ricardo Antonio Souza Mendes e Jacqueline Ventapane, apropriando-se dos pensamentos de Fernando Reyes Matta, é possível afirmar que essas agências internacionais de notícias acompanharam a expansão imperialista de seus respectivos países, em troca do monopólio da informação¹⁰¹, ou seja, o imaginário criado internacionalmente por essas estruturas adequou a geopolítica mundial às suas práticas – e isso é notório no caso dos EUA. Além disso, Mendes e Ventapane priorizam a questão cubana, e como as notícias sobre a Revolução e suas consequências foram veiculadas internacionalmente. Para isso, dão protagonismo a Jules Dubois, estadunidense que teve grande participação na cobertura acerca da América Latina. O importante a se ressaltar foi o papel do norte-americano na SIP (*Sociedad Interamericana de Prensa*), órgão que como colocam os autores, foi “definidora do que era a imprensa na América Latina”¹⁰², tendo a objetividade como princípio norteador do ofício jornalístico. Dubois assume particular importância com relação a isso, por ser a frente que estabeleceu a hegemonia estadunidense na América Latina enquanto comandava a SIP. Basicamente, ele montou uma estrutura de *soft power* que buscava alinhar a imprensa latina aos interesses dos EUA, muito pautada na já referida objetividade e num anticomunismo primário e profundo, se expandindo em consequência da Revolução Cubana¹⁰³.

Porém, sendo a imprensa um local de disputas, não se pode dizer que não houve contestações. O próprio Newton Carlos se apresenta, durante sua trajetória, um crítico a esse tipo de atuação jornalística. Já em 1974, isso fica claro. Em um dos seus artigos n’*O Pasquim*, intitulado de *Devagar com a Louca*, as críticas à atuação da SIP na América Latina são firmes. O próprio termo utilizado para definir a organização, “louca”, denota uma visão muito negativa por parte do jornalista. Discorrendo sobre expropriações de jornais no Peru, ele deixa claro que “não entro no coro maniqueísta da SIP, de que há liberdade aqui e não ali”¹⁰⁴. O problema da liberdade de informação, para Newton Carlos, é muito mais complexo do que isso. Quando ele indaga “também pergunto se a imprensa, ou o direito de informar de modo geral, pode ficar à margem dos problemas do país em que atua”¹⁰⁵, ele mostra claramente que enxerga em seu ofício uma responsabilidade, um dever

¹⁰¹ MENDES, Ricardo Antônio Souza; VENTAPANE, Jacqueline. “Jules Dubois: Imprensa e Ativismo Político nos Anos da Revolução Cubana”. In: SALES, Jean; ARAUJO, Rafael Araújo; MENDES, Ricardo; SILVA, Tiago. (Org.). **Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina**. Aracaju, IPS, 2019, pp. 148-149.

¹⁰² *Ibidem*, p. 151.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 154-157.

¹⁰⁴ CARLOS, Newton. “Devagar com a Louca”. In: **O Pasquim**, nº 268, 1974, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9152>>. Acesso: 20.nov.2022.

¹⁰⁵ CARLOS, Newton. “Devagar com a Louca”. In: **O Pasquim**, nº 268, 1974, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9152>>. Acesso: 20.nov.2022.

em levantar e questionar os problemas nacionais, e não seguir com fórmulas prontas ao modelo da SIP. Portanto, a tentativa de quebrar essa lógica através de uma cobertura internacional efetiva é um dos feitos de Newton Carlos.

É no começo da década de 1960 que o jornalista se estabelece de fato como um especialista no jornalismo internacional. Para ele, a expressão que define esse trabalho é que “um jornalista se define pela sola do sapato”, e que mais do que reproduzir, é necessário pesquisar com afinco e com vontade¹⁰⁶. Não à toa, desde o início, sempre esteve viajando, cobrindo acontecimentos de relevância mundiais, e mais especificamente, sobre as questões da América Latina, se definindo como um “quase especialista” no assunto. O jornal *Estado de Minas* nos apresenta que:

Como repórter, cobriu alguns dos principais acontecimentos da política internacional. Golpes de Estado e revoltas na América Latina, guerras na Ásia, movimentos de independência na África, a projeção dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria e o ressurgimento da China como potência mundial foram temas de reportagens, colunas e também de seus livros¹⁰⁷.

Alguns documentos da ditadura também mostram esse lado viajante de Newton Carlos. O documento de protocolo 2242/70, de 1970, do SNI, relata, mostrando a vigilância sobre o jornalista, que em novembro desse ano, ele estava “no Peru, aonde chegou após fazer a cobertura das eleições presidenciais do Chile”¹⁰⁸. Esse documento já foi produzido em plena ditadura-civil militar, posterior ao próprio Ato Institucional N°5. Mas desde os primeiros momentos do golpe, Newton Carlos foi perseguido e vigiado pelos militares no exercício de sua profissão. Ele conta, por exemplo, que em 1964 estava em Genebra, na Suíça, para a cobertura da primeira reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Nesse ínterim, ocorreu o levante que derrubou a já fragilizada democracia brasileira. Por recomendação de amigos, ficou na Europa até julho. Chegando ao Brasil, foi sumariamente demitido de todos os veículos em que trabalhava. Newton Carlos conta que possuía fortes suspeitas de que isso tinha relação direta com o golpe, mas não tinha como provar. Mas as suposições dele, se não corretas, tinham pelo menos uma sólida base para suspeitas, como os poucos excertos trazidos até agora mostram. Em 1966, também demonstrando essa perseguição, outro documento do SNI coloca que o jornalista era “pertencente ao grupo esquerdista, atuante na imprensa escrita e

¹⁰⁶ TRAVANCAS, Isabel Siqueira. op.cit, p. 72.

¹⁰⁷ Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/09/30/interna_politica,1089136/morre-o-jornalista-newton-carlos-referencia-da-cobertura-internacional.shtml>. Acesso: 30.abril.2022.

¹⁰⁸ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/70007676/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_70007676_d0001de0001.pdf>. Acesso: 30.abril.2022.

falada da Guanabara”¹⁰⁹, evidenciando uma perseguição política, pautada pelo combate ao comunismo.

Em outra parte do mesmo documento, é colocado que Newton Carlos era “correspondente do jornal *Clarín* de Buenos Aires, no Rio de Janeiro. Em seus artigos, fundamentalmente de cunho contrário ao governo brasileiro (...)”¹¹⁰, mostra não somente a conexão do jornalista com outros países da América Latina, mas também que, na visão dos militares, ele era alguém que tinha valores contrários ao regime. Dando um salto temporal para 1979, para demonstrar que a perseguição se estendeu durante todo o período, é colocado no documento de número 016425/79, que Newton Carlos, em 1970, fundou o Centro Brasileiro de Cultura, órgão criado por elementos de esquerda em substituição ao ISEB”¹¹¹. Mais uma vez, o elemento da esquerda aparece, o que justifica a vigilância sobre seu trabalho e comprova que sua atividade profissional foi afetada entre os anos de 1964-1985. Além disso, ele sabia ser vigiado. Em 1979, escreve que “Brasília é o estado policial que continua com seus mil olhos sobre nós. Olhos bem abertos, como manda a abertura”¹¹².

Demonstrada a perseguição, aliada a alguns pontos importantes como suas conexões e trabalhos internacionais, conjuntamente com uma definição imposta pelos militares de “esquerdista”, é necessário apontar outros elementos consideráveis da trajetória profissional de Newton Carlos. E sua entrada como um jornalista de televisão é um aspecto notório. Como demonstrado, esse pioneirismo pode ser enquadrado como uma barreira em seu percurso como jornalista, já que no início da TV era considerado um trabalho de segunda categoria. Mas isso não significa que não tenha sido importante. Seu trabalho fez com que seu círculo social sáisse das redações e reportagens escritas, e se expandisse para estabelecer relações profissionais e de amizades com nomes como o de Fernando Barbosa Lima, Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta), Villas-Bôas Corrêa e os irmãos Célio e Cid Moreira – o que demonstra que a “a profissão ocupou a maior parte de sua vida. Tanto assim que a maioria dos seus amigos era formada de colegas de trabalho”¹¹³.

Sua primeira ocupação na televisão foi na TV Excelsior. Foi nessa emissora que

¹⁰⁹ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83008719/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83008719_d0001de0001.pdf>. Acesso: 30.abril.2022.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80007569/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007569_d0001de0001.pdf>. Acesso: 30.abril.2022.

¹¹² CARLOS, Newton. “Brasília 1984”. In: O Pasquim, nº 516, 1979, p. 31.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/19167>>. Acesso: 06.jan.2023.

¹¹³ TRAVANCAS, Isabel Siqueira. op.cit, p. 73.

dois de seus maiores trabalhos no telejornalismo se consolidaram. O primeiro foi o programa *De Olho no Mundo*, onde ele escrevia matérias sobre política internacional. O segundo foi o *Jornal de Vanguarda*, programa revolucionário, que misturava criatividade, humor e profissionalismo. Esses trabalhos, apesar do sucesso, foram minados com o advento do golpe. Se aproximando dos anos 1970, ele também redigiu o *Jornal da Globo*, precursor do *Jornal Nacional*¹¹⁴. Foi nesse período que a perseguição dos militares se tornou muito mais dura com relação a ele. Em 1968, com o AI-5 instaurado, houve uma tentativa de prendê-lo. Segundo sua narração, ele foi avisado por amigos e conseguiu fugir da TV-RIO e se esconder na casa de um de seus amigos, o pintor Glauco Rodrigues, o que demonstra a ampla rede de sociabilidade do jornalista. Em seu testemunho, Newton Carlos afirma que após isso, se escondeu por mais ou menos três meses, voltando aos poucos à cena pública, afirmando que a pressão das Forças Armadas se afrouxou após “um processo da Marinha não ter dado em nada”¹¹⁵.

Esse processo também aponta a perseguição ao jornalista de forma institucional e constante. E mostra como esse clima persecutório gerou incertezas que se estendem até hoje. Isso porque nos documentos acessíveis atualmente, não é possível afirmar se foi a Marinha, como Newton Carlos alegou, ou o Exército, que instaurou os processos contra ele no auge da repressão. Em um documento do ano de 1970 tem-se que “consta ter sido indiciado em IPM instaurado pela 2ª Auditoria da Marinha”¹¹⁶. Já em outro, de 1979, coloca-se que “foi indiciado em IPM pela 2ª Auditoria do Exército”¹¹⁷. Essa incerteza só deixa claro que o jornalista era um alvo dos militares, visto como um subversivo contra o regime iniciado em 1964. E mais do que isso, sua vida e seu núcleo profissionais foram confundidos, com impactos reais em suas atuações e pensamentos. Aliado ao pioneirismo duplo, ao enfoque internacional, a perseguição política é mais um ponto a ser levantado pela falta de reconhecimento de Newton Carlos atualmente.

Como já mencionado, esse rápido sobrevoos não tem como proposta trazer todos os

¹¹⁴ O *Jornal da Globo* aqui referenciado é o programa televisivo que teve início em 1967, sendo substituído pelo *Jornal Nacional* em 1969. O *Jornal da Globo* atual, que teve início na década de 1980, nada tem a ver com o trabalho. Para mais informações, acessar:

<<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-da-globo-1967-1969/noticia/jornal-da-globo-1967-1969.ghtml>>. Acesso: 11.jul.2022.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-7LSUyguUY>>. Acesso: 28.abril.2022.

¹¹⁶ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/70007676/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_70007676_d0001de0001.pdf>. Acesso: 02.maio.2022.

¹¹⁷ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80007569/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007569_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 02.maio.2022.

aspectos da vida de Newton Carlos, mas aqueles que são de importância para entender sua produção intelectual. É justamente nesse aspecto que o trabalho se aprofundará mais adiante. Mas antes, é preciso retomar brevemente a narrativa sobre sua trajetória profissional. Com o seu regresso na vida pública, mesmo com a continuação da vigilância do regime, conseguiu novos empregos. Em 1969 já estava na *Folha de S. Paulo*, veículo de comunicação que ficou por mais de três décadas com uma coluna sobre política internacional diária. Também fez parte da TV Tupi, onde começou não somente escrever as notícias lidas na televisão, mas aparecer em frente às câmeras como comentarista.

Já nos anos 70, foi para a *Rede Bandeirantes de Televisão*, momento esse que adquire grande importância para este trabalho. Foi nesse emprego que Newton Carlos começou a cobrir de forma regular as eleições dos Estados Unidos, participando de todas elas do período de 1972 a 2012. Por sua área de atuação ser o jornalismo internacional, ele já tinha contato com a política externa norte-americana (sua cobertura sobre a invasão a São Domingos mostra isso), mas foi nesse período que ele realmente aprofundou seu interesse sobre as ações dos EUA. E mais do que isso, foi a partir desse momento que a articulação entre América Latina e Estados Unidos começou realmente a ter um papel fundamental nos escritos e análises do jornalista. Portanto, é a partir desse período que suas críticas ao país do norte se acentuam, com uma mutação nos escritos de Newton Carlos, onde a proximidade com as temáticas da América Latina e do governo estadunidense se entrecruzam e possibilitam a convergência de análises mais profundas sobre a geopolítica da região. E isso se prova também pelo seu trabalho jornalístico. Entre 1969 e 1990, o jornalista escreveu 417 artigos para *O Pasquim*. É a partir de 1972, quando escreve somente oito dessas análises é que os EUA começam a aparecer em suas críticas. Depois disso, o foco é duplo, dando protagonismo ora à América Latina, ora aos Estados Unidos, sem nunca deixar de apontar a profunda relação entre as duas regiões durante a Guerra Fria. Abaixo, podemos ver em detalhes a divisão do trabalho do jornalista no jornal alternativo.

Artigos de Newton Carlos no Pasquim				
		1969-1980	1981-1985	1986-1991
Assuntos	América Latina	123	19	41
	Estados Unidos	116	19	32
	Europa	4	2	13
	Geral	21	3	7
	Brasil	7	1	4
	África	5	-	-

Tabela 1: Divisão de Assuntos relativos aos Artigos de Newton Carlos no Pasquim

É a partir destas informações que o trabalho pode começar a ser operacionalizado. Além do que já foi trazido, é importante ressaltar seu papel como correspondente: escreveu para a *Latin America News Letter*, da Inglaterra; para o *Clarín*, da Argentina e para o *Il Manifesto*, da Itália. Além de tudo isso, morou por muitos anos fora do Brasil, e ele mesmo afirmou que Peru, Chile e Argentina são como “segundas pátrias”, tamanha a importância desses países em sua trajetória pessoal e profissional¹¹⁸. Sua atuação não se restringiu somente ao jornalismo – suas ideias foram colocadas em diversos livros lançados, que constituem algumas das fontes desta dissertação.

Portanto, com esse rápido sobrevoo sobre a carreira e sobre a vida de Newton Carlos, foi possível identificar alguns componentes interessantes para a compreensão dos pontos que serão abordados no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, ele foi alguém pioneiro em sua área de atuação. Tanto no jornalismo escrito, quanto no telejornalismo, ele foi figura de destaque, tendo opiniões respeitadas e consideradas por seus pares. Clóvis Rossi, por exemplo, o chamava de “maestro”, por sua habilidade em transcrever as notícias internacionais para o público brasileiro. O jornalista Rosental Calmon Alves, hoje professor na Universidade do Texas, “acredita que Newton Carlos inspirou mais de uma geração de jornalistas brasileiros interessados no noticiário internacional”¹¹⁹. Com isso, mais do que garantir o protagonismo do jornalista nestas poucas páginas ou recuperar o passado pela perspectiva de quem o viveu, é também uma forma de justificar o interesse por essa figura, e compreendê-lo de forma complexa como alguém com relevância naquilo no que diz, possibilitando um reconhecimento maior do que nas poucas notas sobre seu falecimento.

Em segundo lugar, sua trajetória revela dois pontos que serão focais a partir de agora: sua relação profissional e intelectual com as questões pertinentes a América Latina e a política externa estadunidense. Seu pioneirismo como jornalista internacional o levou a ter muito contato com os latino-americanos, como demonstrado, e suas análises no telejornalismo o fizeram também se aproximar dos Estados Unidos, acompanhando periodicamente as eleições norte-americanas por quase quarenta anos. Isso fez com que, a partir de sua experiência como jornalista e correspondente, Newton Carlos traçasse ideias e opiniões que conectam as práticas de Washington à América Latina, em tempos de Guerra Fria, algo essencial para a compreensão do imaginário compartilhado por ele. Um ponto

¹¹⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7-7LSUyguUY>>. Acesso: 28.abril.2022.

¹¹⁹ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-newton-carlos-pioneiro-da-cobertura-da-america-latina-do-colonismo-internacional-no-brasil-23985041>>. Acesso: 02.maio.2022.

tangenciável a isso é que, justamente por essa área de atuação, o jornalista, apesar de perseguido pelos militares na ditadura, tenha tido um maior limite de opinião por tratar de assuntos externos à política nacional – além disso, seu tempo fora do país também possibilitava essa maior maleabilidade no trato de suas ideias.

Em terceiro lugar, é necessário pontuar que na concepção desta dissertação, Newton Carlos será considerado, entendido e abordado como um intelectual. Sua trajetória profissional atesta isso, com o reconhecimento de pares e do público. Faz-se necessário, portanto, discorrer sobre essa categoria histórica, para a compreensão do por que entendemos o jornalista enquadrado nessa concepção.

2.2 Newton Carlos: um intelectual latino-americano

Com parte da trajetória da vida pessoal e profissional de Newton Carlos desenvolvida nas páginas anteriores, é necessário a partir de agora, compreendê-lo de uma maneira mais aprofundada, ou seja, tendo como ponto de partida a sua atuação pública. Com isso, definimos e defendemos o jornalista como um intelectual. Essa abordagem assume grande importância, pois são justamente as ideias e visões presentes em seus trabalhos e análises que serão utilizadas para compreender o imaginário anti-imperialista compartilhado por ele.

Entretanto, considerá-lo como um intelectual exige que elucidemos o que representa essa conceituação e como Newton Carlos pode ser definido desta maneira. É nesse contexto em que os fatos sobre sua vida tomam importância, mostrando sua extensa trajetória, desde os anos de 1950, concomitantemente com a própria profissionalização da atividade jornalística. Portanto, a construção de sua identidade profissional está inteiramente ligada à sua atuação. Também é necessário traçar os limites dessa defesa. Tratar o jornalista como um intelectual, para a compreensão de suas análises, é inserir esta dissertação e essa argumentação no âmbito da História dos Intelectuais. Como elucidada Helenice Rodrigues da Silva, a história intelectual “tende a se confundir com a história dos intelectuais, apesar das evidentes diferenças de perspectivas”¹²⁰.

Essas perspectivas, que se entrecruzam, possuem algumas diferenças básicas, mas que mudam significativamente os resultados de análise. A História Intelectual "parece ter por papel fundamental o posicionamento das ideias, situando-as em seu contexto (intelectual e histórico) de produção"¹²¹, ou seja, uma restituição das ideias para melhor

¹²⁰ SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual** – Entre Questionamentos e Perspectivas. São Paulo: Papyrus Editora, 2002, p.13.

¹²¹ Ibidem, p. 12.

compreender os universos intelectuais, sendo uma nova área de atuação onde se busca entender as ideias correntes e como elas se legitimam em determinado contexto. Já o intelectual, ou um grupo de intelectuais, para a História dos Intelectuais, são os objetos de estudo, que busca melhor entender a trajetória e atuação desses sujeitos. Como coloca Jean-François Sirinelli, enquadrar o intelectual como objeto constitui um estudo de caráter ideológico – ou seja, a simpatia pela figura em questão é algo inerente a constituição de sua história – e isso deve ser assimilado e compreendido para as análises que decorrem dos estudos desses objetos¹²². Para Carlos Altamirano, o importante é entender que o intelectual faz parte de uma categoria socioprofissional, que tem a produção artística ou cultural como modo de produção. Além disso, é importante notar que eles estão conectados entre si por instituições, círculos, revistas, movimentos que tem sua arena no campo da cultura, para transmitir a visão do que eles entendem como verdadeira na interpretação dos fatos do mundo¹²³. Essa distinção se torna necessária para delimitar as fronteiras das análises. Mas como mencionado, essas duas áreas possuem intercâmbios e cruzamentos. A própria trajetória de Newton Carlos traçará o contexto de suas interpretações, principalmente pela temática de suas obras e reportagens, ou seja, a América Latina dos anos de Guerra Fria. Mas é a sua atuação como profissional da imprensa que constitui seus pensamentos e o delimita como um intelectual.

Alguns elementos centrais sobre a concepção do que é um intelectual foram trazidos por Altamirano. Mas antes de aprofundá-los, é necessário recordar que antes de tudo, Newton Carlos construiu sua carreira como jornalista. Portanto, não é exagero dizer que a atuação da personagem histórica aqui estudada com intelectual derivou de sua ocupação profissional, mesmo não estando presente em espaços hegemônicos da produção cultural, como as universidades, por exemplo. É preciso entender essa relação, de construção de uma identidade do que Fábio Henrique Pereira chama de *jornalista-intelectual*¹²⁴. Fernanda Lima Lopes também se debruça sobre essa questão e fornece alguns pontos importantes para reflexão. Utilizando alguns autores como Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre e Norberto Bobbio, a autora traz algumas das concepções clássicas do que é ser um intelectual para a condição jornalística. Realizando esse movimento, e discorrendo também sobre as mudanças no campo jornalístico no decorrer do tempo (algo que Newton Carlos

¹²² SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 233-239.

¹²³ ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina** – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Katz Conocimiento: Buenos Aires, 2008, pp. 14-15.

¹²⁴ PEREIRA, Fábio Henrique. **Os Jornalistas-intelectuais no Brasil: Identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese, 469p, Universidade Federal Fluminense, 2008.

não só presenciou como viveu, devido a sua extensa carreira), ela fornece um ponto de partida para começar a compreender o que seria esse jornalista-intelectual.

Para Lopes, um jornalista pode ser visto com um intelectual quando o que se valoriza na sua produção é a pluralidade de conhecimentos que ele demonstra. Estando em contato com diversos públicos, a reprodução das vozes no espaço público se dá pelo olhar e pela escrita jornalística, e é a partir desse momento que se pode galgar no espaço público a concepção de autoridade competente e influenciadora¹²⁵ – e com diz Altamirano, pela transmissão daquilo que considera verdadeiro. Portanto, para ela, é o discurso jornalístico o responsável por dar explicações sobre o mundo, na sociedade midiaticizada em que vivemos – é a voz do jornalista que ocupa o terreno do discurso público e é justamente nesse terreno que constrói a sua imagem como intelectual¹²⁶. Considerando a trajetória de Newton Carlos, sua produção no campo da política internacional foi gigantesca. Somente nos livros que são analisados como fontes desta dissertação, podemos ver os diagnósticos dele sobre países como o Peru, o Chile, a Argentina e a República Dominicana. Além disso, o conhecimento da situação política latino-americana foi fortemente ligado ao seu domínio aprofundado do sistema político estadunidense, reforçando ainda mais essa pluralidade defendida por Lopes em sua visão de um jornalista intelectual. E saindo dessa hegemonia na produção internacional, oferece pontos de vista críticos a respeito dos assuntos que discorria.

Aprofundando a relação entre o jornalismo e a condição de intelectual, Fábio Henrique Pereira avança em alguns aspectos já levantados por Fernanda Lima Lopes, e permite compreender Newton Carlos nessa categoria que ele chama de jornalista-intelectual. Para ele, esse tipo de conceituação compreende personagens com um duplo pertencimento, em um processo de construção por esses mesmos atores de uma identidade que engloba um conjunto de práticas sócio-discursivas¹²⁷. Utilizando-se da definição de Pierre Bourdieu de campo¹²⁸, o autor afirma que a imprensa, o meio político e o meio

¹²⁵ LOPES, Fernanda Lima. “Significados da imagem de intelectual para a construção da identidade do jornalista”. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.12, n.3, set./dez, pp. 10-11.

¹²⁶ Ibidem, p. 12.

¹²⁷ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit, p. 16.

¹²⁸ De forma resumida, o conceito de campo pode ser definido como “um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam”. Para aprofundamento, ver:

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. “O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira”. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337–356, set./dez.2015.

intelectual estão entrelaçados na atividade profissional do jornalista. Por se tratar de um microcosmo em disputa, pode-se afirmar que Newton Carlos conseguiu espaços consideráveis para reproduzir suas opiniões. Seus embates no decorrer da carreira, como por exemplo, com Carlos Lacerda, ou no enfrentamento contra as amarras da censura, permitem dizer que o capital cultural produzido pelo jornalista saiu dos espaços das redações, adentrou no jornalismo televisivo e culminou em produções extra-redação, algo que para Pereira, é essencial na construção da intelectualidade de um jornalista.

Levando adiante sua interpretação sobre esse tipo de jornalista, o autor nos coloca que para entender a relação dessa atividade profissional com a definição de intelectual, é preciso compreender que o jornalismo é uma construção social, e que toda interação com o mundo social é simbolicamente mediada, em uma compreensão intersubjetiva da realidade social¹²⁹. Portanto, essa identidade é formada “quando existem mecanismos sociais de reconhecimento da atividade dentro do mundo social”¹³⁰, ou seja, é a partir de escolhas que a reputação de um profissional de jornalismo começa a ganhar ares de intelectual. Mas que escolhas são essas? Elas têm muito a ver com a extrapolação dos limites de um profissional da comunicação. A intervenção em espaços não se restringe à redação (e no caso de Newton Carlos, a televisão), mas ocupa outros meios, como o da literatura, a política e a economia. Um jornalista-intelectual não se limita “ao estatuto de produtor de informações nos meios de comunicação, mas como um conjunto de atributos que lhes permite abordar toda a sociedade”¹³¹.

Com isso, o duplo-pertencimento da categoria se mostra latente. Mesmo com as diversas transformações do jornalismo no decorrer do tempo, temos que compreender que o reconhecimento do intelectual no profissional do jornalismo se deu por negociações identitárias. Portanto, além da produção extra-redação, das intervenções em outros campos, já mencionadas, é importantíssimo ressaltar que quando se defende Newton Carlos como um jornalista intelectual, é porque ele foi reconhecido por pares intelectuais. Como diz Pereira, essa negociação se dá pelo reconhecimento, pela materialização do conhecimento e pela intervenção no espaço público¹³². Por fim, é importante levar em consideração que, por ser um local de disputas, a visão e identidade de um jornalista-intelectual não é única e estável. Nas palavras do autor, ela se constitui como um mosaico, em que “diferentes

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

¹²⁹ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit, pp. 53-57.

¹³⁰ Ibidem, p. 61.

¹³¹ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit. pp. 124.

¹³² PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit., pp. 179-181.

contextos situacionais exigem do ator novas formas de se apresentar, algumas delas coincidentes ou cumulativas, outras distintas e contraditórias”¹³³. Portanto, fazer parte de um jornal como a *Folha de S. Paulo* por mais de 25 anos, ou ter iniciado sua trajetória ao lado de Carlos Lacerda, por exemplo, não invalida as inúmeras críticas feitas no âmbito da política internacional e às ações dos Estados Unidos na América Latina.

Com essas definições e reflexões postas, é possível perceber que, muito mais que de fato uma identidade construída e negociada, ela mescla-se no decorrer da trajetória de vida e profissional de Newton Carlos. Não há distinção entre jornalista e intelectual. E isso fica latente pela visão de seus pares. O sociólogo e jornalista Demétrio Magnoli, por exemplo, nos coloca que:

Ele, ao lado de uns poucos, introduziu a análise objetiva de política internacional, identificando os interesses econômicos e geopolíticos em jogo e deixando de lado o opinionismo ideológico. Newton consultava a bibliografia especializada e lia as publicações estrangeiras que expressavam os pontos de vista conflitantes. Era, ao mesmo tempo, repórter e analista. — afirma — Nunca esquecerei do rigor com que pesquisava, da variedade de leituras e opiniões que reunia em cada artigo, de sua capacidade de enquadrar cada tema na sua moldura histórica própria¹³⁴.

Como se nota, há uma opinião firmemente calcada na competência e análise a respeito do trabalho do jornalista. Seu pioneirismo na análise da política internacional é não somente encarado com credibilidade, mas ganha ares de autoridade pautada na consulta de “bibliografia especializada” e de publicações estrangeiras. Não é muito difícil de notar isso em seus trabalhos. Por exemplo, analisando a situação da invasão dos Estados Unidos em São Domingos, em 1965, Newton Carlos utiliza muito as publicações do *New York Times* para explicar a visão da mídia estadunidense sobre o conflito. Mas também se encontram, nas páginas desse que foi o primeiro livro lançado pelo jornalista, opiniões sustentadas por pensamentos de intelectuais como William Krehm e Norman Gall Gall¹³⁵. Esse tipo de atuação contrastava com a época, dando um viés crítico ao mesmo tempo em que informava aos brasileiros sobre os acontecimentos no continente, algo que foi relatado pelo próprio jornalista no testemunho acima mencionado.

¹³³ Ibidem, p. 204.

¹³⁴ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-newton-carlos-pioneiro-da-cobertura-da-america-latina-do-colunismo-internacional-no-brasil-23985041>>. Acesso: 02.mai.2022.

¹³⁵ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p.27; p. 48.

William Krehm foi um notório jornalista e economista canadense, tendo participado do movimento trotskista em Toronto. Participou ativamente na Guerra Civil Espanhola.

Norman Gall é um jornalista famoso por ter coberto a América Latina. Atualmente, é diretor-executivo do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, com sede em São Paulo.

Ambos foram profundos críticos da atuação dos Estados Unidos na América Latina durante a Guerra Fria, sendo vozes políticas dissonantes no centro do próprio Império.

Além disso, podemos notar claramente a extrapolação dos limites do jornalismo feito por Newton Carlos na fala de Magnoli. Quando ele diz que o jornalista tinha "capacidade de enquadrar cada tema na sua moldura histórica", percebe-se que a simples passagem e reprodução de informações não estavam no horizonte dessas obras. Como mostra Marialva Barbosa, a partir da década de 1960, o jornalista profissional passa a se ver como um "relator da realidade do mundo"¹³⁶, e Newton Carlos, através de seu ofício, servia a esse objetivo, tendo um "lugar de fala reconhecido e autorizado (...) aumentando sua ingerência em relação ao poder político"¹³⁷.

Outro colega de profissão também atesta essa posição. Rosental Alves diz que "primeiro, Newton Carlos era o explicador do mundo, mas depois se tornou o explicador da América Latina"¹³⁸. Essa é a aura de autoridade que Marialva Barbosa mencionou acima, sobre determinados temas que influenciavam o período. Quando Alves diz que Newton Carlos explicava o mundo, e na sequência se tornou explicador da América Latina, ele quer dizer que suas análises possuem credibilidade não só com o público, que literalmente lê o mundo político latino-americano pelas lentes do jornalista, mas com toda uma estrutura que negocia e disputa espaços, o meio do jornalismo. Além disso, essa opinião referenda o caminho intelectual traçado por Newton Carlos. Suas obras extra-redação produzidas entre 1965 e 1991 têm como ponto focal o espaço latino-americano, ou como desdobramento disso, as consequências do imperialismo estadunidense nos países da região.

O sociólogo Jayme Brenner coloca que Newton Carlos nunca se conformou com o eurocentrismo ou americanocentrismo, e isso foi uma inspiração para várias gerações de jornalistas internacionais, algo que o antropólogo Rubem César Fernandes também acredita¹³⁹. Rejeitar esse eurocentrismo e esse americanocentrismo (aqui entendido como um reproduzidor das narrativas estadunidenses, sem crítica dos acontecimentos) o coloca como um contestador, um questionador do mundo e das relações em que ele está inserido, o que é um primeiro passo para compreender Newton Carlos como um intelectual que questionou os rumos da geopolítica de seu tempo.

Como visto, o reconhecimento de colegas de profissão e de intelectuais permite

¹³⁶ BARBOSA, Marialva. "Cenários de Transformação: jornalismo e história no século XX". In: **Revista Famecos** – mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 19, n. 2, maio/ago. 2012, p. 478.

¹³⁷ Ibidem, p. 475.

¹³⁸ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-newton-carlos-pioneiro-da-cobertura-da-america-latina-do-columismo-internacional-no-brasil-23985041>>. Acesso: 02.maio.2022.

¹³⁹ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-newton-carlos-pioneiro-da-cobertura-da-america-latina-do-columismo-internacional-no-brasil-23985041>>. Acesso: 02.maio.2022.

entender Newton Carlos como alguém de relevância. Sua profissão o levou a ter contato com os mais diversos segmentos da sociedade latino-americana, permitindo a compreensão dos acontecimentos políticos de sua época. Essa tendência, extrapolando o simples repasse de informações para emitir suas concepções de mundo faz com que a categoria identitária trazida por Pereira, a de jornalista-intelectual, seja muito operativa do ponto de vista da ligação entre a profissão e a produção desse ator – o intelectual não é apenas aquele que pensa o mundo, mas transmite aquilo que pensa dele.

Tanto Lopes, quanto Pereira, já nos fornecem pontos essenciais para o entendimento do intelectual Newton Carlos. Além disso, como foi brevemente trazido por Altamirano, ser um intelectual é participar de uma categoria socioprofissional, que tem a produção da cultura como seu elemento definidor, integrando redes e círculos que permitam o desenvolvimento de pensamentos que desembocam na elaboração aos pares e ao público daquilo que eles encaram como real e verdadeiro na sua concepção de mundo. A atuação de Newton Carlos profissionalmente o qualifica como um intelectual, com relevância em seu espaço social. E são alguns pontos dessa atuação que necessitam ser trazidos, para compreender como seu pensamento foi gestado, nas críticas ao imperialismo estadunidense.

Newton Carlos, portanto, é um intelectual. Não podemos encarar isso aos moldes do surgimento dessa categoria, no início do século XX, com o caso Dreyfuss e a atuação proeminente de Émile Zola e seu famoso manifesto, o *J'accuse*. Como coloca Altamirano, esse caso apenas relata uma história singular de um tipo específico de intelectual, à moda francesa¹⁴⁰. É necessário levar em conta essa experiência, mas não se pode universalizá-la para outros contextos, ou seja, redimensionar esse papel de cânone é levar e possibilitar que esse conceito se insira em diferentes modelos sociais – e no nosso caso específico, a América Latina. Como aponta Sirinelli, a construção do intelectual se dá em um meio poliforme, com extensões variáveis pelo contexto e por ser, em última análise, uma criação dos próprios intelectuais¹⁴¹.

Por essa construção ser definida pelos próprios objetos, claramente as características do intelectual estarão em um plano de disputas. Esse marco inicial francês nos fornece alguns elementos, como a vontade de agir e se colocar em assuntos fora de sua alçada e são específicos a um tipo de intelectual, o que se engaja – e nem todos os homens de letras buscam esse tipo de atuação, como bem mostra Sirinelli. O importante a se perceber é que

¹⁴⁰ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 22.

¹⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. op. cit. p. 242.

uma nova autoridade foi instaurada, com homens de letras sendo legitimados por seu saber¹⁴². Algo que já ocorria passou a ser oficializado, com esse novo grupo que se interpõe pelo seu conhecimento, reivindicando o capital social como um fator de excelência social¹⁴³. Ser detentor da produção do capital social passa a ser então responsabilidade desse grupo. Se isso fosse algo imutável, Newton Carlos provavelmente não poderia ser defendido como um intelectual. Essa autoridade que vinha de ofícios específicos levava muito em conta essa superioridade das letras, algo que ainda acontece em determinados contextos. Porém, a partir da segunda metade do século XX, esse critério de superioridade social fundada na disparidade social começa a ser questionada em locais como a América Latina¹⁴⁴. Autodidatas e pessoas com sensibilidade para com doutrinas sociais do momento começaram a ter esse prestígio – e é nesse âmbito que Newton Carlos pode ser encarado como um relator do mundo, produzindo também suas análises, com relevância no espaço público.

Pode não ser característica de todos os intelectuais a tomada de decisões em favor ou contra alguma causa, mas é um elemento definidor na trajetória de Newton Carlos. Já em 1965, em sua análise sobre São Domingos, o jornalista coloca que “dedico este trabalho jornalístico a todo norte-americano que se levantou contra a intervenção militar dos Estados Unidos na crise dominicana, decretada por seu Governo”¹⁴⁵. O simbolismo dessa declaração é muito forte – primeiro, porque diferencia as ações do Estado estadunidense com o povo do país; segundo, porque a partir de seu trabalho, foi tomada uma posição, questionando as ações de seu tempo, com uma noção de responsabilidade que se acentua no decorrer de sua trajetória.

Esse foi somente um exemplo, ainda no começo de sua carreira, de como ele já se portava como alguém que não se contentava em apenas transmitir informações, mas criticar e questionar as ações políticas da época, principalmente em relação aos EUA. E no seu próprio contexto, ele já era reconhecido, não somente pelos seus pares nem por colegas e amigos, mas por seus opositores e até mesmo perseguidores, como alguém de relevância e com voz ativa. Ainda em 1966, no início da ditadura civil-militar brasileira, é possível, através de um documento do SNI, perceber que os militares também tinham a noção da relevância pública de Newton Carlos. Nele, tem-se que ele “foi um dos assinantes do

¹⁴² ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 20.

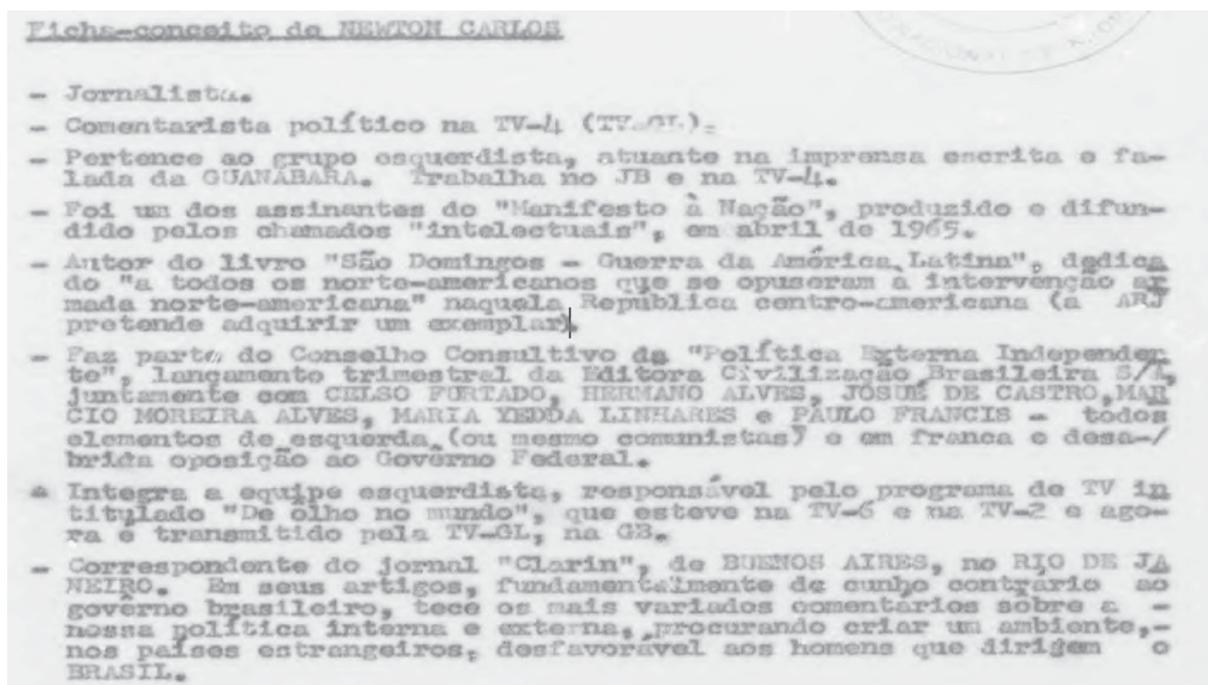
¹⁴³ ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina** – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Katz Conocimiento: Buenos Aires, 2008, p. 18.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 19.

¹⁴⁵ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p. 10.

‘Manifesto à Nação’, produzido e difundido pelos chamados **intelectuais**, em abril de 1965”¹⁴⁶ (grifo meu). Esse manifesto teve como premissa a reunião de assinaturas de diversos setores profissionais da sociedade, pedindo a volta da normalidade democrática, antes mesmo do golpe completar um ano.

Figura 2. Documento nº 684 do SNI/1966



¹⁴⁶ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83008719/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83008719_d0001de0001.pdf>. Acesso: 06.maio.2022.

Além disso, esses fatos começam a formar uma rede de relações, como a própria definição de Altamirano de intelectuais prediz. O mesmo documento do SNI ainda nos fornece mais aspectos importantes. Seu livro sobre São Domingos é nominalmente citado, comprovando que havia uma repercussão dos escritos, principalmente por seu forte tom de denúncia anti-imperialista, algo que contrastava com a produção midiática da época. Mais ainda, cita outro trabalho que extrapolou os limites do seu ofício de jornalista. Como o informe evidencia, Newton Carlos fazia parte do “Conselho Consultivo da Política Externa Independente, lançamento trimestral da Editora Civilização Brasileira, juntamente com Celso Furtado, Hermano Alves, Josué de Castro, Marcio Moreira Alves, Maria Yedda Linhares e Paulo Francis”¹⁴⁷. Isso mostra não só seu conhecimento sobre sua área de atuação, mas o reconhecimento de nomes do calibre de Celso Furtado, um dos intelectuais brasileiros mais renomados do século XX, e da historiadora Maria Yedda Linhares, reconhecida pelo seu papel no ensino da disciplina histórica e conceituada na França, onde se exilou durante os anos de perseguição política. Portanto, com esses pequenos recortes, é possível dizer que Newton Carlos estava ligado a uma categoria socioprofissional, que não se definiu por somente por uma função, mas também por uma tomada de consciência – sua dedicatória ao povo estadunidense contrário a invasão de São Domingos, sua oposição à justificativa dos EUA e a assinatura de um manifesto em plena ditadura são exemplos claros disso. Ele não estava à parte da sociedade gerando pensamentos fechados, sem repercussões e isolados da realidade, mas com seus escritos, gerava críticas e reflexões ligadas ao seu mundo social¹⁴⁸.

Tratamos, portanto, o intelectual como uma figura específica de um contexto exato, produto da modernidade e inserido na lógica capitalista. A revolução da imprensa garante público, não mais apenas dos seus pares, mas de um muito maior e geral: os leitores. O crescimento também garantiu o surgimento de mais profissões intelectuais, entre as quais, os jornalistas. Como mostra Pereira, a partir dos anos de 1960, há uma transformação gigantesca no jornalismo brasileiro, com uma reorganização não só da profissão, mas da estrutura do trabalho¹⁴⁹. Aqui as inovações técnicas, advindas justamente dessa modernidade, passam a influir na produção, e a objetividade e neutralidade passam a ser a síntese do trabalho jornalístico.

¹⁴⁷ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83008719/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83008719_d0001de0001.pdf>. Acesso: 06.maio.2022.

¹⁴⁸ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, pp. 46-47.

¹⁴⁹ PEREIRA, Fábio Henrique. op. cit, pp.212-213.

Com isso, é preciso entender o intelectual inserido nessa lógica capitalista, ou seja, essa figura faz parte de um substrato social específico com uma tarefa específica. Altamirano, apoiando-se nas perspectivas sociológicas de Edward Shils e de Pierre Bourdieu, torna-se muito operativo para compreender esta questão. Essa tarefa específica é o pensamento, e esse pensamento é exteriorizado a partir do discurso. É a partir disso que o intelectual se faz presente na modernidade, legitimando o presente a partir da operacionalização de símbolos, ou seja, do capital simbólico¹⁵⁰. Ou seja, os intelectuais têm como objeto de trabalho os símbolos, e disputam entre si e com outros atores sociais a legitimidade e o controle das simbologias criadas.

A atuação de Newton Carlos se dá, portanto, em um espaço de disputas. E ele busca a legitimidade de suas interpretações a partir de questionamentos. Os pequenos trechos sobre a invasão da República Dominicana mostram isso. Suas análises sobre o Peru em 1968 também. O embate entre o governo peruano e as transnacionais estadunidenses, principalmente a *International Petroleum Company*, foi acompanhado de perto por ele. Fazendo uma retrospectiva dos acontecimentos, o jornalista mostra que o país andino tinha como pretensão desafiar os EUA, nacionalizando as multinacionais do país, caso não fossem ressarcidos pelas gigantescas remessas de lucros enviadas aos Estados Unidos. “Grande empresa e pequena nação é um modo de designar, sem dizê-lo claramente, práticas de colonialismo econômico que mantém na miséria a quase totalidade dos donos verdadeiros de um país rico”¹⁵¹. O Chile de Pinochet é outro alvo da atuação do jornalista. Criticando os grupos financeiros estrangeiros inspirados em Milton Friedman, colocando que o ambiente econômico chileno “no fundo é um vale-tudo de cabo a rabo, com os *Chicago’s Boys* dando as cartas associados a toda sorte de aventureiros, de tradição, recauchutados pelo golpe e arrivistas favorecidos pelo golpe”¹⁵². Mais uma vez, através de seus escritos, Newton Carlos se coloca como um notório crítico das ações de exploração na América Latina, tomando posição. Essa característica questionadora faz parte da sua atuação como intelectual, tendo um alvo específico por parte do jornalista.

Tudo isso corrobora para o entendimento de Newton Carlos como um intelectual. Além disso, como apresenta uma crítica do livro *América Latina – Dois pontos* (1978), no jornal *Correio Braziliense*, “Newton Carlos consegue confrontar-nos com a terrível

¹⁵⁰ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, pp. 76-77.

¹⁵¹ CARLOS, Newton. **Peru** – O Novo Nacionalismo Latino-Americano. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, p. 48.

¹⁵² CARLOS, Newton. **América Latina: Dois Pontos**. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978, p. 53. O artigo em questão foi publicado no jornal O Pasquim, n° 396, de 1977, p. 27. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/14291>>. Acesso: 14.mai.2022.

totalidade ética que caracteriza as relações do continente latino-americano com o imperialismo e seus sócios nativos”¹⁵³. A sustentação dos pensamentos sobre as relações imperialistas dos EUA com a América Latina se desenvolveu no decorrer do tempo, sendo parte central para o pensamento e a atuação do jornalista.

Esse reconhecimento também furou bolhas. Como jornalista, não seria exagero supor que sua atuação fora do ofício teria a ver com seu trabalho. Mas isso não se confirma. A extrapolação de limites de sua profissão, já demonstrada exatamente pela materialização de seus pensamentos em livros lançados, fez parte também da vida acadêmica dos anos de 1980, na área da política internacional. Como nos revela o documento de número 338, de 1982 (o que nos informa também que a vigilância sobre Newton Carlos foi constante e se estendeu durante todo o período da ditadura civil-militar) é que o jornalista era tido como alguém conceituado e capaz de ministrar palestras para grupos de jovens estudantes universitários. Como informa o documento, o jornalista versou uma palestra sobre a política internacional. Suas críticas são devidamente anotadas por militares, como por exemplo, quando ele faz “sérias acusações aos EEUU, ressaltando que é ‘exorbitante’ a quantidade de dinheiro gasto com armamento naquele país, diminuindo para tanto até mesmo verbas sociais”¹⁵⁴. Ou em trecho seguinte, que diz que “os americanos fazem manobras militares em Honduras e na Colômbia para evitar que surjam novas Cubas”¹⁵⁵. Sua atuação é vista como crítica, afrontosa e digna de suspeitas. E é interessante notar que a ligação feita pelos militares entre o palestrante e os ouvintes é de que havia muitos comunistas na organização do evento, ou como colocados de forma oficial, militantes do PCB. Sua crítica à justificação dos EUA para as ações na América Latina, aliado a uma perseguição que o coloca constantemente ligado a atividades comunistas é um ponto interessante a ser explorado.

Essa palestra também reforça a imagem de Newton Carlos como intelectual nos termos já trazidos por Altamirano. Suas opiniões atingem o espaço público, com colegas de trabalho, profissionais de outras áreas e estudantes dando credibilidade a aquilo que o jornalista interpreta como a sua verdade, ou seja, aquilo que ele deseja passar aos seus leitores. A constância de publicações (fruto de sua extensa carreira jornalística), e o

¹⁵³ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=Fanon&pagfis=108187>. Acesso: 16.maio.2022.

¹⁵⁴ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/MMM/82003079/BR_D_FANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_82003079_d0001de0002.pdf>. Acesso: 16.maio.2022.

¹⁵⁵ Idem.

aprofundamento das interpretações são notórios. Percebemos que por pelo menos trinta anos, seus estudos avançaram no sentido de compreender seu período e questionar os rumos geopolíticos da Guerra Fria. E podemos dizer que isso não arrefeceu com o fim da bipolaridade entre os EUA e a URSS. Em 1991, essa experiência acumulada permite a ele escrever um livro que cobre essas quase quatro décadas de ingerências e intervenções dos Estados Unidos na América Latina, mesmo com a iminente vitória do Ocidente no conflito que se arrastou por esse período. É nesse livro, intitulado de *Camelot*, que Newton Carlos consegue refinar suas interpretações, e mostrar a centralidade dos territórios latino-americanos para as estratégias do imperialismo de Washington. Como ele diz a lógica do combate ao comunismo deveria fazer os EUA “preparar-se para agir na América Latina a partir de estudos psicológicos muito bem feitos. Procurar estabelecer, com ajuda de gente capacitada, para isso, ‘esquemas conceituais’ ou ‘modelos analíticos’ que permitissem ter uma boa compreensão dos conflitos sociais latino- americanos”¹⁵⁶.

Como já colocado, o capital cultural é trabalhado por ele, mas não para inculcar valores, mas contestar as políticas de seu tempo. Retornando a uma explanação mais conceitual da figura do intelectual é necessário tecer mais alguns comentários para que se possa compreender o porquê o enxergo dessa maneira. Altamirano, utilizando-se das reflexões de Bourdieu e na sua perspectiva sociológica, nos coloca que a produção simbólica se distingue, fundamentalmente, se sua produção é absorvida instantaneamente pelo grupo que a gerou, ou se os sistemas simbólicos são produzidos por um corpo de especialistas¹⁵⁷. Se um intelectual é um produtor de capital simbólico, que produz sistemas que fornecem as explicações a uma determinada sociedade, como um questionador como Newton Carlos, pode ser visto como um?

É pela natureza ambígua dessa figura, que surge com a modernidade. Como produtores da simbologia, os intelectuais se encontram em um embate duplo: advindos da sociedade capitalista, há uma eterna tensão no que corresponde à classe. A qual classe esses produtores de simbologia pertencem? Às elites ou às classes populares? Como vimos, esses produtores são considerados, por sua ação e produção, como elites intelectuais. Mas ao mesmo tempo, não são detentores dos meios de produção, e em uma sociedade burguesa, seu trabalho é inculcar os valores dessa mesma sociedade. Essa é a primeira ambiguidade na qual os intelectuais estão inseridos. A segunda é com relação aos embates e interesses

¹⁵⁶ CARLOS, Newton. *Camelot*, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, pp. 22- 23.

¹⁵⁷ ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 83.

específicos dos produtores do campo simbólico, ou seja, as disputas inerentes ao próprio campo intelectual. Altamirano, mais uma vez utilizando-se das reflexões de Bourdieu, que por sua vez se apropriou do conceito de legitimidade de Max Weber, nos coloca que essa disputa se traduz na produção da cultura legítima¹⁵⁸. Com isso, os intelectuais, nas sociedades modernas, seriam entendidos como o conjunto daqueles que possuem o monopólio da produção dos bens pertencentes à ordem da cultura legítima¹⁵⁹.

E é exatamente essa cultura legítima que está em disputa, para Altamirano. É por isso que podemos perceber um questionador das políticas de seu tempo como um intelectual. Fazendo parte desse campo ambíguo, Newton Carlos encara como legítimo questionar os discursos prontos da mídia, que reproduziam a visão das agências de notícias, e se coloca no espaço público com a intenção de levar a sua verdade, ou seja, o seu produto simbólico, apoiando-se nas suas percepções de mundo e recebendo o reconhecimento de seus pares e de diversos outros atores sociais.

Portanto, em resumo, temos alguns pontos que merecem ser colocados como principais. Ficou claro que levamos em consideração as interpretações de Altamirano sobre a figura do intelectual. Para o sociólogo argentino, para se falar de intelectuais, a modernidade do capitalismo foi necessária, com todas as suas características inerentes, como a industrialização, o advento do Estado Nacional, a vida urbana e o individualismo¹⁶⁰. Com isso, o trabalho com o capital cultural fica a cargo dessas figuras, não em sua totalidade, mas de forma privilegiada. Apesar de fazerem parte de uma rede, de uma categoria socioprofissional, eles não se limitam a isso. Suas profissões os situam nas tramas e nas instituições da vida social, mas na virada do século XIX para o século XX, seu público expandiu de forma gigantesca. Seus dois públicos, o de seus pares e, na linguagem de Altamirano, o profano, fazem com que essa figura moderna não se restrinja a um pequeno círculo, mas que atinja de forma constante a opinião pública. Dessa forma, as reflexões de Altamirano e de Pereira se conectam. Enquanto o primeiro encara de forma sociológica a formação dos intelectuais, o segundo parte das experiências profissionais de jornalistas para demonstrar o crescimento desse público, o aumento de funções e a consequente extrapolação de limites de profissões, a não restrição em espaços específicos, e o entendimento que o intelectual moderno não se constrói escrevendo apenas para si, mas se coloca no espaço público em busca de construir, simbolicamente, aquilo que ele encara e

¹⁵⁸ Ibidem, pp. 83-84.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 85.

¹⁶⁰ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 110.

enxerga como a verdade. Construindo as ideologias, trabalho por excelência dos intelectuais, percebe-se que essa figura não se restringe apenas aos doutos e acadêmicos. Sendo assim, o jornalista pode ser encarado como também um construtor de realidades, que se coloca a partir de suas experiências no espaço público, transmitindo sua própria interpretação dos acontecimentos do mundo em que vive.

Newton Carlos apresenta todos esses pontos vitais para a nossa concepção do que é ser um intelectual. Toda sua trajetória de vida e trajetória profissional o levaram a produzir suas interpretações, abertamente críticas às políticas imperialistas de seu tempo. Entendemos, portanto, que a produção intelectual do jornalista está inserida numa disputa, buscando levar ao seu público essas denúncias de exploração sofridas pelos locais onde atuou no exercício de sua profissão. Seu espaço de atuação foi majoritariamente constituído no exercício de sua profissão, e ele foi voltado principalmente para as questões políticas da América Latina. Sendo um pioneiro no jornalismo internacional, sua voz e seu estilo foram impactantes e importantes para a compreensão do público sobre esses fenômenos vistos pela interpretação de um intelectual, e não pelas notícias geradas pelas agências internacionais, que padronizam informações, com claro intuito mercadológico. Além disso, sua relevância foi atestada, tanto pelo público intelectual, tanto por seus pares de profissão, quanto pelo público de massas.

Com todos esses aspectos apresentados, com a defesa de Newton Carlos como um intelectual que teve uma atuação questionadora, é necessário fazer alguns apontamentos sobre suas ações. Na concepção de Norberto Bobbio, o que foi feito até agora foi delimitar a área específica em que o jornalista atuou para ser enquadrado como intelectual – outra bem diferente é entender qual a função dessa categoria em seu mundo social e em seu contexto¹⁶¹. Com isso, as noções de engajamento e responsabilidade precisam ser levantadas na extensa trajetória profissional/intelectual de Newton Carlos.

2.3 O engajamento com responsabilidade

Com a defesa realizada até aqui da figura de Newton Carlos como um intelectual, já pudemos entender que toda a produção do jornalista apresentou um tom crítico e denunciativo em relação às ações dos Estados Unidos. Sua tomada de posição em denunciar o imperialismo de Washington é o cerne de seu pensamento durante a Guerra Fria. Contudo, ele não se constitui como um intelectual somente por esse tom denunciativo e

¹⁶¹ BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 13.

crítico. É correto dizer que o engajamento é um dos fatores que sustentam a atuação do jornalista, mas não o único. Mas o que constitui esse engajamento?

Em resumo, pode-se dizer que o engajamento intelectual é uma tomada de posição em relação a algo – o encontro da cultura com a política, como defende Bobbio. Nem todo intelectual busca esse tipo de atuação, e nem por isso deixam de ser representantes dessa categoria. Além disso, essa tomada de posição não necessita ser contestatória, como no caso de Newton Carlos. Como bem mostra Sirinelli, aqueles que buscam manter o *status quo* através da manutenção das ideologias vigentes não constituem uma contradição ao conceito de intelectual, apenas mostram a diversidade e amplitude de um grupo, e, por conseguinte, há a necessidade de tomar cuidados em taxações fixas e limitantes¹⁶². No entanto, no que concerne ao jornalista, sua atuação crítica é incontestável. E o período da Guerra Fria suscitou fortemente uma atuação dos chamados "homens das penas". Como diz o italiano Enzo Traverso, “na história do século XX, a noção de intelectual é indissociável do engajamento político”¹⁶³. Algumas das citações acima já demonstram isso, mas é a partir de um exame mais detalhado d’*O Pasquim* que podemos entender melhor as causas defendidas por Newton Carlos.

O Pasquim foi o maior jornal da imprensa alternativa brasileira durante os anos de 1970. Já no início da década, como aponta Bernardo Kucinski, o periódico da "Imprensa nanica" já vendia cerca de 225 mil exemplares por edição, um sucesso estrondoso¹⁶⁴. Esse imenso representante da imprensa alternativa apresentou, na visão de Patrícia Marcondes Barros, uma dupla resistência: contra o regime militar e contra as limitações intelectuais e jornalísticas da chamada grande imprensa¹⁶⁵. Para a historiadora, os periódicos que surgiram a partir disso se dividiram em duas vertentes: uma política (notadamente marxista, buscando traçar caminhos revolucionários); e outra existencialista (inspirada em Jean-Paul Sartre), embarcando na experiência da contracultura estadunidense, atacando a moralidade da sociedade brasileira. É nessa segunda vertente que se encontra *O Pasquim*. Essa noção é compartilhada por Andréa Cristina de Barros Queiroz, que em suas palavras, diz que o jornal, “através do humor, criticou paradigmas e enfrentou os tabus da moral vigente”¹⁶⁶. Seu formato não empresarial aliado a uma estrutura altamente subjetiva, com completa

¹⁶² SIRINELLI, Jean-François. op. cit., pp. 256-257.

¹⁶³ TRAVERSO, Enzo. **Onde foram parar os Intelectuais?**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020, p. 18.

¹⁶⁴ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora EDUSP, 2001, p. 108.

¹⁶⁵ BARROS, Patrícia Marcondes de. “A Imprensa Alternativa Brasileira nos Anos de Chumbo”. In: **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. Umuarama, v.11, n.2, abr./jun., 2003, p. 63.

¹⁶⁶ QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. “*O Pasquim*: O jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação”. In: **História & Perspectivas**, Uberlândia, (31), Jul./Dez. 2004, p. 232.

ausência de uma linha editorial fez com que o jornal definisse suas pautas em uma mesa de bar, em uma espontaneidade singular, com um engajamento esquerdista que desafiou as amarras da censura¹⁶⁷.

É importante conhecer essas breves considerações. Vê-se um veículo que se engajou, inspirado em Sartre, na luta pela democracia e no questionamento da moral da sociedade em que estava. E é essa inspiração em Sartre que deve ser ressaltada. Quando se fala no engajamento intelectual, é na figura dele que essa imagem se materializa. Nas palavras do francês, o “intelectual é aquele que se mete em algo que não é da sua conta”¹⁶⁸, aquele que age no sentido de “fazer-se contra todo o poder”¹⁶⁹. Portanto, obra e ação devem estar em conjunto, no sentido de questionar a ordem vigente (na visão sartreana do intelectual). A mera tecnicidade na construção do trabalho não basta para a definição do engajamento – a necessidade de ter uma postura crítica e questionadora é imperativa. A própria participação de Newton Carlos n’*O Pasquim* é, portanto, uma ação política que buscou questionar a ditadura e os valores da época. Tendo sido um intenso colaborador do jornal desde seu início, em 1969, escreveu até 1990, principalmente sobre a relação geopolítica entre a América Latina e os Estados Unidos. Além disso, permite vinculá-lo com a chamada “Patota” do jornal, a intelectualidade boêmia do Rio de Janeiro, com nomes como Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe (Jaguar), Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prospero, Paulo Francis, etc. Esse grupo conferiu originalidade e subjetividade únicas ao *Pasquim*, e sua forma de atuação leva ainda no começo da ditadura à prisão de onze integrantes do jornal pelo DOI-CODI, mostrando a relevância política na cena pública brasileira do período¹⁷⁰.

Além disso, outras ações que saem do âmbito profissional/produtivo já foram trazidas no decorrer da exposição de sua trajetória e de sua defesa como intelectual. A assinatura do Manifesto à Nação, em 1965, o rompimento com Carlos Lacerda e a denúncia pública do falseamento da Carta Brandi são exemplos disso. Além disso, fazendo parte da equipe de colaboradores do *Pasquim*, constituiu-se como uma resistência ativa contra a ditadura, além de encabeçar iniciativas importantes, como a defesa da anistia para os perseguidos políticos. A própria estrutura ditatorial reconhecia a sua atuação política. Segundo documento do 7569/80 do SNI, apoiou a Comissão de Auxílio aos Atingidos pelos

¹⁶⁷ BRASIL, Bruno. “A breve história e a caracterização d’O Pasquim”. In: **Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro**, n.6, 2012, pp. 160-162.

¹⁶⁸ SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 14.

¹⁶⁹ *Ibidem*, pp. 46-49.

¹⁷⁰ BRASIL, Bruno. *op. cit.*, p. 162.

Atos Institucionais. Foi também colocado pelos militares que, como correspondente do jornal argentino *Clarín*, e do jornal chileno *Ercilla*, escrevia críticas severas aos militares brasileiros, evidenciando o tom questionador nas críticas a um governo autoritário, publicadas fora do país. Em 1967, incentivou estudantes a se manifestarem contra o governo¹⁷¹. Isso demonstra seu engajamento, saindo da abstração e buscando agir na concretude histórica, na visão sartreana do intelectual engajado. Contudo, mesmo com essas ações e vinculações, falta-nos ainda o aprofundamento do conhecimento das relações político-partidárias do jornalista, pela escassez de fontes (sua própria ida para a Bélgica é um exemplo disso). Sem isso, é possível postulá-lo como um intelectual engajado do modelo sartreano, de uma maneira superficial, mas não descolada da realidade.

É exatamente por isso que seus escritos, tanto suas produções extra-redação, quanto seus artigos n’*O Pasquim*, são importantes para compreender seu pensamento crítico e sua atuação como intelectual que questionou a situação geopolítica de seu tempo com responsabilidade. Esse termo, usado e defendido por Bobbio, vem para mostrar que os intelectuais são atravessados pela política e que, a cada vez que algum evento sai do habitual, a exigência para que haja manifestações desse grupo só confirma a importância que este possui no espaço público¹⁷². Parece um contrassenso aliar a noção de responsabilidade de Bobbio com o engajamento, principalmente ao estilo sartreano – mas quando se analisa a fundo as duas noções, percebe-se que o que o italiano defende não está em completa contraposição ao “enxerido” francês. Mais cauteloso, talvez, mas não oposto, uma vez que Bobbio, assim como Sirinelli, compreende a heterogeneidade dos intelectuais, e diz que nem todos agem no sentido do questionamento ou defesa de algo. Mas quando o fazem, necessitam entender no que, o porquê e quais as consequências de seus escritos e ações – ou seja, avança quando diz que o “engajamento não pode ser subordinação” a alguma causa, uma vez que, estando no espaço público, espera-se exatamente a responsabilidade do intelectual¹⁷³. Trazer uma visão de mundo considerada como verdadeira ao seu público exige isso. Newton Carlos entendeu isso muito bem. A tomada firme de posição do jornalista sempre denunciou as práticas e mazelas imperialistas dos Estados Unidos em relação à América Latina. Em plena Guerra Fria, lançava interpretações que questionavam toda a ação de Washington, como deixou claro quando analisou a

¹⁷¹ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80007569/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007569_d0001de0001.pdf>. Acesso: 01.jun.2022.

¹⁷² BOBBIO, Norberto. op. cit., p. 92.

¹⁷³ Ibidem, pp. 100-101.

invasão de São Domingos: a “Doutrina Johnson parece ser, portanto, toda uma formulação primária de anticomunismo, em defesa de interesses norte-americanos”¹⁷⁴. Quase trinta anos depois, ainda denuncia as ações norte-americanas, sempre pautadas numa lógica essencialmente anti-comunista e bipolar, mostrando o que interessava era “hegemonia regional”¹⁷⁵, e mais do que isso, mostrando o aprofundamento de suas análises, guiadas pela criticidade e responsabilidade.

Mas sua obra extra-redação não foi o único meio de crítica e atuação. *O Pasquim* e seus mais de 400 artigos de opinião mostram esse aprofundamento e mais, extrapolam o tema principal desta dissertação e revela como o próprio Newton Carlos se enxergava como um intelectual. Por ser uma publicação muito subjetiva, ele teve espaço para se diferenciar do humor característico do jornal, buscando informar e criticar sua época. Como dizem Regina Crespo e Valentina Quaresma Rodríguez, ele “trouxe ao Pasquim rigor e seriedade, mesmo que com certa amargura e pessimismo que, talvez, chegaram a surpreender aqueles leitores que somente buscavam piadas e humor na revista”¹⁷⁶. Seu primeiro artigo, ainda em 1969, faz uma reflexão sobre a intelectualidade do período. Sua conclusão parece ser mais para si mesmo do que para o leitor. Em um estilo único, quase de oralidade, característico também d’*O Pasquim*, Newton Carlos coloca que “o intelectual latino-americano converge, comunga, intercambia-se, conhece-se a si mesmo e aos outros... os intelectuais europeus tendem a dispersar-se. Não se conhecem entre si, pouco conversam...”¹⁷⁷. Isso mostra não somente sua análise, mas seu tipo de atuação – a busca por conhecer os problemas latino-americanos precisava de uma atuação latina – e não fechada em si mesma.

Com esse pequeno exemplo de como Newton Carlos via a sua própria atuação, pode-se afirmar que durante sua trajetória n’*O Pasquim*, três foram os principais assuntos abordados por ele: 1. a relação entre a América Latina e Estados Unidos – nas palavras de Crespo e Quaresma, “principalmente sobre a ação invasiva e prepotente dos Estados Unidos e as grandes corporações sobre o futuro e o destino dos países do continente. Sempre de

¹⁷⁴ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p.27.

¹⁷⁵ CARLOS, Newton. **Camelot, Uma Guerra Americana**. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 99.

¹⁷⁶ CRESPO, Regina; QUARESMA, Valentina Rodríguez. “América Latina en *O Pasquim*: Política, Entrevistas y Crônicas de Nuestra América (1969-1979)”. In: **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 39, pp.269-285, jan-abril 2021, p. 274.

Tradução nossa. Texto Original: “Newton Carlos trajo a *O Pasquim* rigor y seriedad, además de cierta amargura y pesimismo que, quizás, llegaron a sorprender a aquellos lectores que sólo buscaban chistes y humor en la revista”.

¹⁷⁷ CARLOS, Newton. “Lugar de Centrípeto”. In: **O Pasquim**, nº2, 1969, p. 14.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/22486>>. Acesso: 28.dez.2022.

uma perspectiva crítica e ao mesmo tempo mordaz”¹⁷⁸; 2. a questão sobre a escalada da violência global, principalmente envolvendo as potências atômicas; 3. a atuação da imprensa e dos intelectuais em relação às suas respectivas áreas. Sobre o primeiro ponto, a tabela já apresentada anteriormente e todos os livros aqui utilizados como fonte mostram isso. Sua atuação profundamente crítica se estendeu ao longo de sua carreira profissional, manifestando em suas obras intelectuais um posicionamento político anti-imperialista em relação a Washington.

O segundo e o terceiro ponto se intercambiam. Isso porque são nesses momentos que Newton Carlos utiliza seu espaço no jornal para se colocar como um intelectual questionador de sua própria categoria, ou seja, qual o papel da imprensa e dos intelectuais nos rumos geopolíticos globais. Com isso, percebe-se claramente o senso de responsabilidade que seu engajamento possui. Um exemplo já foi dado, quando ele critica a atuação da SIP, maniqueísta em suas análises sobre os problemas da América Latina, sendo sempre o comunismo o primeiro e único culpado. No que concerne aos problemas atômicos, já em 1970 o jornalista indica preocupações severas. Recorrendo a um pensamento do filósofo Karl Jaspers e de cientistas de Chicago que analisavam a corrida armamentista da Guerra Fria, coloca que “a decisão de gritar foi tomada diante da insensibilidade humana para esses problemas”¹⁷⁹. Demonstrando cálculos e estimativas de estudiosos do assunto, esse foi seu primeiro alerta, mesmo que ainda tímido, deixando claro a necessidade de se pensar criticamente o aumento do arsenal nuclear mundial, e que isso deveria ser responsabilidade da humanidade em si.

Já em 1971, leva a reflexão de que a ficção científica e a era dos desastres se aproximavam. Sua crítica aos aumentos de efetivos nucleares tem seu ponto mais decisivo quando diz que “o elemento humano, continua, assim, um fator vital nas engrenagens da destruição maciça”¹⁸⁰. Não há conselhos, apenas um apontamento para quem é o elemento central nessa corrida. Saindo um pouco da questão nuclear, Newton Carlos, escrevendo sobre a Argentina, nos revela novamente o papel da responsabilidade em diversas áreas profissionais. Quando coloca que:

¹⁷⁸ CRESPO, Regina; QUARESMA, Valentina Rodríguez. op. cit., p. 274. Tradução nossa. Texto Original: “América Latina, sus problemas políticos y conflictos internos y, principalmente, sobre la acción invasiva y prepotente de Estados Unidos y las grandes corporaciones sobre el futuro y destino de los países del continente. Lo hizo siempre desde una perspectiva crítica y al mismo tiempo mordaz”.

¹⁷⁹ CARLOS, Newton. “Boom”. In: **O Pasquim**, nº 60, 1970, p. 18. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/1478>>. Acesso: 28.dez.2022.

¹⁸⁰ CARLOS, Newton. “CARAMBA! La bomba H”. In: **O Pasquim**, nº 120, 1971. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/3948>>. Acesso: 28.dez.2022.

Psicanálise e política são excludentes? O assunto poderia limitar-se a um papo com psicanalistas abertos a qualquer tipo de indagação. Mas julguei bem colocá-lo de público a partir de um fato possivelmente ignorado no Brasil e que com certeza ainda terá forte repercussão na psicanálise latino-americana: a cisão da Associação Psicanalítica Argentina, provocada pelo abandono de 39 membros. Embora com matizes técnicos e de manejo da instituição, os motivos da deserção foram basicamente políticos. Os 39 se rebelaram contra a alienação de seu grupo profissional. Não podem concebê-lo isolado do que acontece num país em estado de incandescência política e busca acelerada de transformações¹⁸¹.

Aqui vemos exatamente o que traçou Bobbio sobre os intelectuais: quando a política atravessa a produção intelectual ou sua realização prática, há conflitos que se desdobram. Mesmo sem opinar sobre o assunto, Newton Carlos parte de um ponto muito interessante: ele diz que julgou bem em trazer esse assunto ao público. Sua veia jornalística se revela aqui, além de produzir um debate que já foi levantado: engajamento e responsabilidade. A cisão de um grupo de médicos latinos nos anos de 1970 traz à tona a divisão que o historiador italiano produz, dos intelectuais ideólogos e dos expertos. Os ideólogos seriam aqueles que se preocupam em produzir e transmitir ideias e conhecimentos relevantes, os princípios-guia de uma sociedade. Os expertos seriam aqueles que detêm o que Bobbio chama de conhecimentos-meio, que racionalizam suas funções e as colocam em prática¹⁸². A situação se torna interessante para Newton Carlos, mesmo não os definindo dessa maneira, porque os expertos, ou seja, os psicanalistas tomaram uma decisão, sobretudo perpassada pela conjuntura política da Argentina, de golpes institucionais e violência. A alienação da classe não poderia ser fator impeditivo para ações que buscassem mudar a situação – o que por si só é revelador. A responsabilidade aparece mais uma vez na tomada de decisão, mesmo que timidamente, ao mesmo tempo em que, em sua subjetividade, sente-se responsável por trazer um debate desses ao seu público.

Em 1973, o jornalista começa a ter uma atuação mais ácida com respeito à violência. É a partir desse período que sua crítica se faz mais política, mostrando os altos investimentos militares pelo mundo, enquanto situações humanitárias como a fome são simplesmente renegadas: “um único bombardeio atômico pode matar instantaneamente 100 milhões de pessoas. Enquanto não acontece, vai sendo mesmo morte por fome, servidão, franco-atiradores, B-52, etc.”¹⁸³. A crítica é ácida, e vai percorrer todo o período da Guerra Fria, sendo o *Pasquim* o espaço para as opiniões públicas do jornalista. É aqui também que ele começa a relacionar de forma mais direta essas questões – fome, violência, pobreza e

¹⁸¹ CARLOS, Newton. “Psicanalistas quebram o pau na Argentina”. In: **O Pasquim**, nº 133, 1972, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/4264>>. Acesso: 28.dez.2022.

¹⁸² BOBBIO, Norberto. op. cit., pp. 73-74.

¹⁸³ CARLOS, Newton. “O boom da violência”. In: **O Pasquim**, nº 186, 1973, p. 18. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/5746>>. Acesso: 29.dez.2022.

desigualdade – com a América Latina e o projeto de poder instituído pelos Estados Unidos, e como no fim, essas nuances estão interligadas.

E isso vai se tornando mais frequente. Nas edições 196 e 200, citando de Copérnico a Albert Einstein e Robert Oppenheimer, aponta que “uma trágica inversão comanda o espetáculo, como se o obscurantismo se alimentasse agora da técnica e do progresso”, ao mesmo tempo em que sentencia que “não há como evitar a globalização da violência diante da intimidade com a perspectiva da destruição maciça”¹⁸⁴. Como visto, seu pessimismo se acentua. E é comprovado quando discorre sobre o Vietnã, Newton Carlos nos indaga: “alcançará a consciência dos homens a imagem que deixa o Vietnã, da menina desnuda correndo em chamas?” – e ele mesmo responde: “tudo indica que não”¹⁸⁵. Esse retorno constante a esses assuntos mostra a importância dada pelo jornalista, e como seus escritos pretendiam atingir o público para causar reflexão. O senso de responsabilidade é constante, e não diminui com o decorrer do tempo.

Prova disso é o próprio livro *América Latina: Dois Pontos* (1978), utilizado aqui como fonte, e que reúne muitas das análises feitas originalmente no *Pasquim* e que foram premiadas com o prêmio EFE, da Espanha. E esses pensamentos vão se conectando com a noção de que o intelectual não pode corroborar com isso. Nas edições 228, 248 e 278, seus escritos assumem uma postura mais assertiva e combativa, na crítica a sua própria categoria. Já em 1974, discorre que “dois em cada cinco seres humanos sofrem de fome física, embora o mundo disponha de 220 bilhões de dólares para gastar em armas neste ano. Por que o problema de consciência dos cientistas? Vivem contradições tão fortes quanto as que marcam hoje a convivência do progresso com a miséria e a violência. Têm culpa no cartório”¹⁸⁶. Isso assume caráter ainda maior quando analisa a atuação específica de médicos brasileiros. Quando diz que “é uma injustiça envolver, indiscriminadamente, todos os médicos na voracidade comercial que toma conta da medicina brasileira. Mas as injustiças cometidas, na abordagem do assunto, não são nada diante das barbaridades que esse comercialismo provoca”¹⁸⁷, fica claro o tom denunciativo e a busca por responsabilização desses expertos, na classificação de Bobbio. Ele se coloca como alguém que busca levar reflexões ao espaço público, tomando partido e indo contra as práticas

¹⁸⁴ CARLOS, Newton. “Enquanto o mundo gira, o cacete rola”. In: **O Pasquim**, nº 196, 1973, p. 19. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/6031>>. Acesso: 29.dez.2022.

¹⁸⁵ CARLOS, Newton. “É fogo!”. In: **O Pasquim**, nº 200, 1973, p. 37.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/6157>>. Acesso: 29.dez.2022

¹⁸⁶ CARLOS, Newton. “Dr. Silvana ataca novamente”. In: **O Pasquim**, nº 228, 1973, p. 9.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/7477>>. Acesso: 29.dez.2022.

¹⁸⁷ CARLOS, Newton. “Esculápio do esculacho”. In: **O Pasquim**, nº 248, 1974, p. 17.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/8261>>. Acesso: 29.dez.2022.

corriqueiras de sua sociedade, e, sabendo do seu espaço como intelectual, critica a própria categoria.

Por fim, um último exemplo desses pontos explorados. E novamente, em sua análise, o tema central gira em torno da responsabilidade. Escrevendo que “os riscos da engenharia genética, com a criação artificial de bactérias podendo escapar de laboratórios e assumir formas de doenças terríveis, revive o problema da responsabilidade da ciência em um mundo de conquistas espetaculares”, mostra essa conexão do papel dos intelectuais com os caminhos da humanidade. Usando a imprensa, seu meio de trabalho, questiona e coloca em causa os rumos políticos do globo, se opondo a globalização da violência. Além disso, termina esse artigo expondo com clareza o que pensa e qual deve ser o papel dos intelectuais (pelo menos os técnicos), de questionar os projetos que levam a cabo. De uma forma ácida, ele coloca que “o mundo está cada vez menor, com travessias do Atlântico em menos de duas horas e televisão intercontinental, mas ainda há por aí, municiados de verbas fabulosas, cientistas que se consideram neutros quando manipulam suas fórmulas diabólicas”¹⁸⁸. O progresso sem o questionamento não leva a bons caminhos, e é a isso que Newton Carlos se opõe.

Todos esses casos apontam a noção que o jornalista possuía do seu próprio trabalho. De forma política, esteve sempre contra a ditadura civil-militar brasileira, se engajando pela causa e tendo n’*O Pasquim* a plataforma necessária para transmitir aos seus leitores essa visão. Ao mesmo tempo, no mesmo jornal e na realização das suas obras, é possível perceber um grande senso de responsabilidade, nos preceitos ditados por Norberto Bobbio. Para o caso do engajamento, Sirinelli aponta que o que caracteriza essa postura combativa é a coragem e o sacrifício¹⁸⁹. Bobbio coloca que é o intelectual que responde por suas ideias, devendo ser claro e assertivo, em termos de uma política e moral próprias, mas nunca em termos apolíticos¹⁹⁰. É nesse sentido que buscamos traçar uma relação intercambiável entre engajamento e responsabilidade na trajetória de Newton Carlos. E isso teve consequências.

O maniqueísmo é inevitável, nesses casos, e levando em consideração o contexto da Guerra Fria, isso se torna latente. A perseguição a Newton Carlos pela ditadura é a maior prova de sua constante atuação. A principal acusação por parte da estrutura de censura era que o jornalista seria comunista. Em 1966, já era colocado como pertencente ao “grupo

¹⁸⁸ CARLOS, Newton. “O Homem Lobo do Homem”. In: *O Pasquim*, nº 278, 1974, p. 23. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9450>>. Acesso: 23.dez.2022.

¹⁸⁹ SIRINELLI, Jean-François. op. cit., p. 259.

¹⁹⁰ BOBBIO, Norberto. op. cit., p. 104.

esquerdista, atuante na imprensa escrita e falada da Guanabara”¹⁹¹. Em 1970, é definido pelos militares como “esquerdista e antiamericano”¹⁹². Em 1980, o cunho de esquerdista foi amplificado, e sua identificação agora é dada como “integrante do PCB”¹⁹³ (Partido Comunista Brasileiro), e isso dura até o final da ditadura, quando em 1983 é chamado de “militante do PCB”¹⁹⁴ por documentos oficiais.

No entanto, não há materialidade palpável para colocar Newton Carlos como um militante partidário do PCB. Mas notar essa vinculação e passagem quase automática de “esquerdista” para comunista é interessante. Como já trazido, o jornalista foi alvo de inquéritos. E são justamente os Inquéritos Policiais Militares (IPM) que explicam essa vinculação do jornalista ao partido comunista. Rodrigo Czajka, estudando principalmente o IPM-709, mostra que esse conjunto de documentos foi essencial na estrutura do regime. Eles elaboraram uma genealogia de determinadas redes intelectuais de esquerda no Brasil, sempre ligando os investigados ao “perigo vermelho”. Esses inquéritos eram montados de forma meticulosa, querendo demonstrar a organicidade dos movimentos comunistas no país, juntando e anexando provas que comprovariam as atividades subversivas dos intelectuais de esquerda, justificando a repressão imposta¹⁹⁵.

O modo operativo desses inquéritos era a coletivização do indiciamento, ou seja, o inimigo por si só era o comunismo. E pelo PCB ser o maior alvo dos militares, o crime ideológico derivou-se a todas as organizações e pessoas ligadas a ele, fossem comunistas, membros do partido ou apenas conhecidos de militantes. Segundo Czajka, esses relatórios e inquéritos criaram um imaginário em que o comunismo “envolvia uma sofisticada rede de relações sociais, na qual o partido auxiliava na organização e visibilidade de grupos e indivíduos com relativo poder de influência e persuasão junto a diversos setores sociais”¹⁹⁶. E Newton Carlos adentrou como um inimigo nessa lógica. Não que não houvesse a aproximação dos intelectuais de esquerda com o Partido. Principalmente nessa época, a

¹⁹¹ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83008719/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83008719_d0001de0001.pdf>. Acesso: 01.jun.2022.

¹⁹² Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80007569/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007569_d0001de0001.pdf>. Acesso: 01.jun.2002.

¹⁹³ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84039394/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039394_d0001de0001.pdf>. Acesso: 01.jun.2022.

¹⁹⁴ Disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84039394/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039394_d0001de0001.pdf>. Acesso: 01.jun.2022.

¹⁹⁵ CZAJKA, Rodrigo. “‘Esses chamados intelectuais de esquerda’: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe”. In: *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015, pp. 220-226.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 232.

convergência entre intelectuais autônomos de esquerda e a política do PCB se fez presente, na busca da unificação de propósitos políticos e ideológicos. Porém:

Na medida em que estes intelectuais de esquerda (não necessariamente comunistas e/ou marxistas) buscavam uma autonomia em relação ao PCB, eram identificados com ele quando essa mesma autonomia era reivindicada individualmente no espaço público, fora do partido. Mais que isso, e ainda segundo a lógica enviesada adotada pelos encarregados do IPMs, tal recurso constituía numa estratégia que os comunistas haviam encontrado para disseminar o ideário comunista a serviço não somente do PCB, mas também do comunismo internacional¹⁹⁷.

Portanto, mesmo os intelectuais autônomos foram ligados ao PCB. Com isso, “a maioria destes intelectuais não militantes e devotados à ‘causa cultural’, como espaço autônomo de atuação e representação, foram engolidos por um processo que procurava associar as lutas culturais com as manifestações comunistas internacionais existentes em território brasileiro”¹⁹⁸. Essa simplificação gerou, e gera até hoje, um quadro confuso sobre as intelectualidades nacionais. Newton Carlos, engajado através de sua profissão, cobrindo os mais diversos países da América Latina, foi perseguido por suas opiniões e ligado a um movimento que ele certamente conhecia, mas não fazia parte. O importante é se atentar à essa coragem do jornalista em suas ações políticas e intelectuais. Como diz Sirinelli, não é o intuito do estudo sobre essas figuras fazer julgamentos morais – construir um panteão ou cavar uma fossa para Newton Carlos está fora de cogitação¹⁹⁹ – mas entender sua trajetória para elucidar sua construção analítica é objetivo aqui presente. Com isso, um último e pequeno ponto deve ser trazido.

2.4 Uma perspectiva futura: redes intelectuais

Esse último tópico tem como finalidade apontar uma perspectiva que possibilite o aprofundamento do trabalho no decorrer do tempo. Como diz Altamirano, a dinâmica globalizadora do mundo contemporâneo não deixou intactas as condições de trabalho dos intelectuais, e a necessidade de entendê-los em rede se faz cada vez mais frequente²⁰⁰. Kristina Pinker e Julieta Rostica vão pelo mesmo caminho. As autoras compreendem que um dos desafios atuais para o estudo dos intelectuais, sobretudo os latino-americanos, é justamente entender a circulação de ideias numa perspectiva que transpassa a localidade de

¹⁹⁷ Ibidem, p. 236.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 239.

¹⁹⁹ SIRINELLI, Jean-François. op. cit., pp. 260.

²⁰⁰ ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina** – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Katz Conocimiento: Buenos Aires, 2008, p. 23.

escrita, em uma tentativa de empreender uma interpretação transnacional²⁰¹. Outro estudioso que se foca na questão das redes é Sirinelli. Sua interpretação vai em direção de que são as estruturas elementares de sociabilidade, como revistas, manifestos e abaixo-assinados geram dois caminhos: as redes e os microclimas particulares dos intelectuais²⁰². Nessa dupla acepção, um caminho de relações, recepções, circulação e afetividade pode ser traçado, para compreender a produção e extensão das obras produzidas pelos intelectuais.

Não é, no entanto, objetivo deste trabalho o aprofundamento ou uma extensão no entendimento das redes intelectuais das quais Newton Carlos fazia parte. Dois são os motivos principais: o primeiro, a falta de fontes que permitam correlacionar a figura do jornalista com, na linguagem de Sirinelli, seu microclima. Escassos são até o momento os materiais que permitam traçar relações dele com pares intelectuais do Brasil, da América Latina e também dos Estados Unidos. O segundo, justamente pela falta de tempo decorrente do prazo limítrofe de uma dissertação. Encontrar, organizar e analisar esse tipo de documentação exige um fôlego muito maior para o empreendimento em questão.

Porém, com as fontes trazidas aqui, já é possível traçar uma pequena amostra das relações de Newton Carlos, e realizar algumas considerações a respeito disso para a constituição de redes do jornalista. Como aponta Eduardo Devés-Valdés, entender essas relações recíprocas dentro de uma cronologia extensa de tempo permite avançar no entendimento da intelectualidade latino-americana²⁰³. O autor fornece uma metodologia para que se possam remontar as relações e os níveis de interação, muito operativas e que permite, inicialmente, esses apontamentos primários. Para detectar os contatos de maior profundidade, devemos cruzar as relações entre os integrantes da rede levando em conta nove aspectos: contato pessoal; correspondência; participação nos mesmos grupos; prólogos ou apresentação em livros; publicação nos mesmos meios; participação em campanhas ou iniciativas; diálogos ou polêmicas; citações recíprocas; outras possíveis²⁰⁴. Formando um quadro, verticalmente e horizontalmente entre os integrantes da rede, no decorrer do tempo, e cruzando os vínculos, será possível elucidar o tipo de contato e a densidade das relações e comunicações de Newton Carlos.

Por exemplo, em análises iniciais, sabemos que Newton Carlos, em 1968, lançou o

²⁰¹ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). **Confrontación de Imaginarios** – Los Antiimperialismos en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 20.

²⁰² SIRINELLI, Jean-François. op. cit., pp. 252-253.

²⁰³ DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes Intelectuales en América Latina** – Hacia la Constitución de una Comunidad Intelectual. Instituto de Estudios Avanzados: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 18.

²⁰⁴ Ibidem, p. 33.

livro *América, Mito e Violência* (1968)²⁰⁵, em conjunto com Fernando Pedreira, Arthur José Poerner, José Honório Rodrigues e Cândido Mendes, todos intelectuais reconhecidos, seja na imprensa, como Poerner, ou como pesquisadores, como o historiador José Honório Rodrigues. Seu próprio livro sobre o Chile conta com participações de Galeno de Freitas e Marcia Vettori. Além disso, esse trabalho foi traduzido pelo filósofo marxista Leandro Konder. Em 1975, concedeu uma entrevista ao lado do acadêmico chileno-argentino Ariel Dorfman a *Revista Versus*, editorada por Marcos Faerman, sobre as ações estadunidenses na América Latina²⁰⁶. Em 1980, participou de uma mesa redonda ao lado de nomes como o do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira e do cientista político norte-americano Riordan Roett²⁰⁷.

Esses são alguns casos iniciais para podermos estruturar a rede que Newton Carlos fazia parte. O que se nota é que a grande maioria dos intelectuais com quem ele teve contato, pelo menos no período da Guerra Fria, pertencia ao espectro político da esquerda, que denunciavam as condições às quais os países latinos americanos eram submetidos. Além desses casos, o próprio *Pasquim* revela um contato intenso do jornalista com setores intelectuais contestatórios, sendo citado muitas vezes por seus colegas e entrando em embates com outros jornalistas. Ao todo, de 1969 a 1990 Newton Carlos foi mencionado 56 vezes por nomes como Paulo Francis, Jaguar, Arthur José Poerner, Ivan Lessa, Claudius e Alberto Dines. Todos esses nomes ressaltam as qualidades analíticas sobre as questões latino-americanas, e em menor ou maior grau, apoiam as interpretações que colocam os Estados Unidos como centro dos problemas.

Seus embates se deram na esfera de quem apoiava a política estadunidense. Um exemplo a ser dado se encontra na edição 391 d'*O Pasquim*. Citando nominalmente Glycon de Paiva, ele questiona a ligação imediata do geólogo brasileiro com as interpretações de Washington sobre a utilização dos recursos minerais latino-americanos²⁰⁸. Além disso, traçando uma comparação das principais citações de Newton Carlos no jornal com as suas obras extra-redação, podemos delimitar com clareza quais interpretações ele coloca em causa, além de perceber os aprofundamentos dados por ele em seus livros. N'*O Pasquim*, três são seus alvos imediatos em uma análise ainda que inicial: Henry Kissinger, principal

²⁰⁵ PEDREIRA, Fernando (Org.). *América – Mito e Violência*. Edições Correio da Manhã: Rio de Janeiro, 1968.

²⁰⁶ Disponível em:

<<http://www.marcosfaerman.jor.br/Versus04.html?vis=facsimile>>. Acesso: 29.dez.2022.

²⁰⁷ Disponível em:

<jjsn.es.gov.br/custom/download/biblioteca/jornais/FOLHETIM182.pdf>. Acesso: 29.dez.2022.

²⁰⁸ CARLOS, Newton. “Uma nova arma secreta: a fome”. In: *O Pasquim*, n° 391, 1974, p. 11.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124795/9971>>. Acesso: 30.dez.2022.

formulador da política externa dos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970 (e com grande influência posterior); Zbigniew Brzezinski, conselheiro de Carter durante seu mandato; e Robert McNamara, ex-secretário de Defesa de Kennedy e Presidente do Banco Mundial entre 1968 e 1981.

O ano de 1975 é muito ilustrativo nessa tomada de posição, se colocando contra as interpretações desses três nomes. Discorrendo sobre a interdependência e estabilidade defendidas por Kissinger, Newton Carlos aponta que “ninguém deve brincar com a dependência dos Estados Unidos de fontes externas de matérias-primas”, e que, “estabilidade, para Kissinger, é manter o *status quo*”²⁰⁹, em favor sempre dos EUA. Suas citações a historiadores como Geoffrey Barraclough e Stephan R. Graubar para analisar a figura do cientista político mostra seus caminhos intelectuais antenados com a produção externa estadunidense para criticar a geopolítica da Guerra Fria. Em outra edição, a crítica a Kissinger por recomendar “bloquear os empréstimos a países com políticas nacionalistas” (no Terceiro Mundo e principalmente, na América Latina) é acrescida por uma forte declaração contra McNamara. Em sua análise, Newton Carlos coloca o então Presidente do Banco Mundial, “um dos ‘ex-monstros sagrados’ da tecnocracia que disparava e continua disparando contra todos nós, a partir de Washington, aí está”²¹⁰. Quando se refere a McNamara como um “ex-monstro”, fica clara a divergência enquanto um intelectual latino-americano com o projeto de poder estipulado por Washington, e mais, que ele busca analisar a situação do continente diretamente pelas relações entre EUA e América Latina.

Pulando para 1978, o jornalista traça um diagnóstico do que foi o governo Carter. Pautado numa retórica de Defesa dos Direitos Humanos, o presidente falha miseravelmente. Mas a figura a ser destacada para isso é Brzezinski. Nas palavras do jornalista, o “assessor de segurança de Carter já admite que os ‘interesses nacionais’ dos Estados Unidos podem justificar novas intervenções, esperando que o povo norte-americano compreenda isso”²¹¹. Os interesses dos EUA sempre estão em primeiro lugar, e essa é a crítica constante de Newton Carlos. Em relação aos livros lançados, um em especial merece destaque: *Camelot*. É nele que podemos ver um maior arcabouço teórico para criticar o imperialismo estadunidense. Kissinger e McNamara continuam sendo seus alvos principais, mas Brzezinski pouco é mencionado. Suas interpretações traçam uma genealogia de um

²⁰⁹ CARLOS, Newton. “Kissinger vem aí”. In: **O Pasquim**, nº 296, 1975, p. 19.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9971>>. Acesso em: 30.dez.2022.

²¹⁰ CARLOS, Newton. “Indecência”. In: **O Pasquim**, nº 338, 1975, pp. 38-39.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/11690>>. Acesso em: 30.dez.2022.

²¹¹ CARLOS, Newton. “Ave, Carter”. In: **O Pasquim**, nº 457, 1978, p. 21.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/16341>>. Acesso em: 30.dez.2022.

discurso que se modifica, mas que em síntese, é o mesmo de sua cobertura jornalística – o interesse dos EUA sempre prevaleceu, e quando não, táticas de ingerências, desestabilização e força foram utilizadas.

Com isso, percebe-se que sua construção intelectual se faz a partir do conhecimento da ciência política, historiografia e economia global, com um enfoque principalmente no conhecimento e análises produzidas nos EUA. Mas esse conhecimento é contraponto por um sentimento latino-americano. Fica claro um ideal de latino-americanismo por parte de Newton Carlos. Quando escreve que “desde o Manifesto de Cartagena, de 1812, insistia Bolívar na necessidade de os latino-americanos enfrentarem juntos a luta pela emancipação”²¹². Somente esse trecho nos basta para saber que o jornalista possuía conhecimento de um dos símbolos da independência da América Latina. Em outro artigo, respondendo a Walder de Góes, coloca que há no continente um esforço para romper situações de dependência – “esse esforço, pode ter distorções, envolver ambições pessoais ou exercitar vaidades, mas é algo que bem ou mal, está a nosso favor”²¹³. Essa colocação, “a nosso favor”, mostra esse sentimento de pertencimento a um local que está fadado aos interesses de outros, numa exploração constante. A América latina é, portanto, local de trocas e de interesse de Newton Carlos, onde molda seu pensamento combativo e é lido e impactado por outros autores.

É nesse sentido que a perspectiva de rede intelectual pode servir como um ponto de seguimento e aprofundamento. Mesmo nesse pequeno esboço, é possível perceber que o conhecimento do jornalista construiu-se, de fato, de maneira transnacional. No entanto, pelo estilo de escrita e com ausências de diversas citações, além de documentações que possibilitem entender a vinculação pessoal/profissional de Newton Carlos, somente esse panorama inicial pode ser feito. Sua opinião crítica se dá no intercâmbio de produções e autores tanto do centro do Império, quanto da América Latina. Suas conexões, mesmo que ancoradas em alguns pontos específicos apresentados por Devés-Valdés permitem vinculá-lo a um campo da esquerda latino-americana, tendo o anti- imperialismo como eixo central de análise. Com isso, é necessário entender o que seria o imperialismo e sua contraparte, objetivo principal do segundo capítulo.

²¹² CARLOS, Newton. “Nosotros Brasileños”. In: **O Pasquim**, nº 326, 1975, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/10971>>. Acesso em: 30.dez.2022.

²¹³ CARLOS, Newton. “América Latina: Uni-vos”. In: **O Pasquim**, nº 294, 1975, p. 19. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9895>>. Acesso em: 30.dez.2022.

3 IMPERIALISMO E ANTI-IMPERIALISMO

O primeiro capítulo desta dissertação teve como foco principal a apresentação da figura histórica de Newton Carlos e sua defesa como um intelectual latino-americano. Suas ações e produções foram encaradas como questionadoras, não se limitando a um puro e simples repasse de informações. Os alvos de suas análises, como também ficou evidenciado, podem ser definidos em dois principais: o primeiro, a América Latina como um todo, com diagnósticos sobre países que englobam desde o Cone Sul, até países como a República Dominicana e a Nicarágua, na América Central. O segundo alvo de seu olhar crítico são os Estados Unidos, mais especificamente as ações políticas do governo de Washington durante a Guerra Fria, e como isso afetava diretamente a geopolítica dos latino-americanos.

Essa mirada questionadora contra a política estadunidense é uma ruptura na trajetória profissional e intelectual de Newton Carlos. Suas interpelações se iniciam na invasão a São Domingos em 1965, mas se aprofundam e refinam a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, período em que o jornalista começa a fazer a cobertura das eleições presidenciais norte-americanas e tem o contato agudizado com a potência capitalista. Portanto, é a partir desse momento que o imperialismo dos Estados Unidos ganha foco nas obras jornalísticas e intelectuais de Newton Carlos. Como o objetivo central deste trabalho é compreender o imaginário anti-imperialista compartilhado por ele, é preciso, conseqüentemente, entender o oposto desse conceito, ou seja, o imperialismo. Logo, as questões que guiam esse segundo capítulo estão na ordem conceitual. Saber diante do que Newton Carlos lançava seus questionamentos é essencial para compreender o porquê dos Estados Unidos ganharem tamanha dimensão em sua produção e como o intelectual engajado denunciava os excessos estadunidenses.

3.1 *O Imperialismo Clássico*

A ordem é erradicar secularismo, liberaisismos, feminismos, “permissividade” cultural e outras crenças “diabólicas” semeadas a partir dos anos 60. Não se trata, portanto de Saddam Hussein ou do Iraque, mas de um projeto que envolve todos nós, na medida em que tem como força-motriz a única superpotência existente, levada a recusar o conceito de comunidade internacional. Só importam os interesses nacionais (e imperiais) dos Estados Unidos²¹⁴.

²¹⁴ Esse pequeno trecho é o encerramento da introdução de um livro de Newton Carlos, sobre o início do governo de George W. Bush. Apesar de sair da delimitação temporal da Guerra Fria, período priorizado nesta dissertação, o excerto é importante, pois demonstra que o jornalista teve uma compreensão de longa duração de que os Estados Unidos se comportavam como um legítimo império, e que as ações de Washington estavam voltados para a hegemonia estadunidense.

CARLOS, Newton. **Bush e a Doutrina das Guerras sem Fim**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 9.

A epígrafe acima elucidada, de forma clara, a interpretação de Newton Carlos sobre as ações e projetos dos Estados Unidos. O trecho chave, “pretensões imperiais”, inclusive entre parênteses, dando destaque e clareza a narração, mostra o entendimento de mais de cinquenta anos do jornalista de que os EUA eram, em última análise, imperialistas. Mas que imperialismo é esse? Quais são as atitudes tomadas pelo governo estadunidense que diferenciam suas práticas imperialistas? Como isso impactou a América Latina durante o período da Guerra Fria? Esses são os questionamentos que guiam esta parte do capítulo, constituindo a base operativa da análise para, posteriormente, entender o imaginário anti-imperialista compartilhado pelo autor.

Quando se fala de imperialismo, podemos dividir as interpretações em dois grandes blocos: as interpretações clássicas, que tem no final do século XIX e início do século XX suas obras mais importantes; e as contemporâneas, que tem como marco o início do século XXI e tem como local de produção principalmente a América Latina e os Estados Unidos. É claro que esta dissertação tem como foco os estudos sobre esse imperialismo atual, mas é impossível falar dele sem trazer as bases conceituais dos estudos clássicos do tema. É exatamente por isso que uma rápida passagem sobre a temática se faz necessária. É importante ressaltar também que, por não ser objetivo principal do trabalho, as análises se restringiram a alguns nomes, não englobando a totalidade dos escritos. Portanto, nomes como o de Nikolai Bukharin²¹⁵, e Karl Kautsky²¹⁶ e Paul Baran²¹⁷ não serão aprofundados, o que não retira a importância de cada um deles para a compreensão do fenômeno do imperialismo.

O primeiro autor utilizado para delimitar esse conceito talvez seja o mais clássico do tema. Vladimir Lênin lançou seu livro *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917) um pouco antes da Revolução Russa. Nessa obra, ele busca traçar uma visão política e histórica sobre o imperialismo, tendo como fontes, extensos dados econômicos de países

²¹⁵ Nicolai Bukharin teve um grande papel na Revolução Bolchevique de 1917. Suas interpretações tiveram grande acolhimento na União Soviética, até seu rompimento com Stalin no início dos anos de 1930. Para maior conhecimento sobre suas análises sobre o imperialismo, ver:

BUKHARIN, Nicolai. **Imperialism and World Economy**. International Publishers, 1929.

²¹⁶ Karl Kautsky foi precursor e fundador da ideologia da social-democracia. Foi, provavelmente, o alvo mais visado das críticas de Lênin, já que suas interpretações diferiam em pontos fundamentais. Para ele, o imperialismo não era algo intrínseco ao capitalismo, sendo uma política dos dominantes, não um estágio do sistema, como na visão de Lenin. Sua maior contribuição aos estudos do tema é a criação do conceito de ultraimperialismo, defendendo que a cartelização do mundo era algo mais provável de acontecer do que as guerras pela hegemonia mundial. Para maior aprofundamento, ver:

KAUTSKY, Karl. “Ultra-imperialism”. In: **Die Neue Zeit**, Set. 1914.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso: 15.jul.2022.

²¹⁷ Paul Baran foi um economista estadunidense, que focou sua carreira em conceitos explicativos sobre a acumulação infinita de capital e o monopolismo dos Estados Unidos. Para aprofundar, ver:

BARAN, Paul. **Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

como a Alemanha pré-Primeira Guerra Mundial. Suas críticas se voltam contra a interpretação reformista de John Atkinson Hobson²¹⁸ e da tese do ultraimperialismo de Kautsky. Para o russo, sem a compreensão dos mecanismos econômicos do imperialismo, é impossível entender a completa dominação mundial pelo capitalismo. Logo, mesmo que este trabalho esteja inserido no âmbito da História, alguns conceitos da Economia serão necessários para que se possa fundamentar a crítica anti-imperialista de Newton Carlos.

Como o próprio título do livro demonstra, Lênin encara que o imperialismo é uma evolução do estágio do modo de produção capitalista. E a estrutura mais importante dessa etapa é o monopólio. O cenário econômico europeu do final do século XIX e início do século XX pode ser explicado, de forma resumida, como um momento de uma imensa produção industrial aliada a uma concentração da produção jamais vista. Esse ordenamento evolui ao monopólio, sendo exatamente isso a lei geral e característica fundamental do imperialismo²¹⁹. Com essa concentração de produção, a concorrência, princípio elementar do liberalismo, é posto de lado. A autorregulação dos mercados, tese defendida desde Adam Smith é abandonada na prática (mas não nos discursos) para a formação de cartéis industriais nacionais, monopólios gigantesco que disputam os consumidores de maneira agressiva. Como bem mostra o historiador Eric Hobsbawm, esse mesmo período enfatizado por Lenin teve como característica principal a mundialização das estruturas industriais, aliada a uma depressão gigantesca do comércio, mesmo com a produção se expandindo cada vez mais²²⁰. É nesse contexto que os estados nacionais entram com força nas políticas econômicas, instaurando um protecionismo econômico que se traduz nos monopólios nacionais, numa visão que muito se aproxima das explicações de Lênin.

O russo também define que essa transformação de capitalismo em imperialismo é uma fase onde a socialização da produção finalmente se tornou integral, mas a apropriação do lucro se aprofundou no âmbito privado dos monopolistas²²¹. A partir desse abandono das teses do liberalismo do século XVIII, Lenin também discorre sobre a mudança da produção econômica. Com essa cartelização da produção e a baixa comercial, o final do século XIX

²¹⁸ John Atkinson Hobson foi um economista inglês, com notável produção a partir do final do século XIX. Foi o precursor dos estudos sobre o imperialismo, defendendo uma reforma do sistema. Lançou teses posteriormente muito utilizadas, como por exemplo, a de que o crédito, e não a poupança, era o impulsionador da acumulação capitalista. Sua definição do imperialismo como um processo parasitário, em que a exploração de outros povos era necessária para sua formação, foi um dos elementos que Lênin utilizou em sua interpretação. Para maior aprofundamento, ver:
HOBSON, John. **Estudio del Imperialismo**. Madrid: Editora Titivillus. 2020.

²¹⁹ LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo** – Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Editora Centauro. 4ª Edição, 2008, pp. 18-22.

²²⁰ HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios** (1875-1914). 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 57- 60.

²²¹ LÊNIN, Vladimir. op. cit., p.26.

inaugura uma era em que a lucratividade não vem de uma economia produtiva, mas da especulação financeira. Logo, outra estrutura na interpretação leninista do imperialismo e que assume um caráter essencial são os bancos. Em sua função primária, os bancos eram ordenações intermediárias, em funções técnicas que transformavam o dinheiro inativo em ativos. Na era do monopólio, houve também a trustificação dos bancos, o que subordinou todas as operações comerciais e industriais na sociedade capitalista. Com isso, e exemplificando mais uma vez o ponto de virada do velho sistema para o imperialismo, houve uma união completa entre os bancos, as indústrias e os estados nacionais, gerando o predomínio do capital financeiro na economia mundial²²².

Portanto, esse domínio do capital financeiro, gerando o imperialismo, invade todas as camadas da vida social. Não só na Europa, centro do sistema econômico mundial no período analisado por Lênin, mas para o mundo todo. Enquanto o capitalismo produtivo se pautava na exportação de mercadorias, o mercado dominado pelo capital financeiro exporta o próprio capital. Nesse sentido, por exemplo, a colonização toma forma. O excedente de capitais nos países monopolistas foi exportado utilizando a dominação colonial. Logo, o desenvolvimento desigual do mundo e a manutenção das diferenças entre os “avançados” e “atrasados” (na expressão utilizada por Hobsbawm), não é apenas uma característica, mas um elemento estrutural do imperialismo. É por isso que Lênin também utiliza a expressão de Hobson, considerando essa etapa do capitalismo como parasitária²²³.

É a partir disso que o autor coloca que o mundo foi dividido, tanto figurativamente, quanto diretamente, no plano prático. Como mostra Hobsbawm, o principal impacto do imperialismo foi a desigualdade, com relações assimétricas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sempre pautados por uma relação de violência e dominação econômica²²⁴. É nesse ponto que Lênin exemplifica essa assimetria com as relações entre metrópole e colônias. Enquanto as metrópoles disputavam as matérias-primas, exportavam o capital para tão e somente construção de uma estrutura exploradora das riquezas naturais dos locais dominados, acrescido do lucro do rentismo. Isso acirrou a luta pelo domínio econômico, e para ele, é a principal causa da Primeira Guerra Mundial. Portanto, para o russo, “é indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo”²²⁵. Como já mencionado, essa época da predominância do capital

²²² LÊNIN, Vladimir. op. cit., pp.31-39.

²²³ Ibidem, pp. 61-67.

²²⁴ HOBBSAWM, Eric. op.cit, p. 110.

²²⁵ LÊNIN, Vladimir. op. cit, pp. 76-77.

financeiro substituiu a chamada livre concorrência, e o imperialismo modificou não só a política econômica, mas a própria condição política da Europa na passagem do século XIX para o século XX. Como dito no início da explicação sobre a interpretação leninista do imperialismo, é impossível tratá-lo como um fenômeno apenas econômico, pois está intrinsecamente ligado à política de seu tempo.

Todas essas passagens e análises de Lênin apontam para uma conceituação em que o imperialismo é a fase superior do capitalismo, mas ao mesmo tempo é sua antítese, no sentido em que ele vai contra o ordenamento ideológico geral do sistema. A monopolização da economia retira as ilusões do livre mercado e da “mão invisível”. Seus traços fundamentais são a concentração da produção e de capital sem precedentes na história, a criação de cartéis, a exportação de capitais, e a divisão do mundo entre as grandes potências²²⁶. Uma coisa a ser levantada sobre essa contradição dessa nova fase é que Lênin fornece o começo da resposta, mas não a aprofunda em sua obra. Para superar os princípios do liberalismo e as normas econômicas vigentes até então, a política assume papel central nas economias metropolitanas. E o aspecto fundamental é a utilização da violência para a implementação desse novo sistema. Seja na Europa, seja nas novas colônias, a utilização da violência para conquista de novos territórios e mercados foi necessária. Mas seu uso não foi detalhadamente estudado por ele, e na visão leninista, a grande competição levaria inevitavelmente a guerras, que acabariam por colocar fim ao capitalismo, abrindo espaços para o socialismo e posteriormente, o comunismo. Essa dimensão do uso da força será mais bem explicada no decorrer deste capítulo.

Por fim, Lênin acredita, como já mencionado, que o imperialismo, mesmo sendo o estágio superior do capitalismo, é ao mesmo tempo, sua derrocada. A tendência de estagnação e da decomposição da economia pela mudança da geração de riqueza, ou seja, o paradigma da criação da riqueza deixa de ser a produtividade para ser o rentismo, justamente pela supremacia do capital financeiro nas relações econômicas levaria os estados-nações imperialistas a uma disputa cada vez mais acirrada, em busca de matérias-primas e de novos mercados consumidores. Por mais que o capitalismo seja internacionalista em seus anseios, ele possui um caráter criticamente nacional no que tange a hegemonia global. Portanto, o destino do imperialismo é a disputa por guerras entre as potências industriais, destruindo os países envolvidos²²⁷. O monopólio, a supremacia dos bancos na economia global e a relação dialética entre o imperialismo e a política colonial

²²⁶ LÊNIN, Vladimir. op. cit, pp. 92-96.

²²⁷ Ibidem, pp. 99-108.

seriam, na visão do russo, a oportunidade das classes contrárias a ele o subjugarem. Quanto ao anti-imperialismo, o Lênin também não se detém em sua conceituação, apesar de sua obra ser um exemplo prático de disputa contra esse modelo. Porém, assinala que “entendemos a crítica do imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do imperialismo, de acordo com a ideologia geral das mesmas”²²⁸. Logo, o anti-imperialismo não pertence somente a um aspecto ideológico, mesmo na visão leninista. E isso terá importância ímpar quando a questão do imaginário for tratada.

Resumidamente, essa é a visão de Lênin sobre o imperialismo. Como coloca Fernando Chaves Almeida, esse estágio tem como essência, a luta pelo controle do mundo, dividido em associações capitalistas que se apropriaram dos estados nacionais para levar essa dominação e supremacia adiante²²⁹. É importante ressaltar que optamos por trazer as considerações leninistas porque, ainda hoje, elas ajudam a elucidar esse fenômeno. Como aponta Rodrigo Quesada Monge, suas análises continuam tendo penetração na realidade social e econômica do imperialismo²³⁰. Além disso, mesmo com o conceito atualizado, às considerações clássicas sobre ele são necessárias para compreender a crítica anti-imperialista contemporânea. É nesse sentido que outra pensadora marxista também ganha importância para a compreensão do imperialismo: a filósofa e economista polaco-alemã Rosa Luxemburgo.

Rosa Luxemburgo teve um papel de destaque na política da Alemanha dos anos 1910. Mesmo de vertente marxista, suas análises tinham uma perspectiva diferente da de Vladimir Lênin, ao mesmo tempo em que criticava o reformismo alemão. Sua obra mais importante foi a *Acumulação do Capital – Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo* (1913), sendo esse justamente o livro que carrega as principais contribuições da autora a respeito do imperialismo. É importante ressaltar que esse estudo inovou as interpretações sobre o conceito de acumulação de Marx. Luxemburgo, chamando de reprodução ampliada, deu uma nova configuração ao sistema de acumulação, o que fez com que a corrente hegemônica da época, o marxismo-leninismo, repudiasse as ideias expostas pela autora. Porém, não é intuito deste trabalho explicar as divergências teóricas do marxismo, mas sim compreender os aspectos que ajudam a operacionalizar o entendimento

²²⁸ LÊNIN, Vladimir. op. cit., p. 109.

²²⁹ ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder Americano e Estado Nacionais** – Uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. Dissertação, 118p. Universidade Federal de Uberlândia, pp. 23-25.

²³⁰ QUESADA MONGE, Rodrigo. **América Latina 1810-2010** – El Legado de los imperios. San José: EUNED, Editorial Universidad Estatal a Distancia, 2012, p. 5.

sobre o imperialismo.

Parte estrutural de seus pensamentos está no fato de que Luxemburgo também recusava as análises de Kautsky. A premissa de que o imperialismo não era uma fase do desenvolvimento do capitalismo, mas uma política dos dominantes, era sumariamente recusada pela filósofa, já que para ela, esse fenômeno era parte necessária e inevitável desse modo de produção. Portanto, sua visão se assemelha muito, pelo menos nesse quesito, a interpretação de Lênin, de que o imperialismo necessariamente levaria a guerra aos países do centro do sistema, numa corrida de monopólios que acabaria por destruir as potências industriais na disputa por mercados consumidores e por matérias-primas. O ponto central e também a discordância com a escola leninista, como já mencionado, é sobre a questão do conceito de reprodução ampliada. Como a própria autora diz:

[...] tentei terminar aquele trabalho de divulgação da teoria econômica de Marx, mas me defrontei com uma dificuldade inesperada. Não conseguia expor com clareza o processo global da produção capitalista em seu aspecto concreto, nem seus limites históricos objetivos. Aprofundando-me no assunto, cheguei à conclusão de que não se tratava simplesmente de uma dificuldade de exposição. A dificuldade envolvia um problema teoricamente relacionado com a doutrina do volume II de *O Capital* de Marx e, que, além disso, se vincula estreitamente com a atual política imperialista e suas raízes econômicas. Tentei formular com toda exatidão científica esse problema. Se houvesse conseguido, meu trabalho não teria somente interesse teórico puro, mas encerraria, também, em minha opinião, certa importância para nossa luta prática contra o imperialismo²³¹.

Nesse pequeno trecho, fica clara a reformulação teórica da autora dos conceitos marxistas, na busca pela sua própria interpretação para a explicação e também o enfrentamento ao imperialismo. E um componente muito importante para explicar o esquema de reprodução ampliada de Luxemburgo é a mais-valia²³². Segundo Fernando Chaves Almeida, a leitura da autora é muito particular, mas é justamente essa virada teórica que permitiu entender que a contradição inerente do imperialismo está em sua capacidade ilimitada de produção, mas tendo uma capacidade limitada de consumo²³³. Isso se dá pela apropriação da mais-valia. Nas palavras de Luxemburgo, “a mais-valia é, com efeito, a

²³¹ LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital** – Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 6.

²³² Novamente, não é interesse deste trabalho aprofundar os conceitos do marxismo. Mas é importante, para entender as interpretações contemporâneas do imperialismo, compreender as nuances trazidas por Luxemburgo, já que, apesar de muito operativa, foi superada pela fase atual do fenômeno. Portanto, em termos relativamente simples, a mais-valia nada mais é do que a força de trabalho produzindo um valor maior do que ela vale. Isso, na visão da filósofa, é a principal coisa a ser aprofundada no pensamento de Marx. Nesse esquema, a mais-valia não seria capaz de realizar a reprodução ampliada (acumulação do capital), apenas formaria um esquema da acumulação primitiva (também em termos simples, a acumulação individual que obriga um trabalhador a vender a sua força de trabalho). Para maior aprofundamento, ver:

CAFIERO, Carlo. **O Capital** – Uma leitura popular. São Paulo: Editora Polis. 2ª Edição, 1981.

²³³ ALMEIDA, Fernando Chaves. op. cit, pp. 13-14.

questão vital da acumulação capitalista”²³⁴. Portanto, é a partir de sua exploração que o imperialismo dá respostas a sua contradição. E essa noção também carrega o elemento central e principal que faz da autora uma das pensadoras clássicas sobre o imperialismo: mesmo que essa exploração avance e continue, ela não gera o consumo. Essa crise do consumo, também explicitada por Lênin, leva a autora a postular que a “realização da mais-valia requer, como primeira condição, compradores que estejam fora da área capitalista”²³⁵. Isso quer dizer, nas palavras de Manuel Quiroga e Daniel Gaido que, no capitalismo, é necessário que círculos fora da sociedade capitalista se integrem ao sistema, com ele só podendo sobreviver com esses espaços a serem dominados²³⁶.

Por conseguinte, na interpretação luxemburguiana, espaços não dominados pelo capitalismo são elementares para a exploração e prosseguimento do sistema. Em um ótimo resumo dessa visão, Fernando Chaves Almeida coloca que esses espaços não dominados pelo capital só podem se integrar a ele de uma forma: pelo uso da força. Os quatro passos fundamentais do imperialismo, portanto, a tomada das matérias-primas (algo também defendido por Lênin); a destruição dos métodos tradicionais de produção; a consequente transformação de economias de não-mercado em economias de mercado; e por fim, a separação da produção industrial do comércio e da agricultura, gerando a fusão da indústria com o capital dos bancos e gerando a substituição da economia produtiva, dando lugar ao capital financeiro²³⁷. O uso da força, portanto, tem um espaço muito maior nos escritos da autora do que na teoria clássica de Lênin. E essa força tem uma definição própria, que se define no militarismo. Em suas palavras, “o militarismo tem uma função determinada na história do capital. Acompanha todas as fases históricas da acumulação. [...] Enfim, o militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não capitalista”²³⁸. Se o militarismo acompanha o capital em todas as suas fases, não seria diferente no imperialismo. Chega-se à conclusão que o uso da força é, em última análise, essência do imperialismo. Uma segunda função desse uso da força é a própria constituição de seu uso como campo de acumulação. É, portanto, uma comprovação de que sem o uso de tal elemento, a constituição do capitalismo e a passagem consequente ao imperialismo não se realizaria.

Para encerrar a visão de Rosa Luxemburgo, podemos colocar a última reflexão de

²³⁴ LUXEMBURGO, Rosa. op. cit, p. 301.

²³⁵ Idem.

²³⁶ QUIROGA, Manuel; GAIDO, Daniel. “La teoría del imperialismo de Rosa Luxemburg y sus críticos: la era de la Segunda Internacional”. In: **Crítica Marxista**, n. 37, 2013, p. 116.

²³⁷ ALMEIDA, Fernando Chaves. op. cit, pp. 14-15.

²³⁸ LUXEMBURGO, Rosa. op. cit, p. 399.

seu livro. Ela coloca que:

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a existência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento²³⁹.

Em resumo, como nos apresentam Quiroga e Gaido, a interpretação luxemburguiana encara o imperialismo como a expressão política do processo de acumulação do capital. Isso porque sua luta é pela conquista de novos territórios, gerando uma rivalidade entre as potências industriais que se resolve pelo uso e predomínio da força. A conquista violenta é o *modus operandi*, seu método de expansão que, respondendo às contradições inerentes do sistema, levaria ao próprio fim do capitalismo²⁴⁰. Essa é a visão política, econômica e histórica de Luxemburgo sobre o tema. Novamente, o intuito desta dissertação não é aprofundar as visões clássicas do imperialismo. Newton Carlos escreveu suas críticas aos EUA em outro momento histórico, em um contexto muito diferente do início do século XX europeu, tempo e espaço privilegiado nas duas análises aqui apresentadas. Porém, tanto Lênin, quanto Luxemburgo oferecem visões profundas sobre o fenômeno, e suas ricas contribuições se justificam porque sem elas, as interpretações contemporâneas não se consolidam, já que atualizam, principalmente, esses dois autores.

Um último adendo a esse tópico é o reforço de que Lênin e Luxemburgo não esgotam as interpretações clássicas do imperialismo. E que não é somente nos autores contemporâneos que podemos ver a síntese dos dois nas interpretações sobre o fenômeno. Paul Sweezy, economista marxista estadunidense, já no início da década de 1940 utilizava esses dois intelectuais para fazer suas considerações sobre o tema²⁴¹. Sua importância está justamente em sua posição, estando nos EUA, mesmo se referindo ainda a Europa. Sendo Washington o alvo das críticas atuais, constatar que tão remotamente já havia vozes discutindo sobre as atuações estadunidenses é de grande acréscimo ao trabalho.

²³⁹ LUXEMBURGO, Rosa. op. cit, pp. 411-412.

²⁴⁰ QUIROGA, Manuel; GAIDO, Daniel. op. cit., p. 116.

²⁴¹ SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista** – Princípios da Economia Política Marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 4ª Edição, 1956.

A Primeira edição deste livro foi lançada ainda em 1942, com o intuito de preencher um vazio sobre a teoria política marxista na língua inglesa.

3.2 Saindo da visão Clássica: Hobsbawm e Arendt

Como já mencionado, Lênin e Luxemburgo possuem grande importância porque são as bases de algumas das interpretações contemporâneas sobre o imperialismo. É justamente por isso que suas análises foram trazidas, mesmo que de forma resumida e de maneira alguma, esgotadas. Agora, tanto Eric Hobsbawm, quanto Hannah Arendt trazem visões muito operativas, também atualizando as visões sobre a temática, e no caso da segunda, saindo do cânone marxista. Além disso, são portas de entrada para um aprofundamento, já que reúnem as principais características políticas, econômicas e históricas do imperialismo.

Eric Hobsbawm já foi utilizado de maneira complementar quando os pensamentos de Lênin foram expostos. Por também ser marxista, muitas de suas análises entram em confluência com os escritos do russo, mas busca trazer de uma forma revitalizada e com novos aspectos, muito em decorrência de sua temporalidade. Suas obras *A Era dos Impérios – 1875-1914* (1987) e *A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991* (1994) foram escritas quase oitenta anos depois das análises clássicas expostas, com um mundo muito diferente, passado por duas guerras mundiais e pelo conflito da Guerra Fria, com dois centros de poder, os EUA e a União Soviética. Mesmo assim, os Estados Unidos ficam relegados a um plano coadjuvante no que se refere ao imperialismo, assim como nas concepções de Lênin e Luxemburgo. Sua menção ao país se dá somente quando explica o mundo dividido em países avançados e países atrasados durante o século XIX, mostrando que os EUA ficavam muito restritos a sua zona de influência, a América como um todo e que a Europa não via motivos para desafiar os preceitos da Doutrina Monroe²⁴².

Sendo assim, é o continente europeu que continua sendo o alvo do olhar de Hobsbawm. Para o historiador, o último terço do século XIX já tinha uma economia genuinamente globalizada. Toda a exploração já não mais vinha das “descobertas” de novos territórios, mas pela competição entre as principais economias industriais da época. Isso mostra que o século XIX foi o triunfo da burguesia em sua versão liberal, versão essa que se acaba com o imperialismo²⁴³. O progresso era o conceito principal dessa burguesia. Os países avançados, nessa concepção, possuíam um estado soberano, com uma economia nacional integrada e um corpo único de instituições políticas e jurídicas, com cidadãos juridicamente livres e iguais²⁴⁴. É a partir dessas configurações que Hobsbawm adentra

²⁴² HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios* (1875-1914). 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 90.

²⁴³ *Ibidem*, p. 23.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 41.

naquilo que ele compreende como o fenômeno imperialista.

Sendo marxista, o aspecto econômico fundamenta a interpretação do historiador. Para ele, a principal questão que possibilitou o surgimento do imperialismo foi uma crise dupla: o crescimento exponencial da produção, pelo grande avanço tecnológico do período, aliada a grande crise do consumo, já que esse gigantismo não era absorvido pelo mercado europeu. Portanto, a crise do capitalismo do século XIX foi uma crise de produtividade. Exatamente por isso que o protecionismo ganha espaço como política nos principais países europeus. Com isso, os estados-nacionais passam a ser o núcleo da economia mundial, abrindo a era das concorrências entre nações, em um protecionismo exagerado que levou aos monopólios²⁴⁵. Seguindo a interpretação de Lênin, Hobsbawm aponta que esses monopólios eram ligados diretamente aos Estados, eliminando a concorrência. Em outras palavras, “a mão visível substituiu a mão invisível do mercado”²⁴⁶, no abandono dos preceitos do liberalismo clássico.

Como o foco desta dissertação está presente no imperialismo estadunidense, algo que como já mencionado, é tocado apenas superficialmente por Hobsbawm, um alongamento sobre suas teses e análises sobre o imperialismo não se faz pertinente. Porém, além dos pontos já trazidos, um resumo sobre sua visão pode ser traçado, possibilitando operacionalizar o conceito para compreender como a fase atual do tema se organiza. Em primeiro lugar, o século XX se iniciou com um mercado global – a política colonialista foi a principal responsável por isso, integrando os locais dominados na economia de mercado; em segundo lugar, a rivalidade entre nações foi uma característica inerente na constituição do imperialismo, muito pela formação dos já mencionados monopólios nacionais; em terceiro lugar, o próprio capitalismo mudou seus preceitos, mais especificamente em duas áreas: na estrutura e no seu *modus operandi*. No campo da estrutura, a substituição da livre concorrência pela concentração absoluta de capital. E no funcionamento, a racionalização da produção, com novas tecnologias na busca pelo lucro máximo. Por fim, a crescente convergência entre economia e política, reforçando a tese central do abandono do liberalismo clássico. Para o historiador britânico, esses são pontos chaves para se compreender a constituição desses impérios²⁴⁷.

É importante ressaltar que, mesmo focando nesses aspectos econômicos, Hobsbawm sabia que o fenômeno não se resume a isso. No plano cultural, por exemplo, o projeto era a

²⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. op. cit., pp. 67-69.

²⁴⁶ Ibidem, p. 72.

²⁴⁷ Ibidem, pp. 79-83.

conquista do globo por imagens, ideias e aspirações – em suma, o imaginário²⁴⁸, legitimando ações de dominação, ideologia oficial do imperialismo. Essa ideologia foi imposta pela violência da colonização, criando a divisão dos desenvolvidos e atrasados em todas as áreas da vida cotidiana. Além disso, Hobsbawm nos ajuda a justificar o porquê da volta a Lênin e Luxemburgo, no início deste capítulo. É inegável que o imperialismo e o capitalismo estão ligados. Suas modificações fazem parte da construção do sistema e uma resposta a suas próprias contradições. O uso da violência, a relação íntima entre política e economia, a expansão colonial, tudo isso foi um “subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes”²⁴⁹. Tentar desvincular esses fatos do avanço capitalista foi um trabalho constante naquele período, e ainda é hoje. Finalizando a interpretação, profícua e generalizadora do historiador britânico, temos que “todas as tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos, embora frequentemente eruditos e às vezes argutos”²⁵⁰.

Temos alguns fatos relevantes que se repetem em todas as interpretações trazidas aqui, alguns mais explícitos em algumas visões, alguns menos em outras. A violência, algo apenas mencionado por Lênin, já se aprofunda muito em Luxemburgo e Hobsbawm. A questão do imaginário é apenas tocada pelo inglês, assim como o papel dos Estados Unidos no imperialismo. Mas o que todos têm em comum é a ligação estreita, quase umbilical, do imperialismo com o desenvolvimento do capitalismo. Por todos serem marxistas, essa relação se torna o centro das análises, e como mencionou Hobsbawm, tentar mascarar isso é uma tentativa ideológica que não se sustenta na verdade histórica. Porém, apesar de ser um campo de estudos onde a hegemonia se encontra na escola teórica do marxismo, há outras vozes relevantes no debate, e que incrementam e somam perspectivas muito interessantes a respeito do assunto. E uma delas é a originalidade da visão da filósofa Hannah Arendt.

Arendt parte de um ponto de vista totalmente diferente das interpretações marxistas, e difere muito da visão clássica leninista, que deu bases para diversas outras visões aqui já mencionadas, como a de Eric Hobsbawm e de Paul Sweezy. Porém, dois pontos se assemelham: seu olhar está principalmente voltado ao imperialismo europeu do final do século XIX e início do século XX e a relação entre o capital e essa nova forma de domínio é estreita. As outras bases de Arendt se afastam, e podemos até afirmar que invertem o

²⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. op. cit., p. 114.

²⁴⁹ Ibidem, p. 101.

²⁵⁰ Ibidem, p. 110.

pensamento marxista sobre o fenômeno. Mas nem por isso deixa de ser operativa, e como veremos adiante, é extremamente atual para tratar sobre o imperialismo estadunidense.

Suas ideias, portanto, se fazem necessárias, mesmo que de forma resumida. Podemos começar a traçar seus pensamentos partindo das reflexões de Jordi Hurtado. Para ele, quando Arendt se propõe a analisar o fenômeno do imperialismo, ela busca fazer isso partindo de um tridente: de forma histórica, política e filosófica²⁵¹. Partindo disso, nos focaremos na obra da autora que mais discorre sobre esse assunto: *As Origens do Totalitarismo* (1951). Seu segundo tomo é inteiramente voltado para a complexidade da formação e atuação do imperialismo. Sua análise começa já se afastando da de Lênin e Luxemburgo. Para a teuto-americana, não há uma relação dialética entre imperialismo e colonialismo – a formação do primeiro se origina pela prática da segunda. Mas o mais interessante é que mesmo partindo de pontos de vista completamente distintos, suas conclusões são próximas e parelhas. Para ela, esse evento foi gerado pela incompatibilidade do sistema dos Estados-Nações com o modelo de desenvolvimento econômico e industrial utilizado pelos países europeus no último terço do século XIX²⁵². Temos então que a estrutura do estado-nação é elemento central na análise arendtiana. Mas por quê?

Porque para entender como o imperialismo se comporta, é necessário compreender que, e aqui também se aproximando muito das observações já colocadas anteriormente, o capitalismo toma parte central no desenvolvimento do evento aqui estudado. Como diz Hurtado, o capitalismo é “coextensivo à história de uma classe determinada, à sua aparição, à sua hegemonia, e quem sabe, da sua desapareção”²⁵³. E essa classe determinada a qual a citação se refere é a burguesia. Arendt chega a afirmar que no capitalismo não existe nada científico, funciona somente como um fetiche dos burgueses. Aqui se encontra, exatamente, o ponto de virada interpretativa mais claro em relação às análises marxistas, e principalmente, das leninistas. Para Lênin, Luxemburgo, Hobsbawm e marxistas em geral, o imperialismo é a “fase superior”, um avanço histórico deste modo de produção, um novo estágio desenvolvido para a dominação mundial pela economia de mercado. A filósofa subverte isso, afirmando que, na verdade, o imperialismo é efetivamente o primeiro estágio da dominação política da burguesia. Sua emancipação, palavra utilizada pela autora, se dá nesse último terço do século XIX, e isso só ocorre pela contradição já exposta entre o

²⁵¹ HURTADO, Jordi. “A força como único conteúdo da política. O capitalismo segundo Hannah Arendt”. In: **Philosophos** - Revista De Filosofia, 20(1), p. 169.

²⁵² ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 115.

²⁵³ HURTADO, Jordi. op. cit., p. 169.

modelo político de estados-nações e o modelo de acumulação capitalista. Ou seja, essa tomada de poder pela classe burguesa só se concretiza quando “o estado-nação não se demonstrou suficientemente ligado ao lucro capitalista, e a luta entre Estado e burguesia se transformou em luta pelo poder”²⁵⁴.

Portanto, há aqui uma ligação muito forte, também observada por Hobsbawm, da política com a economia. Mas um elemento central de Arendt, e que se torna muito importante para esta dissertação, é que mais do que a relação dialética entre essas duas áreas, houve a transposição do imaginário capitalista para a ação política europeia. Exemplificando com as próprias ideias de Arendt, isso quer dizer que no imperialismo, a expansão é o objetivo permanente e supremo da política. E essa expansão é justamente um conceito econômico, que visa o crescimento infinito da produção, e conseqüentemente, do lucro. Logo, essa emancipação política da burguesia, que dá início a esse novo momento da política e da economia mundial, só se realizou pelo conflito e pela contradição entre as fronteiras nacionais dos estados-nações, e a acumulação infinita proporcionada pela economia de mercado e o grande crescimento industrial oriundos dos avanços tecnológicos e o escoamento da produção para os territórios dominados, ou seja, as colônias africanas e asiáticas²⁵⁵. Sendo assim, vê-se que o domínio da burguesia vem pela disputa pelos espaços de poder. E com essa transferência da acumulação infinita do capital adentrando a política, é possível afirmar que, para se alcançar isso, é necessária também uma acumulação infinita de poder²⁵⁶.

Essa acumulação infinita de poder somente pode ocorrer de uma forma: pela utilização da força. Esse também é outro ponto que, para compreender o imperialismo estadunidense, é extremamente operativo. Vimos em Luxemburgo e em Hobsbawm que a força sempre foi necessária no imperialismo, se traduzindo em uma ideologia de dominação e o militarismo sendo a materialização desse fenômeno. Mas é Arendt que aprofunda essa questão, e dá bases para as interpretações mais contemporâneas nesse aspecto. Essa expansão do poder político, motivada pela crescente necessidade do lucro infinito, criou instrumentos de violência que foram responsáveis por inserir os domínios coloniais nessa lógica. Em suma, o capitalismo exportado pode gerar riqueza através da força, sem leis econômicas que regiam a economia anteriormente. Essas leis, em última análise, limitavam a expansão do capital. Tomado o poder, nesse primeiro estágio de domínio burguês, a força

²⁵⁴ ARENDT, Hannah. op. cit., p. 120.

²⁵⁵ Ibidem, pp. 121-122.

²⁵⁶ HURTADO, Jordi. op. cit., p. 175.

se tornou a essência de toda a estrutura política²⁵⁷.

Seguindo essa linha de pensamento, é importante ressaltar que para a filósofa, o grande pensador que possibilitou esse raciocínio do imperialismo foi Thomas Hobbes. Para Arendt:

Hobbes é, realmente, o único grande filósofo de que a burguesia pode, com direito e exclusividade, se orgulhar, embora os seus princípios não fossem reconhecidos pela classe burguesa durante muito tempo. O Leviatã de Hobbes expôs a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva – seja divina, seja natural, seja contrato social – que determine o que é certo ou errado no interesse individual com relação às coisas públicas, mas sim nos próprios interesses individuais, de modo que “o interesse privado e o interesse público são a mesma coisa”. É difícil encontrar um único padrão moral burguês que não tenha sido previsto pela inigualável magnificência da lógica de Hobbes. Ele pinta um quadro quase completo não do Homem, mas do homem burguês, uma análise que em trezentos anos não se tornou antiquada nem foi suplantada. “A razão [...] é nada mais que cálculo”; “um súdito livre, uma vontade livre [...] [são] palavras [...] sem significado, isto é, um Absurdo”. O homem é essencialmente uma função da sociedade e é, portanto, julgado de acordo com o seu “valor ou merecimento [...] seu preço; ou seja, aquilo que se lhe daria pelo uso da sua força”. Esse preço é constantemente avaliado e reavaliado pela sociedade, fonte da “estima dos outros”, de acordo com a lei da oferta e da procura²⁵⁸.

Nesse pequeno trecho, percebem-se todos os elementos utilizados pela autora para justificar o uso de Hobbes para a criação da concepção política burguesa pautada na força. O desejo de poder é fundamental na perspectiva hobbesiana, e o interesse público se converte no interesse privado. É nesse sentido que Jordi Hurtado coloca que para Arendt, é a partir dessa perspectiva, que a acumulação de poder e de capital implanta um imaginário que transforma o interesse privado da concorrência selvagem e universal no harmonioso interesse geral²⁵⁹. O poder só garante a continuidade dos objetivos burgueses acumulando mais poder. Por isso, Hobbes tem, para a autora, o *status* como verdadeiro filósofo da burguesia, pois foi ele que realmente entendeu que a acumulação de riqueza, sempre de forma contínua e sem fim, só é possível se for garantida pela tomada do poder político²⁶⁰.

A destruição da lei comum é um traço marcante do imperialismo. A igualdade no capitalismo, nesse sistema que tomou as rédeas do poder político, é a igualdade em desejar o lucro e o poder, “logo, é sobre a extremada violência que o capitalismo tem podido praticar suas leis”²⁶¹. Por fim, em resumo, essas são as principais contribuições de Arendt para esse trabalho. Seu enfoque na acumulação infinita de poder e a noção de que houve a

²⁵⁷ ARENDT, Hannah. op. cit., pp. 129-130.

²⁵⁸ Ibidem, pp. 131-132.

²⁵⁹ HURTADO, Jordi. op. cit., p. 175.

²⁶⁰ ARENDT, Hannah. op. cit., p. 137.

²⁶¹ HURTADO, Jordi. op. cit., p. 180.

transposição do imaginário econômico para o político ganham contornos extremamente operativos nas interpretações da teuto-americana, justamente por possibilitarem uma expansão para a compreensão do imperialismo estadunidense. É claro, também, que nem toda a visão de Arendt está presente nestas poucas páginas de dissertação. Sua interpretação se expande para outros conceitos que não fazem parte dos objetivos gerais deste trabalho. Somente para citar alguns, a rale, o racismo (que para Arendt, é a principal arma ideológica do imperialismo), a burocracia (princípios utilizados para a dominação efetiva de territórios coloniais) são importantes no pensamento arendtiano, mas que se conectam muito mais na expansão da temática aqui estudada para o antissemitismo e o totalitarismo nazista. Por fim, assim como os autores clássicos, a filósofa encara que a atuação imperialista pode levar ao fim do próprio sistema capitalista. A destruição da lei comum e a utilização do estado-nação como elemento responsável por assegurar a acumulação infinita de capital leva ao risco e ao perigo de que a “civilização global, universalmente correlata, possa produzir bárbaros em seu próprio seio por forçar milhões de pessoas a condições que, a despeito de todas as aparências, são as condições da selvageria”²⁶².

Temos, portanto, as bases do pensamento imperialista, de diferentes perspectivas, cada uma com seu mérito explicativo. Entender a estrutura do estado-nação como centro operativo desse modelo, atrelado ao capitalismo e utilizando-se da violência para a conquista de espaços não inseridos na economia de mercado são pontos convergentes em cada análise aqui trazida, e que são encaradas como elementos estruturantes para a explicação do fenômeno. Porém, todos os pensamentos aqui discorridos tratam de um contexto diferente, espacial e temporalmente, do que para nós, é o objeto da dissertação: o anti-imperialismo voltado a criticar as práticas políticas dos Estados Unidos. Por consequência, isso leva a desdobramentos, justificando essa explanação sobre o imperialismo. Para compreendê-lo, foi necessária essa breve explicação dos modelos que buscaram traçar os pontos essenciais do imperialismo, pois as análises sobre esse novo momento retiram das interpretações clássicas e dos pontos apresentados por Hobsbawm e Arendt à base conceitual para a explanação contemporânea do termo. Com isso, adentraremos no imperialismo atual, para posteriormente, discorrermos sobre o anti-imperialismo.

3.3 O Imperialismo Contemporâneo: os EUA no centro do debate

²⁶² ARENDT, Hannah. op. cit., p. 262.

Mas eis a sentença de Stanley Aronowitz, da “*City University*”, de Nova York: mesmo que lance um estilo diplomático diferente, Carter não terá como escapar do papel reservado a todos os ocupantes da Casa Branca, o de buscar superávits para a balança comercial dos Estados Unidos, manter o dólar em posição forte no mercado monetário e garantir segurança aos investimentos norte-americanos no exterior. Outro “*scholar*”, Nina Sutton, autora de “*Watergate Story*”, fala das transmutações da CIA, de “defensora da democracia à protetora de interesses privados”. Num seminário no Senado norte-americano, um ex-funcionário da CIA, Miles Copeland, citou como missões da agência ainda nesta década “proteção do acesso a minerais estratégicos” e “cooperação com corporações multinacionais”²⁶³.

O Sr. McNamara dizia ainda que “as finalidades da Aliança para o Progresso só poderão ser alcançadas com a lei e ordem”. É segurança e desenvolvimento. É a segurança do Estado acima da segurança do indivíduo. Um dos ideólogos dessa estratégia, montada a partir de interesses nacionais dos Estados Unidos, o professor Lucian Pye, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, escreveu o seguinte em 1961: – “Nas sociedades em transição, parece-nos mais fácil criar exércitos modernos do que desenvolver administrações civis e partidos políticos”. Resumindo: é mais fácil criar esses exércitos do que formas modernas de estruturas sociais²⁶⁴.

Esses dois trechos, retirados de artigos publicados por Newton Carlos em 1977, no jornal *O Pasquim*, mostram, de forma clara e coerente, o alvo das críticas do jornalista: os Estados Unidos. E mesmo sendo matérias de cunho estritamente jornalístico, a profundidade nas análises é notória. E mais do que isso, é impossível não perceber as conexões com os pensamentos dos autores acima mencionados, quando o imperialismo clássico foi tratado e suas principais características traçadas. A utilização de especialistas como Stanley Aronowitz²⁶⁵, Nina Sutton²⁶⁶ e Lucian Pye²⁶⁷ mostra o trabalho intelectual do

²⁶³ CARLOS, Newton. **América Latina**: Dois Pontos. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978, p. 168.

O artigo em questão foi publicado no jornal *O Pasquim*, nº 428, de 1977, p. 27.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/124745/14387>>. Acesso: 01.ago.2022.

²⁶⁴ CARLOS, Newton. **América Latina**: Dois Pontos. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978, p. 176.

O artigo em questão foi publicado no jornal *O Pasquim*, nº 399, de 1977, p. 23.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/124745/15343>>. Acesso: 01.ago.2022.

²⁶⁵ Stanley Aronowitz foi um importante intelectual estadunidense nos séculos XX e XXI. Sendo um sociólogo de esquerda no centro do império americano, a utilização de suas reflexões por Newton Carlos mostra um duplo feito: primeiro, de mostrar, já nos anos de 1970, vozes dissonantes, contrárias às políticas de Washington; segundo, provar a profundidade de suas teses, mesmo que escritas no “calor do momento”, no tempo imediato e corriqueiro da notícia. O conhecimento acerca da política internacional e sobre a política interna dos Estados Unidos também é comprovado. Além disso, as ideias de Aronowitz se assemelham muito às práticas do intelectual-engajado, conceito que engloba também a atuação de Newton Carlos, tese defendida no primeiro capítulo.

Para maiores informações, ver o obituário de Aronowitz em:

<<https://www.nytimes.com/2021/08/21/us/stanley-aronowitz-dead.html>>. Acesso: 02.ago.2022.

²⁶⁶ Importante jornalista que cobre a política dos Estados Unidos desde os anos 1970.

²⁶⁷ Lucian Pye foi um dos principais cientistas políticos estadunidenses durante a Guerra Fria, e um dos mais proeminentes teóricos da Teoria da Modernização. Sua área de especialização foi o estudo comparado entre o desenvolvimento da China e dos EUA. O trecho citado por Newton Carlos provavelmente foi retirado da obra *Communications and Political Development* (1961), o que demonstra uma leitura aprofundada do jornalista sobre a política estadunidense. E como demonstra João Feres Jr., assumindo um tom explícito de aconselhamento político, Pye afirma que, em ‘sociedades em transição’, os exércitos são agentes de modernização mais efetivos do que partidos políticos ou grupos civis. Segundo o autor, os militares contribuem para fomentar um ‘sentimento de cidadania’, um nacionalismo responsável e justiça social. Ademais, líderes

jornalista, que buscava referendar suas observações no campo da experiência direta e prática profissional, mas também pela via acadêmica.

Como dito, é inegável que há pontos de conexão entre os escritos jornalísticos de Newton Carlos e as teorias imperialistas já explanadas. Como negar a fusão entre política e economia, citada por Hobsbawm, e a centralidade do estado-nação no modelo imperialista, trazido por Lênin, Luxemburgo e Arendt, quando um *scholar* americano coloca como central a garantia de lucros internos e na política exterior, como fez Aronowitz? Como negar que o fenômeno aqui estudado tem em seu cerne a busca e apropriação de matérias-primas, quando um ex-agente da Central de Inteligência Americana afirma, sem pudor, que é preciso “proteger o acesso a minerais estratégicos”? Como não considerar a ideia arendtiana, de que nessa fase do capitalismo, a lei comum é destruída e o interesse privado é o que move as políticas do estado-nação, se há, como diz Nina Sutton, uma transmutação de um órgão público, como a CIA, voltado a proteger os interesses privados de multinacionais? Como refutar a noção de que o militarismo, trazido e aprofundado tanto com Luxemburgo, quanto por Hannah Arendt, não é elemento basal e pilar do imperialismo, quando uma corrente sociológica como a Teoria da Modernização é defendida de maneira tão desvelada, por um dos principais cientistas políticos do país? Como não levar em conta que a força é o que produz riqueza nessa fase da economia de mercado, quando Pye defende abertamente que em sociedades em transição (para a modernidade capitalista), é mais fácil criar exércitos do que estruturas políticas respaldadas pelas culturas locais? Porém, também como já mencionado, a conexão entre essas teorias acerca do imperialismo com as ações políticas dos Estados Unidos é limitada. Escrevendo no final da década de 1970, Newton Carlos apresenta um novo estágio do imperialismo, cujas interpretações clássicas sobre o fenômeno dão base para sua compreensão, mas não o explica por focarem em um período temporal e em um espaço geográfico diferente. Portanto, é preciso compreender as continuidades e rupturas que a política de Washington apresenta com os estudos sobre o imperialismo, para posteriormente focar no imaginário anti-imperialista das obras do jornalista. Mas para explicar as nuances desse novo momento, primeiro é preciso responder algumas questões: os Estados Unidos são, de fato, imperialistas? Que práticas econômicas, políticas e militares permitem apontar o país como o “novo império”? E partindo dessas questões, como Newton Carlos encara e noticia essas

militares são ‘muito menos desconfiados do Ocidente’ do que líderes civis. Sua conclusão final é a de que a ajuda militar americana é crucial para o progresso da modernização nos países subdesenvolvidos.’.

FERES JR, João. **A História do Conceito de *Latin America* nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 147.

ações?

Eric Hobsbawm, o mesmo historiador que de forma assertiva expôs alguns dos elementos utilizados para explicar o imperialismo o século XIX, nos coloca que o fim dos impérios ocorre com os movimentos nacionalistas da África e da Ásia, e dos movimentos de libertação nacional, tendo a descolonização como fim da era imperialista. Em suas palavras:

A era imperial acabara. Menos de três quartos de século antes, parecia indestrutível. Mesmo trinta anos antes, cobria a maior parte dos povos do globo. Parte irrecuperável do passado tornara-se parte das sentimentalizadas lembranças literárias e cinematográficas dos antigos Estados imperiais, enquanto uma nova geração de escritores nativos dos países outrora coloniais começava a produzir uma literatura que partia da era de independência²⁶⁸.

Percebe-se a mecanicidade da interpretação do historiador britânico nesse pequeno trecho. A ligação entre a colonização, descolonização e imperialismo é dada de forma direta e irrestrita. Quando a dominação sobre as colônias acabou, o imperialismo se findou. Nessa visão, falar em uma nova etapa do fenômeno seria impensável, e a busca pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria se daria por meios não imperialistas. As consequências da Segunda Guerra Mundial no globo, portanto, abarcariam o fim da era das dominações. Essa perspectiva serve para mostrar como o imperialismo dos Estados Unidos se modificou. Novas estruturas dissimularam seu verdadeiro aspecto, dando a impressão de uma corrida pela hegemonia sem a utilização da força militar, para enquadrar o mundo no sistema da economia de mercado. É exatamente por isso que é preciso entender a construção das políticas estadunidenses, visando compreender suas ações como, de fato, imperialistas.

Não é surpresa, no entanto, que interpretações como a de Hobsbawm tenham sido a maioria durante algum tempo, especialmente no que tange o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início do século XXI. Especialmente na América Latina, as discussões sobre o conceito foram muito profícuas durante a década de 1960. Porém, da década de 1970 em diante, houve um desaparecimento do termo nos estudos acadêmicos em geral. O economista indiano Prabhat Patnaik, em um pequeno ensaio para a *Monthly Review* apontou que “quase ninguém mais fala sobre o imperialismo”²⁶⁹ a partir desse período. O que mais impressiona para o economista é que muito pouco se alterou na política e economia mundial para ter essa falta de interesse em um assunto de tamanha

²⁶⁸ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 219.

²⁶⁹ PATNAIK, Prabhat. “Whatever Happened to Imperialism?”. In: *Monthly Review*, Vol. 42, Issue 6, 1990, p. 1.

importância. O sociólogo argentino Atílio Boron tem uma visão muito parecida, e aprofunda essa questão. Para ele:

Um dos grandes paradoxos da história recente da América Latina havia sido a desapareção de uma discussão séria sobre o imperialismo e sobre a dependência precisamente em momentos em que as condições objetivas do capitalismo latino-americano exibiam um agravamento sem precedentes da dependência externa, a impressionante erosão da soberania nacional dos estados e uma submissão sem precedentes aos ditames do imperialismo²⁷⁰.

Como se nota, o espaço privilegiado por Boron é a América Latina, justamente o local das análises de Newton Carlos. As reflexões do argentino, portanto, terão muita importância para a compreensão do imperialismo estadunidense, possibilitando conexões com as visões do jornalista brasileiro. Além disso, Boron nos fornece uma boa resposta quanto ao por que houve esse abandono dos estudos sobre o imperialismo. Para ele, o conceito que substituiu o fenômeno aqui estudado durante esse período foi o da globalização. O sociólogo coloca que essa definição foi concebida como uma interdependência entre todas as nações, dissimulando e escondendo todas as assimetrias econômicas e políticas que definem as relações mundiais²⁷¹. E a defesa da globalização foi feita pelos ideólogos do neoliberalismo²⁷², cujas funções do conceito teriam uma dupla função, em termos epistemológicos e políticos²⁷³. No que se refere à epistemologia, o pensamento único seria o objetivo a ser alcançado, com todo o globo submetido aos preceitos da economia de mercado. No que se refere aos termos políticos, a adoção de todo o mundo às medidas de liberalização da economia, que acabaram por desembocar no Consenso de Washington²⁷⁴.

²⁷⁰ BORON, Atílio. “A Questão do Imperialismo”. In: **A teoria Marxista Hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, CLACSO, 2007, p. 501.

²⁷¹ BORON, Atílio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014, p. 38.

²⁷² Segundo Perry Anderson, “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito ainda em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

²⁷³ BORON, Atílio. “Hegemonía y imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, p. 79.

²⁷⁴ Nome dado à reunião em Washington, reunindo O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1989. Nas palavras de Paulo Nogueira Batista, na reunião “ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”. Mais uma vez, a mescla de economia e política, oriundas do imperialismo clássico e ponto de conexão com o imperialismo contemporâneo.

BATISTA, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos”. In: SOBRINHO, Barbosa Lima (org.). **Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e**

Com isso, entende-se a questão sobre o porquê da falta de estudo sobre o imperialismo por quase quarenta anos. E a sua retomada dos estudos também se dá por um meio paradoxal: só voltou-se novamente ao tema quando ele passou a ser um ponto central do debate no seio do império, ou seja, nos Estados Unidos. E a obra que possibilitou essa nova onda de estudos veio de Michael Hardt e Antonio Negri, denominada *Império* (2000). De forma muito resumida, a tese principal desse estudo é de que após a queda do Muro de Berlim, o mundo se encaminhava a uma nova fase: a do declínio dos estados-nações e a instituição de um “império” sem o imperialismo, ou seja, um sistema sem opressões²⁷⁵. Mas como bem mostra Boron, as forças imperialistas reagem com ferocidade quando ameaçam seus interesses. Não à toa, poucos meses após o lançamento do livro de Hardt e Negri, houve o atentado das Torres Gêmeas e o início da Guerra do Afeganistão. Essa sociedade proposta pelos dois autores de *Império*, onde a convivência tende a ser global e ilimitada, onde exploradores e explorados se dissolvem num agrupamento sem estruturas, assimetrias e exclusões, somente apagou o caráter histórico-cultural dos processos sociais, políticos e econômicos do imperialismo²⁷⁶. Porém, como dito, a importância dessa obra reside no fato da retomada dos estudos sobre as práticas imperialistas. E agora, diferentemente das análises explanadas no início deste capítulo, o alvo é, de fato, o país dos Estados Unidos da América. Esses pequenos apontamentos trazidos até agora respondem parcialmente uma das questões propostas no início deste tópico. É hora de agudizar a trajetória política dos EUA, compreender suas ações políticas na geopolítica global, principalmente no período posterior a Segunda Guerra indo até o início da década de 1990, compreendendo como utilizam seu poder para manter a hegemonia mundial.

Primeiramente, para entendermos como funciona o império norte-americano, seguiremos os preceitos e ideias traçadas por Perry Anderson. Para o historiador, é impossível entender essa concepção se não levarmos em conta os aspectos temporais, espaciais e políticos, no que tange a política externa estadunidense²⁷⁷. Porém, nos afastamos da ideia do autor de que somente após a Segunda Guerra Mundial os EUA se constituem realmente como um país imperialista, sendo toda sua história anterior uma longa “pré-história” imperial. Como mostra Luiz Alberto Moniz Bandeira, o país sempre oscilou

Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 5.

²⁷⁵ HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, pp. 31-33.

²⁷⁶ BORON, Atilio. “Poder, ‘contrapoder’ e ‘antipoder’”. Notas sobre um extraviado teórico-político no pensamento crítico contemporâneo”. In: SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **Globalizações – Dimensões e Alternativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp. 93-95.

²⁷⁷ ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 7.

entre o isolacionismo e o expansionismo bélico no decorrer de sua história²⁷⁸. No entanto, desde sempre, a América Latina foi parte vital para as ações dos governantes do país, com a Doutrina Monroe²⁷⁹ sendo o maior exemplo disso²⁸⁰. De acordo com Rodrigo Quesada Monge, mesmo os anos de 1823-1890 serem ambíguos e conflituosos, a doutrina era uma contundente filosofia pró-imperialismo²⁸¹, transformando os EUA no único poder legítimo para se intervir na América Latina, e principalmente no Caribe, com a segurança sendo a principal pilastra no discurso e na política norte-americana²⁸². Temos aqui, portanto, um ponto crucial para analisarmos o imperialismo estadunidense: a segurança nacional.

Mas antes de aprofundá-la, é necessário apontar alguns outros aspectos dessa construção como país, somando elementos à própria segurança, que possibilitam compreender a dinâmica imperial de Washington. Voltando a Perry Anderson, a construção e cristalização das ações imperiais dos EUA se sustentam em quatro pilares: o geográfico, o econômico, o cultural e o político. Nas palavras do historiador, esses sustentáculos:

[...] se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. Tal característica se manteve como a duradoura matriz material da ascensão do país no século posterior à Independência. Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra de Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppositorum* de excepcionalismo e universalismo. Os Estados Unidos foram um caso único entre as nações e, simultaneamente, uma estrela-guia para o mundo: são uma organização historicamente sem precedentes ao mesmo tempo que

²⁷⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano** – da Guerra contra a Espanha à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.27.

²⁷⁹ Doutrina que oficialmente teve início em 1823, com o presidente James Monroe. Estudos recentes mostram que a ideologia exposta pela Doutrina, da “América para os Americanos”, com os EUA tomando para si a responsabilidade de intervir em qualquer da América Latina para garantir sua segurança, teve, em última análise, o Caribe como alvo principal. A América do Sul, mais distante e com núcleos de poder mais bem definidos (Brasil, Chile e Argentina), receberam um tratamento mais multilateral, sem, no entanto, estar a salvo de ações e repressões do país do norte. Para maior aprofundamento, ver:

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. “Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº 57 (2), pp. 115-132, 2014.

²⁸⁰ BORON, Atílio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014, pp. 23-24.

²⁸¹ Há autores, como Ricardo Antonio Souza Mendes, que discordam dessa interpretação. Para ele, é o Destino Manifesto que dá suporte às ações imperialistas, com a Doutrina Monroe sendo redimensionada para esse papel apenas no início do século XX.

²⁸² QUESADA MONGE, Rodrigo. op. cit, pp. 25-29.

servem de exemplo convincente às outras²⁸³.

Como Anderson deixa claro, esses são os elementos que fornecem sustentação à ideologia imperialista estadunidense. Mais do que isso, a união desses pilares, particularmente no que tange ao aspecto cultural e econômico, municia e fortalece um imaginário único, que responde às contradições levantadas pelo próprio autor. Ao mesmo tempo em que são únicos, os EUA encaram como dever levar essa bênção ao resto do mundo. No plano discursivo e ideológico, essa é a justificativa para as ações do país, com o *Manifest Destiny* sendo pioneiro nesse pensamento. No plano das ações políticas, todo esse período anterior à Segunda Guerra Mundial, é pela disputa imperialista e inserção de territórios na lógica capitalista²⁸⁴, e são justamente por essas condições que a segurança, ancorada nesses quatro eixos estruturantes, se torna elemento central do imperialismo estadunidense.

Portanto, não se faz operativo tratar a formação, construção, constituição e práticas dos Estados Unidos durante o século XIX até meados do século XX como uma “pré-história” do imperialismo estadunidense. A Guerra Hispano-Americana de 1898, as ocupações da Nicarágua, ainda em 1897 e repetindo-se em 1912 e 1927, a disputa pela hegemonia do Canal do Panamá em 1903 são ações efetivamente imperialistas. Como aponta Quesada Monge, já nesse período, todas essas ações foram tratadas como assunto da Segurança Nacional norte-americana. Os acordos com as elites locais desses países foi um suporte estratégico para transformar essa região em estados clientes, formando regiões satélites imprescindíveis e alvo principal da política externa dos EUA. Isso garantiu ao país segurança militar, política e econômica, com o capitalismo justificando a violência econômica, tornando operativo o já referido imperialismo²⁸⁵.

Esse pequeno tratamento sobre os anos anteriores a 1945 se fez necessário para compreender como se constituíram a ideologia e a prática imperial dos EUA. Um aprofundamento sobre isso não é premente nesta dissertação, por algumas razões: em primeiro lugar, Newton Carlos escreve em um período posterior, pós Segunda Guerra Mundial, já na Guerra Fria. O espaço cronológico privilegiado neste trabalho, mais especificamente, vai de 1965 a 1991, tempo esse em que as reportagens e obras extra-redação, fontes primárias aqui utilizadas, foram lançadas. Em segundo lugar, como já adiantado por Boron, o capitalismo, em suas práticas, se alterou muito após a vitória dos

²⁸³ ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 13.

²⁸⁴ QUESADA MONGE, Rodrigo. op. cit., pp. 29-34.

²⁸⁵ Ibidem, pp. 57-65.

Aliados. Os Estados Unidos saíram do confronto como a superpotência econômica e militar mais avançada do mundo, tendo como adversário direto a União Soviética, e mais especificamente, a ideologia comunista. É a partir de agora que a conexão entre os escritos do jornalista e o imperialismo se torna mais forte, mesmo que já tratado de forma preliminar durante o capítulo. Com isso, o fenômeno imperialista poderá ser confrontado com seu duplo, o anti-imperialismo, para posteriormente, entendermos o imaginário compartilhado por Newton Carlos.

Mas o que mudou? E qual é a centralidade da segurança nesse novo momento da política mundial? Como se comporta o imperialismo estadunidense durante a Guerra Fria? E como Newton Carlos transmite a seus leitores suas impressões sobre as ações dos EUA? Essas questões só podem ser respondidas comparando as práticas atuais com as considerações clássicas trazidas no início do capítulo. E isso aprofunda a questão sobre a própria discussão sobre o uso do termo imperialismo. Como já mostrado, Boron enuncia que o neoliberalismo substituiu o conceito pelo termo globalização. Isso ratificaria a naturalidade do capitalismo. Quesada Monge concorda com esta afirmação, afirmando que a globalização deve ser encarada como a nova faceta do imperialismo²⁸⁶. Essa naturalidade trazida com essa nova concepção pode confundir, mas não se pode aceitá-la sem questionamentos. Os mesmos problemas estruturais estão presentes hoje, e é exatamente por isso que o imperialismo precisa ser estudado nos âmbitos econômicos, sociais e políticos da atualidade²⁸⁷. Além disso, ainda que os mesmos problemas estejam presentes, não quer dizer que o sistema não se alterou. E aqui, o entendimento dos limites da teorização clássica é imprescindível para compreender como opera a política dos Estados Unidos.

Para Atílio Boron, são essencialmente, três grandes mudanças pós-Segunda Guerra Mundial que questionam e deixam limitadas, mas não superadas, as teses clássicas sobre o imperialismo. A primeira premissa é de que o imperialismo vem para responder a uma crise inerente e intrínseca do sistema capitalista. Essa tese, retirada das interpretações de Lênin, Luxemburgo e Hobsbawm, liga a fase imperialista a uma superprodução, ao declínio do comércio e uma taxa de lucratividade sempre em déficit. Porém, passado metade do século XX, temos o que Hobsbawm chama de *Os Anos Dourados* do capitalismo²⁸⁸. Mais especificamente, foi o período entre 1945 e 1973, quando os Estados Unidos realmente

²⁸⁶ QUESADA MONGE, Rodrigo. op. cit., p. 8.

²⁸⁷ Ibidem, p.3.

²⁸⁸ HOBBSAWM, Eric. “Os Anos Dourados”. In: **A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914- 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 253-281.

conquistaram e mantiveram a hegemonia econômica mundial. Nas palavras do historiador, foi “uma espetacular reestruturação e reforma do capitalismo”, uma espécie de “casamento do liberalismo econômico e da democracia social”²⁸⁹. Porém, esse período teve um local muito específico: as economias desenvolvidas, com os EUA como centro estabilizador da economia global.

E isso foi feito, em última análise, pela utilização da força. Acertadamente, Hobsbawm aponta que “o mundo não emergiu da guerra sob a forma de um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos”²⁹⁰. Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram criados justamente para colocar as economias não capitalistas nesse sistema produtivo. Outras estruturas, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) são exemplos que se aplicam mais especificamente à América Latina. E, quando todas essas organizações falhavam nesse objetivo, surge o principal aspecto do imperialismo estadunidense: o militarismo. Como aponta Ricardo Antônio Soldera, além desse aspecto ter permanecido durante a Era de Ouro, ele foi peça fundamental das transformações econômicas e sociais do período²⁹¹. No que tange aos Estados Unidos, isso se materializa nos recursos cada vez maiores no chamado complexo industrial-militar²⁹². Com isso, as formulações das doutrinas militares e a alocação dos gastos nesse setor são importantes formas de controle do governo dos EUA sobre sua economia nacional²⁹³. Portanto, ao invés de cessar a exploração, houve um aprofundamento na corrida pelo controle da periferia global. Como elucidava Soldera, esse controle passou a ser vital para o capitalismo estadunidense. Análise semelhante à de Boron, que diz que a globalização somente consolidou a dominação imperialista, aprofundando a submissão dos capitalismos periféricos, em especial na América Latina²⁹⁴.

²⁸⁹ HOBBSAWM, Eric. “Os Anos Dourados”. In: **A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914- 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 264-265.

²⁹⁰ Ibidem, p. 270.

²⁹¹ SOLDERA, Ricardo Antônio. “O Imperialismo e a Era de Ouro do Capitalismo”. In: **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**, 2018, p. 2.

²⁹² Durante o período da Guerra Fria, o principal setor de desenvolvimento foi a tecnologia militar. Todos os avanços tinham como premissa a defesa nacional e o combate aos comunistas. Somente depois de tecnologias desenvolvidas para as Forças Armadas Norte-Americanas serem utilizadas para esse propósito, elas chegavam à população civil. Nas palavras de Sandro Mendonça, “a interação entre as dimensões econômicas e militares podem ter uma natureza “simbiótica”, de mútuo reforço, muitas vezes motivando significativos projetos de investimento em sistemas de ‘dupluso’ (a terminologia consagrada é ‘*dual-use technologies*’). Mas a economia da defesa também pode ser ‘parasitária’”. Para maior aprofundamento, ver: MENDONÇA, Sandro. “O Complexo Industrial-Militar”. In: **Revista Janus – Metamorfoses da Violência**, 2014.

²⁹³ SOLDERA, Ricardo Antônio. op. cit., p. 8.

²⁹⁴ BORON, Atílio. “Hegemonía y imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, p. 76.

E Newton Carlos, durante toda a Guerra Fria, percebeu esse predomínio das formulações e investimentos militares, e mesmo com o crescimento dos trinta gloriosos, a simbiose entre economia e militarismo se fez presente na política externa estadunidense. Por exemplo, ainda em 1965, analisando a situação de São Domingos, o jornalista nos coloca que:

Era fácil explicar essa intimidade, esses abraços e essa proteção. Para os Estados Unidos, Trujillo representava garantia de ordem numa região onde os interesses norte-americanos só viam obstáculos à sua expansão na instabilidade política. E Trujillo não era apenas um instrumento de ordem. Era também um sócio. Até o suspiro final da ditadura, o que não pertencia a Trujillo ou a seus familiares, na República Dominicana, estava sob o controle de capitais norte-americanos. O ditador monopolizava o mercado interno de açúcar, principal produto do país. As empresas norte-americanas (*Ozama Sugar*, *West Indies Sugar*, *South Porto Rico Sugar* e outras) dominavam as exportações. Em muitos casos, o ditador se associava a capitais norte-americanos, como na *Ferreteria Read* e na *Caribbean Motors*, ambas absolutas no mercado de ferro e veículos. [...] Como garantia de ordem, era necessário preservar o ditador, o que foi feito durante mais de 30 anos. Trujillo caiu em desgraça quando se tornou um elemento de perturbação da ordem estabelecida²⁹⁵.

A questão da segurança e da violência se fazem presentes com clareza nesse pequeno excerto. Além disso, o apoio da elite local, o financiamento e a proteção de um regime não democrático e a simbiose entre capitais estadunidenses e o estado-nação dominicano segue todos os preceitos das táticas imperialistas descritas, tanto nas formulações clássicas, quando na postulação do império norte-americano. Quando, entrevistando um morador de São Domingos, Newton Carlos recebe a resposta “estamos sendo vítimas de agressão por parte dos Estados Unidos”²⁹⁶, fica claro que, mesmo na Era de Ouro, o “capitalismo é essencialmente”, um sistema de exploração e, como tal, não pode prescindir da violência para se manter em funcionamento²⁹⁷, ou seja, mesmo reformado, não perdeu sua essência – e nesse caso, utilizando do militarismo, ponto central do imperialismo estadunidense. É interessante notar que mesmo não formulando teses a respeito do imperialismo, Newton Carlos consegue captar com sensibilidade suas principais características em seu trabalho como jornalista. Suas análises, oriundas da observação direta e do arcabouço de leitura, mostra a sua construção intelectual, voltada à denúncia do imperialismo.

A segunda premissa da revitalização das teorias sobre o imperialismo, principalmente se analisarmos as perspectivas marxistas sobre o fenômeno, é de que, assim

²⁹⁵ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, pp. 26-27.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 25.

²⁹⁷ SOLDERA, Ricardo Antônio. *op. cit.*, p. 18.

como o imperialismo é inerente ao capitalismo, a guerra é inerente ao imperialismo. Logo, em interpretações como a de Lênin e Luxemburgo, a disputa por matérias-primas e novos mercados consumidores para o escoamento da superprodução das potências industriais, gerando os monopólios nacionais, levaria, em última instância, essas nações a guerras de proporções catastróficas. Não há dúvidas de que tanto a Primeira, quanto a Segunda Guerra Mundial foram embates interimperialistas. De Lênin a Arendt, até aos autores contemporâneos, isso é um fato histórico estabelecido. Essa premissa seria levada adiante com o aprofundamento do imperialismo estadunidense, já que seus rivais não aceitariam tamanha hegemonia. Porém, fato é que, durante a Guerra Fria, não houve um conflito bélico direto entre os países avançados. Como mostra Sidnei Munhoz, esse período foi notadamente marcado pela rivalidade entre EUA e URSS, que se enfrentavam indiretamente em diferentes espaços do planeta, objetivando concretizar seus diferentes projetos políticos. Portanto, essa base de conflitos era balanceada por padrões toleráveis e previsíveis de confronto, sendo o enfrentamento entre “satélites” o *modus operandi* da Guerra Fria²⁹⁸. Mais uma vez, alcança-se a linha limítrofe das interpretações clássicas, sendo necessária a sua revitalização, para compreender o fenômeno norte-americano.

E é a segurança que entra como peça chave para elucidar essa nova fase. Não à toa, o militarismo é essencial ao império e inerente à sua expansão, sempre com a premissa da proteção aos EUA em primeiro lugar²⁹⁹. Nas palavras de Perry Anderson, defesa é a palavra que define o imperialismo estadunidense. A Lei de Segurança Nacional, originada nesse contexto de Guerra Fria, é um exemplo contundente de como o expansionismo norte-americano refugia-se num discurso de defesa ao mundo ocidental. A ideologia imperial esconde e distorce a realidade, com o capitalismo saindo da cena principal e a contenção e segurança entrando como eloquentes elementos discursivos na defesa das práticas de Washington³⁰⁰. Portanto, não ter havido embates entre as potências industriais não significa dizer que a utilização da força e instrumentos coercitivos deixaram de ser utilizados. Mas os locais onde isso ocorreu são bem definidos: a periferia do capitalismo, e, como ponto central desta dissertação, a América Latina. Essa narrativa de defesa constitui aquilo que David Harvey coloca como práticas que tornam plausíveis “para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral”³⁰¹, mas na prática política, sempre

²⁹⁸ MUNHOZ, Sidnei. “Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria”. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 36, fev. 2017, p. 455.

²⁹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit., p. 48.

³⁰⁰ ANDERSON, Perry. op. cit., pp. 40-45.

³⁰¹ HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 41.

estejam envolvidos em ações coercitivas e em busca da hegemonia.

E a Guerra Fria foi um contexto em que essas ações coercitivas na periferia do capital se tornaram cada vez mais utilizadas, e isso não escapou aos olhos de Newton Carlos. Como já mencionado, muitas foram as instituições criadas pós-Segunda Guerra Mundial para garantir a liberalização do mundo e o enquadramento das áreas periféricas no sistema capitalista. E quando isso não funcionava ou era questionado, a força e coerção entravam em campo. Um exemplo dado pelo jornalista se relaciona com a Revolução Peruana de 1968³⁰², a qual ele cobriu *in loco*. Analisando o embate entre os governos do Peru e dos Estados Unidos, ele coloca:

A International Petroleum Company, expropriada pelo Peru, instalou-se no país em 1941 fugindo da lei antitruste (lei Sherman) norte-americana. Os lotes de terreno que comprou à *London and Pacific Petroleum* eram 10 oficialmente, ou para efeito de pagamento de impostos. Mas somavam na realidade 41614, o que implicava na época numa sonegação da ordem de um milhão e meio de dólares. A cobrança desses atrasados, agora montando 144 milhões de dólares, foi sempre tumultuada com cobertura do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Num plano geral os fatos seguem o mesmo rumo. Segundo a CEPAL, as inversões diretas norte-americanas no continente foram de seis bilhões e 900 milhões de dólares entre 1951 e 1963. No mesmo período, os lucros transferidos para os Estados Unidos totalizaram 12 bilhões de dólares. O boletim de setembro de 1967 (páginas 42 e 43) do Departamento de Comércio norte-americano informa que a *International Petroleum Company* já retirara quase todo seu capital do Peru. A emenda Hickenlooper, que o governo norte-americano ameaça aplicar contra os peruanos, prevê sanções econômicas como compensação por expropriações indenizadas. Mas indenizar o quê? O Peru diz ter recuperado instalações petrolíferas depois de 50 anos de transações confusas e danosas. Praticou um ato soberano³⁰³.

É possível perceber nessa análise as principais características desse novo imperialismo. A mescla de política, economia e militarismo fica latente, uma vez que emendas econômicas que visam pressionar um país só funcionam com base num poderio militar. Ainda é possível perceber o escopo de pesquisa do jornalista, que busca, mais do que apenas na observação direta, dar legitimidade à sua interpretação utilizando dados oficiais de instituições como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Seu olhar como um intelectual combativo está denunciando o imperialismo estadunidense e suas práticas, mesmo que, por seu trabalho jornalístico, não possa estender ou esquematizar análises mais aprofundadas sobre o fenômeno. Além disso, a retórica da

³⁰² Golpe Militar ocorrido após um escândalo envolvendo as terras e pagamentos de impostos da *International Petroleum Company*. O general Juan Velasco Alvarado depôs o então presidente, Fernando Belaúnde Terry, e nacionalizou a petroleira estadunidense, gerando embates políticos, diplomáticos e econômicos entre o Peru e os Estados Unidos. Para aprofundamento, ver:

RÉNIQUE, José Luis. **A Revolução Peruana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

³⁰³ CARLOS, Newton. **Peru – O Novo Nacionalismo Latino-Americano**. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, pp. 61-62.

defesa se faz presente para justificar as ações estadunidenses. Como aponta Newton Carlos:

Uma suspeita campanha começou a desenvolver-se dentro e fora dos Estados Unidos quando o enviado especial de Nixon a Lima constatou a decisão do Peru de não recuar um milímetro na nacionalização da *International Petroleum Company*. Juizes peruanos envolvidos no caso são citados como “comunistas” e o próprio regime militar é acusado de estar “infiltrado de marxistas”³⁰⁴.

A lógica de Guerra Fria é latente na justificativa utilizada como apoio às ações e sanções contra as nacionalizações peruanas no final dos anos de 1960. O pano de fundo é esse, e como mostra Silvina María Romano, a América Latina foi incluída nos planos de desenvolvimento militar-econômico dos Estados Unidos, que buscaram liderar esse processo de integração das periferias ao sistema. Nunca houve um projeto de desenvolvimento do continente, e os objetivos centrais para a região eram o controle das reservas naturais de países subdesenvolvidos e o controle do mercado interno desses lugares, através da penetração de empresas multinacionais, como a *International Petroleum Company*³⁰⁵. A utilização da força não está na disputa entre monopólios industriais, como no início do século XX – o aprofundamento da exploração de regiões como a América Latina e Ásia ficam cada vez maiores, justamente nesse período de “integração”, mas que, na verdade, aflora o principal aspecto da política estadunidense, o militarismo. Como afirma Ellen Wood, essa é a base do projeto norte-americano. Para a historiadora, esse aspecto deve ser ressaltado porque, em sua visão, os EUA são o primeiro império capitalista de fato, já que a sua hegemonia se dá, efetivamente, por meios econômicos. As disputas que se dão na geopolítica não desencadeiam novas guerras porque a dominação norte-americana se centra em controlar os imperativos econômicos, com a utilização da força tendo como objetivo enquadrar economias no sistema ou espetacularizar seu poderio na busca por manutenção da hegemonia³⁰⁶. Contudo, o embate entre estados é real. Wood coloca que nesse novo imperialismo, a função dos Estados, é essencialmente, manter as economias em desigualdade³⁰⁷. Quando há o desafio, como Newton Carlos deixou claro em suas análises sobre os acontecimentos peruanos, a veia da violência aparece, seja por sanções econômicas, seja pela utilização da força militar direta.

E isso não se restringiu somente aos anos iniciais da Guerra Fria, mas se estendeu

³⁰⁴ CARLOS, Newton. **Peru** – O Novo Nacionalismo Latino-Americano. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, p. 89.

³⁰⁵ ROMANO, Silvina María. **¿América para los Americanos?** – Integración Regional, Dependencia y Militarización. Ruth Casa Editorial, 2013, pp. 54-57.

³⁰⁶ WOOD, Ellen Meiksins. “Imperialismo dos EUA: Hegemonia Econômica e Militar”. In: **Crítica Marxista**, n° 19, 2006, pp. 51-53.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 56.

até o início dos anos de 1990. Em uma reportagem de 1978, escrita para o *Pasquim*, Newton Carlos mostra o sucesso das táticas imperialistas dos EUA. Analisando juntamente o Peru, ele coloca:

Uma Política de “estabilização”, estilo Fundo Monetário Internacional, já está em execução, com “desestatização” e liquidação de medidas de caráter revolucionário, como as que criaram o sistema de propriedade social. E ninguém mais fala em dias de “dignidade nacional”. Guinada de 180 graus em relação há anos atrás, quando 150 empresas norte-americanas com negócios na América Latina, entre elas a ITT, concluíram numa reunião em Nova York que “enfrentamos graves riscos políticos” e acusaram “intelectuais de esquerda” de influenciarem perigosamente o “pensamento popular latino- americano”. Segundo a *Business Venezuela*, revista da Câmara Americana de Comércio da Venezuela, de 1969, ano do “Consenso de Viña del Mar”, em 1972, quando se estabelecia um quase pânico entre as transnacionais, bens norte-americanos no valor de dois bilhões de dólares haviam sido nacionalizados ou “vendidos compulsoriamente” na América Latina. Mas um seminário interno do Departamento de Estado, sobre a “questão dos nacionalismos”, já havia determinando os pontos “possivelmente vulneráveis” desses nacionalismos, o que permitiu montar operações que se completariam, se necessário, com as chamadas “operações sujas” da CIA³⁰⁸.

Novamente, as táticas são mostradas e enunciadas pelo jornalista, mesmo que o intuito de seu trabalho não seja sistematizar o imperialismo. As transnacionais sempre aparecem, embrenhadas nos interesses nacionais dos Estados Unidos, fundidos em estratégias de dominação e hegemonia. A questão da segurança também é central. A justificativa de “intelectuais de esquerda” influenciando o pensamento popular latino-americano contra as ações imperialistas aparece para explicar ações como as “operações sujas” da CIA. A Segurança Nacional deveria ser mantida a todo custo, e isso é um ponto que tem um destaque maior no terceiro capítulo desta dissertação. Mas, como coloca Quesada Monge, esse tipo de atuação pode ser ligada à Doutrina Monroe. Para ele, ela configura toda uma teia institucional, estratégica e governamental que deu aos Estados Unidos o estatuto de ter sido o primeiro governo imperial da modernidade que predica com clareza e sem vendas sua superioridade e liderança para se colocar à frente do mundo capitalista – e utilizar todos os meios necessários para enquadrar a totalidade do globo nesse modelo³⁰⁹.

Um último exemplo da constatação dessa nova faceta do imperialismo estadunidense pode ser visto no que talvez seja a obra mais analítica de Newton Carlos. *Camelot – Uma Guerra Americana*, lançada em 1991 faz toda uma retrospectiva de quase quatro décadas da influência dos Estados Unidos na América Latina, seja no Cone Sul, em

³⁰⁸ CARLOS, Newton. **América Latina**: Dois Pontos. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978, p. 125. O artigo em questão foi publicado no jornal O Pasquim, nº 372, de 1976, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/124745/13469>>. Acesso: 05.ago.2022.

³⁰⁹ QUESADA MONGE, Rodrigo. op. cit., p. 69.

países como Argentina, Peru e Chile, seja no Caribe, com Panamá, República Dominicana, Nicarágua, Honduras, entre outras nações da região. Um aprofundamento maior se dá no terceiro capítulo, mas é importante, neste momento, destacar as atuações do governo de Washington na visão do jornalista, para compreender como essas ações se enquadram efetivamente como imperialistas, e como isso explica que a fase atual é, em suma, um aprofundamento das características do fenômeno, não uma superação, como os defensores da globalização e do neoliberalismo afirmam. Mesmo não havendo a violência e disputas bélicas entre o centro do sistema, ela está voltada, em última análise, para a periferia. E analisando algumas ações militares na América Latina durante os anos de 1960, Newton Carlos chega a conclusões muito próximas do que historiadores do tema, como Silvina María Romano defendem.

Discorrendo sobre a Operação Ayacucho³¹⁰, ele coloca que o estado estadunidense trataria esse evento com o objetivo de “formar lideranças militares autenticamente latino-americanas, dedicadas à preservação da ordem democrática, manutenção da ordem interna, contribuição à defesa coletiva, dentro da capacidade econômica da América Latina”³¹¹. Com isso, para os EUA, duas coisas deveriam estar claras após esse exercício militar: a primeira, que Washington se encarregaria dos problemas da Guerra Fria, e a segunda que, esses exércitos ajudados, treinados e equipados pelo país do norte consagrariam um “ritual de institucionalizações que cuidaria de legitimar a nova estratégia”³¹² para a América Latina. As práticas aqui denunciadas são evidentes: a supremacia militar, a ideologia de defesa, tudo para proteger a segurança interna dos EUA enquanto garantia a “integração”, mais para dominação econômica da região, em ações políticas imperialistas. Como mostra Romano, toda essa concepção leva à conclusão de que esse militarismo é o setor chave da política norte-americana, e que essas experiências, trazidas à tona por Newton Carlos, foram indispensáveis para manter a hegemonia estadunidense durante toda a Guerra Fria³¹³. Em última análise, é possível afirmar que toda essa concepção militarista foi necessária para proteger os investimentos dos Estados Unidos na América Latina, com o discurso da segurança nacional legitimando as ações e ocultando o fundo econômico da

³¹⁰ Operação militar ocorrida no Peru, em 1964. Foi, de fato, a primeira operação coletiva de forças militares do continente americano, realizada publicamente e sob forma de tropas regulares. Serviu, em última análise, para o fortalecimento do Sistema de Defesa Interamericano. Para maior aprofundamento, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. “As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)”. In: **Revista Teoria e Pesquisa**. Nº 46, Janeiro de 2005, pp. 105-139.

³¹¹ CARLOS, Newton. **CAMELOT**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 43.

³¹² *Ibidem*, p. 46.

³¹³ ROMANO, Silvina María. *op. cit.*, p. 285.

questão³¹⁴.

Todas essas questões trazidas, enfocando o segundo ponto a ser revitalizado sobre o imperialismo atual, na concepção de Boron, permitem traçar pelo menos mais duas conclusões. Esse novo imperialismo necessita de elites locais que, de uma maneira ou de outra, tornem apazível para as populações locais o novo modelo político-econômico instaurado. Na América Latina, os militares locais foram agentes diretos dessa nova dominação. Suas funções eram garantir a legitimidade do imperialismo às sociedades locais, e isso foi feito com base na militarização e na utilização da força³¹⁵. Logo, não é surpresa a quantidade de golpes de estado que acometeram toda a região durante os anos de 1960 e 1970. Pode-se afirmar que foi justamente essa força militar que facilitou a implementação de medidas econômicas que articularam e possibilitaram a integração da América Latina às políticas de livre mercado³¹⁶. Novamente, a acumulação de poder para a acumulação econômica, nos conceitos arendtianos, não levaram a guerra às potências, mas foi centrada na periferia. Por fim, todas essas reflexões permitem supor, e isso está conectado com o terceiro ponto enunciado por Boron, de que as práticas políticas-econômicas-militares dos Estados Unidos durante a sua formação enquanto império, e principalmente pós-Segunda Guerra Mundial, criou um sistema imperialista sem colônias. A dominação e hegemonia, traduzidas em “ajudas econômicas” que só aprofundaram a dependência e “ajudas militares”, com objetivos próprios já mencionados aprofundam ainda mais as características do imperialismo.

O terceiro e último ponto trazido por Atílio Boron que precisa ser posto em questão para entender as práticas dos EUA como efetivamente imperialistas é a premissa, retirada principalmente da teoria de Rosa Luxemburgo, de que uma condição inerente ao fenômeno é a necessidade de haver áreas do globo não capitalistas, para serem dominadas inseridas na economia de livre mercado, respondendo as contradições da superprodução e das crises cíclicas de lucratividade³¹⁷. Mas, após a Segunda Guerra Mundial e principalmente, o findar da Guerra Fria, todo o planeta se viu envolto a não mais uma disputa entre socialismo e capitalismo, mas a predominância incontestável do livre mercado, com autores como Francis Fukuyama afirmando que, por fim, a história havia alcançado seu fim³¹⁸. Se concordássemos com essa tese, este trabalho não faria sentido, já que pretende analisar,

³¹⁴ Ibidem, p. 289.

³¹⁵ ROMANO, Silvina María. op. cit., pp. 299-301.

³¹⁶ Ibidem, p. 480.

³¹⁷ BORON, Atílio. “Hegemonía y imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, pp. 73-74.

³¹⁸ FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Lisboa: Editora Gradiva, 1992.

exatamente, um imaginário combativo contra as práticas políticas norte-americanas. Mas como nosso intuito não é demonstrar ou aprofundar críticas a esses pensamentos, sua menção vem justamente para mostrar que, de fato, nunca houve um predomínio tão grande do capital quanto hoje.

Isso porque não há mais territórios a serem dominados e inseridos nesse modo de produção. A tese de Luxemburgo não se concretizou, já que o império capitalista continua se expandindo. Como então esse novo *modus operandi* pode ser encarado sob um prisma que o caracterize como imperialista? Boron permite avançar nessa explicação. Para o argentino, os Estados Unidos são os catalisadores de um momento onde a mundialização da acumulação capitalista avança sem precedentes³¹⁹. O que ocorre hoje é uma profunda divisão internacional de trabalho, que retira as fronteiras geográficas como elemento central do imperialismo, e as transforma, de fato, em fronteiras econômicas. O único fato realmente globalizado é a extensão do domínio do capital, e mesmo na ausência de áreas não dominadas pelo sistema, ele busca avançar. A defesa de um discurso que coloca a globalização como um fenômeno que superou as práticas imperialistas não se sustenta, já que mesmo modificando suas formas de atuação, suas principais características se mantêm, como a acumulação, a concentração de produção e capitais e a primazia dos monopólios. Não há como dominar mais áreas do globo, mas a submissão dos capitalismos periféricos é uma constante, além, é claro, da questão da partilha territorial estar monopolizada pelos EUA desde o final da Segunda Guerra.

E Newton Carlos também identificou esse aspecto em suas análises. Discorrendo sobre a Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, o jornalista mostra como essa nova instituição buscava legitimar as ações dos Estados Unidos na América Latina. Em 1954, em reunião do órgão em Caracas, na Venezuela, foi compatibilizada a geopolítica da Guerra Fria com os interesses econômicos de Washington. Segundo Newton Carlos:

A Doutrina Monroe tratou de preservar o continente americano dos impérios europeus. A declaração de Caracas fechava o cerco em torno de outro tipo de colonialismo, o do comunismo internacional, com a mesma disposição de preservar o continente. A conversa de sempre. “A América para os Americanos”. [...] Estavam compatibilizadas a Doutrina Monroe e a OEA. Tentativa de invasão de Cuba em 1961. Intervenção na República Dominicana em 1965, Invasão da ilha de Granada em 1983³²⁰.

Defesa, intervenção, submissão da periferia aos interesses estadunidenses. América

³¹⁹ BORON, Atílio. “A Questão do Imperialismo”. In: **A Teoria Marxista Hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, CLACSO, 2007, p. 507.

³²⁰ CARLOS, Newton. CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 129.

Latina como ponto essencial na estratégia político-econômica dos EUA. É isso que o jornalista apresenta em suas análises, mostrando como o capitalismo avançou para a região, numa expansão que combinou “integração” e intervenções diretas, principalmente no Caribe. Outro exemplo dessa expansão pelo continente é o Canal do Panamá. Voltando aos momentos iniciais da construção, Newton Carlos coloca que “um novo império se expandia em dois oceanos e a questão do canal tornou-se imperiosa”³²¹. A construção se deu em 1914, com a garantia escrita de direitos perpétuos sobre a edificação. Recorrendo a estudos da Universidade do Panamá, o autor mostra que “a eliminação da zona do canal, um enclave do tipo colonial clássico, é do interesse de negociantes estrangeiros interessados em oferecer outros tipos de enclaves. O Panamá tornou-se um paraíso financeiro com as facilidades da lei bancária de 1970. Quando os acordos foram assinados, 11 bilhões de dólares estavam depositados em 74 bancos”³²². As práticas imperialistas são claras, e a ligação com o capital estadunidense também. Não foi necessária uma dominação direta, somente o controle sobre o canal, para assegurar os interesses dos Estados Unidos. A territorialização, traço tão marcante do imperialismo clássico, não é mais necessário para garantir as vantagens ao centro.

Portanto, como mostra Boron, o imperialismo atual passa irremediavelmente por estruturas-nacionais de mediação, havendo uma articulação global entre as classes dominantes. Essas elites se vinculam e se coordenam, transcendendo as fronteiras nacionais e utilizando o poder político para alcançar os objetivos econômicos do imperialismo. Com sagacidade, Newton Carlos aponta isso na prática de Washington. Falando sobre a situação de São Domingos, ele nos coloca que, no país, sempre houve “a presença de interesses norte-americanos. Esses interesses sempre se confundiram com os da oligarquia dominicana”³²³. Ou também quando fala da Argentina dos anos de 1960, dizendo que “segundo o Banco Central e o Departamento Nacional de Estatística, consórcios estrangeiros levaram seis bilhões de dólares nos últimos 15 anos. Cerca de 50 empresas foram desnacionalizadas desde 1963. Só os bancos iam a nove. Capitais norte-americanos haviam assumido o controle de 28 grupos alienados”³²⁴. Todos esses fatos atestam esse aprofundamento do império do capital estadunidense, utilizando os estados-nações periféricos para a contínua acumulação, pois como afirma Ellen Wood, é esse o local mais

³²¹ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 171.

³²² *Ibidem*, p. 177.

³²³ CARLOS, Newton. **São Domingos**: A Guerra da América Latina. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p. 54.

³²⁴ CARLOS, Newton. **São Domingos**: A Guerra da América Latina. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p. 54.

confiável, o “fiador das condições necessárias para a acumulação, o meio que o capital se expande sem a necessidade de dominação direta”³²⁵.

Com isso, findamos as três principais diferenciações das interpretações clássicas do imperialismo com as visões atuais sobre o fenômeno. Partindo dos escritos e das análises de Newton Carlos, pudemos perceber como as características imperialistas não desapareceram da geopolítica mundial, mas, ao contrário, se aprofundaram e se revitalizaram, com a defesa ideológica pautada no neoliberalismo e na globalização. Podemos agora, portanto, antes de adentrarmos no anti-imperialismo, sistematizar de melhor maneira e de forma mais agregada, as principais características do imperialismo contemporâneo. Em primeiro lugar, ele tem um local próprio, e esse local continua sendo o estado-nação. Os defensores do conceito da globalização tentaram retirar isso do foco sobre o fenômeno, mas suas análises sistematicamente ocultaram as assimetrias econômicas, políticas e militares causadas pela hegemonia do estado norte-americano³²⁶. Como bem mostra Wood, a contradição mais visível por esse ainda ser o espaço mais vital para a acumulação capitalista é que, por mais que o imperialismo dos Estados Unidos pretenda ser hegemônico sem uma dominação colonial direta, é imprescindível que o capital global exerça uma ordem política, social e legal rigidamente regulada – logo, o Estado territorial, o estado-nação, é essencial para a organização dos circuitos econômicos³²⁷. Como aponta David Harvey, “o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos”³²⁸.

O segundo ponto crucial é que o imperialismo dos Estados Unidos é, efetivamente, um imperialismo capitalista. Isso quer dizer que seus imperativos são, em última análise, econômicos. Como vimos com as leituras clássicas sobre o fenômeno, os primeiros países imperialistas agiram em um globo onde esse modo de produção não era dominante. A colonização da África e da Ásia no final do século XIX atesta isso. Pós Segunda Guerra, no entanto, são definitivamente e categoricamente as forças econômicas que ditam as ações políticas do império norte-americano. As diversas citações de Newton Carlos comprovam esse ponto, com o lucro do capital estadunidense sempre estando no centro das ações geopolíticas de Washington. Além disso, instituições e organizações criadas, como Bretton Woods, o FMI, o Banco Mundial e o GATT dão centralidade aos Estados Unidos no controle do capital mundial, sendo a dívida o principal instrumento do novo

³²⁵ WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 29.

³²⁶ BORON, Atilio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014, p. 38.

³²⁷ WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 11.

³²⁸ HARVEY, David. op. cit, p. 35.

imperialismo³²⁹. Portanto, é a partir da economia capitalista dominante que os EUA atuam.

Em terceiro lugar, o imperialismo atual não somente necessita, mas tem como elemento estruturante e central o militarismo. A acumulação de poder e a utilização da força, na análise arendtiana nunca estiveram tão explícitas. Todos os autores aqui utilizados, que discorrem sobre as práticas imperialistas atuais concordam com esse ponto. E isso ficará ainda mais claro no terceiro capítulo, quando o imaginário anti-imperialista do jornalista será aprofundado. Mas é fato notório a militarização das relações políticas. Como diz Wood, as teorias clássicas tinham como chave a expansão da economia pelo globo, mas o que realmente predominou foi a utilização da força³³⁰. Como mostra Atílio Boron, desde a Guerra Fria, o foco da política estadunidense é a militarização³³¹. A segurança, como elemento cristalizado na política norte-americana, encadeia estratégias políticas que buscam a hegemonia política e econômica do mundo a partir da transformação da política em um jogo militar³³². É a partir da violência que a ordem atual pode ser mantida, e como diz Boron, estamos em um momento onde o sistema econômico atual é cada vez mais regressivo e reacionário no social, econômico, político e cultural, militarizando a política a partir da primazia absoluta da força³³³. Complementando esse ponto, Samir Amin defende que esse projeto, levado a cabo única e exclusivamente pelos EUA, coloca que essa militarização exige uma eterna desconfiança frente a qualquer direito supranacional, ou seja, a partir do momento que Washington se vê como defensor do capital mundial, concede a si mesmo o direito de conduzir “guerras preventivas”, atestando o papel central da segurança e do militarismo em suas políticas³³⁴. Como nos aponta Perry Anderson, esse modelo imperialista norte-americano não está ligado somente à força do exemplo, em seu intento liberalizante (no sentido econômico), mas está ligado, indiscutivelmente, à força das armas³³⁵.

Por fim, o quarto e último ponto que pode ser traçado como fundamental ao imperialismo atual é a diferença de atuação no que se refere ao colonialismo. O fenômeno de hoje não necessita dessa prática. A abertura de mercados pós Segunda Guerra e as táticas utilizadas durante a Guerra Fria criaram condições de domínio econômico sem a exigência

³²⁹ Ibidem, p. 101.

³³⁰ WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 97.

³³¹ BORON, Atílio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014, p. 97.

³³² IANNI, Octavio. **Imperialismo y Cultura de la Violencia en América Latina**. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1970. p.15.

³³³ BORON, Atílio. BORON, Atílio. “Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, p. 80.

³³⁴ AMIR, Samir. “O Imperialismo, Passado e Presente”. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, p. 92.

³³⁵ ANDERSON, Perry. op. cit., p. 107.

de uma dominação direta. A dívida é o principal instrumento de controle, e tratados como de Bretton Woods garantiram que, ao mesmo tempo em que os países centrais tivessem medidas protecionistas, se protegendo economicamente, habilitou a liberalização do mundo periférico, com as multinacionais instaladas por toda América Latina sendo a materialização dessa prática³³⁶. Portanto, em análise última, há um aprofundamento de práticas inerentes ao imperialismo, como:

A extração de recursos naturais e riqueza; a transferência de excedentes da periferia para os centros metropolitanos; o papel do capitalismo financeiro, que, como dissemos acima, tem extraordinariamente acentuado; a concentração monopolista que atinge níveis sem precedentes; o quadro normativo que continua a ser o neoliberalismo em sua forma mais globalizada; e, sobretudo ainda persistem aquelas instituições que no passado, quando disse que o imperialismo estava em seu apogeu viabilizou a ditadura de ferro do capital sobre os povos e países da periferia. Referimo-nos mais uma vez fundamentalmente ao FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e OMC, instituições que longe de representar a comunidade internacional são os instrumentos dóceis das classes dominantes a nível mundial e, sobretudo, do imperialismo norte-americano³³⁷.

Essas são as principais características do império atual. Newton Carlos, que fez toda sua carreira pós-Segunda Guerra Mundial, mesmo não sistematizando o conceito de forma a querer delimitá-lo, conseguiu, através de sua atuação jornalística-intelectual, apresentar muitas das práticas do fenômeno. Um resumo dessa situação pode ser vista na análise do boletim de 03 de março de 1952 do Departamento de Estado norte-americano, que versa sobre a “ajuda militar” estadunidense aos latino-americanos. Nele se tem que, para que os governos latinos tenham acesso a armamentos a preço simbólicos, três condições deveriam ser seguidas: “facilitar a produção e transferência de materiais estratégicos solicitados pelos Estados Unidos; cooperar com os Estados Unidos limitando o comércio com a URSS; uso do território do país beneficiado para o estabelecimento de bases militares norte-americanas”³³⁸. Em resumo, toda a prática de dominação econômica-militar em três condições de acordos comerciais. Portanto, seus locais privilegiados de análise, ou seja, a América Latina e os Estados Unidos, e observando suas relações políticas durante toda a Guerra Fria, permitiram ao jornalista entender a relação entre Washington e o capitalismo periférico. Com todas as questões que guiaram esse tópico respondidas, é necessário, agora, passar ao oposto do termo aqui explanado: o anti-imperialismo. Com isso, o imaginário compartilhado pelo autor e que está aprofundado no terceiro capítulo ganha complexidade,

³³⁶ ROMANO, Silvina María. op. cit., pp. 317-318.

³³⁷ BORON, Atílio. BORON, Atílio. “Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, p. 78.

³³⁸ CARLOS, Newton. **Peru – O Novo Nacionalismo Latino-Americano**. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, p. 100.

permitindo a compreensão do discurso do jornalista, percebendo e captando as dimensões profissionais e intelectuais de Newton Carlos, proporcionando que suas interpretações sejam entendidas de forma agudizada no contexto no qual escreveu.

3.4 O Anti-Imperialismo

Pensar no anti-imperialismo não é uma das tarefas mais simples. Assim como seu oposto, ele não permaneceu imutável, mas se modificou enormemente no decorrer do tempo. Como nos trazem Andrés Kozel, Florencia Grossi e Delfina Moroni, esse fenômeno se atualizou e enriqueceu a partir de uma tradição ideológico-cultural pré-existente³³⁹. Entender como isso se constituiu, é, portanto, importante para a compreensão do combate ao imperialismo em si. Isso porque essa atualização e revitalização do assunto são recentes, e partem, precisamente, da América Latina, tanto no campo político, quanto no campo intelectual. E isso não deveria ser surpresa. Pelo novo imperialismo ter como centro principal os Estados Unidos, o alvo principal de suas ações de controle e hegemonia é justamente a porção latino-americana das Américas. Além disso, como mostra Boron, América Latina e Caribe sempre fizeram parte das estratégias geopolíticas dos Estados Unidos, na busca por escoamento de suas produções e no projeto de segurança nacional pautado na garantia de obtenção de matérias-primas³⁴⁰.

Como é possível perceber, para este trabalho, o foco desse anti-imperialismo, ou melhor dizendo, anti-imperialismos, têm como alvo principal os desígnios de Washington. Isso porque são justamente as ações e ingerências estadunidenses que são analisadas por Newton Carlos. Mas a tradição crítica tem como ponto de partida, denúncias voltadas à Inglaterra, não apenas aos EUA. Apenas superficialmente, podemos citar as interpretações de Juan Natalicio González, sobre a Guerra do Paraguai³⁴¹, e também de Octávio Brandão,

³³⁹ KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.). **El imaginário antiimperialista em América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini; CLACSO, 2015, p. 8.

³⁴⁰ BORON, Atílio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2ªEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014, pp. 23-24.

³⁴¹ Juan Natalicio González foi um intelectual paraguaio e influente político dos anos 1930 e 1940. Suas interpretações revisitam a Guerra do Paraguai e, em sua perspectiva, o conflito deve ter como chave interpretativa, o imperialismo britânico. Entender os empréstimos da Inglaterra ao Brasil e Argentina, na busca de retirar Solano López do poder é ter em vista a estratégia para a hegemonia econômica britânica no Rio da Prata. Para maior aprofundamento, ver:

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *La Guerra al Paraguay (Prólogo)*. In: MITRE, Bartolomé; GÓMEZ, Juan Carlos. **Cartas polémicas sobre la Guerra al Paraguay**. Asunción/Buenos Aires: Guaranía, 1940.

QUINTEROS, Marcela Cristina. “O imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio”. In: **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: Prolam, 2016, v.1, pp. 1-10.

sobre a condição agrária e industrial do Brasil³⁴². Além disso, na Argentina dos anos de 1930, o tema hegemônico tinha como centro o imperialismo britânico, sendo exercido por uma extrema-direita católica, já que, como mostra María Pia Lopez, as esquerdas argentinas e latinas, no geral, viam os Estados Unidos como agentes da liberdade, não como interventores e imperialistas³⁴³. Com isso, fica clara mais uma das características desse conceito: além desse enriquecimento doutrinário já exposto, o anti-imperialismo se caracteriza por uma notória heterogeneidade doutrinária, conceitual, expressiva e instrumental³⁴⁴.

Portanto, o anti-imperialismo aqui delimitado está relacionado com os Estados Unidos, mais precisamente pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, como mencionado, ele é formado por uma tradição cultural e ideológica pré-existente, de rica formulação. Newton Carlos não estava alheio a isso. Para entender como se constituem as práticas anti-imperialistas da Guerra Fria, é necessário, primeiramente, entender as ações de Washington em relação à América Latina durante toda a formação dos EUA enquanto um império econômico, político e cultural. Isso já foi feito, parcialmente, no tópico anterior. Relembrando, como diz Moniz Bandeira, o isolacionismo e o universalismo sempre estiveram em embate durante a primeira metade do século nos Estados Unidos. Mary Anne Junqueira aponta que:

É certo que os norte-americanos buscaram um lugar no mundo com empenho e decisão pelo menos desde a primeira metade do século XIX, mas tornaram-se potência emergente nos últimos anos daquele século graças ao crescimento da economia, apesar das crises de superprodução e da concentração de renda após 1875. Sem esses dois fatores determinantes, é provável que não tivessem condições de disputar um lugar no mundo como o fizeram no final desse século³⁴⁵.

Mesmo assim, não podemos esquecer as práticas advindas já no período anterior a 1850. Desde 1820, Cuba já era alvo de intervenções por parte de Washington. Porto Rico

³⁴² Octávio Brandão foi um dos primeiros militantes do Partido Comunista Brasileiro, influenciando as linhas teóricas da organização com sua obra durante os anos de 1930. Foi um dos difusores do pensamento marxista no Brasil, e apesar de interpretações controversas, ofereceu pensamentos críticos e inovadores durante sua trajetória intelectual. Para ele, a chave para entender a questão agrária no Brasil era a subordinação econômica do campo com os interesses da alta burguesia inglesa. Com isso, nota-se sua crítica primeiramente ao imperialismo britânico. Para maior aprofundamento, ver:

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a Guerra de Classes no Brasil. São Paulo, 1924.

SILVA, Angelo José da. “Agrarismo e Industrialismo”: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba-Paraná, nº8, pp. 43-54, 1997.

³⁴³ PIA LÓPEZ, María. “Arrojo y Sensatez: el anti-imperialismo de Manuel Ugarte”. In: UGARTE, Manuel. **La Pátria Grande**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010, p. 10.

³⁴⁴ KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.). op. cit., p. 11.

³⁴⁵ JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos – Estado Nacional e Narrativa de Nação (1776-1900)**. São Paulo: Editora Da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 2018, pp. 151-152.

também. Nos anos de 1830, até países do Cone Sul, como Argentina e Peru foram locais de ingerência. A própria expansão do território estadunidense, pautada muito na ideia do Destino Manifesto, são práticas que demonstram esse ideal de expansão universalista. Mas é realmente inegável que é a partir da segunda metade do XIX que isso toma maiores proporções e se constitui como prática principal dos Estados Unidos. Como mostra Rodrigo Quesada Monge, a disputa interimperialista entre EUA e Inglaterra é a razão principal disso. As disputas financeiras, comerciais e produtivas entre os dois países se acirraram nesse período, mostrando que o imperialismo é uma busca de riqueza exacerbada, levada a cabo por uma classe específica, que considera natural a submissão dos outros³⁴⁶. Além disso, a Inglaterra era o imperialismo mais desenvolvido do período, com a exportação do capital como ponto chave de suas ações. Com isso, a América Latina assumiu um papel específico: com a Inglaterra totalmente industrializada e como potência financeira mais esplendorosa da época, países periféricos deveriam produzir algo não privilegiado na Grã-Bretanha, mas essencial para a vida: alimentos. É nesse contexto que se dá o acirramento das disputas entre EUA e Inglaterra: o primeiro, focalizando a América Latina e Caribe para resolver seus problemas internos de superprodução e usando a justificativa de segurança nacional; o segundo, buscando territórios capazes de suprir a necessidade de alimentos³⁴⁷. Nesse contexto as ações norte-americanas se agudizam, e a partir disso, essa tradição anti-imperialista começa a se consolidar.

Podemos citar a obra intelectual de José Martí, por exemplo. Cubano, nascido em 1853, teve como grande preocupação a ameaça vinda exatamente dos Estados Unidos contra a América Latina em geral. Sua obra mais conhecida, *Nuestra América* (1891), escrita sete anos antes da Guerra Hispano-Americana, deixa claro como os EUA passam a ser o principal enfoque das críticas anti-imperialistas, pelo menos para ele. A atitude arrogante do país do norte que se pautava no Destino Manifesto para assumir uma postura expansionista e missionária com relação à América Latina teve no cubano um franco opositor, que reuniu uma hostilidade ainda difusa e primária em um projeto identitário latino-americano que encabeçou a tradição anti-imperialista no continente³⁴⁸. Sua ideia principal se pautava num nacionalismo latino, criando uma identidade única capaz de rivalizar com as ações bélicas e de ingerência de Washington, que se identificava como de

³⁴⁶ QUESADA MONGE, Rodrigo. op. cit., p. 40.

³⁴⁷ Ibidem, pp. 43-46.

³⁴⁸ ARAÚJO, Rafael de; ALONSO, Rafael. “As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889- 1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano”. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº. 25, p. 135-160, Jul./Dez.,2018, p. 151.

origem anglo-saxã. Esse anti-imperialismo, pautado centralmente numa construção identitária latino-americana, denuncia os abusos do país do norte, e é um marco na luta política e na busca pela autonomia dos países da região.

Sua construção de oposição a essas “duas Américas” é ainda mais notável por conhecer de perto o centro do Império, uma vez que viveu nos Estados Unidos parte de sua vida. O monstro, um “polvo gigante” que expande seus tentáculos para dominar aqueles que despreza, era visto por dentro por Martí. Sua virada interpretativa tem tamanha importância por dois aspectos principais: o primeiro é justamente a denúncia de que os EUA são o maior perigo a unidade latino-americana; a segunda é que o cubano foi o primeiro a buscar respostas pautando-se na análise do continente, questionando e refutando a importação de ideias formuladas na Europa ou nos EUA. Em suas palavras:

Queria você saber que pensava eu do Código novo, e ver algo do que lhe dizem que eu escrevi – Por que me pede você nada do passado? A vida deve ser diária, móvel, útil; e o primeiro dever de um homem desses dias, é ser um homem de seu tempo. Não aplicar teorias alheias, mas sim descobrir suas próprias. Não estorvar o seu país com abstrações, mas inquirir a maneira de fazer as práticas úteis. [...] Escrevo a cada dia sobre o que cada dia vejo³⁴⁹.

Fica clara a repulsa à importação de medidas que não levam em consideração os aspectos latinos. Seu projeto de uma grande América para se colocar em oposição aos EUA faz parte de um campo conflitivo de identidades, no qual o único modo de salvar a rica cultura do continente é a união dos povos. Portanto, como coloca Eugênio Rezende de Carvalho, a importação de modelos pré-formulados entra em embate com qualquer tentativa de uma identidade autóctone³⁵⁰. Além disso, outro ponto deve ser destacado na obra anti-imperialista de Martí, que pode ser encontrada em autores posteriores que seguiram a tradição iniciada por ele: a questão da raça. Sua divisão em duas Américas repudia a visão de Washington de que os latinos são inferiores. Para ele, o povo latino possui um “espírito original e ardente”³⁵¹, e é justamente por isso que renega qualquer tipo de emulação estrangeira – o orgulho da América feita pelos americanos se traduz quando diz que “não há ódio de raças, porque não há raças”³⁵² – o que há é uma identidade

³⁴⁹ MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca de Ayacucho, 3ª Ed., 2005, p. 7. Tradução nossa. Texto Original. Quería ud. Saber qué pensaba yo del Código Nuevo, y ver algo de lo que le dicen que yo he escrito - ¿Por qué me pide Ud. Nada de lo pasado? La vida debe ser diaria, movable, útil; y el primer deber de un hombre de estos días, es ser un hombre de su tiempo. No aplicar teorías ajenas, sino descubrir las propias. No estorbar a su país con abstracciones, sino inquirir la manera de hacer prácticas útiles. [...] Escribo cada día sobre lo que cada día veo.

³⁵⁰ CARVALHO, Eugênio Rezende de. “Ideias e identidade na América: quatro visões”. In: **Estudos Ibero-Americanos**, 24(2), pp. 7–28, 1998, p. 15.

³⁵¹ MARTÍ, José. op. cit., p. 17.

³⁵² *Ibidem*, p. 38.

universal do homem, e o desconhecimento e a ganância, aliada ao desdém e ânsia de dominação constituem uma ameaça mortal a essa identidade.

Com esses pensamentos, Martí é o primeiro grande rompedor das ideias presentes no final do século XIX. Claudia Wasserman o coloca como um revolucionário, que abnega o conceito de raça e coloca nos outros, principalmente nos Estados Unidos, o motivo do fracasso e do sofrimento latino-americano³⁵³. Suas ideias ganham força e dimensão por serem abertamente contra a dominação econômica, cultural e social por parte da “outra América”. Sua entrega a essa denúncia contra a “yankemanía” lhe custou à própria vida, mas foi firme em crer que a união latina era a resposta contra o projeto do Norte. Com isso, temos o início da tradição anti-imperialista voltada contra os EUA, que será seguida por diferentes nomes na passagem do século XIX para o XX.

Martí foi pioneiro, portanto, em suas críticas. Mas o advento da Guerra Hispano-Americana de 1898 foi o que levou a interpretações que colocavam em questão a hegemonia dos Estados Unidos de forma inequívoca. Cito esse conflito porque é a partir dele que não há mais dúvidas de que as ações dos EUA são de fato imperialistas. Como mostra Quesada Monge, essa foi a primeira guerra global estadunidense, e a chave principal do império norte-americano, a segurança, foi utilizada para justificar o conflito contra a Espanha³⁵⁴. Mary Anne Junqueira tem uma interpretação similar. Com a vitória dos EUA, o país fez com:

Que a ilha de Porto Rico, no Caribe, e as Filipinas – também antiga colônia espanhola -, na Ásia, se tornassem colônias norte-americanas. Anexaram também as ilhas de Guam e Havaí, no Pacífico. [...] Com tais aquisições, o país pôde controlar a frota mercante e estabelecer bases militares na Ásia e em vários países do Pacífico. No Caribe, estabeleceram uma “zona de segurança”, resguardada pelas bases de Guantánamo, em Cuba, e Roosevelt, em Porto Rico. Eles organizaram, assim, um colar de bases militares, ou estações navais, que se arrastavam do Caribe até as portas da China, com a anexação das Filipinas³⁵⁵.

É a partir disso que, definitivamente, os Estados Unidos passaram a ser vistos com mais desconfiança, pelo menos por alguns intelectuais latinos. Um nome em específico e que carrega junto com Martí o pioneirismo das críticas contra a política estadunidense é do uruguaio José Enrique Rodó. Sua obra mais famosa é *Ariel*, escrita em 1900, e é com certeza a obra crítica mais lida do começo do século XX pelos intelectuais anti-imperialistas. Sua alegoria segue os preceitos de Martí, e aprofunda a tese de que os

³⁵³ WASSERMAN, Cláudia. “Percurso intelectual latino-americano: ‘Nuestra América’ de José Martí, e ‘Ariel’ de José Enrique Rodó – as condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário”. In: **Revista Intellectus** / Ano 05 Vol. I – 2006, pp. 9-10.

³⁵⁴ QUESADA MONGE. op. cit., p. 57.

³⁵⁵ JUNQUEIRA, Mary Anne. op. cit., p. 156.

problemas latino-americanos devem possuir respostas latinas, combatendo a importação de modelos prontos que nada fazem a não ser subordinar os povos do Sul ao Norte³⁵⁶. A “nordomanía”, em suas palavras, deveria ser combatida a partir de uma nova filosofia da cultura, revalorizando o espírito latino-americano contra o materialismo e o utilitarismo egoísta dos Estados Unidos³⁵⁷.

É bom deixar um aspecto claro nessa tradição. Tanto Martí, quanto Rodó, possuíam clara admiração pelos Estados Unidos – mas essa admiração nunca foi sinônimo de subserviência e o combate através das ideias está claro em suas obras. Em *Ariel*, Rodó começa a discutir alguns aspectos-chaves, como a modernização e progresso, sempre tendo como chave interpretativa o utilitarismo materialista egoísta dos EUA, que acabava com o espírito do país. Nas palavras do uruguaio, falando sobre o modelo político estadunidense, coloca que “sobre a democracia pesa a acusação de guiar a humanidade, a mediocrizando, a um Sacro Império do utilitarismo”³⁵⁸. Vencer esse utilitarismo é a chave, a partir de um fortalecimento do espírito latino-americano, para derrotar os desígnios de um império movido pela ganância. Esse projeto também é identitário, assim como em Martí, que busca o fortalecimento da América Latina. Como coloca Devés-Valdés:

Em síntese, Rodó está questionando uma série de tópicos que caracterizam o pensamento mais difundido no final do século 19 na América Latina: positivismo, utilitarismo, imigração, modelo anglo-saxão, imitação dos países ricos. O estilo de seu discurso é igualmente significativo neste sentido³⁵⁹.

O simbolismo da obra de Rodó é potente. Suas críticas idealistas formam o personagem de Ariel e se inserem fortemente nessa tradição anti-imperialista do início do século XX. Porém, esse é exatamente o ponto que limita o alcance e o prosseguimento da luta em sua obra. Quando diz que:

Ariel é a razão e o sentimento superior. Ariel é este perfeito instinto de perfeição, por cuja virtude se magnifica e se converte no centro das coisas, a argila humana a que vive vinculada a sua luz, - a *miserável argila* de que os gênios de Arimanes falam em Manfredo. Ariel é, para a Natureza, o sublime coroamento de sua obra, que termina o processo de ascensão das coisas organizadas, chamadas de espírito. Ariel vencedor significa idealidade e ordem na vida, nobre inspiração no pensamento, desinteresse em moral, bom gosto em arte, heroísmo na ação, delicadeza nos costumes³⁶⁰.

³⁵⁶ CASTAÑEDA, José Reyes. “El imperialismo de los Estados Unidos en el pensamiento de Martí, Rodó y Haya de la Torre: pasado y presente”. In: *Iztapalapa*, nº 43, enero-junio de 1998 pp. 51-78, p. 63.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Santa Fé: El Cid Editor, 2003, p. 54.

³⁵⁹ DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Latino-americano No Século 20: Entre a Modernização e a Identidade**. De Ariel de Rodó à Cepal. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022, p. 30.

³⁶⁰ RODÓ, José Enrique. op. cit. p. 122.

Tradução nossa. Trecho Original: Ariel es la razón y el sentimiento superior. Ariel es este sublime instinto de perfectibilidad, por cuya virtud se magnifica y convierte en centro de las cosas, la arcilla humana

É justamente esse idealismo que limita, mas não retira em absoluto, a grande importância de Ariel para a tradição anti-imperialista. Se por um lado ele não fornece elementos reais nessa luta identitária (na questão de raças, advinda de Martí) de começo do século XX, analisando o materialismo cego dos EUA em um viés espiritualista, ele fortalece a crítica aos EUA, negando suas interpretações e buscando soluções latino-americanas para problemas latino-americanos. Como diz Teresa García Giráldez, o anti-imperialismo foi construído por aqueles que condenaram o imperialismo, impondo resistência e libertando-se da sujeição estrangeira, contra um poder de trato desigual entre nações³⁶¹ – e nisso, Rodó foi expoente e pioneiro.

Outro exemplo dessa tradição constituída nos primeiros anos do século XX é o argentino Manuel Ugarte. Em seu país, o escritor foi uma voz praticamente única nas críticas anti-imperialistas até pelo menos a década de 1920. Seu primeiro texto com esse teor foi o *Lo Peligro Yanque* (1901), onde reproduzia, de certa maneira, os ideais de José Martí, de uma união em um só bloco latino-americano contra os mandos e desmandos da potência estadunidense, e assim como Rodó, teve seu olhar voltado à essa questão após a Guerra Hispano-Americana e a campanha expansionista dos Estados Unidos. Seu olhar crítico despertou após uma viagem ao continente, e definitivamente foi aguçado com a questão do Canal do Panamá. Seu jornal, *La Patria*, foi o principal divulgador de suas ideias, mesmo que rechaçadas durante algum tempo, além de ter sido alvo de uma potente campanha de difamação por parte do país do norte, e que foi especialmente eficaz em seu próprio país de origem, a Argentina. Suas principais obras sobre o tema são uma sequência de quatro tomos. Segundo Ugarte, discorrendo sobre o quarto tomo:

Este livro completa uma série de quatro tomos, dos quais três já foram publicados. Em *Porvenir de la América Latina*, estudei em síntese, os problemas primordiais de nossas repúblicas dos pontos de vistas interior e exterior, e esbocei as grandes linhas de uma política global aplicável ao conjunto das antigas colônias espanholas e portuguesas. Em *Mi Campaña Hispanoamericana*, foram reunidos alguns dos discursos pronunciados em defesa dessa tese durante as viagens de propaganda que realicei de 1911 até 1917. Em *El Destino de um Continente*, ampliei a visão inicial com a ajuda das observações diretas recolhidas em viagens sucessivas, e formulei as conclusões que nascem das características atuais e da situação política do mundo depois da guerra. E no livro que o leitor tem nas mãos, cujo título, *La Patria Grande*, sublinha o sentido geral de uma tentativa, seleciono as páginas mais significativas entre os inumeráveis estudos,

a la que vive vinculada su luz - la miserable arcilla de que los genios de Arimanes hablan a Manfredo. Ariel es, para la Naturaleza, el excelso coronamiento de su obra, que hace terminarse el proceso de ascensión de las formas organizadas, con la llamada del espíritu. Ariel triunfante, significa idealidad y orden en la vida, noble inspiración en el pensamiento, desinterés en moral, buen gusto en arte, heroísmo en la acción, delicadeza en las costumbres.

³⁶¹ GIRÁLDEZ GARCÍA, Teresa. “Imperialismo-antiimperialismo en el unionismo centroamericano, 1900-1930”. In: *Cuadernos Americanos*, núm. 124 (2008), pp. 157-180, p. 166.

artigos e manifestos lançados ao azar da luta, durante vinte anos ao redor de um ideal³⁶².

Como se nota, uma trajetória intelectual foi traçada, buscando combater os desígnios imperialistas dos Estados Unidos na América Latina. Seu debate já estava inserido num eixo econômico, e sua posição é clara, como se nota quando diz que “o problema primordial da América Latina não é o saber quem são os homens que devem governar, ou quais são as regiões que vão exercer o predomínio, mas o de criar forças vivas que valorizem a riqueza e nos assegurem a posse integral e durável do nosso solo”³⁶³. Junto a isso, dá uma definição do imperialismo, o que abre portas a ações e medidas que visam combatê-lo. Para ele, “o imperialismo começa onde acaba a conglomeração de elementos homogêneos e onde se abre a zona de opressão militar, política ou comercial sobre conjuntos estranhos”³⁶⁴. Os elementos trazidos na análise do tópico acima estão presentes nesse curto trecho, e isso mostra a relevância da interpretação do argentino. Seu isolacionismo em seu próprio país foi um problema, mas trouxe a Ugarte um magistério moral que influenciou uma nova geração anti-imperialista³⁶⁵. Embates internos com partidos de esquerda argentinos, aliado a posições polêmicas, como a neutralidade em advento da Segunda Guerra Mundial fizeram com que o autor fosse o último líder estritamente pessoal em um projeto anti-imperialista latino-americano³⁶⁶. Após ele, outros grandes nomes se projetaram como lideranças, mas agora sempre ligados a projetos político-partidários.

E esse é o caso dos dois últimos nomes aqui trazidos, que mostram essa heterogeneidade doutrinária e rica tradição do anti-imperialismo na América Latina. Víctor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui são herdeiros e ao mesmo tempo criadores de novas interpretações anti-imperialistas, e é impossível falar de um sem mencionar o outro. Isso porque os dois peruanos centralizaram o debate a respeito do assunto, não somente no Peru, mas por toda a América Latina. E são justamente os dois que introduziram nessa já complexa formulação um elemento novo e decisivo, e que hoje em dia ocupa lugar de destaque nas interpretações sobre o tema: o marxismo. Começando por Mariátegui, é impossível retirar suas interpretações e suas contribuições ao

³⁶² UGARTE, Manuel. *La Patria Grande*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010, p. 27.

³⁶³ UGARTE, Manuel. *op. cit.*, p. 28.

³⁶⁴ UGARTE, Manuel. *El Destino de un Continente*. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962, p. 2.

³⁶⁵ CORMICK, Silvina. “De líder del antiimperialismo latinoamericano a ‘figurón’: una relectura de la condición marginal de Manuel Ugarte en los años treinta”. In: *Estudios de filosofía e historia de las ideas*, vol. 15, núm. 1 (junio 2013), pp. 49-63, pp. 52-53.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 56.

anti-imperialismo do contexto da luta de classes³⁶⁷. Assim como Martí ou Ugarte, sua atuação política o levou ao exílio na Europa, onde conheceu os trabalhos de Antonio Gramsci, Walter Benjamin e György Lukács, o que abriu caminho para a formulação de suas teses inovadoras, mas não importadas e sem reflexão ou criticidade. Mais uma vez, a busca por soluções latinas para problemas latinos é uma constante. Sua grande inovação o levou a ser conhecido em todo o continente, e como aponta Deni Irineu Alfaro Rubbo, “alcançou um processo de difusão amplo e longo, mas é uma referência periférica nas Ciências Sociais da América Latina e para o marxismo mundial”³⁶⁸. Sua morte precoce e a hegemonia da APRA, de Haya de la Torre, são motivos que explicam isso.

No entanto, sua interpretação pode ser considerada a mais combativa e revolucionária nesse início do século XX. Seu intenso debate com Haya de la Torre e o rompimento dos dois se insere nessa disputa – de início, é possível dizer que toda a interpretação de Mariátegui recusa todo o tipo de projeto aliancista, isso quer dizer, toda e qualquer aproximação com as burguesias locais (no caso dele, a peruana), devem ser imediatamente recusadas, já que o projeto de classes são diferentes e antagônicos – o povo é explorado pelo imperialismo, enquanto essa burguesia local se aproveita dele³⁶⁹. A obra que talvez sintetize de melhor maneira suas interpretações é *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana* (1928). Nela, busca traçar, a partir de uma visão marxista, uma história econômica do Peru, tendo um estilo próprio, recusando a ortodoxia soviética do período e utilizando de ideias similares de seus antecessores, na busca de um latino-americanismo e colocando a questão da raça como central em suas análises.

Sua tentativa de explicar a situação de subordinação da América Latina (e do Peru) alia o marxismo com uma formação não industrial da região. Em suas palavras:

O capitalismo é um fenômeno urbano: tem um espírito do burgo industrial, manufatureiro, mercantil. Por isso, em dos seus primeiros atos foi a liberação da terra, a destruição dos feudos. O desenvolvimento da cidade necessitava nutrir-se da atividade liberada do camponês. No Peru, contra o sentido da emancipação republicana, se carregou o espírito do feudo – antítese e negação do espírito do burgo – a criação de uma economia capitalista³⁷⁰.

³⁶⁷ GALASTRI, Leandro de Oliveira. “O antiimperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui”. In: **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 4, p. 71–82, 2007, p. 72.

³⁶⁸ RUBBO, Deni Irineu Alfaro. **O Labirinto Periférico: Mariátegui e a Sociologia Crítica Latino- Americana**. Tese, 421f., Universidade de São Paulo, 2018, p. 21.

³⁶⁹ GALASTRI, Leandro de Oliveira. op. cit., pp. 74-76.

³⁷⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana**. Barcelona: Red Ediciones, 2009, p. 31.

Tradução nossa. Trecho Original: El capitalismo es un fenómeno urbano: tiene el espíritu del burgo industrial, manufaturero, mercantil. Por esto, uno de sus primeros actos fue la liberación de la tierra, la destrucción del feudo. El desarrollo de la ciudad necesitaba nutrirse de la actividad libre del campesino.

En el Perú, contra el sentido de la emancipación republicana, se ha encargado al espíritu del feudo — antítesis

Como se nota também, além da tese de um capitalismo não industrial, o peruano tenta reunir um espiritualismo (já visto em Rodó, por exemplo), ao materialismo histórico dialético³⁷¹. Feudalismo e colonialismo são utilizados em sua interpretação, adequando o marxismo a sua realidade e dando protagonismo a uma figura que deve ser elemento político nuclear na revolução peruana a fim de se livrar da dominação imperialista: o índio³⁷². Em Mariátegui, a questão da raça deve ser vista e analisada à luz da sociologia e da história, e não num viés étnico, profundamente utilizado no final do século XIX. Para o marxista peruano:

Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou negam a este como problema econômico-social, são outros tantos exercícios estéreis teóricos – e às vezes só verbais – condenados a um absoluto descrédito. Não se salva uma boa fé. Praticamente, todos serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não em seu mecanismo, administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais. A questão indígena começa na nossa economia³⁷³.

É o índio a figura basilar, portanto, para a revolução socialista latino-americana. Isso porque é ele o ponto central da exploração imperialista – e com isso, outro elemento do anti-imperialismo de Mariátegui se coloca: ele não pode ser nacionalista — o sujeito revolucionário é o autóctone, constituindo a tradição e patrimônio latino, ao mesmo tempo em que busca a construção, e não cópia, de um socialismo que liberte o povo latino-americano das garras do imperialismo estadunidense³⁷⁴. O caminho para ele é claro: o socialismo indo-americano. E é justamente esse o ponto de inflexão e posterior rompimento com Haya de la Torre. Como já mencionado, toda a interpretação de Mariátegui deve ser vista num viés anti-aliancista. Tática e estratégia de luta (em termos leninistas) devem ser empregadas juntas. A burguesia é inviável como aliada porque se beneficia do imperialismo, além de ter um projeto antagônico, que busca a não superação do capitalismo. Para ele, portanto, o

y negación del espíritu del burgo— la creación de una economía capitalista.

³⁷¹ ABELARDO, Jorge Ramos. “De Mariátegui a Haya de la Torre”. In: **Archivo Chile – Historia Político-Social**, 1973, pp. 9-10.

³⁷² RÍOS SIERRA, Jerónimo. “Semblanzas revolucionarias de la izquierda peruana: Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, Alan García y Sendero Luminoso”. In: **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, Vol. 22, Nº 43, 2020, pp. 325-348, p. 332.

³⁷³ MARIÁTEGUI, José Carlos. op. cit., p. 35.

Tradução Nossa: Texto Original: Todas las tesis sobre el problema indígena, que ignoran o eluden a éste como problema económico-social, son otros tantos estériles ejercicios teóricos — y a veces sólo verbales —, condenados a un absoluto descrédito. No las salva a algunas su buena fe. Prácticamente, todas no han servido sino para ocultar o desfigurar la realidad del problema. La crítica socialista lo descubre y esclarece, porque busca sus causas en la economía del país y no en su mecanismo administrativo, jurídico o eclesiástico, ni en su dualidad o pluralidad de razas, ni en sus condiciones culturales y morales. La cuestión indígena arranca de nuestra economía.

³⁷⁴ DIEZ PIS, Nayla. “El antiimperialismo y el ‘problema de las razas’ en el pensamiento de José Carlos Mariátegui. Debates en el seno de la izquierda latinoamericana”. In: **Question**, Vol. 1, Nº. 34, 2012, pp. 42-44.

anti-imperialismo é o mesmo que o anticapitalismo³⁷⁵. Essa é, em termos resumidos, a contribuição desse autor para a tradição anti-imperialista. Sua interpretação marxista original, buscando uma revolução socialista latino-americana pautada na figura indígena, priorizando a questão da raça, além da recusa na construção de alianças com as burguesias nacionais trouxeram um novo fôlego às lideranças políticas da região.

Por fim, uma última figura de destaque a ser brevemente analisada é a de Víctor Raúl Haya de la Torre. Entendê-lo passa inevitavelmente por entender os preceitos de Mariátegui, já que foram contemporâneos e dividiram o protagonismo político do Peru até a morte do segundo. E também porque o principal ponto de ruptura entre os dois tem a ver com as diferenças interpretativas de cada um em relação ao marxismo. Isso posto, temos duas diferenças substanciais nas ideias de Haya de la Torre: a primeira, é que para ele, também se afastando de uma ortodoxia marxista europeia, o imperialismo é a primeira etapa do capitalismo nos países periféricos (caso dos países latinos) – isso porque a industrialização não é uma realidade construída nesses locais, e a exploração imperialista se dá de outras formas do que daquelas constituídas na Europa do final do século XIX; a segunda, e principal divergência com Mariátegui, é de que para construir uma base que venceria o imperialismo, a união de várias classes em uma frente ampla seria necessária – operários, camponeses, pequenas burguesias e a classe média, todas unidas em um movimento de massas que imporia dignidade ao povo peruano, e conseqüentemente, latino³⁷⁶.

Mas para entender essas ideias, é preciso compreender sua trajetória. Haya de la Torre viveu mais que Mariátegui, e passou por transformações em seu pensamento muito maiores do que qualquer um dos autores aqui anteriormente citados. Sua juventude foi extremamente ativa no meio estudantil, e foi como estudante que construiu sua concepção combativa e de franco e aberto anti-imperialismo, tendo como alvo principal os Estados Unidos³⁷⁷. Os acontecimentos que mais marcaram sua jovem produção foram a Revolução Mexicana e a Primeira Guerra Mundial. Junto às teses marxistas (dando seu próprio viés), esses três elementos foram os pilares que levaram à fundação da *Aliança Popular Revolucionária Americana* (APRA) em 1924, ainda no México. As ideias e ações desse movimento estão fundamentalmente na obra *El antiimperialismo y el APRA* (1935). Nas palavras do autor, a APRA é “a organização da luta anti-imperialista na América Latina,

³⁷⁵ ABELARDO, Jorge Ramos. op. cit. p. 13.

³⁷⁶ Ibidem, p. 11.

³⁷⁷ RIOS SIERRA, Jerónimo. op. cit., p. 328.

por meio de uma frente única internacional de trabalhadores manuais e intelectuais (operários, estudantes, camponeses, intelectuais, etc.), com um programa de ação comum"³⁷⁸, sendo essa uma curta caracterização que confirma o viés combativo e de frente ampla de Haya de la Torre.

É nessa obra que o autor expõe seus principais pontos de atuação. O primeiro é a definição dos Estados Unidos como principal antagonista, pois sendo o principal país imperialista da região, eram eles os responsáveis por uma situação de dependência, pobreza e miséria do povo latino-americano³⁷⁹. O segundo é a busca pela integração política latino-americana, ou seja, sua concepção de anti-imperialismo é ligada a uma noção de integração continental, construído pelas ex-colônias de Espanha e Portugal. Essa união não está baseada nas ideias do pan-americanismo, mas em uma real interamericanização, uma união política e econômica dessa frente única defendida por ele³⁸⁰. O terceiro ponto é um projeto de nacionalização de terras e indústrias, o que demonstra que o Estado tem papel primordial na visão do autor. Devido à originalidade da sua interpretação, esse estado seria diferente do Estado capitalista, que se transformou no centro imperialista. Para Haya de la Torre, a construção desse estado passava necessariamente por ser um estado das classes oprimidas, e por isso a necessidade da frente única. Esse Estado Aprista busca sair das importações e dicotomias de sua época e ser um movimento de massas genuinamente indo e latino-americano. Nas palavras dele:

Este colonialismo mental plantou um duplo extremismo dogmático: o dos representantes da classe dominante – imperialista, reacionário e fascista – e o dos que denominam-se representantes das classes dominadas que vociferam em uma linguagem revolucionária russa que ninguém entende. Sobre esta oposição de contrários, teses e antíteses de uma teorização antagônica, o APRA levanta como síntese realista sua doutrina e seu programa. Parte essencial dele é a teoria do Estado Anti-Imperialista³⁸¹.

Com isso, Haya reúne diversas tradições anteriores anti-imperialistas. O ponto fulcral da ruptura com Mariátegui é essa concepção de Estado Aprista. Esse estado, formado por uma frente ampla, por si só, não é revolucionário e nem rechaça o capitalismo,

³⁷⁸ HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. **El Antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010, p. 97.

³⁷⁹ ROCA, Carlos. “El pensamiento de Haya de la Torre”. In: **Jornadas de Pensamiento Político Peruano**. 2010, p. 10.

³⁸⁰ CASTAÑEDA, José Reyes. op. cit., p. 72.

³⁸¹ HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. op. cit., p. 196.

Tradução nossa. Trecho Original: Este colonialismo mental ha planteado un doble extremismo dogmático: el de los representantes de las clases dominantes —imperialista, reaccionario y fascista— y el de los que llamándose representantes de las clases dominadas voccean un lenguaje revolucionario ruso que nadie entiende. Sobre esta oposición de contrarios, tesis y antítesis de una teorización antagónica de prestado, el APRA erige como síntesis realista su doctrina y su programa. Parte esencial de él es la teoría del “Estado Antiimperialista” mencionada ya ocasionalmente en las páginas anteriores.

como seu conterrâneo o faz. A sua perspectiva vem a ter uma forte tendência que busca muito mais uma emancipação cultural, numa perspectiva indo-americana, do que a negação ou superação do capitalismo. Sua visão desse estado das classes oprimidas vem a carregar uma forte utopia, em que acredita ser possível o condicionamento do capital estrangeiro para o desenvolvimento latino-americano³⁸². O quarto ponto faz parte dessa tentativa de internacionalização defendida pelo peruano: a questão do Canal do Panamá. Para ele, a maior ameaça continental é o Canal nas mãos dos Estados Unidos, aprofundando as desigualdades criadas pelo imperialismo. Por fim, o quinto e último ponto programático de Haya de la Torre é a defesa e solidariedade com todos os povos oprimidos do mundo. Sua própria definição de frente ampla garante essa defesa, na busca por justiça social, na luta por desenvolvimento e dignidade dos povos nessa situação. Em resumo, podemos dizer que, a partir do APRA, a luta política do peruano lutou contra o imperialismo e contra as classes dominantes vigentes aqui, aliadas desse processo.

A partir desses cinco nomes podemos notar toda a tradição anti-imperialista formada, e as diferentes concepções de cada interpretação. Além disso, um ponto chama a atenção: todos os intelectuais acima citados possuem ideias e formulações extremamente críticas às ações do governo norte-americano. De Martí a Haya, isso é notório. Entretanto, nenhum deles é um antiamericano. Martí e Rodó elogiam o esplendor do vizinho do norte. Ugarte e Mariátegui também, encarando o país como exemplo de desenvolvimento próprio, mas que não pode ser seguido ou emulado pela América Latina. Haya de la Torre vai até mais longe, e nos anos posteriores à criação da APRA, tem em Franklin D. Roosevelt e no *New Deal* uma forte inspiração para seu projeto de democracia e menos combativo, mais conciliador e em busca de uma democracia justa. O que se conclui desses fatos é que esses grandes nomes da tradição anti-imperialista não tiveram como eixo central e principal o antiamericanismo. Ou seja, o anti-imperialismo compartilhado por eles não se resume à inimizade entre nações, seja a potência, sejam os dominados. Quem exprimiu muito bem essa questão foi Manuel Ugarte. Em suas palavras:

Ninguém admira mais que eu a grandeza dos Estados Unidos e poucos terão uma noção mais clara da necessidade de nos relacionarmos com eles nos desenvolvimentos da vida futura; mas isso deve se realizar em uma plataforma de igualdade. Apesar da taxação de “yancófobo” que me foi feita, lenda falsa como tantas outras, não fui nunca inimigo dessa grande nação. Para quem reflete, não pode haver na política internacional aborrecimentos. Valorizei as correntes com a preocupação exclusiva do que é nocivo ou do que é favorável para nossa saúde. Se me levantei contra a pressão que gravita sobre o México, Cuba, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, etc., foi em nome de necessidades gerais. Se falei de

³⁸² CASTAÑEDA, José Reyes. op. cit., p. 71.

resistências, foi em nome do futuro. Tudo isso à margem das animosidades, mas no terreno firme do patriotismo. Creio que devemos opor uma política conjunta às interferências do Norte. Em França, em Alemanha, em Inglaterra, há pensadores que propiciam soluções divergentes, e se manifestam partidários de afastar-se ou aproximar-se a estes ou aqueles países, de acordo com suas interpretações honradas com os interesses de seus grupos. Ninguém atribui a eles rancor ou prejuízo. Uma concepção diplomática detém orientações globais que se movem em órbitas superiores ao instinto, à amizade e aos sentimentos³⁸³.

Já podemos, a partir disso, inferir uma consideração importante, que também se aplica a Newton Carlos. O anti-imperialismo, tanto de Ugarte, quanto dos outros intelectuais aqui trazidos, e também de Newton Carlos, que escreveu durante a Guerra Fria nunca foi uma concepção de inimizade ou exclusão das relações políticas, culturais e econômicas com os Estados Unidos. O sentimento anti-americanista por vezes faz parte de vertentes anti-imperialistas, e como coloca Martin Bergel, é um antigo substrato de ideias que está inserido na questão do anti-imperialismo³⁸⁴, mas não é parte integrante das políticas compartilhadas pelos sujeitos acima citados. Com isso, mais uma característica pode ser imputada ao conceito: ele não é binário. A simples oposição de imperialismo/anti-imperialismo, por si só, não significa muita coisa. A complexidade da questão faz com que a heterogeneidade das correntes políticas que reivindicam para si o anti-imperialismo seja enorme. O próprio caso peruano, analisado por Newton Carlos e já muito citado neste capítulo, é um exemplo disso. Militares de direita no fim dos anos de 1960, em franca oposição aos interesses dos Estados Unidos, foram uma voz importante no que tange às críticas a submissão econômica da América Latina. Além disso, como já trazido por Pía López, as esquerdas latino-americanas, com algumas exceções, como é o caso de Ugarte, só reivindicam para si o discurso anti-imperialista a partir dos anos de 1930 – o seu início deve-se às elites³⁸⁵. Aqui recai a importância de Ugarte, pioneiro tanto nas esquerdas, quanto na interpretação econômica do fato, algo que só começará a ser discutido pelos intelectuais latinos e reproduzido pelas massas no fim dos anos de 1920 e 1930³⁸⁶.

Bergel traz muitos exemplos de intelectuais anti-antiamericanos. Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui e figuras até mesmo do centro imperial, como Waldo Frank, que se recusaram a crer num binarismo isolacionista como eixo sustentador de seu anti-imperialismo. Newton Carlos faz parte desta tradição também. Sua vida profissional o levou a conhecer as realidades tanto da periferia, quanto do centro. Suas críticas ao governo

³⁸³ UGARTE, Manuel. **El Destino de un Continente**. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962, pp. 2-3.

³⁸⁴ BERGEL, Martin. “El anti-antinorteamericanismo en América Latina (1898-1930) - Apuntes para una historia intelectual”. In: **Revista Nueva Sociedad**, Nº 236, noviembre-diciembre de 2011, p. 153.

³⁸⁵ PIA LÓPEZ, María. op. cit., p. 12.

³⁸⁶ BERGEL, Martin. op. cit., p. 160.

estadunidense entram naquilo que Bergel chama a atenção: um antiamericanismo cego e total foi insuficiente para fazer frente ao intervencionismo estadunidense³⁸⁷.

Por isso, desde o começo de sua carreira, seu tom foi sempre muito crítico e ácido as ações geopolíticas norte-americanas, mas muito receptivas e elogiosas aos estadunidenses que se erguiam contra o imperialismo. Por exemplo, em seu livro sobre a invasão militar dos EUA na República Dominicana, explicita de forma veemente que:

Dedico este trabalho jornalístico a todo norte-americano que se levantou contra a intervenção militar dos Estados Unidos na crise dominicana, decretada por seu governo. Estive nos Estados Unidos antes de viajar pela segunda vez a São Domingos e constatei a existência de forte oposição interna ao envio de fuzileiros navais e paraquedistas norte-americanos à República Dominicana. Dedico este trabalho jornalístico, de modo especial, aos jornalistas, intelectuais e jovens dos Estados Unidos, que fizeram o possível para alertar seus compatriotas sobre o perigo de uma política externa fundada numa formulação primária de anticomunismo. [...] Antes conformado em alimentar-se numa mitologia criada pelo seu governo, a respeito do que sucede no mundo, os norte-americanos, principalmente os jovens, já se rebelavam, em junho de 1965, quando estive nos Estados Unidos a caminho de São Domingos, contra isso, passando a exigir que lhe contassem verdades³⁸⁸.

Sua posição está clara. Como jornalista e intelectual, se coloca abertamente crítico a uma ação imperialista, ao mesmo tempo em que mostra que um binarismo simplório pode apagar nuances importantíssimas, como a própria resistência às ações de Washington internamente. Junto a isso, notam-se as características do imperialismo norte-americano, com extremado militarismo e tendo América Latina e Caribe como alvo de suas ações. Além disso, o debate de submissão econômica também está nos escritos de Newton Carlos. Discorrendo sobre a situação peruana, ele mostra ter conhecimento das pautas e demandas anti-imperialistas do continente, quando coloca que “as exigências de conteúdo anti-imperialista que marcam os programas clássicos de esquerda estão no documento aprovado em *Viña del Mar* e entregue a Nixon como o ‘consenso latino-americano, chancelado por todos os governos do continente’³⁸⁹. Porém, reconhece que os militares peruanos em sua prática de nacionalização de empresas de petróleo são catalisadores de um nacionalismo diverso, “que esvaziava as esquerdas tradicionais”³⁹⁰. O anti-imperialismo trazido por ele é complexo, e “não se trata, portanto, de ‘slogans’ de agitação política fáceis de rotular de ‘comunismo’ ou simplesmente ‘esquerdismo’. Contaminam-se os centros de

³⁸⁷ BERGEL, Martin. op. cit., p. 167.

³⁸⁸ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, pp. 7-9.

³⁸⁹ CARLOS, Newton. **Peru – O Novo Nacionalismo Latino-Americano**. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, pp. 13-14.

³⁹⁰ Idem.

poder”³⁹¹ latino-americanos, da direita à esquerda.

Contra as ações político-econômico-militares, Newton Carlos mostra bem o antagonismo e combate às práticas estadunidenses durante a Guerra Fria. Em seu livro *Camelot*, o mais analítico das obras aqui utilizadas, falando sobre a visita do chanceler chileno Gabriel Valdéz a Richard Nixon, o jornalista nos fornece que ele “investiu contra a crença generalizada de que a América Latina recebe ajuda real em matéria financeira. Pelo contrário. Ela ajuda a financiar o desenvolvimento dos Estados Unidos e outros países industrializados com envios de quantias de dólares várias vezes superior ao investido”³⁹². Com isso, era “preciso aceitar como irreversível e legítima a emergência de um crescente nacionalismo continental, que persegue uma afirmação de personalidade latino-americana com pensamento, valores e modos de organização próprios”³⁹³.

Esses pensamentos, além de estarem de acordo com a tradição já resumidamente apresentada, de autores como José Martí e Manuel Ugarte, avançam nos pontos que remetem a submissão econômica, como fizeram Mariátegui e Haya de la Torre. Nisso, por exemplo, o jornalista se aproxima de nomes importantes dos anos 1960 e 1970, como André Gunder Frank, com sua Teoria da Dependência³⁹⁴, e de Eduardo Galeano e sua obra, talvez com mais espaço no imaginário anti-imperialista até hoje, *As Veias Abertas da América Latina* (1971). Porém, se diferencia deles em um aspecto principal. Aldo Marchesí, analisando os dois autores acima citados, nos coloca que, por mais críticos que eles sejam, recaem numa narrativa ahistórica onde a mesma exploração é realizada, com espólios de riquezas, somente se alterando o explorador³⁹⁵. Newton Carlos tem um alvo fixo: os Estados Unidos e suas práticas geopolíticas em relação à América Latina. Sua análise, seguindo uma tradição já enriquecida, se aproxima muito com as interpretações contemporâneas do anti-imperialismo.

Com essa pequena retrospectiva sobre o anti-imperialismo na América Latina (e que

³⁹¹ CARLOS, Newton. **Peru** – O Novo Nacionalismo Latino-Americano. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, pp. 13-14.

³⁹² CARLOS, Newton. CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 56.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ A Teoria da Dependência surgiu na América Latina nos anos de 1960. Segundo Theotonio dos Santos, ela tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado nos anos de 1930. Foi um esforço para entender as limitações do desenvolvimento econômico nas periferias do capitalismo em um momento onde forças imperialistas e gigantescos conglomerados já dominavam a economia mundial. Para maior aprofundamento, ver: SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da Dependência** – Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

³⁹⁵ MARCHESÍ, Aldo. “Imaginación política del antiimperialismo: Intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los sesenta”. In: **Estudios interdisciplinarios de América Latina**, Vol. 17 – No 1 (2006), pp. 135-160.

de modo algum pretende esgotá-la), aliada a pontos trazidos por Newton Carlos, podemos traçar agora o que entendemos a respeito dessa questão, e como trabalharemos com esse conceito a partir do terceiro capítulo, quando aprofundaremos o imaginário compartilhado pelo jornalista. Já foi dito e comprovado que o anti-imperialismo está revitalizado, tendo uma rica tradição cultural e ideológica que o sustenta. Não poderia ser diferente – as modificações no decorrer do tempo, aliada a própria modificação do imperialismo atual demandaram uma atualização que permita, politicamente, o enfrentamento. Por essa razão, o anti-imperialismo será encarado como um elemento enriquecedor ou complicador de ideologias particulares, pois isso abre a possibilidade de pensá-lo como uma das dimensões do imaginário social, colocando-o em uma relação estreita com núcleos de significações socialmente decisivas, ou seja, distintas posições podem significá-lo³⁹⁶. Além disso, essa formulação teórica central na América Latina mobilizou o imaginário político de diversos grupos sociais no decorrer do tempo³⁹⁷, não sendo diferente com Newton Carlos.

Ademais, entendendo o anti-imperialismo na percepção de Kristina Pinker e Julieta Rostica, o conceito pode ser operacionalizado como polissêmico, ambíguo e flexível, incorporado a diversas práticas políticas, como também já foi exposto³⁹⁸. Sendo um complicador de ideologias particulares, é fato que há uma tradição iniciada com José Martí e que se estende até os dias de hoje, com narrativas que focam na persistência da responsabilidade do imperialismo estadunidense nos problemas latino-americanos³⁹⁹. Porém, é preciso reforçar que o binômio imperialismo/anti-imperialismo não pode ser encarado de forma maniqueísta. Compreender um fenômeno tão impactante na vida latino-americana exige consciência para não desembocar em críticas vazias. O status de “verdade paradigmática”⁴⁰⁰ que os discursos anti-imperialistas possuem são negociados no decorrer do tempo, e por isso mesmo, são tão ambíguos e polissêmicos. É a partir disso também que ele pode ser ligado ao imaginário social, algo explorado no terceiro capítulo. Com isso, podemos perceber que a atuação jornalística-intelectual de Newton Carlos está inserida em uma tradição combativa e denunciativa das ações norte-americanas na América Latina. Sua especificidade em relação a Washington é notória, e suas denúncias ao imperialismo estadunidense são claras e contundentes. O imaginário que ele compartilha,

³⁹⁶ KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.), op.cit, pp. 13-14.

³⁹⁷ ARAÚJO, Rafael de; ALONSO, Rafael. “As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889- 1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano”. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, N°. 25, p. 135-160, Jul./Dez.,2018, p. 154.

³⁹⁸ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). **Confrontación de Imaginarios – Los Antiimperialismos en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 15.

³⁹⁹ Ibidem, p. 17.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 18.

por mais que já tratado, carece de aprofundamento. É exatamente esse o próximo passo desta dissertação.

4 A VISÃO COMBATIVA DE NEWTON CARLOS

A “máquina do tempo” de Wells tem várias marchas; Volta ao passado e o penetra no futuro, chegando a uma civilização cuja superfície dourada é de puro lazer consumo. O trabalho é feito por “castas inferiores”, metidas dentro da terra como se fossem uma imensa usina incomoda à vista. Ficção? “É crescente a dependência das potências industriais das fontes de matérias-primas do terceiro mundo”, adverte em seu livro “A Interdependência das Nações” o economista Lester Brown. A maior destas potências terá de importar, no final do século, mais da metade de suas necessidades em cada uma das treze matérias-primas básicas da indústria, a exceção do fósforo. É possível compor, portanto, uma antevisão do terceiro mundo, minas e depósitos naturais produzindo dia e noite⁴⁰¹.

A ficção leva a América Latina às sombras do terror atômico. Graciosos são os nomes. A correlação é instantânea, mas quase nunca surgem alusões diretas, a não ser com o México, Pancho Villa, Zapata ou Juárez. A imagem de Trujillo já apareceu em muitas histórias como um ditador sanguinário em geral chamado José, Valdez ou Santana. Filme recente tem como cenário o Jaceguay, nação não tanto imaginário como quer o autor da história. Em seu livro *Reservado para o presidente*, o ex-secretário de imprensa de Kennedy e Johnson, Pierre Salinger, fala de Santa Clara, um “país latino-americano que está por cair nas mãos dos comunistas” e onde os chineses tentam instalar foguetes atômicos dirigidos contra os Estados Unidos. Santa Clara produz cobre e fica na costa do Pacífico. A ação se passa em 1975 e os norte-americanos estão empenhados na campanha para as eleições de 1976. A trama foi construída para descrever Washington em período de crise aguda, mostrando as dificuldades do presidente para adotar decisões vitais numa hora em que é preciso sentir a fundo as tendências do eleitorado. O maior esforço mental exigido pelo livro de Salinger não se destina tanto a identificar as referências à América Latina. Elas são por demais evidentes. [...] É preciso, no entanto, anotar a persistência de setores norte-americanos em atribuir à América Latina um papel de tumulto ainda maior no futuro⁴⁰².

Surgiu o Grupo de Contadora. Reunidos na ilha panamenha de Contadora, países da América Latina decidiram sair eles próprios, sem tutelas, à procura de soluções latino-americanas para os problemas do continente. Todos mostravam muita disposição em fazer o possível para acabar com intervencionismos de todos os tipos. Partissem de onde partissem. O Grupo de Contadora foi saudado como a primeira grande experiência de ação autônoma por parte dos países latino-americanos. Tinha de comum com o *Consenso de Viña del Mar* a ideia de uma América Latina com identidade própria. Era um grupo de ação, compactado (de início apenas Venezuela, Colômbia, Panamá e México) e com uma causa concreta e imediata, a trágica guerra centro-americana. Ele questionaria, em nome da América Latina, a transformação do istmo numa grande base militar dos Estados Unidos, com instalações avançadas no Panamá e Honduras. O Pentágono sonhava com convências legitimadas, pelo menos, em foros militares interamericanos. Nunca perdia a fé no poder político e de pressão dos generais latino-americanos. Contadora iria procurar abrir caminho em sentido contrário⁴⁰³.

Esses três excertos das obras escritas pelo jornalista Newton Carlos nos apresentam dois imaginários distintos. Nos dois primeiros trechos, o jornalista elucida, através de,

⁴⁰¹ CARLOS, Newton. “Já não se fazem mais máquinas do tempo como antigamente”. In: **O Pasquim**, nº220, 1973, p. 20.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/7264>>. Acesso:02.jan.2023.

⁴⁰² CARLOS, Newton. **América Latina**: Dois Pontos. Editora Codecri: Rio de Janeiro, 1978, pp. 46-47.

O artigo em questão foi publicado no jornal *O Pasquim*, nº 120, de 1971, p. 27. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/124745/3948>>. Acesso: 20.ago.2022.

⁴⁰³ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, pp. 140-141.

primeiramente, a alusão a um livro de Wells, e posteriormente, uma obra ficcional de um ex-agente governamental dos Estados Unidos, aquilo que justifica todas as ações imperialistas do país e responde todas as contradições internas de sua sociedade: a segurança nacional posta em evidência, sempre buscando a proteção e a manutenção da hegemonia estadunidense. A América Latina possui um papel central, pelas razões já mencionadas no capítulo anterior, como a proximidade com o centro do sistema capitalista ou ser a região privilegiada na geopolítica de Washington, por ter o *status* de maior reserva de matérias-primas do planeta. Já no terceiro, o que é apresentado é uma tentativa de combate, um discurso e práticas que buscam legitimar a ação latino-americana, em busca de autonomia contra as ingerências do país do norte. Essa tentativa “de identidade própria”, citada por Newton Carlos, se conecta de maneira firme com a questão do anti-imperialismo, também tratado com profundidade no segundo capítulo. Logo, essa terceira parte do trabalho busca, através dos discursos do jornalista, compreender o imaginário compartilhado por ele. Para isso, algumas questões serão retomadas, e outras desenvolvidas, buscando tornar inteligível seu discurso denunciativo contra as práticas político-econômico-militares dos Estados Unidos.

4.1 O anti-imperialismo como complicador

Como dito acima, é preciso elucidar o discurso de Newton Carlos como um compartilhamento de um imaginário anti-imperialista. Logo, se torna muito operativo a conceitualização utilizada no capítulo dois sobre esse fenômeno. Ser um complicador de ideologias particulares abre espaço para pensarmos nele como um dos campos do imaginário social, mas não é somente por essa visão ser operativa que trabalharemos com ela. Portanto, torna-se necessário a explanação desses dois pontos: o porquê entendemos o anti-imperialismo como um complicador de ideologias particulares e o que compreendemos como o imaginário social, para assim, conectar esses dois conceitos para as análises dos escritos de Newton Carlos.

Para responder a primeira questão, alvo deste pequeno tópico, as ideias de Kozel, Grossi e Moroni serão retomadas. Os autores nos apresentam algumas reflexões muito interessantes, capazes de se conectarem com a perspectiva do imaginário social. Como mencionado no segundo capítulo, entendemos a questão do anti-imperialismo com um complicador de ideologias particulares, ou seja, por um prisma em que os discursos e práticas denunciativas contra as explorações sofridas pelos dominados estão carregados de diversas simbologias, ancoradas em diferentes aspectos políticos, culturais e sociais, e como dizem

Kristina Pinker e Julieta Rostica, é um ideário polissêmico, ambíguo e flexível, que pode ser incorporado em discursos políticos diversos⁴⁰⁴.

Com isso, pode-se avançar com o entendimento do que é de fato ser um complicador ou enriquecedor de uma ideologia ou imaginário particular. Kozel, Grossi e Moroni nos adiantam que o anti-imperialismo por si só é um espaço de disputas, e sua própria aceitação não é unívoca e global na América Latina⁴⁰⁵. Isso porque essa maneira de complicar ou enriquecer se dá pela utilização das simbologias, ou seja, dos símbolos. Como nos coloca Altamirano, se apoiando em Edward Shils para suas reflexões, é necessário haver um repertório de necessidades e demandas coletivas inerentes à constituição da vida social, residindo aí, justamente, a grande importância da simbologia nas sociedades modernas, que buscam no passado a legitimação para sua constituição e suas ações no presente⁴⁰⁶. E é necessariamente por isso que os intelectuais ganham tamanha relevância, já que são eles que, primeiramente controlam, produzem, fabricam e inculcam símbolos que permitem a reprodução e estabilização de uma ordem, mesmo não sendo os únicos a exercerem esse papel nas sociedades modernas. Mas como toda relação aqui exposta, isso também é conflituoso. Como colocam Alexandra Pita González e Carlos Salinas, as correntes de pensamentos e de expressões anti-imperialistas carecem de homogeneidade ideológica, conceitual e instrumental⁴⁰⁷, por diferentes projetos ideológicos, o que corrobora com a tese de Kozel, Grossi e Moroni de um complicador particular. Em outras palavras, o anti-imperialismo é um conceito flexível, com diversas interpretações individuais que se alteraram no decorrer do tempo e de acordo com as concepções políticas e ideológicas dos intelectuais que trabalharam com o conceito⁴⁰⁸. As diferentes visões dos intelectuais trazidas no segundo capítulo, com a disputa entre Mariátegui e Haya de la Torre, exemplifica isso de maneira inequívoca.

Temos a base estabelecida do que significa entender o anti-imperialismo como um complicador de pensamentos e imaginários particulares. Para finalizar essa questão, é necessário expor de forma mais aprofundada a tese basilar do trabalho de Pinker e Rostica aqui utilizado. Isso porque ele nos permite compreender tanto a disputa entre os diferentes anti-imperialismos, ao mesmo tempo em que nos permite entender como as simbologias são

⁴⁰⁴ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). **Confrontación de Imaginarios** – Los Antiimperialismos en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 15.

⁴⁰⁵ KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.), op.cit, pp. 14-15.

⁴⁰⁶ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, pp. 76-77.

⁴⁰⁷ PITA, Alexandra González; MARICHAL, Carlos Salinas (Coords.). **Pensar El Antiimperialismo** – Ensayos de Historia Intelectual Latinoamericana, 1900-1930. México, D.F: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos: Universidad de Colima, 2012., p. 9.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 15.

utilizadas para dar o sentido de verdade a esses pensamentos particulares, e de maneira política e social mais avançada, como parte do imaginário social — algo que se liga muito aos intelectuais, já que como diz Altamirano, essa categoria não é apenas aquela que pensa o mundo, mas aquela que transmite e transcreve aos outros, ou seja, ao seu público, aquilo que pensa do mundo⁴⁰⁹. A ideia central das autoras consiste em tratar o anti-imperialismo como “mito”, porque analisando as experiências anti-imperialistas latino-americanas nos séculos XIX e XX, as estudiosas mostram que um ponto é comum nesse ideário polissêmico, ambíguo e flexível: a responsabilidade de um agente externo nas mazelas da América Latina – e notadamente, a ênfase dada é para as atuações dos Estados Unidos nessa parcela do continente⁴¹⁰.

Isso quer dizer que as distintas construções simbólicas dos diversos atores sociais, políticos e intelectuais convergem nessa parte da explicação, mesmo que partam de ideologias ou imaginários particulares, como mostrado por Kozel, Grossi e Moroni. Nas palavras das autoras, o anti-imperialismo seria, portanto, uma estrutura mental de longa duração, com mudanças e variações em seus conteúdos, formas e manifestações, que não desapareceram no decorrer do tempo, e que, agora sim explicando o conceito de mito, operam no sentido de ser uma prática discursiva que reivindica para si um *status* de verdade paradigmática⁴¹¹. Pinker e Rostica utilizam essa conceituação, apoiando-se no teórico francês Georges Sorel. Para o expoente do sindicalismo revolucionário, a utilização da expressão mito de forma alguma remete a ficção, mas algo basilar que fundamenta as convicções de um grupo. Em resumo, o anti-imperialismo como mito é uma estrutura narrativa que organiza situações e ações em torno de construções simbólicas, ou seja, um conjunto de símbolos que permeiam as respostas que um grupo dá a seus problemas⁴¹². Com isso, além de dar complexidade maior ao entendimento do anti-imperialismo como um complicador de imaginários particulares, compreendendo-o a partir dessa perspectiva trazida pelas autoras, é também possível concatenar o conceito com a noção de imaginário social, que veremos logo adiante.

Essa constatação parte da formação dessas estruturas narrativas tendo como eixo estruturante as simbologias. Essa “verdade paradigmática”, que não pode ser contestada, vem exatamente pelo uso dos símbolos, que reforçam e buscam dar coesão aos problemas de uma sociedade. Sendo esse o trabalho por excelência dos intelectuais, podemos também interligar

⁴⁰⁹ ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006, p. 102.

⁴¹⁰ PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). op. cit. p. 17.

⁴¹¹ Ibidem, pp. 17-18.

⁴¹² Ibidem, p. 19.

essas concepções com as ideias centrais já explanadas de Altamirano, no que concerne às perspectivas de reprodução daquilo que o intelectual encara como realidade do mundo. Talvez o exemplo mais claro disso seja a frase de Eduardo Galeano, quando diz que “é a América Latina a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu, ou mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder”⁴¹³. Esse pequeno excerto é o suficiente para mostrar que para o jornalista, o problema vem de fora. Sua frase não permite contestações, e une todo um repertório denunciativo que traduz a perspectiva do anti-imperialismo como mito. Não importam as diferenças históricas da colonização europeia ou o modelo de exploração oriunda do capital financeiro dos Estados Unidos, o que importa é a simbologia que demonstra e reforça o sentimento de dominação e subordinação nas relações EUA/América Latina. Newton Carlos também expõe esse mesmo tipo de pensamento, seja em suas obras extra-redação, seja no seu trabalho como jornalista. Os três trechos que dão início a este capítulo comprovam esse aspecto.

Como isso, chegamos à conclusão que o anti-imperialismo como um complicador de ideologias particulares é aplicado aos imaginários. Compreendê-lo desta maneira nos permite conectá-lo ao imaginário social, com seus repertórios amplos, e mais especificamente para esta dissertação, focar na simbologia compartilhada por Newton Carlos. Entender que o jornalista compartilha um imaginário anti-imperialista é tecer uma chave interpretativa que permite entender os simbolismos utilizados nas relações de poder entre o Norte e o Sul global, e como ele denuncia, através de seus discursos, as assimetrias impostas pelo imperialismo. Com isso, partimos agora para um aprofundamento da questão do imaginário social.

4.2 O Imaginário Social

Encarando o anti-imperialismo como um complicador de ideologias ou imaginários particulares, abre-se a perspectiva de entendê-lo como parte constitutiva e de disputas do imaginário social. Primordialmente, utilizaremos as concepções do polonês Bronislaw Baczko sobre esse conceito. Para ele, o ano de 1968 é fundamental para se compreender a utilização do imaginário como categoria de análise, principalmente por conta do Maio Francês. É a partir daí que a imaginação passa a ser usada de modo efusivo no campo do discurso, sendo ela elevada a um nível de símbolo⁴¹⁴. Sendo um símbolo, o constructo do discurso para o

⁴¹³ GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021, p. 18.

⁴¹⁴ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296.

poder político entra em um campo de disputas, e o domínio do imaginário e do simbólico passa a ter um importante papel estratégico para aqueles que buscam dominar e legitimar um poder – nas palavras de Baczko, “exercer o poder político com a imaginação é duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio”⁴¹⁵.

Percebemos que a imaginação está diretamente ligada ao exercício do poder, sendo então a disputa pela legitimidade simbólica e do discurso traço inerente dessa categoria. Pierre Ansart afirma que o imaginário político constitui um campo de produção, um lugar de intervenções com incontáveis possibilidades⁴¹⁶. Isso é verdade – diversas são as simbologias usadas para dar legitimidade a um discurso, assim como várias outras são usadas para contestá-lo – a resistência simbólica, nas palavras de Ansart, só vem para confirmar a ideia de Baczko que imaginários e a criação dos símbolos não é algo ilimitado – e a criação de mecanismos de repressão para manter um poder em voga é prova substancial disso⁴¹⁷. Quando trazemos essas considerações para o tema da presente dissertação, isso fica claro. Newton Carlos denunciou através de suas obras e de seu trabalho jornalístico exatamente esse ponto: toda vez que um discurso de Washington falhava a repressão, a violência, a ingerência e a dominação entravam em cena, seja por ameaças de emendas econômicas, como aconteceu com o Peru, seja pela atuação direta na queda de Allende, no Chile, ou ainda, pela justificativa do apoio estadunidense a ditadores latino-americanos em busca de “ordem e estabilidade” no continente. O caso de maior magnitude foi o envio de 32 mil soldados a São Domingos, em 1965, demonstrando o campo das intensas disputas em que os imaginários estão situados.

Voltando a uma conceptualização mais aprofundada, é importante ressaltar a grande conexão que os imaginários apresentam com os intelectuais. Como diz Baczko, é no estado moderno e centralizado que o manejo dos símbolos se desritualiza e ganha autonomia – antes ligados a ritos e mitos, agora símbolos ligam-se à ideologia, formando estruturas utilitárias em busca de dar legitimidade a um poder. Isso entra em consonância com toda a definição de intelectuais já apresentada por Altamirano no primeiro capítulo. Antes receptáculos das tradições, os sábios, os magos, os eclesiásticos veem o domínio do simbólico se diluir na sociedade moderna, com os intelectuais tendo um papel fundamental na construção do seu mundo social. E é exatamente por isso que o trato com o simbólico por essas figuras ganha tamanha importância neste trabalho, já que a construção e compartilhamento de um

⁴¹⁵ Ibidem, p. 299.

⁴¹⁶ ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019, p. 76.

⁴¹⁷ BACZKO, Bronislaw. op. cit., p. 299

imaginário anti-imperialista são realizados por um membro dessa categoria, ou seja, Newton Carlos.

Com isso, chegamos ao ponto em que podemos afirmar que o poder está rodeado de representações e dominações simbólicas⁴¹⁸. Sua fabricação entra a serviço de uma razão manipuladora, que busca ou inculcar valores, ou questioná-los, em um campo de disputas de imaginários e contra-imaginários. É por isso mesmo que nas formulações ideológicas modernas, as reivindicações de grupos sociais antagônicos possuem relações íntimas com os imaginários – ele está sim operando nas ações e práticas coletivas, aspirando perpetuar um modelo social ou combatê-lo, como é o caso do anti-imperialismo latino-americano. Ou seja, o imaginário é um lugar de expectativas e aspirações, mas é também local de lutas e conflitos entre os dominados e subordinados contra aqueles que os oprimem⁴¹⁹. De Martí a Mariátegui, de Galeano a Newton Carlos, isso fica latente em suas produções críticas, ácidas e que buscam colocar em causa narrativas e justificativas dos Estados Unidos para a exploração sem fim da América Latina.

Pela complexidade dos estudos sobre o imaginário, Baczko apresenta que os estudos clássicos sobre a temática estão sintetizados em três grandes autores: Marx, Durkheim e Weber. O primeiro se encarrega das representações criadas em um embate de classes – as ideologias são o campo privilegiado. Durkheim se preocupa em explicar como as simbologias operam para o que ele chama de “consenso social”, enquanto Weber se debruça nas explicações sobre os sistemas de representações e seus respectivos funcionamentos⁴²⁰. Mas como toda área de estudos, isso se modificou. A psicanálise veio para mostrar que o imaginário não é um poder psicológico autônomo. Ansart nos coloca que foi com o suporte dessa área que foi possível compreender que os fenômenos coletivos têm a especificidade de serem interiorizados – as representações são articuladas no âmbito individual e social, tendo o sujeito como receptor, reproduzidor ou produtor das simbologias – ou seja, faz parte de uma disputa política⁴²¹. O advento da longa duração é outro acréscimo importante nessa área, uma vez que coloca em relevo como a imaginação social opera. Pirker e Rostica trabalham exatamente com esse ponto, alinhando essa perspectiva ao mito de Sorel, para mostrar como o imaginário anti-imperialista latino se imbuí de uma verdade para contestar os projetos de dominação vigente. Podemos então definir, taxativamente, que levamos o imaginário social com um “aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais que se diferem por

⁴¹⁸ BACZKO, Bronislaw. op. cit. p. 301.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 303.

⁴²⁰ BACZKO, Bronislaw. op. cit. pp. 305-307.

⁴²¹ ANSART, Pierre. op. cit., pp. 22-23.

suas particularidades”⁴²². É nesse contexto que podemos conectá-lo ao anti-imperialismo, elemento complicador de ideologias ou imaginários particulares.

É importante destacar que é através das simbologias que uma coletividade designa sua identidade — isso se dá porque é através dos imaginários que elas alcançam respostas a seus conflitos, divisões, violências, sejam elas reais ou potenciais⁴²³. É uma força reguladora, uma peça eficaz no controle da vida coletiva e que dá legitimidade ao poder em exercício. E é no centro do poder que se encontra o problema da legitimidade — qualquer sistema precisa se impor, como poderoso e legítimo. A legitimidade é então ponto chave para esta dissertação, já que ela constitui-se como o elemento de disputa entre os discursos e as simbologias. No caso do imaginário anti-imperialista, isso é fundamental, pois é nessa disputa que se funda a contra-legitimidade. A contra-legitimidade busca um poder fundado em uma legitimidade diferente daquela que se reclama a dominação estabelecida, um elemento essencial para pôr em causa um poder⁴²⁴. É justamente isso que os intelectuais latino-americanos apresentam no segundo capítulo. Recusando teorias estrangeiras, se opondo aos EUA e denunciando suas práticas imperialistas nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e militares, além de projetarem um novo futuro, utilizando símbolos como Ariel de Rodó, o índio em Haya de la Torre e Mariátegui e a união latina nos projetos identitários de Martí e Ugarte, temos uma disputa de legitimidade. Toda a tradição anti-imperialista latino-americana busca pôr em causa um poder, seja inicialmente da Inglaterra, seja em um momento posterior, contra os Estados Unidos. É essa construção de um discurso de contra-legitimidade que buscaremos traçar nas obras e trabalhos jornalísticos de Newton Carlos, dimensionando a quais simbologias e discursos ele se opõe.

Antes disso, apenas um ponto deve ser mencionado. Como dito já dito, os imaginários conseguem unir as experiências individuais ao coletivo, dando resposta às contradições de uma comunidade, de um mundo social. As relações de hierarquia e dominação ganham força e legitimidade quando atuam por meio de simbolismos. O controle simbólico se dá, portanto, pelos meios que os introduzem e pressionam um sistema de crenças de valores. Os intelectuais, por excelência, ganham destaque nesse momento. Porém, a partir do mundo moderno, com os meios de comunicação de massa (os quais Newton Carlos fez parte durante toda sua trajetória profissional), a relação entre informação e imaginação se estreita⁴²⁵. Como majoritariamente as fontes jornalísticas do presente trabalho se encontram n’*O Pasquim*, não

⁴²² BACZKO, Bronislaw. op. cit. p. 309.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ BACZKO, Bronislaw. op. cit. pp. 310-311.

⁴²⁵ Ibidem, p. 313.

podemos deixar de entender esse periódico como um agente social. Conforme aponta Hector Borrat, no mundo do *mass media*, o jornal é um ator posto em interação com outros atores que constroem o sistema social⁴²⁶. Entender a produção de Newton Carlos passa por sua trajetória profissional, e precisamos levar em conta que, assim como no campo dos intelectuais e na disputa entre imperialismo/anti-imperialismo, o conflito e a disputa são os pontos chaves nessa atuação do periódico como ator social⁴²⁷. Como já exposto no segundo capítulo, *O Pasquim*, por sua própria constituição e atuação, permitiu a Newton Carlos, através da sua independência, exercer a atuar na construção de um imaginário anti-imperialista. Portanto, é essa construção que deve ser analisada agora.

4.3 Newton Carlos e o Imperialismo

Antes de adentrarmos nessa construção de contra-legitimidade por parte do jornalista, questionando as táticas imperialistas estadunidenses em relação a América Latina, é preciso esclarecer uma questão. Em nenhum momento de suas produções, sejam elas os artigos n’*O Pasquim*, sejam em suas obras extra-redação, há uma definição ou delimitação exata do conceito de imperialismo por parte de Newton Carlos. Seu estilo de escrita, ácida, pessimista e crítica revela o alvo de suas análises, sem no entanto, dimensioná-lo taxativamente. Entretanto, levando em consideração toda a sua trajetória profissional, podemos elencar alguns pontos em que ele se ancora para caracterizar os Estados Unidos como o centro imperial a ser colocado em questão.

Levando em consideração os livros aqui discutidos, alguns exemplos podem ser mencionados e ajudam a elucidar o que o jornalista considera como práticas imperialistas. Já em 1965, escrevendo sobre a invasão por parte dos EUA (algo que por si só, mostra o caráter de denúncia nesse empreendimento), Newton Carlos levanta dois pontos basilares, que servirão para suas críticas no decorrer dos anos: a ingerência e o projeto de militarização orquestrados a partir de Washington. Em suas palavras, “para a América Latina, a estratégia em curso no Pentágono prevê o seguinte: 1. Os Estados Unidos se encarregam do problema geral da guerra fria; 2. as forças militares nacionais, treinadas e equipadas pelos norte-americanos, cuidam das subversões domésticas”⁴²⁸. A própria lógica de um anticomunismo primário a ser combatido gera essas questões — a ingerência não precisa

⁴²⁶ BORRAT, Hector. “El periódico, actor del sistema político”. In: **Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura**, N° 12, 1989, pp. 67-80, p. 67.

⁴²⁷ Ibidem, pp. 69-71.

⁴²⁸ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, p. 13.

ocorrer por meios externos, mas pelos próprios exércitos nacionais, imbuídos com esse discurso e treinados e armados no centro do império. A intromissão dos EUA em assuntos nacionais latinos continua sendo aprofundado — em 1968, relatando sobre o Peru revolucionário, nos expõe que o país:

Estará expondo-se com a abertura do processo de ‘peruanização’ dos bancos? É difícil sabê-lo. Os atritos com os Estados Unidos continuam em sua escalada. O regime peruano reagiu violentamente à proposta norte-americana para a criação de um Instituto de Fomento Pesqueiro integrado pelos Estados Unidos, Peru, Equador e Chile. A ideia foi denunciada como manobra para a infiltração de barcos estrangeiros nos férteis viveiros de peixes das águas, em peruanas⁴²⁹.

Como se nota, a confiança entre os governos do Peru e dos EUA é inexistente. As práticas de ingerência não necessitam ser diretas para serem denunciadas, pois o projeto de dominação por parte de Washington foi constante durante todo o século XX, e Newton Carlos expõe isso. Mais um exemplo pode ser dado sobre essa questão. Naquele que é seu livro mais analítico, seja pela distância temporal da análise, seja pelo refinamento da crítica em suas análises, o jornalista continua expondo e conectando esses dois elementos — ingerência e militarização andam lado a lado no imperialismo norte-americano. Além disso, mostra seu lado pessimista, mas também profundamente irônico:

A XIV Conferência dos Exércitos Americanos realizou-se em Fort McNair. Começava a Era Reagan. O clima lembrou o da reunião em 1969 em Fort Bragg, quando Nixon iniciava o seu primeiro mandato. Era como se o mundo fosse o mesmo de sempre. Os temas centrais não variavam. Os generais sempre encontravam o que discutir numa agenda que nunca mudava. Era preciso centralizar informações sobre agentes da subversão marxista⁴³⁰.

As justificativas para as ações recaem na questão da segurança. O marxismo, os subversivos, os agitadores foram incorporados ao discurso de toda a América Latina, com o intuito de combater o perigo vermelho. Os EUA aprofundaram essa dicotomia, exercendo sobre os países latino-americanos essa aura persecutória e necessidade de “agir em conjunto”, mas sempre atendendo aos interesses estadunidenses. Como jornalista, seus quase trinta anos como colaborador d’*O Pasquim* aprofundam e agudizam essas questões. Um artigo de 1970 ilustra muito bem como ele entende essa ingerência e essa militarização da política — além de apresentar outros pontos que serão discutidos nessa visão do imperialismo por ele. Segundo Newton Carlos:

Tem sucesso considerável na América Latina a ação de militares norte-americanos e da CIA em favor de regimes conservadores. Em 1961 o general Toranzo Montero foi informado em Buenos Aires que poderia contar com apoio para um golpe contra o

⁴²⁹ CARLOS, Newton. **Peru** – O Novo Nacionalismo Latino-Americano. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, p. 60.

⁴³⁰ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 74.

presidente Frondizi. Na mesma ocasião, o presidente Kennedy afirmava que seu governo iria procurar varrer as ditaduras do continente. Líderes das juntas que derrubaram regimes constitucionais do Equador, Guatemala, Honduras e República Dominicana receberam treinamento de oficiais norte-americanos e em bases norte-americanas. Num bar de San José, capital da Costa Rica, um homem gordo que atende pelo nome de coronel Robert se encontra regularmente com seus clientes. É o agente local da CIA encarregado de financiar o Movimento Costa Rica Livre, organização vinculada à oligarquia do café. Em todos esses países funcionários civis das embaixadas dos Estados Unidos procuram, ao mesmo tempo, estimular programas constitucionais reformistas. [...] Esse conjunto de reações é produzido por um complexo de “policiais do universo” que em relação ao continente, começou a manifestar-se há quase um século e meio⁴³¹.

Fica nítido essa concepção de um imperialismo norte-americano pautado nesses dois pontos. A relação entre golpes e militarismo fica latente em sua denúncia, além de apresentar um ponto importante que serve a uma discussão interessante — quando de fato o imperialismo estadunidense começou a ser sentido pelos latino-americanos. Utilizando-se dessa alegoria (um símbolo já operativo no compartilhamento de seu imaginário anti-imperialista) dos EUA como “policiais do universo”, fica subentendido por seu texto que Newton Carlos acredita que foi com a Doutrina Monroe que Washington efetivamente age com um centro imperial. E isso é reforçado no decorrer dos anos. Em 1976, em novo artigo, isso é reafirmado, quando liga as ações de Kissinger durante a Guerra Fria a uma continuidade da Doutrina⁴³². Em 1977 e 1983, a mesma conexão. Nas palavras do jornalista, “a Doutrina Monroe, a ‘América para os Americanos’, favoreceu a expansão comercial dos Estados Unidos, diz Allan Nevins em sua ‘História dos Estados Unidos [...], no final do século, os norte-americanos já se comportavam como um novo império”⁴³³. Analisando o governo de Reagan, aponta que “os poucos que se dão ao trabalho de ler as plataformas eleitorais do Partido Republicano, sabem que a Doutrina Monroe continua inscrita nessas plataformas com todas as letras”⁴³⁴.

Em 1985, coloca que “para os Estados Unidos, a Doutrina Monroe continua vigente. Eles a lançaram sozinhos, sem pedir a permissão de ninguém. E sozinhos insistem em continuar ditando regras. Em muitos casos à ponta de baioneta”⁴³⁵. Um último exemplo que pode ser dado se encontra em sua obra *Camelot*, já nos anos 1990. Mostrando a construção

⁴³¹ CARLOS, Newton. “América: Eles (They) estão na nossa”. In: **O Pasquim**, nº 44, 1970, pp. 30-31. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/913>>. Acesso: 10.jan.2023.

⁴³² CARLOS, Newton. “Qual, Kissinger?”. In: **O Pasquim**, nº 347, 1976, pp. 14-15. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/12256>>. Acesso: 10.jan.2023.

⁴³³ CARLOS, Newton. “Soberanias”. In: **O Pasquim**, nº 435, 1977, p. 11.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/15555>>. Acesso: 10.jan.2023.

⁴³⁴ CARLOS, Newton. “Destino Manifesto: dominar o mundo. Ou acabar com ele”. In: **O Pasquim**, nº 749, 1983, p. 7.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/27175>>. Acesso: 10.jan.2023.

⁴³⁵ CARLOS, Newton. “Contadora: a paz possível para a América”. In: **O Pasquim**, nº 839, 1985, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/29001>>. Acesso: 10.jan.2023.

das justificativas das intervenções estadunidenses na América Latina durante os anos oitenta, Newton Carlos nos coloca que “a Doutrina Monroe devia ser festejada, como se estivesse mais viva do que nunca. Agora, no século XXI, e talvez eternamente”⁴³⁶ — todas as ações imperialistas para com os latinos-americanos teriam, portanto, “Monroe como eterno inspirador”⁴³⁷. Fica claro, portanto, que na concepção de imperialismo do jornalista, a Doutrina Monroe tem um papel privilegiado e de destaque. Partindo dessa continuidade, conseguimos conectar a interpretação de Newton Carlos com outras conhecidas, como a de Eduardo Galeano, num fio longínquo que opera exatamente nesse *status* de mito trazido por Pinker e Rostica, numa verdade paradigmática que não se aprofunda em alguns elementos históricos essenciais.

É necessário que isso seja apontado, pois vê-se que seu discurso de denúncia ao imperialismo se ancora fortemente em uma doutrina que é, obviamente, muito importante, mas demonstra também um limite de análise histórica por parte de Newton Carlos. Como mostra Ricardo Antonio Souza Mendes, a Doutrina Monroe teve dois pressupostos quando lançada em 1823: o direito de liberdade e independência da América como um todo e; qualquer tentativa de recolonização da América Latina por parte da Europa seria encarada como uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos⁴³⁸. Alguns grupos interpretativos sobre esses acontecimentos colocam, portanto, a Monroe como marco inicial do imperialismo estadunidense, ainda nas primeiras décadas do século XIX — e o jornalista aqui estudado se enquadra como elemento que prioriza esse marco, como pudemos ver nas diversas citações aqui trazidas sobre a temática. No entanto, seguimos as ideias de Mendes com relação a isso. Para o autor, foi somente no final do século XIX que a Doutrina Monroe ganhou uma releitura com contornos imperialistas. Para ele, a doutrina foi avalizada pelas pretensões britânicas de impedir a retomada do colonialismo europeu de caráter mercantil na América Latina, sendo uma estratégia de defesa, não de expansão imperialista⁴³⁹.

O marco para essa prática dos Estados Unidos é o Destino Manifesto, que prega a primazia do país pautado em sua predestinação que deve ser expandida ao mundo todo. Newton Carlos não deixa de reconhecer o papel do Destino Manifesto, mas coloca como origem dos problemas, incontestavelmente, a Doutrina Monroe e sua condição ahistórica, ou seja, sua perpetuação no presente, e também no futuro, demonstrando sua visão pessimista.

⁴³⁶ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 126.

⁴³⁷ Ibidem, p. 129.

⁴³⁸ MENDES, Ricardo Antonio Souza. “América Latina - Interpretações da Origem do Imperialismo Norte-Americano”. In: **Proj. História**, São Paulo, (31), p. 167-188, dez. 2005, p. 168.

⁴³⁹ Ibidem, p. 185.

Portanto, através desses dois pontos de sustentação da interpretação do jornalista sobre o imperialismo, a ingerência e o militarismo, pudemos demonstrar em que momento o discurso de contra-legitimidade dele se inicia — na Doutrina Monroe, e isso será de grande importância quando analisarmos de fato seu imaginário anti-imperialista.

Voltando aos elementos que sustentam as análises de Newton Carlos, um terceiro ponto apresentado nessas produções intelectuais do jornalista de maneira acentuada é a exploração econômica, com uma dupla abordagem: a necessidade de matérias-primas por parte de Washington e os interesses das multinacionais presentes na América Latina. Essa questão é muito discutida, tanto na produção extra-redação, quanto em seus artigos de opinião n’*O Pasquim*. Explicando a ditadura de Trujillo na República Dominicana, Newton Carlos expõe uma visão muito parecida com a dos anti-imperialistas peruanos abordados no segundo capítulo: Haya de la Torre e Mariátegui. Os dois acreditavam que a junção das altas elites nacionais com o capital estrangeiro era uma política intrinsecamente imperialista, que levava a riqueza latina para manter o desenvolvimento do centro imperial. Mesmo sem caracterizar da mesma maneira ou discorrer de forma pormenorizada sobre esse assunto, o jornalista carioca explica:

Era fácil de explicar essa intimidade, esses abraços e essa proteção. Para os Estados Unidos, Trujillo representava garantia de ordem numa região onde os interesses norte-americanos só viam obstáculos à sua expansão na instabilidade política. E Trujillo não era apenas um instrumento de ordem. Era também um sócio. Até o suspiro final da ditadura, o que não pertencia a Trujillo ou seus familiares, na República Dominicana, estava sob o controle de capitais norte-americanos. O ditador monopolizava o mercado interno de açúcar, principal produto do país. As empresas norte-americanas (*Ozama Sugar*, *West Indies Sugar*, *South Porto Rico Sugar* e outras) dominavam as exportações. Em muitos casos, o ditador se associava a capitais norte-americanos, como na *Ferreteria Read* e na *Caribbean Motors*, ambas absolutas no mercado de ferro e de veículos⁴⁴⁰.

A percepção de Newton Carlos é clara. Os interesses privados de agentes e multinacionais estadunidenses se mesclam com os interesses das elites locais, elites essas que agem em conluio com os interesses do centro imperial. Quando analisa a Revolução Peruana, extrapola sua visão para toda a América Latina, pois ela “vem exportando capitais para os Estados Unidos. A imensa legião de miseráveis latino-americanos vem financiando o desenvolvimento norte-americano”⁴⁴¹. Nota-se aqui a semelhança de discursos com os autores utilizados para explicar o imperialismo estadunidense no segundo capítulo, principalmente Rodrigo Quesada Monge e Atílio Boron. A financeirização como elemento constituinte desse

⁴⁴⁰ CARLOS, Newton. **São Domingos**: A Guerra da América Latina. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, pp. 26-27.

⁴⁴¹ CARLOS, Newton. **Peru** – O Novo Nacionalismo Latino-Americano. Lia, Editor: Rio de Janeiro, 1969, p. 60.

novo imperialismo é algo que não passa despercebido para Newton Carlos. Além disso, como mostrado no primeiro capítulo, a preocupação com a imensa desigualdade gerada por essa condição faz parte daquilo que entendemos como a responsabilidade do intelectual. Sua denúncia no plano discursivo não se furta de apontar que para o ganho dos EUA, uma legião de miseráveis paga a conta.

Assim como a ingerência e o militarismo, essa questão econômica foi uma constante nas análises. Em *Camelot*, o jornalista utiliza uma simbologia muito forte para categorizar o imperialismo norte-americano. Falando sobre as multinacionais e o seu papel para o desenvolvimento da América Latina (na concepção dos políticos, empresários e intelectuais estadunidenses), Newton Carlos se utiliza da própria ideia de prosperidade e escolha divina que guiam os EUA. Falando sobre Michael Novak e suas ideias de capitalismo e democracia, ele expõe que:

O profeta Isaías falava em seu livro de Deus como um homem desprezado e curtido na dor, lembrava Novak. São palavras que se aplicam à empresa moderna. Ela é extremamente desprezada na encarnação de Deus neste mundo. A opção não devia ser pelos pobres, mas pelas empresas multinacionais, comparadas a Deus. Teologia da corporação, título de um artigo de Novak, e não da libertação. As multinacionais encontravam o seu Isaías. Wall Street no lugar de Jerusalém⁴⁴².

Aqui podemos perceber como a construção do imperialismo norte-americano se mune de aparatos simbólicos para justificar suas ações. Denunciando essa faceta egoísta das multinacionais dos EUA, Newton Carlos, paralelamente, nos mostra como concepções religiosas e intelectuais buscam atuar para dar legitimidade às práticas de Washington. Isso é um ponto interessante a se notar, já que está na base de seu discurso de contra-legitimidade. Porém, é necessário ainda explorar uma das facetas mencionadas neste terceiro eixo construído pelo jornalista — a questão das matérias-primas. E isso tem muito mais impacto e espaço em seus artigos jornalísticos. Em 1975, tendo como alvo a atuação de Kissinger, coloca que “ninguém deve brincar com a dependência dos Estados Unidos de fontes externas de matérias-primas”⁴⁴³. No mesmo artigo, liga essa questão com as multinacionais — já que elas são exatamente as maiores interessadas em um acesso aberto a esses produtos.

Em outra análise, a conexão entre esses pontos apresentados pelo jornalista se faz presente de forma simples, mas de maneira alguma simplória. Militarização, ingerência, multinacionais e matérias-primas estão devidamente resumidas em um pequeno artigo, que denuncia a compra de sangue no Haiti por uma gigante da indústria farmacêutica

⁴⁴² CARLOS, Newton. *Camelot*, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 125.

⁴⁴³ CARLOS, Newton. “Kissinger vem aí”. In: *O Pasquim*, nº 296, 1975, p. 19.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9951>>. Acesso: 11.jan.2023.

norte-americana⁴⁴⁴. Novos mecanismos de pesquisa e defesa são desenvolvidos para garantir acesso irrestrito às matérias-primas, assim como uma garantia de segurança dos interesses nacionais dos EUA. A garantia de recursos naturais pela ação violenta é denunciada em uma simples frase, carregada de simbologia — “certamente para depois chupá-los, do mesmo modo como é chupado até sangue”⁴⁴⁵. A tentativa de parecer um modelo a ser seguido tenta esconder essa faceta “que chupa” as riquezas latinas, mas não consegue. O próprio aparato estatal, na figura de seus governantes e diplomatas revelam essa faceta imperialista. Utilizando o exemplo de John Irwin, membro da diplomacia estadunidense durante a Guerra Fria, o objetivo se revela, pois seu pensamento vai na direção de que “as exigências cada vez maiores de matérias-primas e recursos energéticos obrigam os desenvolvidos a intensificarem suas atividades junto aos desenvolvidos”⁴⁴⁶ — ou seja, mais do que nunca, essa era uma questão da política externa e também de segurança nacional.

Como se nota, apesar das ênfases dadas neste trabalho, separadas em ingerência, militarismo e economia na obra de Newton Carlos, esses fatores se interligam nas explicações e denúncias do jornalista sobre a geopolítica de seu tempo. Esses pontos entram em consonância com as perspectivas expostas no segundo capítulo, que colocam o imperialismo estadunidense como um momento de aprofundamento das relações de violência política, e não a ausência de relações assimétricas entre centro/periferia. Mesmo sem uma definição exata ou pormenorizada, através da sua atuação profissional, o jornalista consegue captar e transmitir aos seus leitores a dinâmica imperialista, unindo fatores que autores como Lênin, Hobsbawm, Boron e Wood elaboram em suas obras. Porém, há ainda mais um ponto a ser mencionado. Apesar de ser o que menos aparece, ele não deixa de estar presente no pensamento de Newton Carlos principalmente nos seus artigos jornalísticos — que é a questão do imperialismo cultural — muito ligado ao processo de dominação por grandes monopólios nos setores de informação e entretenimento, além das denúncias realizadas por ele no âmbito educacional.

⁴⁴⁴ Esse caso está ligado a Joseph B. Gorinstein, então presidente da empresa *Hemo Caribbean*. Já em 1972, o *Washington Post* denunciou a atuação da multinacional no Haiti, já que muitos haitianos pereceram devido às constantes vendas de sangue, resultando em anemias extremas. Segundo o jornal *Opinião*, do Rio de Janeiro, Gorinstein entrou em acordo diretamente com François Duvalier, o Papa Doc, para possuir o monopólio da retirada da matéria-prima. Além disso, também em 1972, o *New York Times* denuncia que a empresa tinha amplas relações com Luckner Cambronne, segundo em comando no Haiti.

Ver: <<http://memoria.bn.br/DocReader/123307/3279>>. Acesso: 08.mar.2023

<<https://www.nytimes.com/1972/01/28/archives/impoverished-haitians-sell-plasma-for-use-in-the-us.html>>. Acesso: 08.mar.2023.

⁴⁴⁵ CARLOS, Newton. “O Vampiro das Caraíbas”. In: **O Pasquim**, nº 307, 1975, p. 23.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/10275>>. Acesso: 11.jan.2023.

⁴⁴⁶ CARLOS, Newton. “Já não se fazem mais máquinas do tempo como antigamente”. In: **O Pasquim**, nº 220, 1973, p. 20.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/7264>>. Acesso: 11.jan.2023.

Temos alguns exemplos em suas reportagens n’*O Pasquim*. Já em 1970, sua atenção está voltada ao Plano CAVISAT⁴⁴⁷. Para Newton Carlos, “mudam os tempos e novos estilos vão se incorporando a velhos chavões. O plano CAVISAT, por exemplo: educação por televisão via satélite para os países latino-americanos. Tudo é feito em centros norte-americanos”⁴⁴⁸. Essa denúncia é seguida pela reação negativa de vários países do Cone Sul e do Caribe — além de colocar que essa invasão cultural, contra as soberanias dos países latinos é um novo padrão da década de 1970. Essa questão não foi esquecida — mesmo que a grande maioria dos artigos do jornalista se enfoque nos três pontos acima mencionados. Em 1973, coloca que nessa nova onda tecnológica, puxada pela televisão sinais de satélite, surgiu um novo neologismo: nações-receptoras. Suas questões sobre isso são assertivas: “como serão tratadas com o desenvolvimento da televisão intercontinental? Com novelas lacrimejantes? *Jingles* comerciais? Ou propaganda política?”. Ainda, citando o sociólogo e crítico de mídia Herbert Schiller, termina dizendo que “o imperialismo cultural via satélite idealiza a imagem da classe média dos Estados Unidos para um povo, o latino-americano, cujas necessidades, expectativas e culturas são muito diferentes”⁴⁴⁹. A preocupação com esses projetos de uma “nova era” são latentes, e apoiando-se em intelectuais do próprio centro do império, questiona e leva ao seu público essa que é, acima de tudo, uma preocupação com a soberania da América Latina.

Todas essas reflexões se expandem e atingem maturidade, ligando a dominação cultural com a soberania e também com hábitos de consumo. Em 1974, expõe que “saem dos Estados Unidos todos os anos, exportados por 161 empresas especializadas, entre 100 mil e 200 mil horas de ‘enlatados’ de televisão”⁴⁵⁰. Essa preocupação com o que se passa para o continente latino-americano transborda para a questão das multinacionais, apontada acima como um dos eixos da visão sobre o imperialismo dos EUA. Para ele, toda essa exportação de “enlatados” favorece as grandes empresas, que se pautam em campanhas de marketing cada vez mais especializadas e transmitidas de forma indireta, em programações passadas sem um devido senso crítico. Citando um estudo da ONU sobre o caso, deixa claro que concorda com seu resultado, que é “que os governos devem considerar a possibilidade de controle sobre a publicidade, para evitar que o consumidor seja induzido ao erro”. A responsabilidade da

⁴⁴⁷ Projeto educacional de um centro audiovisual via satélite, pautado pelos Estados Unidos para a padronização da educação americana, tendo a América Latina como espaço primordial de atuação.

⁴⁴⁸ CARLOS, Newton. “América: Eles (They) estão na nossa”. In: *O Pasquim*, nº 44, 1970, pp. 30-31. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/913>>. Acesso: 10.jan.2023.

⁴⁴⁹ CARLOS, Newton. “Nossos comerciais, por favor”. In: *O Pasquim*, nº 188, 1973, p. 19. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/5807>>. Acesso: 11.jan.2023.

⁴⁵⁰ CARLOS, Newton. “E tome kung fu”. In: *O Pasquim*, nº 281, 1974, p. 20. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9532>>. Acesso: 12.jan.2023.

soberania deve ser do estado, em um combate a importações acrílicas de um modelo de vida que busca dominar a América Latina. A cultura, portanto, não deve ser deixada de lado quando se pensa nas considerações de Newton Carlos sobre o imperialismo.

Há um último exemplo a ser dado sobre essa conexão entre cultura e imperialismo. Em 1975, em um artigo profundamente crítico e pessimista, analisa quais são os fundamentos e o papel principal da imprensa. Em teoria, a livre circulação de notícias seria a base elementar de uma comunicação comprometida com a verdade — sendo a notícia o próprio cerne do interesse do mercado de mídia. No entanto, usando o exemplo colombiano, mostra a fusão de interesses de empresas de periódicos, políticos e multinacionais. Em resumo, sua conclusão imbrica economia, política e cultura, para mostrar como o imperialismo atua em todas as áreas. Em suas palavras, diz que:

Por isto ocupam jornais, como providência indispensável. É uma cadeia com as seguintes combinações: concentração de poder econômico, concentração de informação e concentração de poder político. Já não cabem ilações românticas num jornalismo cada vez mais submetido a um mundo de multinacionais. ‘*That’s the press baby*’, diz Humphrey Bogart olhando um filme para rotativas que imprimiam esmagando injustiças, corrupção e opressão⁴⁵¹.

A ligação entre interesses econômicos e a produção da informação é latente. Como diz Hector Borat, um periódico como ator social tem sua atuação pública definida por diversas atuações não públicas, decorrentes do seu processo de produção⁴⁵². Newton Carlos se coloca como um ativo denunciante desse imperialismo, pautado na cultura, e como ele se interrelaciona com outros campos sociais. Com isso, podemos colocar o jornalista como alguém que se opôs à dominação dos meios de comunicação na América Latina. Luis Ramiro Beltrán e Elizabeth Fox de Cardona sintetizam essa questão. Para os autores, a partir dos anos de 1970 (época em que Newton Carlos escreve), o campo da comunicação se torna um espaço de disputas globais. Para os autores, a América Latina foi submetida, nesse período, à dominação cultural estadunidense, pois não há equilíbrio no fluxo de informações entre os países⁴⁵³. Newton Carlos, em seus artigos n’*O Pasquim*, mostra isso muito bem.

Além disso, Newton Carlos se aproxima muito da análise desses dois autores no que concerne a situação da América Latina e a relação entre meios econômicos e meios culturais para a dominação. Para Beltrán e Fox, o que está em curso é um projeto de neocolonialismo, que não necessita da dominação política direta, pois há novos instrumentos para atingir esse

⁴⁵¹ CARLOS, Newton. “Águas Turvas”. In: **O Pasquim**, nº 303, 1975, p. 20.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/10160>>. Acesso: 12.jan.2023.

⁴⁵² BORAT, Hector. op. cit., p. 68.

⁴⁵³ RAMIRO BELTRÁN, Luis; FOX DE CARDONA, Elizabeth. **Comunicação Dominada** — Os Estados Unidos e os meios de Comunicação da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 19.

objetivo — algo que o jornalista aqui estudado concorda, visto as citações trazidas sobre o assunto. Além disso, a conexão entre poder econômico, poder político e poder cultural (traduzido aqui na forma de informação e comunicação) é um viés que tanto os teóricos da comunicação, quanto o jornalista, enxergam. Para os primeiros, a questão econômica é a mais latente, com a América Latina sendo apenas um grande exportador de matérias-primas e se mantendo sempre em um déficit crônico. Newton Carlos expõe isso muito bem, como demonstrado em suas obras intelectuais e em seus artigos jornalísticos. Na questão política, a unilateralidade das ações dos EUA afetam diversas outras partes do mundo — sendo a porção latino-americana do continente a privilegiada nas análises aqui construídas.

No que concerne a questão cultural, Beltrán e Fox apontam que o imperialismo se impõe sobre os países periféricos em detrimento da integridade cultural destes⁴⁵⁴. O instrumento privilegiado para isso são os meios de comunicação de massas, como os jornais e a televisão, espaços prioritários na análise de Newton Carlos sobre o funcionamento das práticas perpetradas pelos Estados Unidos. Para ele, “este é o x do problema: o controle da informação a nível internacional. O grau desse controle, na América Latina, surge num estudo venezuelano: 85 por cento da circulação de notícias sendo manejadas por duas agências dos Estados Unidos, a AP (*Agence Presse*) e a UPI (*United Press International*)”⁴⁵⁵. As conclusões são semelhantes, assim como todo o eixo ordenador da análise realizada. Não é exagero dizer, portanto, que através de suas coberturas, Newton Carlos conseguiu demonstrar que através da comunicação, os Estados Unidos exerceram (e ainda exercem) uma esmagadora influência cultural sobre os latino-americanos, em uma política de dominação .

Temos, portanto, que ingerência, militarismo, economia e dominação cultural são os alicerces em que se apoia a visão do imperialismo por parte de Newton Carlos, e no decorrer de toda sua produção, suas análises se aprofundam e se complementam. Esses alicerces não são trabalhados de forma única e exclusiva, e não raramente, seus componentes se entrecruzam para formar a concepção do jornalista. Isso é muito interessante. Como mostra Ricardo Antonio Souza Mendes, no decorrer do tempo, quatro grandes perspectivas surgiram para explicar o imperialismo estadunidense: a cultural, a político-estratégica, a econômica e uma quarta, que busca reunir e combinar os aspectos presentes nessas três anteriores⁴⁵⁶. A cultural traz em um conjunto de crenças e valores a explicação para as ações dos EUA. A político-estratégica leva em conta as condições do final do século XIX, em um contexto de

⁴⁵⁴ RAMIRO BELTRÁN, Luis; FOX DE CARDONA, Elizabeth. op. cit. pp. 26-28.

⁴⁵⁵ CARLOS, Newton. “Informação e CO.”. In: **O Pasquim**, nº 388, 1976, p. 26.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/14002>>. Acesso: 12.jan.2023.

⁴⁵⁶ MENDES, Ricardo Antonio Souza. op. cit. pp. 170-173.

embate com o imperialismo europeu, mostrando a fluidez da política interna norte-americana e como seu imperialismo foi uma reação às ameaças externas. A explicação econômica, a mais utilizada no meio acadêmico, vem para mostrar que o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho é de um produtor de mão-de-obra barata e um eterno fornecedor de matérias-primas. Trabalhos como de Boron e Quesada Monge se encontram nessa perspectiva.

No entanto, para este trabalho, consideramos que as concepções de Newton Carlos se enquadram no que Mendes chama de perspectiva combinada, principalmente no que concerne a cultura, a política e a economia. As análises do jornalista dificilmente tocam na relação política Estados Unidos/Europa — e quando a menciona, fica nítido que considera a unilateralidade das ações de Washington como a tônica da geopolítica de seu tempo. Mas como visto, na visão do jornalista, há a presença dos imperativos econômicos, aliado a uma tentativa de dominação cultural com manobras políticas que favorecem unicamente o centro imperial. É interessante notar que Mendes cita Geoffrey Barraclough para elucidar essa interconexão entre diversos aspectos que agem de forma dialética para fortalecer a atuação dos Estados Unidos e consolidar sua atuação imperialista. Isso porque Newton Carlos também cita o historiador inglês, tanto em suas produções jornalísticas, quanto em suas obras intelectuais — o que fortalece essa noção de um imperialismo pautado em diferentes alicerces.

Com isso, temos de forma inicial as visões que o jornalista traz sobre as ações dos Estados Unidos em relação a América Latina durante a Guerra Fria. É hora, portanto, de aprofundar a construção desse discurso de contra-legitimidade, que compartilha de um imaginário anti-imperialista.

4.4 Modernização e Estabilidade: as bases as quais Newton Carlos se interpõe

Tente imaginar a imagem de um ditador "inconceivelmente velho" que fica só num palácio cheio de vacas. O livro "O Outono do Patriarca" não é simples produto da imaginação do colombiano García Márquez, autor de "Cem Anos de Solidão". Por que vacas? "Os ditadores latino-americanos" são feudais, diz o escritor. "São ditadores agropecuários". Diante do palácio, em mar aberto, encouraçados modernos misturam-se às caravelas de Cristóvão Colombo. Não importa a ordem cronológica. Importa o fato de que tudo isso foi história. Cristóvão Colombo bateu em São Domingos na chegada ao "novo mundo". Outras incursões marcaram esse mar que o generalíssimo Rafael Leonidas Trujillo, ditador dominicano, admirou de palácio durante 32 anos. E o poder de Trujillo projetou-se na incorporação aos seus bens da maior fazenda do país e no exercício do monopólio da produção e venda de leite. Mesmo os lances fantásticos do livro não são de todo vãos surrealistas⁴⁵⁷.

⁴⁵⁷ CARLOS, Newton. "Los Feudales". In: **O Pasquim**, nº 96, 1971, p. 18.
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/2622>>. Acesso: 13.jan.2023.

Mas também é certo que o modelo econômico chileno, responsável por crescente marginalização social, não anda atrás de nenhuma justiça. E assim por diante. A “nova América Latina” tem lição clara: por mais que o bolo cresça, quem está com a mão na massa não tem a menor intenção de reparti-lo. Se alguém insistir, lembrar o que disse o professor, leva cacete⁴⁵⁸.

Os dois trechos acima destacam a utilização de simbologias para denunciar o imperialismo dos Estados Unidos. A ligação entre Trujillo, ditador na República Dominicana por mais de três décadas, com personagens de Gabriel García Márquez não é mera coincidência. Assim como também não é coincidência a visão de uma América Latina dominada por senhores feudais — Haya de la Torre e Mariátegui tinham visões bem parecidas com essa, o que traz uma dimensão de dominação e subordinação dos povos latinos, vivendo em uma estrutura inescapável de opressão. A literatura vem para confirmar essa realidade, e mesmo os escritos “mais surrealistas”, como diz Newton Carlos, encontram inspiração nessa realidade em que “senhores feudais” comandam as riquezas do continente. Mesmo o primeiro excerto não fazendo referência direta aos EUA, todo o decorrer da dissertação comprova que para o jornalista, a ligação entre a oligarquia *trujillista* e o governo de Washington é algo inequívoco. Em suas palavras, “como garantia da ordem, era necessário preservar o ditador, o que foi feito por mais de 30 anos. Trujillo caiu em desgraça quando se tornou um elemento de perturbação da ordem estabelecida”⁴⁵⁹. Ordem essa favorável, claro, aos EUA.

Já o segundo tem como alvo principal as experiências neoliberais no Chile, e como isso somente tem aprofundado a exploração econômica no país, e em termos gerais, na América Latina como um todo. Mas sua denúncia não traz números, dados ou especialistas para dar a dimensão desse tipo de conduta. Traz um símbolo: um bolo. Esse bolo representa toda a riqueza gerada e produzida pelos chilenos — e que de forma alguma pode ser considerada como irrisória. Mas ao mesmo tempo em que esse bolo cresce, poucos são aqueles que recebem uma fatia. A utilização dessa simbologia quer ilustrar algo que Newton Carlos denunciou por toda a sua carreira: que por mais que a produção latino-americana seja excepcional, a grande desigualdade, a pobreza e a miséria continuam — setores específicos se beneficiam disso, sendo, em análise última, a oligarquia nacional no poder e as grandes multinacionais presentes no país. Impossível não relacionar com a frase de Galeano de que “tudo se acumula nos distantes centros do poder”⁴⁶⁰. E não para por aí. A própria reivindicação popular é pautada nessas poucas frases do jornalista brasileiro — e o *modus*

⁴⁵⁸ CARLOS, Newton. “O Bolo”. In: **O Pasquim**, nº 410, 1977, p. 27.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/14739>>. Acesso: 13.jan.2023.

⁴⁵⁹ CARLOS, Newton. **São Domingos: A Guerra da América Latina**. José Alvaro, Editor: Rio de Janeiro, 1965, pp. 27.

⁴⁶⁰ GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021, p. 18.

operandi do império estadunidense se apresenta de forma ácida. O “leva cacete” é nada mais do que a representação da violência com que os EUA agem quando são contrariados. A queda de Trujillo e a invasão de São Domingos passam por isso também. A liberdade econômica, traduzida em lucros para poucos, se conecta basicamente em outro pensamento de Galeano: “quanto mais liberdade se concede aos negócios, mais cárceres precisam ser construídos para aqueles que padecem com os negócios”⁴⁶¹. Esses pensamentos similares mostram a tradição anti-imperialista latino-americana em que Newton Carlos estava inserido, além de realmente se comportarem como o mito trazido por Pinker e Rostica. A verdade paradigmática se encontra na eterna exploração do povo, na defesa dos interesses privados e de uma elite tacanha, com a utilização da violência sendo o aspecto que garante a manutenção dessa ordem imperialista, denunciada no trabalho jornalístico e em suas obras extra-redação.

Portanto, depois de visto como o jornalista compreende o imperialismo estadunidense, e depois dessa pequena amostra das simbologias utilizadas por ele, é possível agora entender como o seu discurso coloca em causa as ações dos Estados Unidos em relação à América Latina. Como foi trazido com Baczko, um discurso de contra-legitimidade é aquele que questiona o poder vigente, buscando uma nova legitimidade, ancorado em diferentes simbologias que permitam consolidar a visão crítica de um novo poder. Aliando essa perspectiva com a noção do anti-imperialismo como complicador de imaginários particulares, podemos elucidar como Newton Carlos compartilha de um imaginário anti-imperialista. Para isso, precisamos entender quais ações ele coloca em causa e para quem o seu discurso está voltado, e quais são as simbologias em que ele se apoia para contestar esse discurso imperialista.

Portanto, o jornalista enxerga o imperialismo dos Estados Unidos como uma interconexão de fatores, com economia, cultura e decisões políticas-militares unilaterais como eixo dessa visão. Mais a fundo, podemos conectar todas essas dimensões com a questão da violência global, explorada no primeiro capítulo no âmbito da responsabilidade intelectual. Mas é preciso focar em elementos específicos, muito utilizados por Newton Carlos em suas análises. Por ter uma produção volumosa, além dos livros lançados, a dificuldade em selecionar tais elementos se faz presente. Entretanto, alguns possuem mais destaques que outros, e é justamente nesses que se cria a possibilidade de desdobramento e investigação.

Uma coisa é certa: o papel de *scholars* estadunidenses na construção das justificativas das ações dos EUA pelo mundo durante a Guerra Fria tem muita relevância para a compreensão das críticas de Newton Carlos. Esses intelectuais, que o jornalista prefere

⁴⁶¹ Ibidem, p. 17.

denominar de tecnocratas, são os responsáveis por construir um arcabouço teórico que além de justificarem, tentam dar um tom de benevolência para as práticas de Washington. Suas críticas partem principalmente das análises e ações desses tecnocratas, que estão em constante engajamento a favor da manutenção do imperialismo. Alguns deles já foram citados, como Samuel Huntington, John Irvin, Henry Kissinger, Robert McNamara e Zbigniew Brzezinski. Outros nomes aparecem constantemente em suas produções, como Richard Bissell, Franklin Mark Osanka, Nelson Rockefeller, Elliott Abrams e Jeane Kirkpatrick. Todos eles, além de ativos acadêmicos, receberam em algum momento entre 1965-1991, cargos diplomáticos e/ou de segurança, e que buscaram construir elementos que legitimassem o poderio dos EUA, além da tentativa de explicar o atraso latino-americano, oferecendo práticas modernizadoras que alavancaram os países da região, sendo sempre guiados pelo vizinho do norte.

É diante desses tecnocratas que o discurso de Newton Carlos se coloca. Mais especificamente, coloca em causa seus discursos que tentam mascarar a faceta exploratória dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Obviamente, figuras políticas proeminentes, como os presidentes estadunidenses também entram como elementos a serem criticados, mas mais por ocuparem tal cargo do que pela construção de argumentos ou justificativas. É assim com Johnson, Kennedy, Carter e Reagan — esse último, o mais visado pelo jornalista.

Com isso, algumas das ideias e construções desses intelectuais norte-americanos serão expostas, não com a intenção de aprofundá-las ou explicá-las de forma detida — afinal, o objeto aqui presente é o imaginário anti-imperialista compartilhado por Newton Carlos. No entanto, compreender o que ele coloca em questão em busca de uma nova legitimidade é necessário para entender o porquê seu discurso se utiliza dos símbolos escolhidos por ele, já que como evidenciado, o imaginário é uma área de disputas e aspirações. E somente é possível compreender seu discurso de contra-legitimidade se analisarmos a construção desses tecnocratas, justificando academicamente, culturalmente e socialmente as práticas imperialistas dos EUA em relação à América Latina.

Mas primeiramente, um ponto a ser ressaltado sobre isso é que mesmo que Newton Carlos tenha como alvo esses *scholars* que atuaram principalmente durante a Guerra Fria, é possível agudizar o olhar e entender que o seu anti-imperialismo segue uma tradição de embates constantes com a visão dos EUA sobre os latino-americanos. Muitos dos pensamentos oriundos desse período são desdobramentos de mais de um século de preconceito em relação à América Latina. Quem salienta isso de maneira muito elucidativa são dois autores que tentam compreender a política norte-americana no decorrer do tempo. São eles o cientista político estadunidense Lars Schoultz e o também cientista político

brasileiro João Feres Júnior. Os dois analisam uma longa série de pensamentos, práticas e políticas internas e externas dos EUA, buscando entender como se dá a construção da política imperialista, no caso do primeiro, e como a visão negativa dos latinos-americanos foi gestada, no caso do segundo.

Schoultz busca, então, traçar uma explicação do imperialismo a partir da questão cultural, conforme explana Mendes em sua tipologia sobre os estudos sobre o assunto. Para o autor, a construção das políticas estadunidenses em relação à América Latina vem carregada de um *mindset* negativo que tem seu início com John Quincy Adams, ainda na década de 1820. A cristalização desse preconceito opõe América do Norte e os latinos, em categorias que demonstram a superioridade da primeira: enquanto os EUA são civilizados, possuem uma tradição protestante de origem anglo-saxã e notadamente, brancos, a América Latina vem do catolicismo corrupto, com um mestiçagem inegável com índios e negros, além da irracionalidade e do subsenvolvimento econômico dados como traços naturais dessas sociedades⁴⁶². Como se pode ver, essa interpretação é semelhante a que Pinker e Rostica dão ao anti-imperialismo — a estrutura de longa duração está presente em ambas as análises. Contudo, enquanto Schoultz coloca o preconceito como elemento central para as construções das visões norte-americanas, as autoras utilizam a categoria de mito, buscando exatamente a contestação dessa negatividade cristalizada através das inúmeras tradições anti-imperialistas.

Voltando a Schoultz, é importante ter em mente que algumas questões levantadas por ele continuam nas visões presentes nos *scholars* criticados por Newton Carlos. Ainda por volta dos anos de 1850, o Estado norte-americano já encarava a América Latina como “uma região economicamente subdesenvolvida e politicamente instável. E a explicação proposta para estas condições desafortunadas era de que os latino-americanos, herdeiros da civilização espanhola, eram irracionais e com frequência incontrolavelmente violentos”⁴⁶³. Mais de cem anos depois, Thomas C. Mann, embaixador de Johnson no México, pontua que “esses latino-americanos só entendem a linguagem da força”⁴⁶⁴. Os tempos mudam, mas a estrutura cristalizada apontada por Schoultz se escancara.

Além disso, outros pontos que dão corpo a esse *mindset* de longa duração, na visão do cientista político norte-americano, ainda no século XIX, aparecem também em defesas dos tecnocratas em pleno período da Guerra Fria. Segurança e paternalismo são os exemplos mais palpáveis. O ponto da segurança com certeza é o mais utilizado no decorrer de toda essa

⁴⁶² SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos** — Poder e Submissão. Uma História Política Norte-Americana em Relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

⁴⁶³ Ibidem, p. 96.

⁴⁶⁴ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 29.

tradição. Expansão ou não expansão, ganhos econômicos, simbologia em se ter a América Latina como aliado incondicional — tudo isso é englobado pela segurança nacional estadunidense. Como bem mostra Schoultz, as relações políticas internas e externas dos EUA entram em conflito para assumir de fato uma postura imperial. O uso da força como instrumento da política externa só começou a ser necessária quando a dominação comercial do continente se tornou de fato uma necessidade urgente, e a partir disso, internamente, a visão de excepcionalismo e autodeterminação teve que ser modificada. Mas essa modificação veio com a instauração dessa visão paternalista, com a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto sendo muito utilizados para justificar ações de ingerências diretas ou indiretas⁴⁶⁵ a partir do final do século XIX. Não admira, portanto, a tamanha relevância que Newton Carlos dá a Doutrina Monroe em suas análises, já que como diz Schoultz, há um “extraordinário poder de permanência da Doutrina Monroe”⁴⁶⁶, justamente por ser um símbolo tão potente e legitimador, com sua ideia de América para os Americanos. E também não admira que essas ideias encontrem espaço no século XX. Já nos anos de 1980, Newton Carlos coloca que:

Não há presidente norte-americano que não diga que a Doutrina Monroe continua vigente. Por que vigente se a Europa acabou como ameaça colonialista? Os ingleses, coitados, não aparecem mais nem com seus navios, a outrora orgulhosa *Home Fleet*. As ameaças partem de um novo império, respondem os norte-americanos. A União Soviética é o novo império que nos ameaça, fazendo que continue sendo necessária a proteção dos Estados Unidos. A América é “para americanos”⁴⁶⁷.

Não há dúvidas quanto a vigência deste *mindset* negativo. Segurança, economia, paternalismo, tudo isso está presente em análises que rebaixam os latino-americanos, o que por si só justifica as intervenções estadunidenses no decorrer do tempo. E como visto, Newton Carlos identifica isso, mesmo que não seja seu objetivo traçar uma história imperial norte-americana, mas em caso último, denunciá-lo. Não é nosso intuito trazer todas as concepções formuladas por Schoultz, mas suas análises são importantes no sentido de delinear a genealogia dos pensamentos aos quais o jornalista brasileiro se interpõe. Como visto, a análise de longa duração do estadunidense começa no início do século XIX e se estende, mostrando os debates internos da política norte-americana e como suas ações e atuações mudaram externamente em uma prática imperialista, mas com um fundo cultural de rebaixamento latino-americano sempre pautando o debate público, político e institucional.

⁴⁶⁵ SCHOULTZ, Lars. op. cit. pp. 108-111.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 407.

⁴⁶⁷ CARLOS, Newton. “O Quisto Colonial”. In: **O Pasquim**, nº 906, 1986, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/30602>>. Acesso: 14.jan.2023.

Alguns últimos pontos de Schoultz podem ser levantados, agora com o intuito de aproximar sua visão com as interpretações de Newton Carlos. O estadunidense traz suas análises até o século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial e engloba as estratégias utilizadas pelos EUA durante a Guerra Fria, ou seja, é exatamente o espaço temporal privilegiado nesta dissertação. Para Schoultz, a luta contra o comunismo é o cerne das ações imperialistas dos EUA entre 1950 e 1980 — algo que Newton Carlos chama de anticomunismo primário, como já evidenciado. O caso da Guatemala, em 1954, é notório, pois alia a percepção também já trazida da fusão dos interesses nacionais estadunidenses com os interesses das multinacionais. Nesse caso, a *United Fruit*. Como diz o norte-americano, “a relação entre a *United Fruit* e a administração Eisenhower é, talvez, o melhor exemplo da influência de corporações sobre a política externa dos EUA. A lista de interesses diversos é tão longa que é difícil identificar alguém que organizou ou influenciou diretamente a política dos EUA em relação à Guatemala”⁴⁶⁸. O golpe em 1954, primeira intervenção direta com participação ativa da gigante alimentícia, dá o tom das políticas da Guerra Fria: a luta contra o comunismo e a segurança como elemento central das justificativas.

Newton Carlos tem uma visão semelhante. E mesmo a *United Fruit* não sendo a única multinacional presente na América Latina, é a ela que o jornalista recorre sempre que busca criticar as ações das megaempresas na região. Ela, nos escritos dele, se transforma em um símbolo que remete à ingerência, à subordinação econômica e ao subdesenvolvimento latino-americano. Não raro, ele retoma a empresa para dar o tom de suas críticas, de maneira repetida e continuada — o que demonstra, ao mesmo tempo, um poder de análise e um pessimismo latente, pois não vê mudanças reais no decorrer do tempo. Em 1973, coloca que o “presidente Eisenhower não fez nenhum mistério sobre a atuação predominante da CIA na derrubada, em 1954, de Jacob Arbenz, cuja a reforma agrária começava a embrulhar o estômago dos homens da *United Fruit*, império que chegou a controlar mais de dois milhões de hectares de Cuba ao Equador”⁴⁶⁹.

Em 1975, utilizando-se de um estudo que “mostra como as melhores terras do terceiro mundo foram incorporadas à geografia das empresas gigantes e colocadas a serviço das exportações e dos lucros bilionários, deixando cada vez mais de produzir alimentos”⁴⁷⁰, é a *United Fruit* a quem ele se remete, mostrando o poder da gigante alimentícia e colocando-a

⁴⁶⁸ SCHOULTZ, Lars. op. cit. p. 374.

⁴⁶⁹ CARLOS, Newton. “Quem é o Seguinte?”. In: **O Pasquim**, nº 184, 1973, p. 25. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/5691>>. Acesso: 14.jan.2023.

⁴⁷⁰ CARLOS, Newton. “Banana Ouro”. In: **O Pasquim**, nº 299, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/10028>>. Acesso: 15.jan.2023.

no centro dos problemas da fome na América Latina. O seu discurso de contra-legitimidade tenta mostrar como as multinacionais atuam com base em interesses próprios, em uma busca constante por lucro e nada mais. E mais do que isso: coloca, novamente remetendo-se a empresa de bananas, que as multinacionais comportam-se como agentes colonizadores. Seu pessimismo aparece quando se indaga se será possível “conter esses colonizadores do futuro? Já convivemos com suas siglas como se fossem parte inseparáveis da nossa paisagem do dia-a-dia. A previsão de 350 mil anúncios anuais de televisão, só na América Latina, antecipam a quase inevitabilidade de uma colonização mental capaz de quebrar qualquer resistência”⁴⁷¹. Aqui fica claro que o problema das multinacionais, tendo a *United Fruit* como aglomeradora dos problemas, vai além da exploração econômica. Como vimos, o imperialismo cultural é uma nuance importante no pensamento de Newton Carlos, e ele não deixa de construir seu discurso combativo denunciando esse aspecto.

Mas o aspecto trazido por Schoultz que mais é evidenciado nas produções de Newton Carlos é a questão da segurança. Principalmente porque, e aqui entramos no elemento principal do discurso de contra-legitimidade do jornalista brasileiro, essa segurança tem relação com o combate ao comunismo, a principal lógica da Guerra Fria. Podemos afirmar, já neste momento, que o binômio comunismo/anticomunismo possui muita relevância para a produção jornalística/intelectual aqui analisada, pois é principalmente a este discurso que justifica as ações estadunidenses que ele se opõe. Porém, antes de nos aprofundarmos nisso, é preciso entender a questão da segurança, inserida nesse período entre os anos de 1960 até o fim dos anos 1980. O bastião da democracia contra a ditadura comunista, pelo menos na retórica, precisava garantir que esse modelo fosse basilar em todo o ocidente. Mas o caso da Guatemala mostrou para os Estados Unidos que interesses e democracia não precisavam andar lado a lado. A luta contra o comunismo para a estabilidade do continente, essa sim a palavra-chave, precisaria de outros rumos, já que os latino-americanos não conseguiriam cumprir isso de forma isolada, pelo seu rebaixamento moral, cultural e econômico. Como diz Schoultz, “para enfrentar este desafio, os Estados Unidos tinham que se assegurar de que seus amigos detinham as rédeas do poder na América Latina”⁴⁷². É nessa lógica em que se dão os diversos golpes institucionais por toda essa porção do continente, com apoio direto ou indireto de Washington. Aqui também entra a “crença central sobre o caráter latino-americano – a crença de que os latino-americanos, como escrevera Louis Halle na *Foreign Affairs*, admiram

⁴⁷¹ CARLOS, Newton. “Multinacionais. 0 em conduta”. In: *O Pasquim*, nº 302, 1975, p. 19. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/10131>>. Acesso: 15.jan.2023.

⁴⁷² SCHOULTZ, Lars. op. cit. p. 380.

‘o herói inflexível que vence toda oposição’⁴⁷³. Ordem e estabilidade necessitavam, portanto, de rigidez — o apoio a ditadores anticomunistas então se dá nesse contexto.

Newton Carlos tem uma denominação muito peculiar a esse aspecto. Chama esses ditadores de sipaios, denominação comum para soldados indianos. Para ele, “os sipaios se tornaram sinônimo de subserviência”⁴⁷⁴. E é assim que ele encara os governos latinos apoiados pelos EUA nesse período. A simbologia em torno desses “sipaios” mostra a recusa do jornalista em compreender esses anos da Guerra Fria como uma atuação única e exclusiva dos Estados Unidos — as elites nacionais são tão responsáveis quanto Washington pela situação de exploração, pobreza e subdesenvolvimento do continente. Além do mais, eles têm parcela inegável de dívidas no funcionamento das estratégias dos tecnocratas norte-americanos. A opção em colocar no poder ditadores só se tornou possível por essa subserviência dos “sipaios”. Em resumo, o jornalista nos coloca em 1975 que “a participação política não deve ser aberta ao ponto de abrigar reivindicações marginais. O voto chega longe demais”⁴⁷⁵. Segurança como ordem, estabilidade e controle — algo inatingível em democracias malogradas pela presença de latino-americanos.

Com isso, podemos entender que os discursos norte-americanos para justificarem suas ações, na visão de Schoultz, seguem três linhas principais: a segurança dos EUA, as questões políticas internas e o desenvolvimento econômico do centro imperial⁴⁷⁶. Newton Carlos foca-se a combater principalmente a questão da segurança e o papel da América Latina na economia mundial. Além disso, o *mindset* preconceituoso sempre está presente, em mais de dois séculos de relações entre estadunidenses e latino-americanos. A utilização da violência, em políticas como o *Big Stick* e o Corolário Roosevelt carregam essa carga negativa de maneira inequívoca, algo que o brasileiro também observa e coloca, em diversas passagens, como algo resumido em “levar cacete”, um simbolismo ilustrativo que penetra muito mais em seu público do que explicações pormenorizadas sobre o assunto, já que como jornalista, busca retratar os acontecimentos contemporâneos. Por fim, Schoultz nos dá uma amostra, e em nossa visão, permite entender o porquê Newton Carlos utiliza a América Latina como espaço privilegiado de interpretação. Ela própria é um símbolo em disputa. Nas palavras do norte-americano, no decorrer do tempo:

⁴⁷³ Ibidem, p. 382.

⁴⁷⁴ CARLOS, Newton. *Camelot*, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 29.

⁴⁷⁵ CARLOS, Newton. “América Latina: Uma Vassourada na Democracia”. In: *O Pasquim*, nº 358, 1975, p. 25. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/12963>>. Acesso: 15.jan.2023.

⁴⁷⁶ SCHOULTZ, Lars. op. cit. p. 397.

Esses avanços tecnológicos das capacidades ofensivas militares teriam diminuído dramaticamente a importância da América Latina para a segurança dos EUA se não fosse uma sutil mudança na definição do papel da América Latina no pensamento estratégico. Uma vez que os Estados Unidos haviam assegurado sua hegemonia na América Latina, funcionários em Washington rapidamente concluíram que era importante reter o controle da região por uma razão simbólica: a hegemonia no Hemisfério Ocidental tornara-se um indicador da credibilidade dos EUA nas relações internacionais⁴⁷⁷.

Percebemos então que, apesar dessa lógica de defesa não ser gerida na Guerra Fria, ela é aprofundada e defendida pelos EUA durante o período. A própria contestação de Newton Carlos em seus artigos opinativos e em suas obras extra-redação a ações norte-americanas que sustentam essa visão é uma tentativa de contra-legitimidade, fundada na oposição latina a isso. Além disso, já falamos nos dois primeiros capítulos sobre o latino-americanismo do jornalista. Sua própria razão de escrita se funda em uma vontade de soberania, que não aceita mais as condições de dominação e exploração impostas pelo vizinho do Norte, constituindo assim seu imaginário anti-imperialista. Schoultz nos permite compreender, portanto, que os discursos aos quais Newton Carlos se opõe tem uma longa tradição, pautadas em diversos aspectos. Seus principais alvos em sua contemporaneidade, os *scholars* ou tecnocratas, reciclam e reproduzem esses pensamentos em sua época, como os pequenos excertos do jornalista evidenciam. Quando adentrarmos na questão do anticomunismo, isso será mais bem explorado.

Podemos adentrar agora nas considerações de João Feres Júnior. O cientista político brasileiro também trabalha com a esfera da cultura, buscando entender como o conceito de América Latina foi construído no decorrer do tempo pelos Estados Unidos. Para ele, a *Latin America* seria um contraponto, ou seja, um par simétrico que rebaixa os latino-americanos em comparação com uma imagem glorificada de si mesmos⁴⁷⁸. Sua análise também trabalha com uma longa-duração, para demonstrar que quando os Estados Unidos se referem a América Latina, não estão simplesmente denotando uma região geográfica, mas conotando uma visão profundamente negativa, a um “Outro” que vive nas Américas. Mesmo sem falar em um *mindset*, como Schultz, essa percepção de um preconceito enraizado nos meios políticos, sociais e acadêmicos sobre os latino-americanos fica clara, já que como um par simétrico, os estadunidenses se colocam como disciplinados, ascéticos, racionais — enquanto esse Outro é visto como preguiçoso e movido pelas paixões. Um exato oposto dos norte-americanos⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ SCHOULTZ, Lars. op. cit. p. 408.

⁴⁷⁸ FERES JR., João. *A História do Conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005, pp. 8-11.

⁴⁷⁹ FERES, JR., João. op. cit. p. 22.

Para mostrar esse rebaixamento, Feres Júnior utiliza o conceito de *oposições assimétricas*, de Reinhart Koselleck. Colocando que não se pode compreender essa concepção de maneira acrítica, já que para ele, ela tende ao universalismo, ele busca no historiador alemão, o suporte conceitual para elucidar que as representações dos latino-americanos no decorrer do tempo são estruturas linguísticas que se adensam e se dispersam em cada período. As experiências são passadas através da linguagem, mostrando que o rebaixamento da América Latina é um traço contemporâneo de uma não-contemporaneidade⁴⁸⁰. É através dessa estrutura teórica que ele afirma a radicalidade das visões dos Estados Unidos, que somente produzem e enxergam interpretações invertidas de sua própria identidade.

Além disso, ele busca traçar elementos que constituem esse rebaixamento. Suas principais vertentes se encontram no desrespeito cultural, temporal e racial. A partir disso, Feres Júnior avança na discussão sobre a “contemporaneidade não-contemporânea”, optando por utilizar a concepção de traduzibilidade das oposições assimétricas, já esse rebaixamento latino se funda justamente em mais de um princípio. E assim como Schultz, suas contribuições servem para entender que o que Newton Carlos combate em seu tempo está diretamente ligado a uma construção quase que permanente, iniciada ainda no século XIX, pela política estadunidense, e posteriormente, chegando aos intelectuais do centro do império, que buscaram e buscam, até hoje, justificar suas ações nesses preceitos que rebaixam e opõe EUA/América Latina. Já na Doutrina Monroe ou no Destino Manifesto essas ideias ficam claras — a assimetria cultural, racial e temporal estão presentes nas duas, colocando uma América Latina católica e miscigenada e como uma porção do continente condenada ao fracasso, pelo modo de vida e pela raça de pele escura. Além disso, a dimensão temporal fica por conta exclusivamente do Destino Manifesto, na ideia de excepcionalidade divina, o que leva os EUA a encarar como missão a expansão de seus domínios⁴⁸¹. Os excertos acima de Newton Carlos mostram bem como ele encara o funcionamento das duas doutrinas, e como no, em última análise, o que a América Latina pode esperar é “levar cacete”.

Mas a principal contribuição do cientista político brasileiro para este trabalho é que ele se debruça sobre a construção intelectual norte-americana sobre a América Latina, a qual ele se refere como *Latin Americans Studies*. Esse é seu principal subsídio pois é justamente nessa perspectiva que podemos traçar paralelos com as interpretações de Newton Carlos, pois sua análises dos tecnocratas estadunidenses são extremamente críticas, e como, a partir disso, podemos entender seu discurso de contra-legitimidade que se coloca em oposição a um

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 41.

⁴⁸¹ Ibidem, pp. 60-65.

projeto intelectual que busca consolidar a dominação dos Estados Unidos sobre a porção latino-americana do continente.

A questão temporal também é um ponto que se torna operativo para esta dissertação. Enquanto Schoultz mostra que esse *mindset* preconceituoso foi construído por mais de dois séculos, Feres Júnior enfoca sua visão na construção do discurso acadêmico sobre a América Latina — o que somente se aprofunda com o final da Segunda Guerra Mundial e com o advento da Guerra Fria. Para ele, houve uma demanda crescente por conhecimento especializado da região, exigindo profissionalização e uma organização institucional não existente até então⁴⁸². Newton Carlos apresenta essa mesma análise, principalmente em seu livro, *Camelot*. É com Kennedy que essa questão se consolida, e nas palavras do jornalista:

Que tal Camelot? Plano Camelot. Nome do lugar da coroação do Rei Arthur, monarca lendário dos romances medievais e dos nobres guerreiros da tábua redonda, reproduzida na imaginação dos que se instalaram em Washington com John Kennedy no começo dos anos 60. Personagens de um livro sobre os melhores e os mais brilhantes. Depois do macartismo e da mediocridade de dois mandatos sucessivos entregues a um general, a Casa Branca seria iluminada. A capital norte-americana encheu-se de intelectuais atraídos pelo jovem presidente, disposto a assegurar, de qualquer maneira, não importam os preços ou dificuldades, a sobrevivência e o êxito da liberdade do mundo⁴⁸³.

Aqui podemos ver essa ideia de uma intelectualidade voltada a garantir a “liberdade” do mundo. Já ficou claro que esse exercício retórico se sustenta em práticas imperialistas, largamente vistas durante todo o trabalho, tanto em estudos acadêmicos, quanto nas produções de Newton Carlos. O importante a se ressaltar é essa questão imaginativa — o próprio nome do grupo de intelectuais de John Kennedy, *Camelot*, busca legitimar que os *scholars* norte-americanos são os melhores e mais justos, que buscam, através de suas análises um mundo estável, com liberdade, igualdade e justiça para todos. Colocar-se em oposição a isso faz com que o jornalista busque compreender os discursos colocados por esses tecnocratas e busque, em novas simbologias, combater essa visão e projeto de poder, já que as análises em questão estão permeadas por um preconceito longínquo, como diz Schoultz, e também oposições assimétricas, no conceito de Feres Júnior, que rebaixam os latino-americanos também no espaço acadêmico, legitimando assim as ações do governo estadunidense.

Voltando às percepções de Feres Júnior, temos que o primeiro grande projeto dessa intelectualidade norte-americana foi a Teoria da Modernização. É a partir daqui que os *scholars* que fizeram parte dessa escola pregam a neutralidade e cientificidade em suas

⁴⁸² FERES JR., op.cit. pp. 86-87.

⁴⁸³ CARLOS, Newton. *Camelot*, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 7.

análises, e a linguagem do desenvolvimento passa a fazer parte da agenda política estadunidense. Pode-se afirmar, portanto, que a Teoria da Modernização surgiu como uma tentativa de produzir um discurso sociocientífico para tratar da questão desenvolvimento/subdesenvolvimento, e como isso se aplicaria para “integrar” a América Latina no mundo desenvolvido. O cerne de seus defensores está em unir a ciência com os projetos políticos que beneficiassem os Estados Unidos. Sua estrutura está carregada de um discurso simétrico atemporal, onde opõe a modernização dos EUA com seus vizinhos do Sul ao fato de que os latinos seriam povos tradicionais. Esse tradicionalismo se explica pela religiosidade, um catolicismo de bases não modernas e não capitalistas, insuficiente para levar a América Latina ao desenvolvimento⁴⁸⁴.

Em suma, a Teoria da Modernização nega agência aos latino-americanos, por considerá-los inferiores — na linguagem acadêmica, subdesenvolvidos. É nesse sentido também que, como elucidada Feres Júnior, quando a modernização entra em embate com a autonomia democrática, quem deve ser sacrificada é a democracia. Já expusemos aqui diversos excertos que mostram como o desenvolvimento econômico latino-americano, pautado em uma divisão do trabalho internacional em que seu papel basicamente é ser um exportador de matérias-primas, sofreu com diversas ingerências pelo governo dos Estados Unidos. Mas isso não é feito sem resistências. O próprio cientista político apresenta que, inseridos nessa lógica de oposições assimétricas, os intelectuais latinos prezam pela tradição e são muito resistentes à mudança, na visão dos *scholars* norte-americanos⁴⁸⁵. Isso transpassa a esfera acadêmica e parte para o político. E Newton Carlos demonstra esse aspecto muito bem. A visão negativa por parte dos norte-americanos é constantemente reforçada pelo jornalista. Em 1973, temos:

Em 1972, apesar do aumento de dezoito por cento das exportações colocado por Nixon em um letreiro luminoso, a América Latina perdeu 699 milhões de dólares em seu comércio com os Estados Unidos. Em 1971, as perdas foram de um bilhão e 200 milhões. A média de prejuízos dos latino-americanos, em todos os seus negócios com os norte-americanos, é de dois bilhões e meio de dólares por ano. Como os povos do continente julgarão isto a longo prazo? Com um voto de louvor aos Estados Unidos acha Nixon, para quem falar nisto desta maneira é xenofobia e manifestação de antiamericanismo. Em 1822, quando a Casa Branca recebeu o primeiro embaixador da América Latina, o colombiano, e o presidente Monroe proclamou a “América para os Americanos”, dizendo-se oposto a conter a cobiça das potências coloniais europeias, as compras latino-americanas nos Estados Unidos já representavam 13 por cento do total das vendas norte-americanas. Examinando hoje, 150 anos depois, vê-se melhor como a coisa começou. E ainda hoje, 150 anos

⁴⁸⁴ FERES JR., João. op. cit. pp. 95-100.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 111.

depois, o Partido Republicano insiste na vigência da Doutrina Monroe ou de “a América para os Americanos”⁴⁸⁶.

A recusa em perceber a condição de submissão dos latino-americanos, o que coloca naturalmente os Estados Unidos como um explorador das riquezas latinas, faz com que Nixon proclame que qualquer reclamação a esta relação assimétrica denota um sintoma de xenofobia ou antiamericanismo. Coloca-se assim, barreiras impossíveis de serem transpassadas. Modernização e tradição são opostos, e seria papel dos EUA promoverem a ruptura a partir da intelectualidade de seus tecnocratas, que legitimaram uma política que traduz as relações culturais entre as regiões como perfeitos opostos. É nesse sentido que vemos a ideia de tutela por parte dos EUA, em que o apoio a ditadores capazes de manter a ordem vigente se faz presente.

Para concluir, é a partir da Teoria da Modernização que os estudos acadêmicos estadunidenses legitimam a visão de que os latino-americanos partem de um estado de imperfeições e que negam o progresso humano, cuja responsabilidade é, obviamente, dos Estados Unidos. Como aponta Feres Júnior, essas concepções são construídas a partir de intensas oposições assimétricas — principalmente culturais e temporais. Sua tentativa de “modernizar” e integrar a América Latina no mundo desenvolvido serviu a um projeto neocolonial, em que o rebaixamento da América Latina é colocado como um dado científico, não como preconceito. Mas quando se analisa as produções e os projetos políticos, percebe-se a exata oposição entre EUA/Latinos, e como eles serviram de base para o aprofundamento das ações imperialistas estadunidenses. Por isso é importante retomar essas ideias, mesmo que resumidamente, já que Newton Carlos se coloca diretamente contra essa legitimidade construída por *scholars*, tentando mostrar que as críticas às relações desiguais entre centro/periferia do sistema nada tem a ver com xenofobia, mas a reivindicação da soberania latino-americana.

As reflexões que Feres Júnior traz sobre a Teoria da Modernização são importantes para compreender outro aspecto importantíssimo, que também aparece sob a ótica crítica de Newton Carlos. Já falamos e trouxemos alguns excertos sobre a questão da ordem, e como isso foi encarado pelos políticos norte-americanos como uma prioridade no decorrer do século XX. Isso se acentua durante a Guerra Fria, na lógica de embates entre capitalismo e socialismo. Mas isso até os anos de 1960 era mais desejo das multinacionais instaladas em países do Terceiro Mundo do que política de Estado planejada, executada e exportada como

⁴⁸⁶ CARLOS, Newton. “Watergate: e agora Presidente?”. In: **O Pasquim**, n° 202, 1973, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/6265>>. Acesso: 15.jan.2023.

um modelo a ser seguido. Esse passo a é dado com um desdobramento desse projeto modernizador — os preceitos da Estabilização Política. Para o cientista político brasileiro, essa é a primeira grande literatura especializada pelos *scholars* norte-americanos que se debruçaram nos estudos sobre a América Latina⁴⁸⁷.

Aqui entra, por exemplo, o programa de Kennedy da Aliança Para o Progresso. E esse programa, ao mesmo tempo em que serve a um projeto norte-americano, é utilizado como símbolo contestador por Newton Carlos. O objetivo do programa, em linhas gerais, seria promover uma reforma social e econômica na porção latino-americana do continente, visando combater a grande pobreza e desigualdade da região, integrando-a ao mundo desenvolvido. Mas isso no discurso e retórica. Posto em prática, a Aliança serviu a uma política de segurança, baseada no combate ao comunismo — e de que no mundo da Guerra Fria, o inimigo não atacaria mais externamente, mas poderia ser um agente interno — o subversivo. É nesse contexto que militares ganham tamanha importância nos governos da América Latina — o desenvolvimento viria sem agitação social, conjugando assim, modernização, estabilidade política e segurança⁴⁸⁸. Tudo isso referendado não somente por projetos e perspectivas políticas, mas avalizado pelo crivo dos acadêmicos estadunidenses. Como diz Newton Carlos, além de tudo, A Aliança carrega traços paternalistas, que utiliza de meios variados, às vezes violentos, às vezes não, para a proteção dos interesses dos EUA⁴⁸⁹.

Um nome de relevância para a perspectiva da Estabilização Política foi Samuel Huntington. Para ele, o projeto modernizador é causa de instabilidade política na América Latina — isso porque os latino-americanos, envolvidos em princípios tradicionais, se recusam ou não conseguem levar esse projeto adiante. Mais uma vez, a oposição assimétrica aparece, justificando as teses acadêmicas norte-americanas. Com isso, o foco deve ser na estabilidade política e social — tendo o comunismo como a principal ameaça caso não se consiga dar as respostas adequadas aos problemas da região. Com isso, se justifica, assim como na Teoria da Modernização, menos democracia, menos participação popular e mais controle social — com militares na tutela dos países latino-americanos, apoiados direta ou indiretamente por Washington. Em resumo, a Estabilização Política é um desdobramento que permitiu, nos anos de 1970 e 1980, o apoio do centro imperial a ditadores latino-americanos. Como diz Feres Júnior, a literatura da estabilização política enfatizou os problemas da modernização, criando justificativas como golpes militares, intervenções e tutela, além da contra-insurreição — tudo

⁴⁸⁷ FERES JR., João. op. cit. p. 134.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 138.

⁴⁸⁹ CARLOS, Newton. “América: Eles (They) estão na nossa”. In: **O Pasquim**, nº 44, 1970, pp. 30-31. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/913>>. Acesso: 10.jan.2023.

isso ancorado utilizando-se do comunismo como símbolo máximo do perigo, estendendo os preceitos de sua segurança nacional para toda a América Latina⁴⁹⁰.

Temos, portanto, as bases principais dos discursos aos quais Newton Carlos se opõe. É importante ter em mente, mesmo que de maneira rápida e superficial, esses elementos das formulações intelectuais estadunidenses do período da Guerra Fria, ainda que o objeto principal desta dissertação seja a construção do discurso de contra-legitimidade do jornalista brasileiro e conseqüentemente, seu imaginário anti-imperialista. Toda relação política EUA/América Latina e toda formulação acadêmica oriunda dos Estados Unidos passam por uma longa temporalidade de preconceitos, um *mindset* negativo, como diz Schoultz, ou de oposições assimétricas, como defende Feres Júnior. O mundo acadêmico busca simbologias na cultura, na temporalidade e na racialidade as justificativas de subordinação política e da perpetuação do imperialismo estadunidense. Está na hora de nos aprofundarmos nas simbologias e nos embates que Newton Carlos traz em suas obras, entendendo que ele se coloca justamente contra essa tradição intelectual norte-americana, que produz discursos que mascaram seus principais objetivos. E isso terá um fio condutor que aparece, de forma muito evidente em seu último livro aqui usado como fonte: *Camelot*. Toda a construção intelectual e os resultados disso utilizados pelos tecnocratas aos quais o jornalista se contrapõe tem como pano de fundo a luta contra o comunismo. As simbologias utilizadas, seguem, portanto, uma lógica em que o principal inimigo é o perigo vermelho. Com isso, o fio condutor mencionado é justamente esse anticomunismo primário, na linguagem do próprio Newton Carlos, que tenta se esconder em análises “supostamente” técnicas que visam combater pobreza, desigualdade e integração e utilizam a linguagem do desenvolvimento e estabilidade para se legitimar. Tendo isso como pressuposto, é hora de compreender o discurso de contra-legitimidade pautado na denúncia dessas análises.

4.5 O Anticomunismo como fio-condutor: a Contra-Legitimidade na permanência do inimigo

Explanou-se no tópico anterior, mesmo que brevemente, a genealogia das simbologias que legitimam as ações imperialistas dos EUA. Mais do que isso, entendemos como essas simbologias, expressas em uma diferenciação cultural, temporal e racial avançam na produção intelectual, unindo um projeto político de dominação com formulações teóricas que dão suporte a isso. Isso é importante para compreender a contra-legitimidade de Newton Carlos,

⁴⁹⁰ FERES JR., op. cit. p. 163.

pois ele se interpõe justamente aos formuladores de tais pensamentos, os chamados *scholars* norte-americanos. Essa noção é muito mais perceptível em *Camelot — Uma Guerra Americana*, pois é uma obra que possui uma distância temporal com os acontecimentos das décadas anteriores e permite confrontar discursos de uma maneira mais aprofundada. Isso não quer dizer, no entanto, que sua produção nas décadas de 60, 70 e 80 deixem de lado esse aspecto. Como já foi visto, o embate entre os discursos oficiais do governo estadunidense foram constantemente colocados em causa pelo jornalista.

Algumas simbologias já foram trazidas, como a própria utilização discursiva de retorno à *United Fruit* para representar as constantes e imparáveis perdas latino-americanas nas relações com os EUA. A Aliança Para o Progresso foi apenas mencionada, e será devidamente aprofundada aqui. Outras construções simbólicas serão utilizadas, para demonstrar esse compartilhamento de um imaginário anti-imperialista. E também, como já mencionado, essa formulação intelectual por parte de Newton Carlos tem um fio-condutor claro: desmistificar os discursos estadunidenses, que colocam em suas análises elemento central, já expostas tanto na Teoria da Modernização, quanto na da Estabilidade Política — o combate ao comunismo que justifica todas as suas ações, ao mesmo tempo em que mascara relações completamente assimétricas e de dominação em relação à América Latina. É justamente por isso que a análise em *Camelot* será privilegiada aqui — o aprofundamento das questões permite ao autor construir melhores argumentos em sua narrativa, ao mesmo tempo em que não se vê constrangido diretamente pela censura da ditadura civil-militar brasileira. Mesmo escrevendo n’*O Pasquim*, demonstrando sua acidez crítica e uma postura combativa, é inegável que a perseguição a ele não o permitia expressar em totalidade o produto de suas interpretações. Isso ficou evidenciado no primeiro capítulo, com as provas a uma perseguição constante e insistente por todo o período de 1964-1983.

Portanto, partindo de *Camelot*, e com apoio de sua produção jornalística, traçaremos alguns pontos centrais na narrativa de Newton Carlos que demonstrem esse embate de ideias, e como as simbologias são utilizadas por ele para questionar as ações estadunidenses. O livro em questão tem um interesse claro sobre as ingerências norte-americanas na América Latina. Como define o livro *Enciclopédia de Ingerência e Subversão* (2009), a ingerência é “a intromissão em um assunto de outro, geralmente sem autorização e com a intenção de desestabilizar e/ou dominá-lo”⁴⁹¹. Tendo essa perspectiva inicial, podemos afirmar que esse

⁴⁹¹ GOLINGER, Eva; MIGUS, Romain. **La Telaraña Imperial**: Enciclopedia de Injerencia y Subversión. Caracas: Monte Ávila Editores, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.es/83652439-Enciclopedia-de-injerencia-y-subversion.html>>. Acesso em: 16.jan.2023.

livro se estende temporalmente entre 1954 e 1989, tendo a Guatemala como ponto de partida, sendo a invasão direta a primeira intervenção dos EUA na região pós-Segunda Guerra Mundial (e como visto, com participação direta da *United Fruit*). Já 1989 foi a última intervenção direta listada por Newton Carlos ocorrida no Panamá, contra os acordos de 1977 e o fechamento da Escola das Américas, base de treinamento estadunidense para diversos exércitos latinos (o que demonstra o aspecto de militarização do império). A obra apresenta trinta anos de histórias de contra-insurgência e repressão, além de mostrar as transformações nos discursos estadunidenses para levarem adiante seus objetivos, enquadrando tudo sob o rótulo de “subversivo”, das guerrilhas à cocaína, já no final dos anos 80 e início dos anos 90.

A obra privilegia alguns pontos já mencionados no trabalho. A Doutrina Monroe aparece como sustentáculo das ações imperialistas na visão do jornalista, e ele se remete a alguns outros elementos da história estadunidense, pouco exploradas em sua obra jornalística, como Theodore Roosevelt e sua célebre frase, “*I took Panamá*”, representando as intervenções naquele país em 1903 e 1904 para garantir a soberania dos EUA sobre o Canal do Panamá. Além disso, é importante ressaltar que a obra apresenta um duplo movimento: explana as ações e políticas organizadas pelos EUA para manter seus interesses intocados na região da América Latina em um primeiro momento. Posteriormente, também apresenta as resistências latino-americanas, principalmente vindas de governantes que se opunham a essa política intervencionista de Washington, e que buscaram modos, durante todo o contexto analisado pelo jornalista, de frear a influência norte-americana e garantir o direito à soberania nacional. Com isso, temos essa clara delimitação e a justificativa de termos trazido as reflexões de Schoultz e Feres Júnior, por exemplo. E são nesses movimentos de contestação que o jornalista constrói seu arsenal simbólico, se inserindo na tradição intelectual anti-imperialista do continente.

É partindo dessas considerações iniciais que podemos adentrar no principal eixo deste tópico: de que, em última instância, o discurso de contra-legitimidade de Newton Carlos se pauta em combater as ideias oriundas de Washington que suas ações são justificadas por estarem combatendo o comunismo e sua ascensão na América Latina. Para ele, a doutrina que guiou intelectualmente a geração dos *scholars* que se debruçaram sobre essa porção do continente foi a de Guerra Revolucionária. Isso, por si só, é um grande passo interpretativo e que se diferencia de análises historiográficas. Isso porque, a corrente hegemônica nas interpretações sobre esse período, principalmente no que concerne a assimilação dos discursos estadunidenses na América Latina, focaliza a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como eixo sustentador de compreensão dos acontecimentos políticos e do alinhamento sem

contestações a potência capitalista. A DSN, de forma resumida, foi elaborada pelo Conselho Nacional de Defesa dos EUA, e difundida pelas escolas militares, principalmente na América Latina, fundamentando-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental. Em termos geopolíticos, a defesa de cada nação aliada era entendida como a defesa dos próprios EUA. Nessa perspectiva, o apoio dos EUA às ditaduras da América Latina durante o período da Guerra Fria é explicado, além de construir um discurso onipotente, onde todas as ações imperialistas se justificam e recebem apoio das elites militares locais, equalizando conceitos diferentes e com pontos distintos em suas concepções.

Partindo disso, e com o suporte nos escritos de Newton Carlos, sairemos da hegemonia interpretativa da DSN e buscaremos entender como o discurso norte-americano e a própria produção da doutrina está intrinsecamente ligada à escola militar francesa e ao conceito de *Guerre Révolutionnaire*, que tem no comunismo seu principal alvo e inimigo. Ou seja, os interesses dos EUA na manutenção do *status quo* para a sua área de influência obscurecem as influências estrangeiras em sua própria formulação de doutrinas e a DSN aparece como algo perfeitamente assimilado e com pouquíssima ou nenhuma contestação daqueles que foram influenciados por ela, os países da América Latina.

Com isso, podemos começar a traçar, a partir da obra de Newton Carlos, momentos em que o comunismo foi encarado como justificativa para as ações de Washington. Essa ideologia é, na visão do jornalista, o símbolo mais operado pelos *Scholars* estadunidenses, pois foi o maior legitimadora de suas interpretações, e mais, foi o que legitimou as ações de ingerência por toda a Guerra Fria. Isso não fica claro em sua produção jornalística n’*O Pasquim*. É claro que há indícios, como já ficou comprovado pelos diversos excertos aqui trazidos, mas a sistematização de argumentos só é agrupada de maneira global em *Camelot*. Porém, desde pelo menos 1977 a sua construção teórica vai nesse sentido. Ele coloca:

Resposta na ponta da língua, sem embaraços. Colocado por um jornalista francês diante dos fatos, como o desaparecimento de pessoas levadas por agentes ditos de segurança, o ministro do Interior da Argentina, general Albano Harguindeguy, reagiu com precisão. “E os franceses, se comportavam de modo diferente na Argélia?”, foi a pergunta equivalente a uma resposta: na Argentina são usados métodos que a França empregou contra nacionalistas argelinos. Não é surpresa. Um especialista em “guerra moderna”, contra-insurgência, ou que nome tenha, o coronel Roger Trinquier, codificou esses métodos para uso em outras partes contra subversões internas. Por meio do Vietnã e de norte-americanos, eles alcançaram a América Latina mais burilados. Trinquier justifica o uso de “qualquer meio” para combater a subversão e adverte que o “inimigo está em qualquer parte”. Cuidado com o vizinho que nunca fala, saindo e entrando sempre com livros debaixo do braço. Para o grande teórico, citado e admirado no universo da “contra-insurgência”, a “parte mais engenhosa” da “guerra moderna” é a manipulação da população civil. Donas de casa devem comunicar todos os movimentos à sua volta. Pessoas podem acusar outras, ou

testemunhar em processo, sem identificar-se. Na Argélia, diz o livro, Trinquier, que chegou a desembarcar no Congo a chamado de Tchombe, sendo expulso por pressão das Nações Unidas e da Bélgica, testou a “importância da tortura na guerra revolucionária”⁴⁹².

Com essa citação, podemos ver o início de uma argumentação que coloca a doutrina da Guerra Revolucionária como o alicerce teórico que moldou a violência política na América Latina. Percebe-se que o comunismo não aparece na análise, provavelmente por sua interpretação ter sido gestada em plena Guerra Fria e ditadura civil-militar, mas o elemento subversivo já aparece como central — e mais importante, é encarado como um agente interno que deve ser combatido. A tortura também é mencionada, sendo encarada como “importante” para o combate interno. Essa análise refina-se no decorrer do tempo, mostrando as modificações e incrementações que tal teoria recebeu no decorrer do tempo.

Esse refinamento encontra-se justamente em *Camelot*. Jânio de Freitas, jornalista e amigo de Newton Carlos desde os anos de 1960, em uma crônica escrita para a *Folha de S. Paulo*, disse que:

"Camelot, Uma Guerra Americana", não é reportagem, como foram os livros anteriores de Newton Carlos, nem é livro de História. É a crônica da maneira como o governo dos Estados Unidos resolveu impor, o que chamou, em vários documentos, ‘a sobrevivência da democracia e a sobrevivência da liberdade no mundo’⁴⁹³.

O papel dos Estados Unidos nas questões geopolíticas é inegável. Partindo de uma retórica de que resguardar a democracia e liberdade, ações contra o comunismo puderam ser levadas a cabo, e é justamente a isso que Newton Carlos coloca em causa, denunciando falsas prerrogativas para que os interesses imperialistas estadunidenses se mantivessem intocados. E já na quarta capa do livro, esse elemento, não colocado em suas análises de fins dos anos de 1970, aparece. Nela, temos “as intervenções nos países da América Latina não foram produto do acaso (...) mas parte de uma política americana que extirpasse, para sempre, o perigo do Comunismo”⁴⁹⁴. Ainda, na mesma contracapa, afirma-se que o livro “desfila, frente ao leitor, as histórias desses tempos. Histórias vividas por todos nós”⁴⁹⁵. Os tons de denúncia, tanto nos escritos de Jânio de Freitas, quanto da própria produção do livro, ficam claros. O livro também mostra um caráter combativo. Na primeira orelha, escrita pelo próprio jornalista, ele explana que:

⁴⁹² CARLOS, Newton. “Os Estrategistas”. In: **O Pasquim**, nº 398, 1977, p. 19.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/14347>>. Acesso: 17.jan.2023.

⁴⁹³ FREITAS, Jânio de. “A Crônica de nosso Tempo”. In: **Folha de S. Paulo** – 22 de setembro de 1991, pp. 1-5. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11459&keyword=Camelot&anchor=4095920&origem=busca&originURL=&pd=b251b83c8f8dd299557fe4369e9d1f2f>>. Acesso em: 16.jan.2023.

⁴⁹⁴ CARLOS, Newton. **Camelot, Uma Guerra Americana**. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, Contra Capa.

⁴⁹⁵ Idem.

Os longos anos de contra-insurgência e repressão na América Latina produziram muitas histórias. Umas conhecidas. Outras não. Outras mais ou menos. Este livro procura relatá-las de forma organizada, não como um amontoado de fatos isolados, mas como uma sucessão de acontecimentos encadeados, partidos de matrizes bem definidos⁴⁹⁶.

A contra-insurgência está de fato no centro das análises de Newton Carlos. Não há como negar o peso simbólico que ele dá a ela nas inúmeras situações de violência e ingerência por parte dos EUA no período de 1954/1989. Sua tentativa de expor essa questão de maneira organizada mostra aquilo que já foi mencionado neste trabalho: o distanciamento em relação aos acontecimentos permitiram ao jornalista refinar sua análise e encontrar pontos que, durante sua trajetória profissional, imbricam-se e ganham sentido quando encaradas em uma luta discursiva contra o comunismo, mascarando os aspectos econômicos, culturais e políticos do imperialismo norte-americano. Seu discurso contestador permite dizer que o autor era um franco crítico às ações políticas tomadas pelos Estados Unidos. Sua própria definição, de buscar matrizes bem matizadas para encadear os acontecimentos narrados, mostra a clara intervenção na política latino-americana, buscando sempre preservar os interesses de Washington. Sua narrativa não constitui-se de informações jogadas ao acaso, e é sua construção combativa que deve ser analisada. Desde o início, com a denúncia da formação do grupo de *Camelot*, intelectuais que serviriam para extirpar o comunismo da região, até o final dos anos de 1980, com a cocaína sendo o principal inimigo a ser combatido, a narrativa permaneceu a mesma: contra a subversão e pela defesa da civilização ocidental. Esse é o ponto que permanece na política norte-americana por mais de 30 anos, e que é explorada pelo jornalista. Esse é o fio-condutor que faz a construção intelectual de Newton Carlos ser tão combativa, negando as justificativas dos Estados Unidos e buscando construir um discurso de contra-legitimidade, que combate, ao mesmo tempo que busca se estabelecer como uma verdade paradigmática que denuncia as explorações contra os latino-americanos.

Já ficou claro, portanto, que o objetivo do livro *Camelot* é explicar aos leitores as artimanhas estadunidenses para justificar seus atos de ingerências, principalmente nos países da América Latina – e como a luta contra o comunismo foi ponto central para os discursos da potência ocidental, servindo como símbolo legitimador e justificador de tais ações. Voltando-nos mais à obra em si, Newton Carlos coloca o presidente John Kennedy em foco — é ele que reúne os intelectuais que dariam forma ao chamado Grupo Camelot — intelectuais aos quais o jornalista se refere como *scholars* ou tecnocratas. São eles que seriam os responsáveis por garantir, de qualquer “maneira, a sobrevivência e o êxito da liberdade no

⁴⁹⁶ Ibidem, Primeira Orelha.

mundo”⁴⁹⁷. Objetivos claros que deveriam ser seguidos de qualquer maneira. E a questão da contra-insurgência surge já nas primeiras páginas do livro. Evocando a figura de Richard Bissell, um agente no governo Kennedy que possuía estreitas relações com a Universidade de Yale e o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), além de estar ligado a *Ford Company*, a revista *Fortune* e a gigante estadunidense *United States Steel*, para se combater a influência comunista na região (tanto da URSS, exagerada em muitos níveis, quanto de Cuba) era necessário ter campo aberto para operações encobertas, e o campo de batalha primordial seria o chamado Terceiro Mundo – essa seria sua doutrina especial. O próprio Bissell sabia que esse tipo de operação tinha muita resistência, principalmente dos países latinos, justamente por envolver intervenções e ingerências — seu plano para lograr êxito em seus objetivos seria a contratação de agentes nativos, que seguiriam as políticas externas dos EUA⁴⁹⁸.

Isso retoma toda a argumentação feita sobre as características do imperialismo norte-americano no segundo capítulo, além de aprofundar a própria visão de Newton Carlos sobre o fenômeno. A fusão entre Estado e interesses privados fica mais do que evidente, quando um intelectual que formula uma doutrina abertamente golpista é ligado, ao mesmo tempo, ao governo e a multinacionais. Os interesses privados fundem-se ao interesse da nação, sendo esta justamente aquele que coloca em prática as ações para que esses interesses sejam revertidos em forma de lucro. Voltando mais especificamente à obra, podemos notar uma continuidade na construção intelectual do jornalista. Bissell foi um dos nomes de Camelot. Não é coincidência, portanto, que esse tipo de operação encoberta, com desígnios imperialistas, fosse vista com bons olhos pelos intelectuais responsáveis por garantir a liberdade do globo. E Newton Carlos oferece a fonte de inspiração para esse grupo, que é justamente a doutrina francesa de guerra. Sua explicação privilegia o nome do Coronel Roger Trinquier, que lutou na Indochina e na Argélia. Trinquier é um dos teóricos da contra-insurgência franceses de maior destaque, e deu base para os estadunidenses quando pregou que se justifica o “uso de qualquer meio para conter a subversão”⁴⁹⁹, pois o inimigo estava em todas as partes. As palavras são quase idênticas às usadas em 1977, para demonstrar que esses intelectuais norte-americanos foram muito pautados por essa doutrina.

Para o jornalista, o coronel testou na Argélia “a importância da tortura na guerra revolucionária”⁵⁰⁰. Enunciando as doutrinas, a guerra moderna seria um choque de sistemas políticos, econômicos, sociais, psicológicos e militares. Newton Carlos nos coloca que esse

⁴⁹⁷ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 7.

⁴⁹⁸ Ibidem, pp. 8-9.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 9.

⁵⁰⁰ Idem.

tipo de manual invadiu “centrais de repressão do Ocidente que se equiparam para enfrentar a guerra fria em suas frentes não convencionais. Subversão, guerrilhas e movimentos de libertação nacional”⁵⁰¹. A população civil teria papel importante, denunciando subversivos em benefício de seu povo, sendo os denunciados punidos rigorosamente.

Essa foi a base teórica para as formulações das estratégias políticas e militares dos EUA. A doutrina francesa caiu como uma luva na febre anticomunista dos anos 60 e 70, fabricando tragédias, nas palavras de Newton Carlos. E isso entra em consonância com o que Schoultz e Feres Júnior explicam. Os dois colocam isso em seus próprios termos — o primeiro afirma que a própria América Latina começou a ser vista como um símbolo para os EUA na luta contra o comunismo, e que os programas pautados nessa tática, como a Aliança para o Progresso, se inserem nessa lógica — Cuba, em 1961, já foi um sinal de fraqueza, não poderia haver outros. Feres Júnior coloca que o comunismo foi uma bengala constante, para justificar as ações tomadas pelas teorias da modernização e da estabilidade. Portanto, os EUA queriam se tornar a matriz de contra-insurgência no Ocidente, e por isso a questão extrapolou os limites militares e se tornou algo tão debatido pela intelectualidade estadunidense. Newton Carlos cita dois intelectuais proeminentes que se debruçaram sobre o assunto: Samuel P. Huntington⁵⁰² e Franklin Mark Osanka⁵⁰³. Esses dois intelectuais lançaram uma nova terminologia de guerra: ao invés da contenção e da retaliação, o binômio utilizado passou a ser repressão e contra-ataque. Para Newton Carlos, isso implicou em uma estratégia planetária de contra-insurgência, com os EUA como agente direto disso⁵⁰⁴. Outro nome que aparece nas denúncias do jornalista é o de Robert McNamara. Secretário de Defesa de Kennedy, e posteriormente, em 1968, presidente do Banco Mundial. McNamara ficou responsável por fechar a América Latina à subversão. Era preciso “procurar estabelecer, com ajuda de gente capacitada, esquemas conceituais ou modelos analíticos que permitissem ter uma boa compreensão dos conflitos sociais latino-americanos”⁵⁰⁵, ou seja, capacitar-se contra revoluções, tudo isso seguindo as cartilhas vindas da França.

A carga voltada contra McNamara é outro elemento de continuidade nos escritos de Newton Carlos. Em seus escritos jornalísticos, no entanto, a crítica é mais voltada ao projeto modernizador de combate à pobreza. Isso fica claro em um artigo de 1974, em que o então

⁵⁰¹ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 10.

⁵⁰² Foi um dos cientistas políticos de maior expressão nos EUA do século XX. Formulador da tese do Choque de Civilizações. Grande parte de sua carreira foi utilizada para estudar as relações entre civis e militares.

⁵⁰³ Autor do livro *Modern Guerrilla Warfare* (1962), com introdução de Huntington. Um dos primeiros livros a utilizar as experiências da Indochina, da Argélia e da Malásia, pregando a participação civil na guerra revolucionária.

⁵⁰⁴ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, pp. 16-17.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 23.

presidente do Banco Mundial pretende limitar a ajuda ao Terceiro Mundo apenas a países que tenham políticas de controle de natalidade — algo que se liga às ideias de estabilidade, citadas acima⁵⁰⁶. No mesmo ano, produz outra análise extremamente crítica, em que explica:

Em seu último relatório o Banco Mundial diz que é trágica a situação de 800 milhões de pessoas dos países desenvolvidos. Não há perspectiva de melhoras até o final da década. Pelo contrário, o mais provável é piorar. O Banco Mundial e seu presidente, Robert McNamara, ex-secretário de defesa dos Estados Unidos, são especialistas em insistir no óbvio: a miséria da América Latina, Ásia e África, em contraste com a opulência de uns poucos, ou o “abismo crescente entre as nações pobres e ricas”. “Gap”, num jargão tecnocrático que voltou a predominar na conferência em Washington do Fundo Monetário Internacional. [...] Cifras e mais cifras sombrias, acompanhadas sempre de apelos a um “esforço renovado de ajuda e cooperação”. De que adianta sem um diagnóstico que chegue às raízes do subdesenvolvimento? “Admiro o pudor desse neologismo”, diz Sartre referindo-se ao subdesenvolvimento e as suas mazelas. É como se a culpa fosse do clima, dos recursos do solo ou da indolência dos habitantes dos países afetados. Em última análise, é como se a culpa fosse da natureza e não dos homens. Os relatórios do Banco Mundial são sombrios quanto a fatos, esquecendo-se dos fatores. Há países pobres e ricos por causa da natureza, do clima tropical da maior parte do Terceiro Mundo e da indolência de camponeses que vivem dormindo sob seus sombreros⁵⁰⁷.

Temos aqui o embate direto com as teorias de modernização e desenvolvimento, do combate à pobreza, todas esses elementos defendidos por tecnocratas estadunidenses como McNamara. A profunda ironia em colocar que, em última análise, as interpretações desses *scholars* é nada menos do que determinista, faz com que Newton Carlos possa denunciar que a retórica desses estudos busca esconder a transferência de riquezas do Terceiro Mundo para o centro imperial. Citando até mesmo Sartre, sua interpretação vai nesse sentido, buscando revelar ao seu público esses “fatores” escondidos por uma narrativa oficial em que o aumento da desigualdade é ancorada nesses preconceitos, na visão de Schultz, ou oposições assimétricas, na linguagem de Feres Júnior. Nada mais significativo do que colocar a responsabilidade da pobreza latino-americana na preguiça de homens trajados de sombreros.

Essas narrativas foram contínuas. Modernização, desenvolvimento, estabilidade, pobreza — tudo imbrica-se nas formulações da contra-insurgência, sendo o inimigo principal sempre o comunismo. Newton Carlos passou por tudo isso, e reúne cronologicamente essas considerações em *Camelot*. E é interessante notar como esses estudos acadêmicos, essa linguagem tecnocrática, funde-se em articulações militares que legitimam ações de controle e ingerência. Uma operação no Peru, em 1964, batizada de Ayacucho é um exemplo: os EUA queriam “formar lideranças militares autenticamente latino-americanas, dedicadas à

⁵⁰⁶ CARLOS, Newton. “Lotação Esgotada”. In: **O Pasquim**, nº 270, 1974, p. 21. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9225>>. Acesso: 18.jan.2023.

⁵⁰⁷ CARLOS, Newton. “Pobres países ricos”. In: **O Pasquim**, nº 276, 1974, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/9380>>. Acesso: 18.jan.2023.

preservação da ordem democrática, da ordem interna, contribuição à ordem interna, dentro da capacidade econômica e militar da América Latina”⁵⁰⁸. O início da tentativa de fazer a Organização dos Estados Americanos (OEA) um reduto de contra-insurgência, já que a contra-insurgência, para extirpar os subversivos, não poderia se limitar a fronteiras físicas. Outro ponto foi a Aliança para o Progresso. Inicialmente projetada como uma ajuda para o desenvolvimento dos países latinos, o que ela fez foi financiar “o aprofundamento latifundiário e a ajuda militar continuou sendo maior que a econômica”⁵⁰⁹. Durante as décadas de 60, 70 e 80, o foco foi a luta contra a subversão. McNamara, com a “essência da segurança”, dizia que a maior ameaça não era um ataque direto da URSS contra o continente americano, mas a guerra revolucionária⁵¹⁰. A defesa contra isso foi um claro instrumento do imperialismo. Henry Kissinger, assessor de Nixon e posteriormente um diplomata, pregava a noção de segurança econômica, uma retaliação a países latinos com “nacionalismos agressivos”, encarados como a subversão comunista, que deveria ser extirpada.

Os anos corriam, e os discursos se transformavam. Para Newton Carlos, as atitudes dos anos 70 e 80 foram uma continuação da Doutrina Monroe (novamente ela aparece como uma legitimadora de ações imperialistas). América para os americanos, desde que não comunistas. Mas essa ameaça já estava mingando, ao mesmo tempo em que era reciclada constantemente. Para Kissinger, o aumento no sistema defensivo dos EUA era um fardo obrigatório. Ronald Reagan se considerava um herdeiro de Monroe e Roosevelt (como excertos anteriores já comprovaram), cujo dever contra a subversão não poderia minguar. A Doutrina Kirkpatrick⁵¹¹, justamente nesse período, ainda tinha o comunismo totalitário como principal alvo, mas por uma causa específica: os ditadores na América Latina. O apoio dos EUA a diversos regimes não democráticos durante esse período é notório – era preciso então saber lidar com eles, já que estavam sendo ameaçados pela subversão comunista — o apoio a ditaduras passa a ser não somente moralmente aceito, mas politicamente realista. Percebemos uma visão aprofundada de seus artigos produzidos durante a Guerra Fria. Eles são a base de sua interpretação, buscando romper uma narrativa imperialista.

O fim dos anos 80 chegou, e com ele o fim dessas ditaduras. Com as redemocratizações, outro problema – as mudanças sem controle são desestabilizadoras⁵¹². Países como Nicarágua, Costa Rica e Honduras sempre são citados por Newton Carlos como

⁵⁰⁸ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 43.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 25.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 71.

⁵¹¹ Doutrina iniciada por Jeane Kirkpatrick, membro do Conselho de Segurança Nacional de Ronald Reagan.

⁵¹² CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 134.

elementos nas Américas que foram bases constantes de apoio aos EUA. Mas mesmo eles sofreram com a nova transformação do discurso estadunidense – saía de cena o comunismo, as guerrilhas, os nacionalismos exacerbados, a falta de colaboração na criação de um exército continental, para entrar um novo inimigo – as drogas. O Panamá foi o primeiro país a ser invadido com essa justificativa. A “bandeira surrada de proteger a democracia”⁵¹³ ganhou novo fôlego. A cocaína se transformou em um novo perigo. O apoio das Forças Armadas dos EUA em operações conjuntas na Colômbia e no Peru em tarefas antidrogas teve o papel de garantir uma intervenção institucionalizada. Para Newton Carlos, a “guerra às drogas abria novos espaços à contra-insurgência, aos conflitos de baixa intensidade”, pois o narcotráfico adquiriu um caráter subversivo e revolucionário. Esse reavivamento constante da Guerra Revolucionária foi a tônica durante os 30 anos analisados pelo jornalista sobre as políticas intervencionistas dos EUA. A transformação, sempre sobre as mesmas bandeiras da defesa da liberdade e da civilização ocidental não tinham legitimidade, como veremos adiante — e por isso, as táticas subversivas e a utilização da força foram uma constante no período da Guerra Fria. Como diz Baczko, o manuseamento das simbologias, apesar de serem muito versáteis, não são infinitas.

Com isso, temos a certeza de que Newton Carlos baseia suas interpretações sobre as políticas imperialistas de Washington nas ligações concretas das ações norte-americanas com a *guerre révolutionnaire*, de matriz francesa. Os estudos hegemônicos sobre as ações dos EUA nesse período colocam no centro argumentativo a questão da DSN. Enrique Serra Padrós diz que a ela “configurou um ‘estado de guerra permanente’ contra o suposto e difuso ‘inimigo interno’”⁵¹⁴. Defende ainda que o “discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo ‘comunismo’, das liberdades e da civilização ocidental”⁵¹⁵ foram os alicerces da doutrina, e que a América Latina, durante os 30 anos analisados por Newton Carlos, assimilou e reproduziu seus preceitos. Ananda Simões Fernandes ao mesmo tempo em que reconhece que Kennedy, a partir da Revolução Cubana se apropria “da experiência da guerra revolucionária das lutas de libertação nacional dos impérios coloniais ingleses e, principalmente, franceses”⁵¹⁶, algo narrado com diversas fontes por Newton Carlos, também diz que foi a DSN que se difundiu pelo continente nos anos 60,

⁵¹³ Ibidem, p. 176.

⁵¹⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007, p. 2.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ FERNANDES, Ananda Simões. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. In: Antíteses, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, p. 835.

70 e 80, pois ela “fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental”⁵¹⁷ com base num violento anticomunismo. Uma semelhança muito grande com os preceitos da guerra revolucionária.

Para João Roberto Martins Filho, a guerra revolucionária tem na Argélia o seu uso mais reconhecido. E suas ações e características são explicadas por um ferrenho anticomunismo, e é justamente isso que foi exportado com maior virulência para a América Latina⁵¹⁸. Para o historiador, foi o padre Joseph Comblin o responsável por dar tamanha centralidade à DSN. Ricardo Antonio Souza Mendes afirma que:

Comblin chega a identificar a presença de escritos franceses e sua influência na disseminação da DSN. No entanto, ao final, conclui ser incontestável que essa doutrina vem diretamente dos Estados Unidos. Mesmo o conceito de Guerra Revolucionária resultaria das “meditações” de homens do *National Security People* acerca dos escritos de Mao, Ho Chi-minh, Giap e Guevara⁵¹⁹.

Esse reconhecimento, mas a negação em propor que a DSN foi mais do que influenciada, mas retirada quase diretamente dos manuais franceses têm suas explicações. Sendo os EUA a potência capitalista, responsável por garantir a aceitação da liberalização da América Latina, seus pressupostos externos foram ocultados. Além disso, o próprio Newton Carlos pode ter uma explicação em seu livro. Comblin foi um dos maiores expoentes da esquerda católica, sendo exilado tanto na ditadura civil-militar brasileira, quanto no Chile de Pinochet. E o jornalista, utilizando o que ele chama de “Relatório Rockefeller”, feito entre 1969 e 1970, mostra que esse quadro, de religiosos de esquerda, assustava os EUA. Para o autor de *Camelot*, o relatório deixava claro que “a luta por justiça pode até ser tolerável. Mas não a legitimização cristã e reformas de estrutura pregadas pelos grupos marxistas. A igreja pode dar dimensão temporal às suas tarefas de evangelização. Mas não pode dar ratificação eclesial aos programas marxistas de transformações”⁵²⁰. Era necessário combater esse novo foco de subversão, através da CIA, com um “arsenal de maquinações, corrupção, sujeiras e violências”⁵²¹. Talvez por isso um militante católico como Comblin tenha se voltado tão arduamente contra os EUA e colocado como o centro de suas interpretações a Doutrina de Segurança Nacional.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 837.

⁵¹⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. “Tortura e Ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de *guerre révolutionnaire* (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura – Memória e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, Vol. I, 2009, p. 180.

⁵¹⁹ MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia”. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 06 - 38, p. 17.

⁵²⁰ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 43.

⁵²¹ Idem.

Martins Filho coloca que essa simplificação, essa importação de ideias sem a crítica transforma os influenciados por ela em “marionetes ideológicas”⁵²² – no caso, os países da América Latina. Para ele, os EUA não eram capazes de oferecer uma doutrina fechada e coesa por si só, e por isso, a influência francesa e inglesa, como mostra Newton Carlos, foi muito maior do que foi creditado. Portanto, foi a Guerra Revolucionária, não a DSN, que inicialmente pregou a não distinção entre os meios militares e os não militares, ou seja, a participação civil, também ilustrada pelo jornalista. A combinação entre política, ideologia e operações bélicas, nas palavras de Martins Filho, exigiria como elemento central a informação, um comando político e militar unificado que os EUA não possuíam⁵²³— por isso a insistência na criação de exércitos únicos na América Latina, com justificativas de operações conjuntas, mas com clara tentativa de comando. O inimigo era o subversivo, conceito que foi expandido ao longo de trinta anos, saindo do guerrilheiro e entrando na concepção do narcotraficante, como a narrativa de Newton Carlos deixou claro. O principal inimigo deu o nome a doutrina, o marxismo-leninismo, e como ficou claro nas citações de *Camelot*, era também a visão de seu autor.

Por fim, Martins Filho nos coloca que “no centro da doutrina da guerra revolucionária aparece a ideia de guerra psicológica”⁵²⁴. Esse é outro ponto que Newton Carlos identifica nas ações dos altos escalões militares dos EUA e da elite intelectual analisada por ele. Com o fracasso retumbante no Vietnã, o medo que acontecesse o mesmo na América Latina chegou ao máximo. Para que isso não acontecesse, *Camelot* necessitaria “conhecê-la a partir de estudos psicológicos muito bem feitos”⁵²⁵. Nota-se que o jornalista reconhece a Guerra Revolucionária como a maior influência e como norteadora das políticas dos EUA. A DSN não é citada por ele, justamente por reconhecer que a base ideológica estava na escola francesa de guerra. Suas análises vão tanto pelas ações militares, quanto pela produção intelectual, aliada a questão política, mostrando e denunciando essa interação de diferentes setores da sociedade em um embate contínuo e infinito contra o comunismo, e que serviu ao imperialismo norte-americano. Mas como mostrado, isso não foi transportado aos países latino-americanos, como se fossem simples marionetes ideológicas. Os escritos de Newton Carlos denunciando essas perspectivas comprovam isso. Além disso, as simbologias de

⁵²² MARTINS FILHO, João Roberto. “A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos de 1960”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 23, nº 67, junho de 2008, p. 40.

⁵²³ *Ibidem*, p. 41.

⁵²⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. “Tortura e Ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de guerre révolutionnaire (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura – Memória e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, Vol. I, 2009, p. 184.

⁵²⁵ CARLOS, Newton. **Camelot, Uma Guerra Americana**. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 22.

embate vêm justamente para se contrapor a uma ideia de assimilação — mostrando a perspectiva combativa das nações latino-americanas.

Esse fio condutor da narrativa de Newton Carlos, pautando-se na doutrina de Guerra Revolucionária e denunciando as ações imperialistas dos EUA durante a Guerra Fria é uma resistência por si só. Sua interpretação foca-se em pontos que são justamente deixados de lado pela intelectualidade e elite política norte-americana, revelando como o “combate” ao comunismo serviu, em última análise, aos interesses nacionais (e também de multinacionais), estadunidenses. A relação traçada com a DSN serviu para mostrar que o discurso que ela impõe é de uma assimilação completa e inequívoca dos pressupostos norte-americanos. Se assim fosse, as simbologias não precisariam ser criadas para tentar legitimar suas ações. E nem haveria um discurso de contra-legitimidade que contestasse essa narrativa. Com isso, Newton Carlos nos traz acontecimentos e simbologias interessantes que mostram a luta desses países contra as intervenções arbitrárias a mando de Washington, inclusive dentro do próprio governo norte-americano. Trazendo a figura do político do Partido Democrata, Chester Bowles, principal assessor de Kennedy no que se referia aos assuntos latino-americanos, o jornalista mostra que havia contestações, mesmo que diminutas, no seio do governo estadunidense. Bowles “não suportava o fato dos Estados Unidos, de olho na Guerra Fria, se intimidarem com reivindicações de mudanças reais nos países latino-americanos e tratá-las como insurgências”⁵²⁶. Para ele, “não foram os comunistas que criaram essa onda de transformações revolucionárias que se avolumam na América Latina”⁵²⁷, mas os EUA, com sua arrogância e não compreensão dos sentimentos latinos e acusavam movimentos como o da Guatemala, em 1954, de comunistas. Não à toa, foi retirado de seu cargo antes mesmo da morte de Kennedy.

Essa pequena dissidência interna mostra as preocupações com os rumos da política americana, e como ela não foi integralmente aceita nem mesmo em seu próprio território. E sua expansão não foi sem percalços. A tentativa de Camelot de iniciar seus estudos psicológicos pelo Chile fracassou, graças a denúncia de Johan Galtung. Sendo professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a FLACSO, o norueguês recebeu o convite para o trabalho de conhecer os processos sociais chilenos para as estratégias de contra-insurreição, sempre com a desculpa de uma busca amigável de capacitação externa para o desenvolvimento estável. Sua denúncia de tentativa de espionagem reverberou até mesmo no *New York Times*. Mas as tentativas não cessaram, como a implementação do Plano

⁵²⁶ CARLOS, Newton. **Camelot**, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 18.

⁵²⁷ Idem.

Simpático na Colômbia, e do Plano Colônia, no Peru. A formação de intelectuais para a compreensão da realidade latina mostra, mais uma vez, a faceta da Guerra Revolucionária em propor que as guerras da atualidade não são assuntos puramente militares, mas necessitam da participação civil⁵²⁸.

Além disso, Newton Carlos vai mostrando cronologicamente as diferenças entre as posições estadunidenses e latinas. Enquanto na figura de Kissinger, a chamada segurança recíproca se pautava em ajudas militares constantes na busca de um exército único, o *Consenso de Viña del Mar* se formava, mostrando uma estrondosa unidade entre democracias e ditaduras, buscando critérios de desenvolvimento com caráter próprio, destacando que os “interesses de desenvolvimento da América Latina não são idênticos aos dos EUA”⁵²⁹, sendo contraditórios em essência. Mais uma vez, a crítica a Aliança Para o Progresso aparece, já que o desenvolvimento prometido pelos norte-americanos na verdade era um desenvolvimento próprio. O caso do Peru, de “grande empresa e pequena nação”, ilustra isso – as nacionalizações com o regime de 1968 doíam aos grandes empresários estrangeiros. Em todo caso, como tudo se voltava para a segurança contra a subversão, e a simbologia máxima de contestação veio na concepção diferente do conceito para os países latinos. Para eles, a não intervenção deveria ser a tônica, garantindo assim o desenvolvimento de seus povos.

A questão da segurança e desenvolvimento aparece em outra palavra trazida por Newton Carlos: estabilidade. A ordem e estabilidade eram essenciais para os projetos de liberalização da região. Trazendo o Chile como exemplo, em uma crítica muito ácida, ele coloca a preocupação das multinacionais estrangeiras com as intransigências da esquerda — por isso, o desaparecimento de 13 pessoas em 1977 era um preço razoável pela a liberalização do país — o apoio às ditaduras fica claro nesse contexto⁵³⁰. Por fim, a última grande contestação trazida é sobre o Grupo de Contadora. Esse grupo foi criado pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela nos anos 80, contra as políticas intervencionistas de Ronald Reagan — eles pregavam soluções latino-americanas para problemas latino-americanos. Se utilizando das reflexões do mexicano Carlos Fuentes, Newton Carlos coloca que Contadora foi uma tentativa de “independência” da região — os EUA deveriam aprender a negociar com a América Latina e respeitar as negociações realizadas entre os latinos⁵³¹. As principais pautas deste grupo eram a expulsão de forças militares irregulares dos EUA e o banimento de assessores militares estrangeiros na América Central — algo que não foi levado adiante, mas

⁵²⁸ Ibidem, pp. 26-28.

⁵²⁹ Ibidem, pp. 54-55.

⁵³⁰ CARLOS, Newton. *Camelot*, Uma Guerra Americana. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1991, p. 98.

⁵³¹ Ibidem, p. 141.

constituiu um desafio aos poderes imperiais dos EUA. Como diz o jornalista, “uma nação imperial não aceita esses tipos de limites e impedimentos”⁵³².

Vemos então como Newton Carlos se vale de sua cobertura internacional, e mais do que isso, de uma ampla pesquisa sobre os acontecimentos na América Latina, para denunciar as ingerências dos Estados Unidos e mostrar como lideranças da época não aceitaram a reprodução de discursos que legitimam o imperialismo estadunidense. Atílio Boron, quando fala de todo o projeto de ajuda econômica, presente por 30 anos nos discursos analisados pelo jornalista, coloca que essa integração econômica e acordos comerciais sempre foram as manifestações mais visíveis e dirigíveis de um projeto de dominação colonial⁵³³ — algo que o brasileiro também vê, pelo menos desde os anos de 1970. Ligando novamente essa situação a Doutrina Monroe, expõe: “o continente americano, onde há 150 anos Monroe lançou a doutrina contra intervenções extracontinentais’ e em 1948 os Estados Unidos criaram a OEA contra a expansão do comunismo internacional, tem hoje mais colônias que a África”⁵³⁴. As causas disso são ocultadas nos discursos oficiais norte-americanos, com lucros exorbitantes em suas relações com os países da região. Porém, para Newton Carlos:

A América Latina pelo menos já grita, como mostrou a última conferência da OEA. Ao mesmo tempo o fator colonial é reativado sob o impulso de fatores de tumulto. Depois de independentes as Bahamas, arquipélago de 700 ilhotas deixem de ser o paraíso de depósitos bancários sem controle, especulações de toda ordem e cômodo centro de operações de empresas multinacionais⁵³⁵.

Resistências e funcionamento do imperialismo são colocados lado a lado em suas análises, demonstrando um projeto de dominação, que na linguagem de Boron, se traduz como neocolonial. Para Silvina María Romano, para se compreender a liberalização da América Latina que ocorreu posteriormente a Segunda Guerra Mundial, é necessário entender que não foram somente as elites políticas e econômicas, tanto dos EUA, quanto dos países latinos, os responsáveis pelas situações retratadas por Newton Carlos — as elites militares e intelectuais tem grande contribuição⁵³⁶ – o projeto Camelot talvez seja o melhor exemplo disso, tentando unificar pesquisas acadêmicas com estratégias militares.

A autora nos coloca como no pós Segunda Guerra, e principalmente a partir dos anos de 1960, os EUA colocam sua expansão econômica em curso na América Latina. É nesse

⁵³² Ibidem, p. 143.

⁵³³ BORON, Atílio. “Prólogo”. In: ROMANO, Silvina María. *¿América para los Americanos? – Integración Regional, Dependencia y Militarización*. Ruth Casa Editorial, 2013, p. 11.

⁵³⁴ CARLOS, Newton. “Consultem os Mapas”. In: *O Pasquim*, nº205, 1973, p. 20.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/124745/6448>>. Acesso: 20.jan.2023.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ ROMANO, Silvina María. *¿América para los Americanos? – Integración Regional, Dependencia y Militarización*. Ruth Casa Editorial, 2013, p. 30.

sentido que surge a Aliança Para o Progresso, lançada por Kennedy. Já aqui, a segurança do continente está ligada à economia e à estabilidade, para garantir a seguridade continental⁵³⁷. Essa tentativa de promover reformas na América Latina, vinculando democracia e desenvolvimento, foi a base para os discursos estadunidenses por mais de trinta anos, como deixou claro Newton Carlos. Como objetivo oficial, essas políticas visavam promover o desenvolvimento da América Latina como parte das medidas de segurança para conter o avanço do comunismo na região, assegurando o modo de vida ocidental⁵³⁸. Qualquer aproximação com a Doutrina da Guerra Revolucionária não é mera coincidência. Seus objetivos eram mostrar ao mundo os ganhos econômicos e sociais da região, rechaçando a ameaça soviética — mas o objetivo principal era no aspecto militar. A Aliança Para o Progresso alimentou o anticomunismo, e isso serviu como justificativa para as intervenções dos EUA nos países do Terceiro Mundo, um terreno fértil para cumprir objetivos políticos, ideológicos, militares e econômicos, tendo a luta anti-subversão como eixo central⁵³⁹. A militarização da política foi o cerne do projeto estadunidense, não tendo como excluí-los dos problemas de integração latina apresentados por Newton Carlos. Em última análise, foi essa força militar extraoficial que facilitou a implementação de medidas econômicas que articularam a política de livre mercado na América Latina, afastando o comunismo da região⁵⁴⁰.

Esse pensamento se alterou, mas no sentido de aprofundamento e não de transformação. Robert McNamara e Henry Kissinger, trazidos pelo jornalista em seu livro analisado e em sua produção jornalística, talvez sejam os expoentes disso. McNamara, assessor de muitos políticos e presidente do Banco Mundial a partir de 1968; Kissinger, intelectual mais influente da *realpolitik* estadunidense. A partir de 1968, houve o aprofundamento da visão já explanada da Aliança Para o Progresso, onde a segurança estava intrinsecamente ligada ao desenvolvimento. A estabilidade, algo tão pregado pelos EUA, vinha no sentido de garantir a preservação da ordem política para a liberalização. Como dizia McNamara, “o atraso e as condições da modernização capitalista abririam portas ao comunismo”⁵⁴¹ — a pobreza deveria ser combatida de todas as formas.

Para Tadeu Morato Maciel e João Pinheiro Duarte, houve a securitização do desenvolvimento, ou seja, iniciativas como as mostradas pelos atores trazidos por Newton

⁵³⁷ ROMANO, Silvina María, op. cit, p. 253.

⁵³⁸ Ibidem, p. 263.

⁵³⁹ ROMANO, Silvina María, op. cit, p. 283.

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 480.

⁵⁴¹ PEREIRA, João Marcio Mendes. “O Banco Mundial e a Construção Político-Intelectual do Combate à Pobreza”. In: **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010 p. 260.

Carlos estavam condicionadas por acordos militares⁵⁴². Estratégias políticas tanto dos EUA, quanto agora do Banco Mundial estavam “extremamente alinhadas com a estratégia de contenção do socialismo na Guerra Fria”⁵⁴³, portanto, “a ajuda destinada ao desenvolvimento seria uma importante ferramenta de política externa, ao auxiliar na obtenção e estabilização de aliados”⁵⁴⁴, tudo visando as estratégias anticomunistas. Portanto, como aprofundamento e como uma continuação do discurso norte-americano na Guerra Fria, “os atores vinculados aos temas de segurança ampliaram sua atuação em questões de desenvolvimento”⁵⁴⁵, o que serviu de desculpas e justificativas para práticas intervencionistas, denunciadas pelos atores latinos trazidos por Newton Carlos em sua produção intelectual.

Essas questões podem ser analisadas levando em consideração as contribuições de Feres Júnior, já trazidas nesta dissertação. Ficou claro, pelos escritos do jornalista, a diferença conceptual que os países da região tinham sobre si e a imagem construída pelos intelectuais norte-americanos, de um lugar que necessitava de sua ajuda para manter a ordem e a estabilidade. Segundo João Feres Jr., isso se deu pela construção da Teoria da Modernização, nos EUA. É a partir desse momento que a linguagem de desenvolvimento “tornou-se um dos principais elementos da agenda política americana da Guerra Fria”⁵⁴⁶, ou seja, a teoria surgiu como uma justificativa para construir legitimadores sócio-científicos para as ações estadunidenses, opondo desenvolvimento e subdesenvolvimento, algo que fica claro tanto com a Aliança Para o Progresso, quanto com as políticas econômicas de McNamara, no Banco Mundial. Segundo o historiador, o principal inimigo dessa teoria seria o comunismo, e “uma elite intelectual seria crucial para fomentar atitudes e valores modernizadores”⁵⁴⁷.

Os pressupostos da teoria da modernização foram utilizados pelo governo dos EUA. As críticas a ela, por parte dos elementos trazidos por Newton Carlos, desde Chester Bowles até o grupo de Contadora revela o ponto central do imperialismo denunciado: essa teoria “nega agência àqueles definidos como tradicionais ou subdesenvolvidos”⁵⁴⁸, ou seja, legitimou as ingerências e intervenções dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que retirava as considerações nativas sobre seus próprios problemas. Para os seus teóricos, os intelectuais latinos rejeitavam os Estados Unidos, algo que possibilitou enquadrar as características latino-americanas como patologias a serem sanadas e tuteladas. Portanto, a base intelectual

⁵⁴² MACIEL, Tadeu Morato; DUARTE, João Pinheiro. “O Nexo Entre Segurança E Desenvolvimento No Pós-Guerra Fria”. In: R. **Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, setembro/dezembro. 2019, p. 740.

⁵⁴³ Ibidem, p. 741.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 744.

⁵⁴⁵ MACIEL, Tadeu Morato; DUARTE, João Pinheiro. op. cit. p. 757.

⁵⁴⁶ FERES JR., João. op. cit. p. 94.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 103.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 105.

que se fundiu às ações políticas se pautou em uma construção que via a América Latina como uma “coleção de imperfeições”, que negava e o estilo de vida adequado, o ocidental capitalista norte-americano. Como bem mostrou Newton Carlos, essa foi a retórica por mais de 30 anos. A oposição entre o bom (EUA) e mau (América Latina) não apenas menosprezava, mas apagava as retóricas latinas, encarando-as como desvios patológicos da luta contra o comunismo – e novamente, justificaram as ações imperialistas por toda a Guerra Fria.

Temos, portanto, que Newton Carlos se coloca frontalmente contrário em relação às ingerências dos Estados Unidos na América Latina durante mais de 30 anos, tendo o discurso do combate à subversão como eixo sustentador e imutável no decorrer desse período, alargando a concepção de subversivo, mas sempre tendo o anticomunismo como inimigo principal. A partir disso, percebeu-se que a produção intelectual de Newton Carlos sustenta-se numa perspectiva histórica, construindo sua narrativa não apenas em fontes acríticas, mas na interpretação do autor sobre os fatos e acontecimentos narrados por ele. Além disso, o duplo movimento realizado por ele, mostrando as ingerências, mas também as formas de resistência latino-americana constituem-se como ponto central na análise da produção intelectual do jornalista. Mostrando uma interpretação combativa, ele se insere em uma produção anti-imperialista, de contra-legitimidade, que busca contestar os discursos dominantes. Ter essa voz de contraponto significa mostrar que através de um repertório simbólico amplo e diverso, houve contestações que buscaram explicar e limitar a dominação de Washington na América Latina. Mas do que símbolos houve, portanto, resistência cultural e ideológica na trajetória intelectual de Newton Carlos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a realizar esta dissertação, desde o início sabíamos dos desafios a serem encarados. A figura de Newton Carlos, muito reconhecida em pequenas notas póstumas e exaltada por grandes nomes que construíram e constituíram a imprensa brasileira, não possui o mesmo tratamento no meio acadêmico, seja na área da Comunicação, seja nas Humanidades. Exatamente por isso, buscamos, em um primeiro momento, traçar, de forma parcial, as trajetórias de vida e profissional do jornalista. Seu testemunho ao Museu da Televisão Brasileira, aliado a esparsos comentários de seus pares, juntamente com uma documentação produzida pela ditadura civil-militar brasileira, sua própria produção jornalística e sua produção extra-redação permitiram trazer à tona diversos momentos cruciais do seu percurso. Com isso, pudemos notar alguns pontos centrais. Em primeiro lugar, seu alvo constante de análises foi, sem dúvidas, a América Latina. Os principais eventos políticos latino-americanos foram cobertos pelo jornalista, como a invasão a São Domingos, a Revolução Peruana e a ascensão e queda de Salvador Allende, no Chile. Seu conhecimento da região é, portanto, inquestionável. Outro importante fator a ser levado em conta é o momento em que Newton Carlos passa a ter maior contato com os Estados Unidos. Sua entrada no telejornalismo é crucial para isso, já que é na *Rede Bandeirantes* que ele passa a cobrir as eleições presidenciais estadunidenses — algo que dura até a eleição de Barack Obama. Além disso, seus artigos n’*O Pasquim* também elucidam esse maior interesse pelo país do norte — de 1972 a 1973, há um aumento considerável de análises sobre o país — e desde então, o intercâmbio entre a porção latino-americana do continente com os EUA se tornou a tônica de seu trabalho.

Tendo definido seu foco de atuação e pincelado sua trajetória, pudemos definir Newton Carlos como um intelectual — sendo esse o primeiro objetivo desta dissertação. Nos ancorando em análises de Altamirano, Bobbio e Sirinelli, pudemos explicar brevemente o que entendemos como intelectual e o porquê o jornalista brasileiro estar nessa conceituação. Sua atuação crítica, sua extensa produção jornalística e extra-redação, o reconhecimento dos pares (sejam jornalistas, sejam intelectuais de outras áreas), o reconhecimento do público leitor e a crença de que em suas interpretações estava a realidade do mundo foram determinantes para entendermos Newton Carlos assim, sendo elementos complementares que o definem como intelectual. Novamente Altamirano, juntamente a Fernanda Lopes e Fábio Henrique Pereira forneceram os elementos necessários para entender como um integrante da

mídia, ou seja, um jornalista, em um mundo moderno, tenha sua autoridade reconhecida na explicação dos acontecimentos do mundo.

Nesse sentido, suas obras extra-redações e seus artigos para o periódico carioca *O Pasquim* foram de suma importância. Nelas, pudemos não somente analisar as críticas ácidas à política estadunidense, mas compreender melhor o que Newton Carlos entendia como sua função no campo jornalístico e intelectual. Seu senso de responsabilidade, conceito utilizado por Bobbio, mescla-se ao engajamento, típico dos intelectuais dos anos 1960 e 1970. Justamente por isso, entendemos que não se pode separar esses dois conceitos, mesmo que em um primeiro momento pareça ser um contrassenso. Sua atuação mesclou uma atuação política pública (seus escritos no *Pasquim* e ações supervisionadas por órgãos de repressão da ditadura atestam isso) com um senso de questionamento de sua própria categoria, sempre com o objetivo de transmitir a sua verdade para seu público leitor. Não à toa, foi perseguido. Com isso, tivemos a base para entender que o jornalista foi um intelectual reconhecido, com uma rica produção, que esta dissertação não chegou nem perto de esgotar. Esse trabalho foi importante para entendermos, posteriormente, o compartilhamento do imaginário anti-imperialista pelo autor, e como ele maneja as simbologias para a construção de seu discurso de contra-legitimidade. Por fim, percebemos um caminho interessante a ser traçado em trabalhos posteriores — a perspectiva de redes. Tendo sido correspondente por diversos países da América Latina, Newton Carlos com certeza faz parte de uma rede intelectual transnacional — que precisa ser explorada e delimitada em estudos posteriores.

Após esses apontamentos no início do trabalho, foi necessário se debruçar sobre mais uma questão que o objeto da dissertação levanta. Na verdade, uma questão que se desdobra: o que entendemos por imperialismo e anti-imperialismo. Sendo conceitos que se opõem, uma característica pode ser dada aos dois conceitos. As duas definições possuem uma rica tradição, mas alteraram-se no decorrer do tempo, e hoje, possuem elementos definidores próprios. Mas isso para por aí. Enquanto o primeiro busca a dominação e subordinação, em um projeto hegemônico, o segundo busca, via de regra, em uma autodeterminação, que busca libertar da opressão os alvos dos projetos imperialistas. Optamos por dar ênfase ao imperialismo estadunidense, já que é justamente a ele que o discurso de Newton Carlos busca combater. Para isso, utilizamos autores como Atílio Boron, Ellen Wood e Perry Anderson, que elucidam essa nova fase do imperialismo, mostrando o projeto econômico estadunidense, com um aprofundamento da financeirização dessas relações, o aprofundamento da exploração das regiões periféricas do capitalismo e um intenso uso militar, para coagir qualquer tipo de oposição ao Império norte-americano.

Já para o anti-imperialismo, buscamos traçar a rica tradição latino-americana sobre o assunto, trazendo nomes como o do cubano José Martí e do peruano José Carlos Mariátegui. Isso foi feito para demonstrar como os pensamentos de cada autor enriqueceram a luta anti-imperialista, mesmo com visões políticas diferentes — e até mesmo antagônicas. Também foi nosso objetivo enquadrar Newton Carlos nessa rica tradição — e partindo dos seus escritos jornalísticos e de suas obras extra-redações, conseguimos mostrar as semelhanças de pensamento do jornalista com esses pensamentos anteriores. Definimos então o anti-imperialismo como um complicador de ideologias particulares, nos apoiando nos pensamentos de Kozel, Grossi e Moroni — mostrando que o conceito, por si só, não constitui uma doutrina, mas está presente em diversas ideologias — o que pode ser trabalhado no campo dos imaginários particulares, o que por sua vez abre espaço para trabalharmos os imaginários sociais. Foi também necessário explicitar que mesmo sendo conceitos que opõem, imperialismo e anti-imperialismo não podem ser tratados de uma maneira maniqueísta — a complexidade dessas relações não permite um julgamento entre o bem e o mau, mas sim em uma disputa política de diferentes projetos.

Com todas essas relações e conceituações definidas, pudemos explorar mais detidamente o imaginário anti-imperialista compartilhado por Newton Carlos. É a partir desse momento que muitas noções no pensamento do jornalista se aprofundam. A relação das interpretações do carioca com as teorias e escritos do imperialismo e anti-imperialismo se aprofundam, e a caracterização das práticas de Washington ganham complexidade. A intensa relação entre governo norte-americano e multinacionais, a exploração de países latino-americanos e a extrema e intensa militarização da política mundial no período da Guerra Fria se tornam pontos essenciais para entender as críticas do jornalista. Além disso, um elemento de contraposição toma forma analisando tanto os escritos jornalísticos, quanto às obras extra-redações: os discursos acadêmicos advindo dos *scholars* norte-americanos. Newton Carlos não possui restrições em chamá-los de tecnocratas, e é a partir das conclusões desses intelectuais do centro do império que ele constrói seu discurso de contra-legitimidade.

Duas teorias ganham notoriedade, portanto: a da Modernização e a da Estabilidade. Lars Schoultz e João Feres Jr., foram essenciais para compreender a formação e validação dessas teorias — com os dois autores demonstrando que atrás dessa pretensa cientificidade dos discursos acadêmicos, há sempre um notório preconceito e rebaixamento dos latino-americanos, o que legitima toda e qualquer prática de dominação, coerção e subordinação. É contra isso que Newton Carlos coloca em causa. Partindo de diversas simbologias, ele contesta as narrativas políticas e acadêmicas dos Estados Unidos. Seu

discurso de contra-legitimidade se constrói, portanto, em franca oposição a essas práticas norte-americanas.

O principal ponto a ser destacado nessa contraposição é a principal simbologia manuseada pelo jornalista: o comunismo. Em realidade, uma mescla entre a justificação estadunidense para suas ações — o combate ao comunismo, que gera, como resultado, o anticomunismo primário legitimador de práticas imperialistas. Em seu livro, *Camelot*, Newton Carlos analisa mais de trinta anos de ingerências na América Latina. Temos com isso que ele crê em uma forte influência da Doutrina da Guerra Revolucionária para as tomadas de decisões de Washington — e que o comunismo foi a base do discurso e o símbolo máximo para justificar todas essas ingerências. O subversivo ganha importância, e qualquer manifesto contrário aos interesses norte-americanos poderia ser encarado como um inimigo. A contra-legitimidade de Newton Carlos é pautada em combater esse discurso. Suas análises, por mais de trinta anos, buscaram construir uma nova interpretação, que rejeita a tese simplória do perigo vermelho, desvelando os interesses econômicos, políticos, culturais e militares dos Estados Unidos na América Latina — algo que é posto de lado nas análises acadêmicas dos tecnocratas do Império. Portanto, o jornalista foi uma voz ativa na denúncia dos projetos imperialistas na região, se opondo frontalmente à assimilação de justificativas frágeis, que buscavam ofuscar os interesses reais das suas práticas. Munido da rica tradição anti-imperialista latino-americana, ele foi, em última análise, um intelectual que buscou combater esse projeto de dominação e subordinação da América Latina.

6 REFERÊNCIAS

ABELARDO, Jorge Ramos. “De Mariátegui a Haya de la Torre”. In: **Archivo Chile – Historia Político-Social**, pp. 1-18, 1973.

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder Americano e Estado Nacionais** – Uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. Dissertação, 118p. Universidade Federal de Uberlândia.

ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Términos Críticos de Sociología de la Cultura**. Buenos Aires-Barcelona-México: Editora Paidós, 2002.

_____. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Campo Editorial Norma: Bogotá, 2006.

_____. **Historia de los intelectuales en América Latina** – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Katz Conocimiento: Buenos Aires, 2008.

_____. **Ideias para um Programa de História Intelectual**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 9-17.

AMIN, Samir. “O Imperialismo, Passado e Presente”. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 77-123.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

_____. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

ARAÚJO, Rafael de; ALONSO, Rafael. “As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano”. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº. 25, p. 135-160, Jul./Dez.,2018.

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de; MARIN, Richard. “Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972)”.

Disponível em:

<<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Rodrigo%20NABUCO%20DE%20ARA%20UJO%2031-08-07.pdf>>. Acesso: 20.jan.2023.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano** – da Guerra contra a Espanha à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, Marialva. “Cenários de Transformação: jornalismo e história no século XX”. In: **Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, maio/ago. 2012, pp. 458-480.

_____. “O que a História pode legar aos Estudos de Jornalismo”. In: **Revista Contracampo**, n.12, 2005, pp. 51-62.

BARROS, José D’Assunção. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARROS, Patrícia Marcondes de. “A Imprensa Alternativa Brasileira nos Anos de Chumbo”. In: **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. Umuarama, v.11, n.2, abr./jun., 2003, pp. 63-66.

BATISTA, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos”. In: SOBRINHO, Barbosa Lima (org.). **Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público**, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BERGEL, Martin. “El anti-antinorteamericanismo en América Latina (1898-1930) - Apuntes para una historia intelectual”. In: **Revista Nueva Sociedad**, Nº 236, noviembre-diciembre de 2011, pp. 152-167.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UNB: Brasília, 11^a. Ed., 2011.

BORON, Atílio. “A Questão do Imperialismo”. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires, CLACSO, 2007, pp. 501-527.

_____. “Hegemonía y imperialismo en el sistema internacional”. In: **Nueva hegemonía mundial**. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004, p. 79.

_____. “Poder, ‘contrapoder’ e ‘antipoder’. Notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo”. In: SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **Globalizações – Dimensões e Alternativas**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 83-109.

_____. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. 2^aEd, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014.

BORRAT, Hector. “El periódico, actor del sistema político”. In: **Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura**, Nº 12, 1989, pp. 67-80.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a Guerra de Classes no Brasil. São Paulo, 1924.

BRASIL, Bruno. “A breve história e a caracterização d’*O Pasquim*”. In: **Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro**, n.6, pp. 159-176, 2012.

CAFIERO, Carlo. **O Capital** – Uma leitura popular. São Paulo: Editora Polis. 2ª Edição, 1981.

CARLOS, Newton. **Bush e a Doutrina das Guerras sem Fim**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. “Ideias e identidade na América: quatro visões”. In: **Estudos Ibero-Americanos**, 24(2), pp. 7–28, 1998.

CASTAÑEDA, José Reyes. “El imperialismo de los Estados Unidos en el pensamiento de Martí, Rodó y Haya de la Torre: pasado y presente”. In: **Iztapalapa**, nº 43, enero-junio de 1998 pp. 51-78.

CHAUÍ, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção?” In: **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 1-19.

_____. **O que é Ideologia?**. São Paulo: Brasiliense, 2ª Ed., 2008.

CORMICK, Silvina. “De líder del antiimperialismo latinoamericano a ‘figurón’: una relectura de la condición marginal de Manuel Ugarte en los años treinta”. In: **Estudios de filosofía e historia de las ideas**, vol. 15, núm. 1 (junio 2013), pp. 49-63.

COSTA, Angélica Silva. **A Noção de Engajamento no Pensamento de Jean-Paul Sartre**. Dissertação (137f.), Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

CRESPO, Regina; QUARESMA, Valentina Rodríguez. “América Latina en *O Pasquim*: Política, Entrevistas y Crônicas de Nuestra América (1969-1979)”. In: **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 39, pp.269-285, jan-abril 2021.

CZAJKA, Rodrigo. “‘Esses chamados intelectuais de esquerda’: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe”. In: **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes Intelectuales en América Latina** – Hacia la Constitución de una Comunidad Intelectual. Instituto de Estudios Avanzados: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DIEZ PIS, Nayla. “El antiimperialismo y el ‘problema de las razas’ en el pensamiento de José Carlos Mariátegui. Debates en el seno de la izquierda latinoamericana”. In: **Question**, Vol. 1, Nº. 34, 2012, pp. 33-45.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Editora USP, 2009.

FALKENBERG, Robert H. **Role of congress in military aid-increasing or decreasing legislative oversight?** A case study of the military assistance program in Latin America, 1952-1970. Dissertação de Política Internacional, American University, 177f., 1973.

FERES JR, João. **A História do Conceito de *Latin America* nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. In: **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-586.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Lisboa: Editora Gradiva, 1992.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. “O antiimperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui”. In: **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 4, p. 71–82, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2021.

GIRÁLDEZ GARCÍA, Teresa. “Imperialismo-antiimperialismo en el unionismo centroamericano, 1900-1930”. In: **Cuadernos Americanos**, núm. 124 (2008), pp. 157-180.

GOLINGER, Eva; MIGUS, Romain. **La Telaraña Imperial: Enciclopedia de Injerencia y Subversión**. Caracas: Monte Ávila Editores, 2009.

Disponível em:

<<https://docplayer.es/83652439-Enciclopedia-de-injerencia-y-subversion.html>>. Acesso em: 16.jan.2023.

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. La Guerra al Paraguay (Prólogo). In: MITRE, Bartolomé; GÓMEZ, Juan Carlos. **Cartas polémicas sobre la Guerra al Paraguay**. Asunción/Buenos Aires: Guaranía, 1940.

GUERRA, Josenildo Luiz. “Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo — da Teoria do Conhecimento à Teoria Ética”. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXII, 1999, Sergipe, 1999, pp. 01-25.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. **El Antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HURTADO, Jordi. “A força como único conteúdo da política. O capitalismo segundo Hannah Arendt”. In: **Philosophos** - Revista De Filosofia, 20(1), pp. 163-183.

IANNI, Octavio. **Imperialismo y Cultura de la Violencia en América Latina**. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1970.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos – Estado Nacional e Narrativa de Nação (1776-1900)**. São Paulo: Editora Da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 2018.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOZEL, Andrés; GROSSI, Florencia; MORONI, Delfina (Coord.). **El imaginário antiimperialista en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini; CLACSO.

KRAUSE, Katia Iracema. **O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985**. Universidade Federal Fluminense, Tese, 411f, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora EDUSP, 2001.

KUSHINIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese (429f). Universidade Estadual de Campinas, 2001.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. “História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento Histórico”. In: **SNH2015 - XIV Encontro Regional de História – 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil, 7-10 Outubro, Campo Mourão**, pp. 822-828.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro. 4ª Edição, 2008.

LOPES, Fernanda Lima. “Significados da imagem de intelectual para a construção da identidade do jornalista”. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.12, n.3, set./dez, pp. 1-12.

LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As Veias Do Sul Continuam Abertas – Debates Sobre o Imperialismo do Nosso Tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Editora Cortez, 7ª Ed., 2000.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-154.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital – Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACIEL, Tadeu Morato; DUARTE, João Pinheiro. “O Nexo Entre Segurança E Desenvolvimento No Pós-Guerra Fria”. In: **R. Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, setembro/dezembro, 2019.

MARCHESÍ, Aldo. “Imaginación política del antiimperialismo: Intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los sesenta”. In: **Estudios interdisciplinarios de América Latina**, Vol. 17 – No 1 (2006), pp. 135-160.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana**. Barcelona: Red Ediciones, 2009.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20190905100849/Nuestra_America_Jose_Marti.pdf>. Acesso: 01.set.2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. “As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)”. In: **Revista Teoria e Pesquisa**. N°46, Janeiro de 2005, pp. 105-139.

_____. “A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos de 1960”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 23, n° 67, junho de 2008, pp. 39-50.

_____. “Tortura e Ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de guerre révolutionnaire (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura** – Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, Vol. I, 2009, pp. 203-233.

MELLO, Jaciara Novaes. “Telejornalismo no Brasil”. In: **Faculdade Santa Amélia SECAL**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009, pp. 1-11.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. “América Latina - Interpretações da Origem do Imperialismo Norte-Americano”. In: **Proj. História**, São Paulo, (31), p. 167-188, dez. 2005.

_____. “Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia”. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2010, pp. 6-38.

MENDES, Ricardo Antonio Souza; VENTAPANE, Jacqueline. “Jules Dubois: Imprensa e Ativismo Político nos Anos da Revolução Cubana”. In: SALES, Jean; ARAUJO, Rafael Araújo; MENDES, Ricardo; SILVA, Tiago. (Org.). **Revolução Cubana**: ecos, dilemas e embates na América Latina. Aracaju, IPS, 2019, pp. 146-169.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. “Imprensa e Política No Brasil: Carlos Lacerda e a Tentativa de Destruição da *Última Hora*”. In: **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.31, 2008, pp. 1-22.

MENDONÇA, Sandro. “O Complexo Industrial-Militar”. In: **Revista Janus** – Metamorfoses da Violência, 2014.

MUNHOZ, Sidnei. “Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anticomunismo durante a Guerra Fria”. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 452-469, fev. 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. “Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional”. In: **ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História** – São Leopoldo, 2007, pp. 1-7.

PATNAIK, Prabhat. “Whatever Happened to Imperialism?”. In: **Monthly Review**, Vol. 42, Issue 6, 1990, pp. 1-18.

PEDREIRA, Fernando (Org.). **América – Mito e Violência**. Edições Correio da Manhã: Rio de Janeiro, 1968.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os Jornalistas-intelectuais no Brasil: Identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese, 469p, Universidade Federal Fluminense, 2008.

PEREIRA, Fabrício. “Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992)”. In: **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 63-92, jan.-jun. 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008)**. 2009. 366f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. “O Banco Mundial e a Construção Político-Intelectual do Combate à Pobreza”. In: **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 260-282.

PEREIRA, Paulo Sergio da Mota. “Engajamento: Considerações Acerca do Intelectual na Obra Literária de Jean-Paul Sartre”. In: **Revista Mosaicum** - Número 28 - Jul./Dez. 2018, pp. 17-31.

PIA LÓPEZ, María. “Arrojo y Sensatez: el anti-imperialismo de Manuel Ugarte”. In: UGARTE, Manuel. **La Pátria Grande**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

PINKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). **Confrontación de Imaginarios – Los Antiimperialismos en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

PITA, Alexandra González; MARICHAL, Carlos Salinas (Coords.). **Pensar El Antiimperialismo – Ensayos de Historia Intelectual Latinoamericana, 1900-1930**. México, D.F: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos: Universidad de Colima, 2012.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral como Gênero”. In: **Projeto História**, São Paulo, jun.2001, pp. 9-36.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. “O Pasquim: O jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação”. In: **História & Perspectivas**, Uberlândia, (31), Jul./Dez., pp. 229-252, 2004.

QUESADA MONGE, Rodrigo. **América Latina 1810-2010 – El Legado de los imperios**. San José: EUNED, Editorial Universidad Estatal a Distancia, 2012.

QUINTEROS, Marcela Cristina. “O imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio”. In: **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: Prolam, 2016, v.1, pp. 1-10.

QUIROGA, Manuel; GAIDO, Daniel. “La teoría del imperialismo de Rosa Luxemburg y sus críticos: la era de la Segunda Internacional”. In: **Crítica Marxista**, n. 37, 2013, pp. 113-132.

RAMIRO, Luis Beltrán; FOX, Elizabeth Cardona. **Comunicação Dominada**. Os Estados Unidos e os Meios de Comunicação da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RÉNIQUE, José Luis. **A Revolução Peruana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RESENDE, Erica Simone. “Uma análise da Doutrina Bush após 10 anos do Onze de Setembro”. In: **Mural Internacional**, Ano II, nº 1, Junho de 2011, pp. 31-39.

REZENDE, Guilherme Jorge de. “Retrospectiva do telejornalismo brasileiro”. In: **Revista Comunicação e Sociedade**, nº31, 1999, pp. 35-50.

RIOS SIERRA, Jerónimo. “Semblanzas revolucionarias de la izquierda peruana: Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui, Alan García y Sendero Luminoso”. In: **Araucaria — Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, Vol. 22, Nº 43, 2020, pp. 325-348.

ROCA, Carlos. “El pensamiento de Haya de la Torre”. In: **Jornadas de Pensamiento Político Peruano**, pp. 9-16, 2010.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Santa Fé: El Cid Editor, 2003.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1993.

ROMANO, Silvina María. **¿América para los Americanos?** – Integración Regional, Dependencia y Militarización. Ruth Casa Editorial, 2013.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. **O Labirinto Periférico: Mariátegui e a Sociologia Crítica Latino-Americana**. Tese, 421f., Universidade de São Paulo, 2018.

SAID, Edward. **Representaciones del Intelectual**. Barcelona; Buenos Aires; México: Editora Paidós, 1996.

_____. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Informacion y el Tercer Mundo**. Quito: Editorial "The Quito Times", 1984.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. “Uma missiva contra o peronismo tupiniquim - Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa* e a carta Brandi (1955)”. In: **Antíteses**, v. 10, n. 19, p.137-164, jan./jun. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência** – Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos** — Poder e Submissão. Uma História Política Norte-Americana em Relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual** – Entre Questionamentos e Perspectivas. São Paulo: Papyrus Editora, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOLDERA, Ricardo Antônio. “O Imperialismo e a Era de Ouro do Capitalismo”. In: **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**, 2018, pp. 1-24.

SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista** – Princípios da Economia Política Marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 4ª Edição, 1956.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. “Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº 57 (2), pp. 115-132, 2014.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Sammus Editorial, 1993.

TRAVERSO, Enzo. **Onde foram parar os Intelectuais?** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

UGARTE, Manuel. **El Destino de un Continente**. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962.

_____. **La Patria Grande**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010

WASSERMAN, Cláudia. “Percursos intelectuais latino-americanos: ‘Nuestra América’ de José Martí, e ‘Ariel’ de José Enrique Rodó – as condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário”. In: **Revista Intellectus** / Ano 05 Vol. I – 2006, pp. 1-16.

WOOD, Ellen Meiksins. “Imperialismo dos EUA: Hegemonia Econômica e Militar”. In: **Crítica Marxista**, nº 19, 2006, pp. 49-61.

_____. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.